



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História



EDMO VIDEIRA NETO

**HISTÓRIAS PODEM LIBERTAR
SUJEITOS? O PLURALISMO
HISTÓRICO DE HAYDEN WHITE
(1928 - 2018)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO) CENTRO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**HISTÓRIAS PODEM LIBERTAR SUJEITOS? O PLURALISMO HISTÓRICO
DE HAYDEN WHITE (1928 - 2018)**

Autor: Edmo Videira Neto

**Orientador: Prof. Dr. Pedro Spinola
Pereira Caldas**

**Rio de
Janeiro
2025**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO) CENTRO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGH/UNIRIO, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Prof. Dr. Pedro Spinola Pereira Caldas (orientador) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof.^a Dr.^a Naiara dos Santos Damas Ribeiro – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Rodrigo Turin - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu – Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

À minha mãe, por sempre ter lido e contado histórias para mim e me ensinado que boas histórias são fundamentais para viver a vida.

AGRADECIMENTOS

À CAPES pela bolsa de estudos concedida e fundamental para o desenvolvimento da tese.

À minha mãe, Denise Videira Silva e ao meu pai, Pedro Irineu da Silva. Obrigado por acreditarem no poder transformador da educação e por investirem em minha formação até aqui. Sem vocês esse sonho não seria possível, com vocês esse sonho se tornou alcançável. Obrigado por tanto.

Ao meu orientador, Pedro Caldas, por todas as leituras, conversas e reuniões ao longo dos últimos anos. Desde o mestrado juntos, pude compreender como uma orientação de qualidade transforma uma pesquisa. Obrigado pela orientação atenta e por ser uma pessoa sempre sensível e compreensiva. Gratidão por todos os momentos.

À Naiara Damas, membra da banca e minha orientadora na graduação em História na UFJF. Suas aulas sobre Hayden White despertaram as inquietações que me trouxeram até aqui. Obrigado não só pela leitura atenta das minhas pesquisas, mas também por ter sido uma professora e orientadora que acreditou em mim e proporcionou uma formação de qualidade. Obrigado por tudo.

Aos membros da banca, os professores Rodrigo Turin, Arthur Ávila e Marcelo Abreu por aceitarem participar desse processo e por ajudarem na constituição dos caminhos da tese desde a qualificação. Suas leituras e produções bibliográficas foram fundamentais na produção do trabalho.

Aos membros e membras da família Videira. Ter vocês como ponto de apoio, como um porto seguro para onde voltar quando tudo parece difícil é extremamente reconfortante. Obrigado por me apoiarem esses anos e por viverem a vida comigo.

Aos amigos João Victor Calegari e Ricardo Junior. Dez anos depois, continuamos firmes com nossa singela amizade. O destino quis que nos encontrássemos de novo na UNIRIO com as nossas pesquisas. Vocês foram fundamentais nesse processo, compartilhando angústias, tristezas, alegrias, felicidades e copos de cerveja por todo o país! Quem tem um amigo tem tudo.

Às amigas Renata Lana, Júlia Ferrarezi e ao amigo Lucas Silva por compartilharem, cada um de sua forma, experiências e aprendizados ao longo desses anos. A solidão de uma pesquisa foi atenuada por vocês e nossas conversas e debates. Ter isso é fundamental.

Aos falsos profetas, queridos amigos de Juiz de Fora, Henrique Silveira, Raphael Santorio, Álvaro Saluan, Felipe Dias e Beto Cruz. Nossas andanças errantes pelas estradas da vida nos uniram e proporcionaram uma grande amizade. Obrigado por ouvirem minhas inquietações e por estarem disponíveis para conversas. Tem muito dos nossos papos de bares nessa pesquisa!

À Maya Moldes, companheira de mestrado na UNIRIO e amiga para a vida depois disso. Nossas conversas, escritas e debates sempre foram frutíferos e ajudaram muito na construção da pesquisa. Obrigado por isso e por me ensinar a andar pelo Rio de Janeiro!

Aos membros e membras do PPGH da UNIRIO pela acolhida na universidade e por sempre me ajudarem quando foi preciso.

A todos os professores e professoras que passaram pela minha vida. Cada um de vocês faz parte desse processo de formação desenvolvido. Além de me mostrarem a força de uma educação transformadora, também me ensinaram a acreditar e a defender a educação pública, gratuita e de qualidade, a principal responsável por essa conquista.

À todos e todas que foram meus alunos e alunas ao longo dos últimos anos. Nosso processo de ensino e aprendizagem diariamente nas salas de aula me ensinaram muito sobre a vida e sobre a educação. Esta tese possui muitos desses aprendizados.

“No presente, a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve
mais.”

(Belchior – Velha Roupa Colorida)

“History itself must remain a mystery to be
pondered more than a puzzle to be solved”

(WHITE, 2014, p. X)

RESUMO

A presente tese tem como objetivo compreender as possibilidades de libertação oferecidas por histórias, das mais diversas possíveis, a partir da obra de Hayden White (1928-2018). Nesse sentido, entendemos que, se o desafio do historiador exposto por White é participar positivamente da tarefa de libertar os sujeitos dos fardos da história, precisamos identificar a partir de uma ideia de pluralidade histórica, quais narrativas sobre o passado podem atuar ou não na direção desse imperativo ético. Por isso, procuramos observar nos escritos de White a respeito das produções históricas do século XIX, quais delas poderiam cumprir esse papel. Além disso, se a libertação dos sujeitos é uma tarefa ética, também buscamos entender a dimensão política dessa atividade que recorta a própria carreira do autor pesquisado. Por fim, nos direcionamos para as produções de representações do passado modernistas a respeito do Holocausto na tentativa de identificarmos quais delas poderiam oferecer essa tarefa de libertação dos fardos sentidos pelos sujeitos diariamente. É na pluralidade histórica e nas diferentes representações do passado que reside a possibilidade de encontrarmos histórias que possam auxiliar os indivíduos a viverem suas vidas cotidianas.

Palavras-chave: Hayden White - Historiografia da libertação – ética - pluralidade histórica - modernismo.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the possibilities of liberation offered by stories, of the most diverse possible, based on the work of Hayden White (1928-2018). In this sense, we understand that, if the challenge of the historian exposed by White is to participate positively in the task of liberating subjects from the burdens of history, we need to identify, based on an idea of historical plurality, which narratives about the past can or cannot act in the direction of this ethical imperative. Therefore, we sought to observe in White's writings about the historical productions of the 19th century, which of them could fulfill this role. Furthermore, if the liberation of subjects is an ethical task, we also seek to understand the political dimension of this activity that cuts across the career of the researched author himself. Finally, we direct ourselves to the productions of modernist representations of the past regarding the Holocaust in an attempt to identify which of them could offer this task of liberation from the burdens felt by subjects on a daily basis. It is in historical plurality and in the different representations of the past that lies the possibility of finding stories that can help individuals live their daily lives.

Keywords: Hayden White - Historiography of liberation - ethics - historical plurality - modernism.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: LIBERTAÇÃO, COMPREENSÃO E CONTEMPLAÇÃO: HAYDEN WHITE COM E CONTRA AS PRODUÇÕES HISTÓRICAS DO SÉCULO XIX.....	20
1.1 <i>Meta-história</i> e as historiografias possíveis no século XIX	23
1.2 Entre a contemplação e a compreensão: leituras de White sobre Burckhardt e Droysen e os realismo possíveis no século XIX.	51
1.2.1 – A historiografia como contemplação do passado: Jacob Burckhardt interpretado por Hayden White	54
1.2.2 – A historiografia enquanto compreensão do passado: leituras de Hayden White sobre Johann Gustav Droysen	67
1.3 – Hayden White, o estatuto científico da história e as crises das epistemologias históricas	79
CAPÍTULO 2: ESCREVER HISTÓRIAS, CONSTRUIR EXISTÊNCIAS: A ÉTICA DA HISTORIOGRAFIA DA LIBERTAÇÃO DE HAYDEN WHITE	97
2.1- Entre o fardo da história e o passado prático: a ética da libertação no começo e no final da carreira e Hayden White.....	101
2.2- Para libertar é preciso (re)politizar a existência: o marxismo whiteano e a construção de utopias de futuro.....	126
2.3 – Libertação como ação política efetiva: atuações de Hayden White e sua ideia de história como ética da orientação.....	145
CAPÍTULO 3: REPRESENTAÇÕES NARRATIVAS E POSSIBILIDADES DE LIBERTAÇÃO: HAYDEN WHITE E AS FORMAS POSSÍVEIS DE SE CONTAR HISTÓRIAS APÓS OS EVENTOS MODERNISTAS.....	163
3.1 – Acontecimentos que desafiam a narrativa: os eventos modernistas e as disputas em torno da representação do Holocausto	168
3.2- Historiografia modernista: leituras de Hayden White sobre <i>Os anos de extermínio</i> de Saul Friedländer.....	195
3.3- <i>Austerlitz</i> como exemplo literário de representação histórica	217
CONCLUSÃO.....	235
BIBLIOGRAFIA	245

INTRODUÇÃO

Na epígrafe do livro *Meta-história*, Hayden White recupera uma passagem de Gaston Bachelard para nos dizer que “só se pode estudar aquilo com que primeiro se sonhou”¹. Em certo sentido, essa frase que abre a principal obra do intelectual estadunidense serve para demonstrar aos leitores que as ideias de sonho e imaginação são fundamentais nos processos de elaborações narrativas sobre o passado, assim como indispensáveis para a própria obra que se segue após tal epígrafe. Sonhar, imaginar, fantasiar, criar, pensar, o que todas essas palavras possuem em comum é o oferecimento da possibilidade de construir algo diferente das estruturas já pré-estabelecidas, de fugir das condições que nos foram dadas. Portanto, se *Meta-história* é uma reflexão sobre a imaginação histórica do século XIX, essa imaginação só conseguiu ser construída a partir do sonho de White.

E estudar aquilo com que primeiro se sonhou também é uma sentença indispensável para esta tese. Provavelmente, ela começou a ser sonhada, ou imaginada, em algum momento entre 2014 e 2015, quando eu ainda era um estudante de graduação na UFJF. Após ler *O Fardo da história*, texto indispensável de White, na disciplina de Metodologia da História I, com a professora Naiara Damas, uma série de questionamentos sobre o autor e suas ideias apresentadas nesse escrito começaram a surgir em minha mente e a me inquietar, inquietações essas que seguem até hoje. Obviamente, àquela altura, não imaginava que as preocupações e dúvidas que surgiram com a leitura do texto e as aulas se transformariam em uma tese de doutorado. Dizer isso seria ler minha própria história formativa do presente para o passado. Contudo, acredito que em algum momento durante as discussões, o sonho de perpassar pelas angústias e questionamentos gerados pelo conhecimento histórico tenham me afetado de tal forma que os caminhos do estudo e da pesquisa começaram a ser traçados. Assim, se somente podemos estudar aquilo com que sonhamos antes, talvez esse sonho e essa imaginação tivessem relação com a disciplina histórica e seu campo teórico, que eu acabava de estabelecer um primeiro contato. Mais do que um sonho sobre descobrir o passado ou encontrar elementos de um tempo que já se foi, as preocupações que norteavam um recém calouro no curso de história faziam referência aquilo que essa disciplina poderia ser, ou melhor, com o que efetivamente, de forma prática, o estudo do passado poderia contribuir para os anseios do presente.

¹ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 7.

Dez anos depois, o sonho de estudar Hayden White e de desenvolver uma pesquisa em Teoria da História encontra seu lugar nesta tese. Mais do que respostas definitivas, o intuito será oferecer para os leitores uma constelação de temas, conceitos e discussões que perpassaram toda a carreira do autor estadunidense. E essa tentativa não é fácil, uma vez que quando falamos de White, estamos dialogando com um autor que permaneceu ativo durante mais de 50 anos. Sendo assim, nosso trabalho tem o seguinte questionamento como orientador central: quais as formas de narrativas sobre o passado podem contribuir para a tarefa ética e política de orientar e libertar os sujeitos no tempo presente? Dito de outra forma, se partirmos do pressuposto de que todo relato a respeito do passado é moldado por anseios e preocupações produzidas no tempo presente, como podemos elaborar representações sobre os diversos passados levando em consideração a responsabilidade ética, não só com os acontecimentos representados, mas também com os sujeitos que irão consumi-los? Esses questionamentos irão tangenciar as páginas que se seguem. Se uma resposta definitiva sobre eles é difícil de ser encontrada, alguns caminhos podem ser apresentados. Foi com isso que sonhamos e é isso que buscaremos demonstrar.

As indagações expostas anteriormente e que norteiam nosso trabalho seguem elaborações mais recentes a respeito do pensamento de Hayden White, como aquelas desenvolvidas por Herman Paul, Kalle Pihlainen, Ewa Domanska e Arthur Ávila, que buscam identificar e ressaltar a dimensão ética e política que tangenciam a produção desse autor. Assim, se por muito tempo White foi lido apenas como o teórico da narrativa histórica, o autor que desafiava os pressupostos estabelecidos do conhecimento histórico, ou mesmo um historiador que tensionava as relações entre o passado e sua representação, acreditamos que essa virada nas concepções de seus conceitos é de extrema importância pois relevam para nós uma faceta indispensável de seu pensamento. Imaginar esse White voltado para o conteúdo ético das produções históricas é seguir seu pensamento que, para além de uma resignificação das narrativas sobre o passado, também buscou apontar formas de orientação e libertação para os sujeitos que consomem diversas histórias diariamente. Por isso, concordamos com Ewa Domanska quando a autora nos diz que “diante do desenvolvimento desenfreado do capitalismo global como uma realização da distopia moderna, White propõe e projeta uma “visão progressista da história” com uma visão utópica do futuro como meta”². O que perceberemos ao longo da tese é justamente essa busca por politizar não só a Teoria da História enquanto

² DOMANSKA, Ewa. **Hayden White and liberation historiography**. Rethinking History: The Journal of Theory and Practice, 2014, p. 4. Tradução própria.

campo de conhecimento, mas fundamentalmente, a própria atividade de narrar e representar o passado. Assim, imaginar uma visão progressista de história, bem como a pluralidade de narrativas sobre o tempo passado se tornam uma tarefa central a ser compreendida a partir da obra de White. Se a modernidade, juntamente com sua noção construída de história, nos legou esse presente permeado por distopias das mais diversas, torna-se um imperativo ético para qualquer pessoa incumbida de representar o passado buscar a imaginação de futuros diferentes desse presente. E tal imaginação, como veremos, só pode ser concebida a partir do caráter ético que envolve toda pesquisa e escrita sobre o passado.

Se ética e política são fundamentais para a construção da ideia de história em White, um outro elemento, derivado desses, se apresenta para nosso trabalho como incontornável: a noção de libertação. Como veremos, a imaginada historiografia da libertação de Hayden White possuiria esses dois conceitos como seus constituintes, além é claro, da ideia de responsabilidade. Por isso, em um presente construído pela noção de ciência histórica moderna, as formas que poderíamos imaginar para sairmos desse legado traumático, deveriam perpassar por essa tentativa de libertação dos sujeitos. Assim como Hayden White muito bem nos apresenta, “a própria ‘história’ acabou sendo aquele pesadelo do qual não podemos despertar e, mais importante, acaba por oferecer muito pouco no sentido de compreender nossa situação atual ou nos ajudar a escapar dela”³. E esse pesadelo, representado no conhecimento histórico pelas técnicas de pesquisa e representação consagradas pelo modo cientificista de fazer historiográfico, precisaria ser transcendido caso quisermos imaginar um conhecimento histórico voltado para a orientação e a libertação dos indivíduos. Despertar desse pesadelo se constitui como uma das principais tarefas mobilizadas por White. Ao convocar os historiadores para refletirem sobre suas práticas de pesquisa e escrita, o estadunidense estava preocupado não tanto com a disciplina histórica, mas sim com os impactos que toda representação do passado possuiria nas vidas cotidianas dos indivíduos. É por isso que buscamos compreender essa ideia de uma libertação ética que recorta a obra desse autor.

Se nosso questionamento central gira em torno dessas questões apresentadas, nosso objetivo também não foge dessa lógica. Temos como intuito compreender de quais maneiras as teorias e os escritos desenvolvidos por White podem contribuir positivamente nessa tarefa de libertação humana, da representação do passado de forma responsável no presente e da construção de um futuro diferente do passado que fomos forçados a herdar. Assim, buscar essas questões é partir de uma inquietação, um incômodo com a situação atual das coisas, tanto em

³ WHITE, Hayden. **The Future of Utopia in History**. *History*, 12-19, 2007, p. 13. Tradução própria.

relação ao conhecimento histórico quanto em relação à sociedade que nos circunda. Não coincidentemente, White também sempre se mostrou um sujeito incomodado com sua situação política e, em sua visão, tal incômodo era compartilhado com a própria ideia de conhecimento histórico e representação do passado. Temos então, que tanto a ideia de uma ciência da história quanto as formas políticas e sociais deveriam ser reinventadas caso queiramos contribuir para a tarefa que White já havia preconizado em seu texto de 1966, a saber: Libertar os sujeitos do fardo da história.⁴

E essa busca por reinvenções tangenciavam o conhecimento histórico porque, de acordo com ele, “o objetivo da escrita histórica era aumentar a perplexidade em vez de dissipá-la”.⁵ Essa passagem é interessante pois demonstra o que White conceberia como conhecimento histórico. Para além da solução de enigmas ou da apresentação do passado como ele realmente foi, o objetivo do conhecimento histórico seria aumentar essa perplexidade. Não uma apresentação de um passado domesticado e controlado pelo historiador, mas sim a representação das possibilidades oferecidas por essa outra temporalidade, com o intuito de permitir que os sujeitos usufruam dessa representação em suas vidas diárias. Assim, a mudança da lógica do conhecimento histórico e de sua apresentação para o público seria necessário juntamente com o processo de construção de um futuro plural, pois essa atividade de modificar as funções do conhecimento histórico estaria diretamente associada com mudanças políticas positivas e responsáveis no tempo presente.

E, para buscar o cumprimento de suas ideias de produção e elaboração de passados que fossem eticamente responsáveis, White sempre precisou de interlocutores. Por isso, em nossa visão, a teoria do autor estadunidense só funciona porque ele mobiliza uma série de autores, das mais diversas áreas do conhecimento, para elaborar suas ideias. Por isso, ao longo desse trabalho, o leitor se defrontará com uma série de pensadores que White buscou utilizar em sua interpretação. Entretanto, muitas vezes o estadunidense realiza uma interpretação bastante livre dos escritos desses intelectuais, fator esse que demarca uma característica whiteana. Como ele mesmo nos diz, “não se preocupe com rótulos ou escolas. Aqui está um livro. Leia-o. Se isso ajuda você em seu próprio trabalho, ótimo; se não, esqueça”⁶. Tal passagem evidencia essa faceta de White que sempre procurou utilizar autores como bem entendia. O que interessaria

⁴ WHITE, Hayden. O Fardo da História. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

⁵ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. X. Tradução própria.

⁶ DOMANSKA, Ewa. **Encounters**: Philosophy of History after Postmodernism. University Press of Virginia, Virginia, 1998, p. 30. Tradução própria.

para ele seria justamente as contribuições e possibilidades que essas reflexões trariam para seus trabalhos. Portanto, longe de oferecer uma interpretação tradicional e de seguir as regras de uma história intelectual, White sempre procurou testar e cruzar as noções e conceitos oferecidas por autores de diversas linhas de pensamento e momentos históricos. Em nossa visão, isso funciona porque sua busca por uma teoria da história que fornecesse orientação e libertação para os sujeitos precisava mobilizar diversas linhas de pensamento, bem como buscar referências em autores aparentemente distintos. Assim, longe das amarras acadêmicas clássicas, White sempre se mostrou um pensador do múltiplo e um sujeito que ensaiava e utilizava livremente cada pensador mobilizado por ele.

Dessa forma, trazendo para suas teorias de forma livre diversos pensadores, White nos oferece a possibilidade de imaginarmos uma teoria da libertação dos fardos históricos sentidos pelos sujeitos e, mais do que isso, caminhos possíveis para traçarmos após os destroços produzidos pelo século XX. E tal iniciativa se coloca em estreito diálogo com seu conceito de passado prático, elaborado em 2014, mas que possui raízes em incômodos sentidos por White ao longo de toda sua trajetória acadêmica. Tal passado, nutrido de seu elemento ético, poderia ser mobilizado como uma alternativa para a solução dos diversos fardos que apresentaremos no decorrer desta tese. Portanto, é tendo como pano de fundo essas indagações apresentadas por nós que esse trabalho se dividiu em três capítulos que buscaremos sistematizar agora.

No primeiro deles, intitulado *Libertação, compreensão e contemplação: Hayden White com e contra as produções históricas do século XIX*, temos como perspectiva retornar às discussões que Hayden White elaborou a respeito do século XIX, ao buscar nessa temporalidade as historiografias e filosofias da história pensadas por alguns autores. Em nossa visão, o autor estadunidense sempre se mostrou um devedor do século XIX, apresentando uma série de aproximações e distanciamentos com os pensamentos oitocentistas. Por isso, nesse momento escolhemos retornar à obra *Meta-história* como principal fonte do capítulo para compreendermos como White identificou as imaginações históricas produzidas pelo século XIX, em especial, a partir dos escritos desenvolvidos por dois autores exemplares deste século, a saber: Jacob Burckhardt e Johann Gustav Droysen. Enquanto o primeiro deles possui um capítulo na principal obra de White, o segundo não recebeu tal destaque, sendo comentado por White em artigos e ensaios isolados. Em nossa visão, apresentar a forma com que White elaborou *Meta-história* e, principalmente, como compreendeu esses dois historiadores oitocentista nos permite esclarecer duas concepções concorrentes de história e do que essa disciplina deveria ser. Assim, temos em Burckhardt uma ideia de história enquanto

contemplação e em Droysen a história como compreensão, conceitos que, como veremos, modelam suas próprias interpretações de como o conhecimento histórico e a operação historiográfica deveriam ser realizadas. Nossa hipótese é que, ao olhar para formas concorrentes de constituição de uma ideia de ciência histórica, White buscava apontar para os leitores que o caminho de constituição da disciplina histórica foi apenas um dentre os vários possíveis e que essa disputa estava colocada no próprio século XIX. Portanto, torna-se necessário realizarmos um debate sobre o estatuto científico da história e, mais do que isso, uma discussão a respeito do que a disciplina abriu mão para se tornar uma ciência. Realizar esse processo é entender que mesmo as produções realizadas por historiadores do século XIX poderiam trazer uma contribuição nessa tentativa maior, exposta por nós como objetivo da tese: a libertação dos sujeitos. Por isso, retornar ao século XIX através de *Meta-história* e das interpretações de White é fazer um movimento de reconstituição e rediscussão das tradições historiográficas que herdamos dessa temporalidade histórica, bem como remapear e compreender os debates que levaram à constituição da ciência da história.

Se esse primeiro momento funciona como a fundamentação das bases e dos problemas que a ideia moderna de história ciência geraram para nosso tempo presente, posteriormente precisamos entender os caminhos alternativos, ou em que a história poderia contribuir para a fuga dos diversos problemas inerentes à sua disciplina identificados por White. Assim, no segundo capítulo, intitulado *Escrever histórias, construir existências: a ética da historiografia da libertação de Hayden White*, temos como objetivo pensar o conhecimento histórico enquanto uma forma ética e política, não só de se habitar o mundo, mas também de politizar e reconstituir existências. Para realizar esse processo, traremos primeiramente dois textos de White distantes temporalmente, *O Fardo da história* e *The Practical Past*, pois compreendemos que mesmo assumindo uma centralidade somente no final da vida do autor, os conceitos de ética e política não podem ser pensados de forma deslocada em sua obra, se fazendo presentes desde o início de sua carreira. Nosso jogo será tentar compreender que um passado prático pode ser mobilizado pelos sujeitos em suas vidas diárias como um remédio, ou um antídoto, para os fardos da história sentidos por eles. Contudo, não basta ficarmos na teoria e nos conceitos, sendo necessário olharmos para como White entendeu essas questões nas vidas e políticas diárias. Assim, apresentaremos em nosso trabalho a ideia de um marxismo whiteano, que seria desenvolvido a partir das interpretações que o estadunidense realizou dos escritos de Karl Marx. Tais interpretações evidenciam a noção de que não basta ao historiador elaborar intelectualmente suas concepções de história e passado, mas torna-se fundamental que este se

coloque socialmente e politicamente ativo. O que esse marxismo whiteano transmite para nós é a necessidade da reconexão dos conceitos de história e utopia para que possamos imaginar projetos de futuro que sejam diferentes do presente que herdamos enquanto fardos. Por isso, essa questão de um intelectual politicamente engajado recorta a trajetória pessoal de White e precisa ser mobilizada por nós nesse momento como subsídio para a ideia geral de que conhecimento e prática não estão apartados um do outro, mas se retroalimentam na tarefa de libertação dos indivíduos. Para além de um teórico da história, White também se apresentou como um indivíduo politicamente ativo e que procurou lutar ao longo de sua vida por causas que considerava justas. E é isso que buscaremos refletir nesse segundo capítulo. Se o fardo da história e o passado prático são conceitos que externam as preocupações éticas de White, seu marxismo e suas ações políticas pessoais demonstram para a nós sua aproximação entre reflexão intelectual e atuação política direta. Portanto, uma historiografia da libertação compreendida a partir da obra de White deveria considerar essas duas dimensões da existência, tendo como objetivo final repolitizar e reorientar os sujeitos a partir das representações éticas de passados consumidas por eles.

Após construirmos as bases do problema e apresentarmos algumas soluções éticas e políticas possíveis para a história e sua disciplina, torna-se importante buscarmos exemplos práticos de narrativas que possuiriam como objetivo fornecer uma representação ética e orientadora de passados traumáticos. Por isso, em nosso último capítulo, intitulado *Representações narrativas e possibilidades de libertação: Hayden White e as formas possíveis de se contar histórias após os eventos modernistas*, temos o intuito de procurar em exemplos práticos de narrativas tematizadas por White, caminhos alternativos para qualquer representação do passado que busque libertar os sujeitos. Sob a luz do conceito de evento modernista e dos diversos dilemas gerados pelos eventos do século XX e suas representações, traremos para nosso trabalho dois textos diversas vezes analisados por White, sendo eles *A Alemanha Nazista e os Judeus: os anos de extermínio, 1939-1945*, de Saul Friedländer, e *Austerlitz*, de W.G. Sebald. Nosso objetivo será, após uma análise sobre o conceito de modernismo e todas as polêmicas em torno da representação do Holocausto, analisar como White observa nesses dois livros exemplos de representações modernistas que assumem o compromisso de libertar os sujeitos do fardo da história. Assim, a escolha por uma obra historiográfica e um livro literário não é aleatória. Compreendemos que nesses dois campos que oferecem representações do passado distintas, White encontrou textos que conseguiriam de uma maneira diferente daquela produzida pelo século XIX, representar fenômenos históricos

complexos, característicos da modernidade, como o Holocausto. Se ao longo de sua trajetória intelectual esse evento limite se constituiu como a principal problemática e fonte de diversas críticas às teorias de White, nosso intuito também foi percorrer esses debates para entendermos como essas questões se desenvolveram. Por isso, Friedländer e Sebald se apresentam aqui como possibilidades alternativas para se representar um passado como o Holocausto de forma ética e responsável, não só com os indivíduos que passaram pelos traumas desse evento, mas também com todos aqueles que necessitariam de uma história sobre ele que orientasse e libertasse suas ações no tempo presente. Se construir histórias politicamente engajadas e libertadoras era necessário, o caminho para essa construção não poderia ser aquele legado a nós pelo século XIX, mas perpassaria pela reinvenção das próprias técnicas narrativas para que elas dessem conta de historicizar e representar os eventos modernistas.

Se esse é o enredo que propomos para nosso trabalho, também devemos tecer alguns comentários para os leitores. Afinal de contas, a teoria de White somente se sustenta porque pensa no leitor enquanto membro atuante do texto que lê. É nesse diálogo que, longe de ser uma explanação definitiva sobre algo, os conhecimentos apresentados pelo autor se estabelecem. Por isso, concordamos com Kalle Pihlainen quando nos diz que “o leitor de White é certamente irônico e brincalhão de várias maneiras”.⁷ Também gostaríamos que nossos leitores possuíssem essas características. Além da ironia, tropo fundamental na produção whiteana e que se apresenta como uma marca de sua escrita, a ideia de brincadeira é importante e nos remete àquelas noções de imaginação e fantasia. Assim, mais do que uma tese que se pretende definitiva ou que busque apresentar toda a complexa obra de White, nosso trabalho é um convite para brincar, experimentar e ensaiar os diversos temas que abordaremos. Nesse sentido, compreendemos esse leitor enquanto irônico e brincalhão em um sentido de abertura para a concepção de ideias que nem sempre são possíveis em construções densas, fechadas e esquematizadas. Nosso leitor está convidado a desenvolver essa tropologia irônica que White tantas vezes mobilizou, principalmente porque ela precisa ser transcendida caso textos históricos busquem contribuir efetivamente para a existência e a libertação dos sujeitos. E quando falamos em um leitor brincalhão, queremos mobilizar a dimensão da fantasia, da imaginação, daquilo que o conhecimento histórico poderia ter sido, mas que abriu mão para se tornar uma ciência. Brincar é a abrir a possibilidade para que novos futuros sejam pensados e para que outras dimensões do conhecimento sejam mobilizadas na escrita. Para nós, esse ato

⁷ PIHLAINEN, Kalle. **History in the world**: Hayden White and the consumer of history. *Rethinking History*, Vol. 12, No. 1, 2008, pp. 23-39, p. 29. Tradução própria.

não exclui a dimensão séria de um trabalho, mas convida os leitores para testarem, juntamente com o autor, hipóteses e possibilidades a respeito das diversas temáticas que abordaremos.

Os diversos debates que se farão presentes nas próximas páginas, pretendem, de uma forma geral, perpassar pelas formas que o conhecimento histórico se constituiu desde o século XIX e, mais do que isso, oferecer caminhos e possibilidades para outras ideias de história e de futuro. Para nós, a situação atual em que a disciplina histórica e as ideias políticas e sociais se encontram precisam de uma alteração drástica em suas concepções e ações. Portanto, uma ideia de história para um século XXI onde mudanças climáticas, esgotamento de recursos naturais, ascensão das extremas direitas ao redor do mundo e recrudescimento de preconceitos de gênero, raça e classe, precisa levar em consideração esses dilemas que são inerentes ao nosso tempo. Para nós, não basta continuarmos reproduzindo manuais ou conceitos que nos foram legados pela tradição oitocentista. Caso queiramos ser uma disciplina eticamente relevante em um momento no qual mais parecemos um peso para quem nos financia, torna-se urgente repensarmos nossas atividades. E é para isso que White nos convida. Se os modelos tradicionais de história e historiografia nos forneceram, no máximo, fardos pesados que insistimos em carregar no tempo presente, talvez seja o momento de continuarmos a tarefa preconizada por White e ressignificarmos o próprio fazer historiográfico. Se em determinado momento o estadunidense se afastou da disciplina histórica e abriu mão de continuar seus embates, para nós essa postura não é possível. É mantendo a confiança na história e em sua capacidade de orientar e libertar sujeitos que esse trabalho se estabelece. Obviamente, não é uma fé cega na noção moderna de história, mas sim uma esperança na possibilidade de mudança dos significados dessa noção e conhecimento. Por isso, uma tese sobre Hayden White também é um convite para pensarmos e construirmos aquilo que o conhecimento histórico não foi, mas poderia ter sido. Assim, imaginar futuros em que histórias orientem e libertem sujeitos, se torna um imperativo ético

Por fim, desejamos aos leitores uma boa experiência com o texto. Navegar pelas águas desbravadas por White é um convite a um passeio repleto de tensões, ironias e imaginações de futuros. Sua teoria da história é múltipla, plural e revela para nós uma dimensão política do próprio conhecimento histórico. Assim, ler Hayden White é estar disposto a questionar os conhecimentos herdados, bem como os efeitos que eles possuem para o presente. Sua recepção do século XIX, seus posicionamentos políticos e suas aventuras pelos textos modernistas formam, em nossa visão, essa constelação que possui como estrela principal os dilemas e

necessidades inerentes ao conhecimento histórico. Por isso, para essa viagem, precisamos estar abertos a imaginarmos mundos além daquele que habitamos forçadamente.

CAPÍTULO 1: LIBERTAÇÃO, COMPREENSÃO E CONTEMPLAÇÃO: HAYDEN WHITE COM E CONTRA AS PRODUÇÕES HISTÓRICAS DO SÉCULO XIX

Iniciar qualquer reflexão que aborde o pensamento de Hayden White (1928 - 2018) e sua obra é uma tarefa complicada. Isso ocorre porque o autor estadunidense é, ao mesmo tempo, uma das figuras mais importantes e polêmicas da historiografia nos últimos cinquenta anos. Além disso, White desperta a ira de muitos, o amor de outros tantos e possui uma quantidade de obras tão vasta quanto seu tempo de vida e produção. Por isso, concordamos aqui com Herman Paul, um dos mais proeminentes intérpretes desse autor quando nos diz que sempre devemos nos perguntar a qual White⁸ nos referimos quando mencionamos os trabalhos deste historiador. Iniciaremos esse capítulo com o White do começo dos anos 70 do século passado, aquele que ainda começava a trilhar seu caminho dentro da teoria da história e que tinha como objetivo analisar as historiografias e as concepções de história elaboradas pelo século XIX.

Sendo assim, esse primeiro capítulo de nossa tese tem como objetivo investigar as reflexões e contribuições whiteanas para a interpretação e compreensão das historiografias produzidas pelo século XIX. Portanto, uma primeira pergunta que emerge em nosso trabalho é a seguinte: como White compreende a historiografia e a filosofia da história do século XIX e quais silenciamentos suas reflexões escondem? Propor uma reflexão nesse sentido é partir da hipótese de que nosso autor sempre produziu suas obras sob um vulto, um fantasma que reaparece entre um texto e outro e que pode ser compreendido como o legado oitocentista para a historiografia. Por mais que a grande maioria de seus textos após a década de 1970 tenham se voltado para questões da narrativa, da representação, da estética do passado e, mais para o final de sua vida, para as questões do passado histórico e passado prático, entendemos que o século XIX sempre perpassou suas obras justamente porque essa temporalidade é quem fundamenta a historiografia enquanto uma ciência, fator esse que foi motivo de várias críticas produzidas por White. Além dessa questão, um segundo questionamento se revela nesse momento do trabalho: essas narrativas históricas oitocentistas analisadas por White podem oferecer algum tipo de libertação para os sujeitos que consomem suas histórias? E, se a resposta for positiva, qual o tipo e qual a forma de uma narrativa histórica do século XIX que fornece libertação? Entendemos que essas perguntas possuem relação com uma ânsia e um objetivo de White ao

⁸ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 7. Tradução própria

longo de sua produção intelectual: buscar oferecer recursos e elementos éticos para os sujeitos se libertarem do peso oferecido a eles pelo passado histórico. Nesse sentido, buscaremos analisar a partir das interpretações de White sobre o século XIX quais narrativas podem cumprir esse papel libertador, bem como de quais maneiras isso pode ser ofertado. Por conta dessas questões que norteiam tanto nossa pesquisa quanto a obra de White, escolhemos começar essa tese com uma reflexão sobre os diversos oitocentos que são abordados por White, justamente porque é neste momento que encontramos a base fundacional da disciplina histórica.

E para realizarmos essa tarefa, propomos um caminho que perpassa por três momentos diferentes. Primeiramente, analisaremos a principal obra do autor estadunidense que, até hoje, desperta diversas polêmicas e críticas na comunidade historiadora: *Meta-história*, publicada em 1973. Se em nossa visão, White tem o século XIX como este fantasma que o assombrou ao longo de sua carreira torna-se de extrema importância analisarmos justamente o livro em que os pensadores oitocentistas tiveram suas historiografias analisadas por ele a partir da teoria dos tropos. Portanto, *Meta-história* funcionará em nosso trabalho como um ponto de partida para compreendermos questões centrais dentro do pensamento whiteano, em especial, como este autor utiliza a retórica tropológica para analisar e compreender as historiografias e filosofias da história do século XIX. Por isso, em um primeiro momento, nos dedicaremos ao estudo deste livro que, mesmo após cinquenta anos de sua publicação, ainda carece de estudos mais aprofundados. Se, como o próprio White disse sobre sua principal obra, “fazer essas mudanças seria como revisar as evidências de um caso em julgamento”⁹, talvez seja mais interessante refletirmos sobre as ideias contidas em *Meta-história* do que pensarmos o que poderia ser mudado ou como White quis conceber determinada questão. O que está em jogo, portanto, é a contribuição que esta obra apresenta para o leitor contemporâneo a respeito do século XIX, suas elaborações sobre o passado, as implicações éticas dessas elaborações e, mais do que isso, como ela coloca White em diálogo com a tradição historiográfica e filosófica oitocentista, diálogo este que se tornaria indispensável pelo resto de sua carreira. Sendo assim, mais do que uma análise apressada desta complexa obra que abalou os alicerces historiográficos em meados do século XX, nossa intenção é identificar a recepção que o estadunidense faz desse momento chave da constituição da historiografia enquanto uma disciplina.

Em um segundo momento, o foco de nosso trabalho será um estudo sobre dois autores abordados por White durante seu percurso intelectual: Jacob Burckhardt e Johann Gustav

⁹ WHITE, Hayden. Como eu não escrevi Meta-História. In: BENTIVOGLIO, Julio; TOZZI, Verónica. **Do passado histórico ao passado prático**: 40 anos de Meta-História. Milfontes, Serra, 2017, p. 19.

Droysen. Enquanto o primeiro deles recebeu um capítulo específico em *Meta-história*, o segundo foi apenas analisado por White em uma resenha sobre sua principal obra, *Historik*, ficando de fora do principal livro historiográfico do estadunidense. Nossa hipótese é que estes dois pensadores oferecem perspectivas distintas para o conhecimento histórico, ou seja, podem ser lidos como duas concepções diferentes do que a disciplina histórica deveria ser, bem como seus objetos de estudos e funções éticas no tempo presente. Sendo assim, Burckhardt e Droysen funcionarão neste trabalho como modelos que foram explorados por White no intuito de fornecer para seus leitores um panorama das possibilidades que o conhecimento histórico assumiu no século XIX. O ponto chave a ser abordado será a diferenciação entre contemplação e compreensão, conceitos que, em nossa visão, oferecem uma importante chave de leitura para a interpretação da obra desses historiadores. Portanto, a ideia é entender como White recebe essas figuras enquanto contrapontos e como propostas diferentes para ler, entender e agir eticamente no mundo a partir da fundamentação histórica.

Ao final deste primeiro capítulo, nossa ideia será entender o momento de crise da disciplina histórica, ou daquilo que White denomina de historiologia, ainda no século XIX, que pode ser compreendida a partir da própria reflexão desenvolvida por White a respeito da crise do historicismo. A hipótese central é que a crise não é somente do conhecimento historicamente delimitado, mas também do clássico conceito alemão de *Bildung* que marca o processo de constituição do pensamento histórico alemão, principalmente aquele elaborado por Droysen. Desta maneira, entender como White concebe este momento crítico de cientificação da história é também abrir espaço para as críticas que o estadunidense faz a essa disciplina. Além disso, torna-se necessário observarmos as críticas que foram feitas no próprio século XIX por diversos pensadores e que, em nossa visão, são deixadas um pouco de lado nos trabalhos de White. Ao final da reflexão, o ponto culminante será a ressignificação da epistemologia como conceito dominante na historiografia realizada por White e a abertura das possibilidades ética e estéticas como governantes do processo de compreensão e representação do passado. A ideia não é excluirmos completamente a epistemologia das análises e produções históricas, mas sim, compreendermos que para além dela, existe uma instância ética que é igualmente importante no processo de constituição do conhecimento histórico. Em nossa perspectiva, White é mais um devedor do século XIX e das diversas críticas que foram feitas, por historiadores ou não, do estatuto científico da história elaborado pelos pensadores oitocentistas.

Em termos de enredo podemos perceber que nosso capítulo se estrutura a partir da recepção crítica feita por White das historiografias e filosofias da história do século XIX em

seu livro *Meta-história*, perpassa pela análise de dois historiadores (Burckhardt e Droysen) que recebem destaque por parte de White como representantes de tentativas diferentes de construção do conhecimento histórico e termina com as possibilidades de se fazer histórias após a crise do historicismo abordado por diversos autores, historiadores ou não, ainda no século XIX. O que pretendemos ao final deste capítulo é fundamentar esse solo oitocentista que, para nós, constitui a base fundacional da crítica que Hayden White realizaria ao conhecimento histórico e às suas formas de representação do passado ao longo de toda sua trajetória intelectual.

1.1 *Meta-história e as historiografias possíveis no século XIX*

A principal obra de Hayden White *Meta-história: a imaginação histórica no século XIX* completou cinquenta anos em 2023. Esse meio século de publicação do livro foi marcado por intensos debates e disputas, não só sobre o conteúdo narrativo do texto, mas também sobre a ideia de história contida em suas páginas. Provavelmente, *Meta-história* é uma das obras sobre o conhecimento histórico mais importantes e, ao mesmo tempo, mais polêmicas do longo século XX. Em seu redor, giram uma grande quantidade de adeptos e, ao mesmo tempo, um sem-número de críticos. A controvérsia que o livro gerou na comunidade de historiadores talvez não tenha um paralelo anterior e contribui fortemente para esse interessante cenário descrito. Como Ewa Domanska muito bem destacou: “este livro é um mito. É uma daquelas grandes obras sobre as quais Frank Ankersmit escreveu que elas são mais poderosas para estimular debates sobre si mesmas do que para resolver os problemas específicos que levantam”¹⁰. Sendo assim, *Meta-história* marcou uma era de debates em torno de seu conteúdo e, de uma forma ou de outra, ao citar história da historiografia, inevitavelmente a pessoa remeterá ao clássico de White. Além disso, de acordo com Rüsen, “White gostava de desempenhar o papel de enfrentador crítico dos estudos histórico”¹¹, ou seja, tanto a obra quanto o autor funcionaram como importantes questionadores do conhecimento histórico tradicionalmente estabelecido. Como o próprio White nos chama a atenção no artigo *Como eu não escrevi Meta-história*: “aconteceu que o livro assumiu uma identidade própria, de tal maneira que, até onde me ocorre, eu não sou mais responsável por ele”¹². Desta forma, acreditamos que livros como esse assumem uma vida própria, transcendendo os debates que seriam apenas sobre suas ideias.

¹⁰ DOMANSKA, Ewa. **Hayden White**: Beyond irony. *History and Theory*, vol. 37, No. 2, 1998, pp. 173-181, p. 174. Tradução própria.

¹¹ RÜSEN, Jörn. **A turning point in theory of history**: the place of Hayden White in the history of metahistory. *History and Theory*, vol. 59, No. 1, 2020, pp. 92-102, p. 97. Tradução própria.

¹² WHITE, Hayden. Como eu não escrevi Meta-História. In: BENTIVOGLIO, Julio; TOZZI, Verónica. **Do passado histórico ao passado prático**: 40 anos de Meta-História. Milfontes, Serra, 2017, p. 12.

É esta obra que pretendemos analisar no primeiro momento de nosso capítulo. Devido a sua grande complexidade, faremos escolhas no intuito de alcançarmos uma análise mínima do livro. Sendo assim, focaremos na questão estrutural de *Meta-história*, bem como em sua teoria dos tropos, talvez uma das partes mais polêmicas e aquela que oferece para o leitor os debates sobre narrativa e narratividade na produção do conhecimento histórico. Como Alexandre Avelar nos aponta, “não há dúvida de que estamos diante de uma das obras mais polêmicas e controversas da historiografia ocidental do pós-guerra”¹³ e justamente essas polêmicas e controvérsias talvez sejam aquilo que faça esta obra despertar interesses até os dias de hoje. Por isso acreditamos que, mesmo se passando meio século da publicação do livro, ele ainda continua sendo uma importante fonte de reflexões sobre o processo de escrita da história, bem como da constituição disciplinar desse conhecimento. Mais do que uma simples obra destinada a gerar polêmicas e debates, talvez seja o momento de olharmos para este livro enquanto uma contribuição que mudou os rumos da historiografia contemporânea e para fazer isso é necessário ultrapassarmos sua introdução e levarmos em consideração a junção dos capítulos, assim como as temáticas que White abordou ao longo de *Meta-história*.

Inicialmente é válido destacarmos o contexto de publicação da principal obra de White. A década de 70 do século passado não foi um momento fácil, na realidade, foi marcada por diversos eventos que perturbaram a ordem social estabelecida. Nesse sentido, precisamos destacar que, “White publicou seu chamado às armas contra a escrita profissional da história cerca de cinco anos depois das revoltas de 1968, quando jovens historiadores começaram a questionar as convenções de seu ofício”¹⁴. A referência nesta citação fica por conta dos eventos de maio de 68 que abalaram as condições de produção do pensamento, além é claro, das críticas dos envolvidos às questões sociais. Além disso, esse momento de vida e produção de White também ficou marcado pelas lutas em busca da garantia dos direitos civis pela população negra nos Estados Unidos e uma série de outros eventos que caracterizaram um espírito do tempo conturbado onde as necessidades por reinventar as convenções da sociedade eram evidenciadas. Dentre esses eventos, podemos destacar ainda a Guerra do Vietnã que, segundo Peter Novick, “foi o principal catalisador do tumulto e acrimônia sem precedentes que assolaram a profissão histórica no final dos anos 1960”¹⁵. Mesmo a guerra não causando uma divisão política na

¹³ AVELAR, Alexandre de Sá. Hayden White nas páginas de History and Theory. Dois momentos: 1980 e 1998. *ArtCultura*, v.20, n. 37, 2018, pp. 37-49, p. 38.

¹⁴ DEAN, Carolyn. *Metahistory and the resistance to theory*. American Historical Review, 2019, p. 1337. Tradução própria.

¹⁵ NOVICK, Peter. *That Noble Dream: the “objectivity question” and the American historical profession*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 427. Tradução própria.

comunidade acadêmica e historiadora, com a grande maioria dos intelectuais condenando o conflito, é interessante notarmos como esse evento tensionou o momento intelectual em que White publicou sua grande obra.

Notamos então que o final dos anos 60 e começo dos anos 70 tornaram-se marcantes no sentido de produzirem uma enorme ebulição social, política e cultural diretamente atrelada ao contexto acadêmico. Ainda de acordo com o autor Peter Novick sobre esse panorama político “em questões de política externa, um grande número de liberais juntou-se ao crescente movimento de esquerda em oposição à invasão da Baía dos Porcos patrocinada por Kennedy e à intervenção de Johnson na República Dominicana”¹⁶, fator esse que escancarava a necessidade de posicionamento dos intelectuais do período frente aos dilemas de sua época. O interessante de se perceber em todo esse contexto de efervescência é justamente as escolhas políticas feitas por esses pensadores que, inevitavelmente, seriam refletidas em suas produções intelectuais. E nesse ponto, White nunca deixou dúvidas com relação ao seu posicionamento político à esquerda, tendo inclusive feito diversas críticas à tradição política e social estadunidense. Segundo ele, “a cultura americana é superficial porque nela há uma crença no destino e na predestinação de forma calvinista”¹⁷ e, além disso, “é uma sociedade muito conservadora e até reacionária”¹⁸. De fato, não podemos discordar de White nessa última afirmação. Torna-se difícil até mesmo definirmos o que é ser uma pessoa de esquerda nos Estados Unidos tendo em vista esse histórico processo político conservador vivenciado pelos estadunidenses, como destacou White. Contudo, o importante aqui é percebermos que esses dilemas históricos dessa cultura se afluaram durante as décadas de 60 e 70 do século XX. E não é algo estranho White criticar sua própria cultura, justamente porque ao longo de toda a carreira o autor mostrou um certo afastamento das tradições históricas de seu país. Em nossa visão, mesmo sendo estadunidense, White possuía uma formação e referências intelectuais muito mais europeias do que estadunidenses, promovendo esse afastamento que mencionamos. Talvez até mesmo por conta dessa cultura conservadora que o autor mencionou. Seja como for, a questão é que no meio desse turbilhão de eventos políticos e sociais, *Meta-história* foi gestada e trouxe consigo uma série de inquietudes que se mostram como imperativos de seu próprio tempo.

¹⁶ NOVICK, Peter. **That Noble Dream**: the “objectivity question” and the American historical profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 427. Tradução própria.

¹⁷ WHITE, Hayden; ROGNE, Erlend. The aim of interpretation is to create perplexity in the face of the real: Hayden White in conversation with Erlend Rogne. **History and Theory**, vol. 48, No. 1, 2009, pp. 63-75, p. 63. Tradução própria.

¹⁸ Idem, p. 64. Tradução própria.

Estes eventos e efemérides não serão os objetos de análise de nosso trabalho, mas podem servir para demonstrar que *Meta-história* não foi uma obra escrita e publicada à revelia de seu tempo. Na verdade, nenhum autor e nenhum livro conseguem se dissociar completamente de seus ambientes de produção e pensamento, carregando consigo as séries de desafios impostos por seus respectivos momentos intelectuais e temporais. Portanto, podemos compreender que questionar os parâmetros disciplinares da história era um movimento que também começava a ganhar força no período citado por nós e talvez tenha alcançado seu auge com a publicação de *Meta-história*. O caminho percorrido por White, portanto, foi o de desafiar “o consenso generalizado de que a ciência histórica é um modo imperfeito, mas imparcial de investigação”¹⁹, ou seja, desconstruir as certezas disciplinares e científicas do conhecimento e da produção historiográfica era algo que movia as pautas intelectuais do autor estadunidense. Mais do que isso, ao publicar *Meta-história*, White abria a possibilidade para os historiadores repensarem seu ofício trazendo para o debate disciplinar determinadas questões como as estruturas narrativas, os enredos e as implicações ideológicas/éticas de qualquer texto histórico.

E se anteriormente destacamos o contexto político e social do momento histórico de publicação de *Meta-história*, talvez agora seja interessante apontarmos algumas questões referentes ao panorama disciplinar da história no período. E neste campo, o cenário também era de incertezas, mudanças e debates. A historiografia, que tinha seus padrões de pesquisa e método associados majoritariamente ao modelo francês dos *Annales*, passava por uma grande crise em seus paradigmas, como destacado por Lawrence Stone²⁰. Se, anteriormente, o modelo serial, quadripartite e das pequenas, médias e longas durações fez um enorme sucesso entre a comunidade historiadora, o contexto dos anos 70 sacudiu fortemente a disciplina e essas certezas estabelecidas. E esses questionamentos, muitos deles provenientes da linguagem e da narrativa, promoveram uma verdadeira crise no interior da disciplina histórica.

Vemos neste período uma série de pensadores que procuraram não só entender o momento conturbado da pesquisa histórica, mas também pensar alternativas metodológicas para esse campo. Com certeza, para este trabalho, o mais importante é Hayden White e seu *Meta-história*, mas não podemos perder de vista que este foi apenas um dos vários trabalhos desse momento. Podemos destacar aqui, *A Escrita da História*, de Michel de Certeau, publicada em 1975 com seu importante questionamento “o que fabrica o historiador quando faz

¹⁹ DEAN, Carolyn. **Metahistory and the resistance to theory**. American Historical Review, 2019, p. 1341. Tradução própria.

²⁰ STONE, Lawrence. The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History. **Past and Present**, No. 85, 1979, pp. 3-24. Tradução própria.

história?”²¹ Além desse texto, que se tornou uma importante obra do período, temos também o difundido artigo de Lawrence Stone, *O retorno da narrativa*²² de 1979, no qual, questionavelmente, o autor inglês propõe um pretenso ressurgimento da narrativa histórica como se, em algum momento da história da humanidade ocidental europeia, fosse possível realizar um trabalho historiográfico sem utilizar técnicas narrativas. E além dessas importantes obras, também temos produções que, se não necessariamente refletiam filosoficamente e teoricamente sobre o fazer histórico, proporcionaram novas formas de pensar esse ofício, como o clássico *O queijo e os vermes*²³ de Carlo Ginzburg, apresentado pela primeira vez em 1976. É neste caldo cultural de questionamento, reinvenções e defesas dogmáticas da disciplina histórica que Hayden White publica seu *Meta-história*. Portanto, não por acaso, esse livro tornou-se o representante do narrativismo, pós-modernismo, relativismo, ou seja lá qual for outro adjetivo ou outro “ismo” utilizado no intuito de desconsiderar ou marginalizar as reflexões contidas na obra. Como Novick nos aponta sobre o campo da história e o sentimento do período, “em nenhum outro campo houve um sentimento tão generalizado de desordem; em nenhuma outra disciplina tantas figuras importantes expressaram consternação e desânimo com o estado atual de seu reino”²⁴. E esse sentimento de perda e desordem disciplinar, uma busca por reorganizar as bases disciplinar da disciplina e as fortes críticas às concepções narrativistas da linguagem, precisavam de um lugar de concentração. E, nos anos 70, “aqueles que viram o novo clima com alarme exigiram uma personificação simbólica do extremo ‘relativismo niilista’ dentro da profissão, e Hayden White foi feito sob encomenda para o papel”²⁵. Por isso precisamos entender o momento histórico de publicação do *Meta-história*. Sem dúvidas, sua aparição ajudou ainda mais no aprofundamento das crises no interior da disciplina histórica. E se White personificou tudo aquilo que a boa historiografia científica deveria rejeitar, sua obra personificou o grande problema, ou causador do mal-estar da época: a narrativa.

Sobre esse ponto, Stone nos diria que: “entende-se por narrativa a organização do material em uma ordem cronologicamente sequencial e o foco do conteúdo em uma única história coerente, embora com subtemas.”²⁶ E aqui não precisamos de muito esforço para saber

²¹ CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2011.

²² STONE, Lawrence. The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History. **Past and Present**, No. 85, 1979, pp. 3-24. Tradução própria.

²³ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

²⁴ NOVICK, Peter. **That Noble Dream**: the “objectivity question” and the American historical profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 578. Tradução própria.

²⁵ Idem, p. 599. Tradução própria.

²⁶ STONE, Lawrence. The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History. **Past and Present**, No. 85, 1979, pp. 3-24, p. 3. Tradução própria.

que essa definição vai completamente ao contrário daquilo que White entende por narrativa. Para o estadunidense, ela não seria somente a organização, mas sim a produtora do conhecimento histórico. A narrativa não pode ser pensada como um momento secundário no ofício do historiador, um processo posterior ao recolhimento dos dados e fontes, mas sim compreendida como constituinte de todo o processo de produção histórica. Ela ordena não só os acontecimentos ocorridos no passado, mas fundamentalmente, todo o mundo que nos cerca e a experiência que temos dele. Portanto, não entendemos esse momento como um retorno da narrativa, como assinalou Stone, mas sim, um contexto em que diversos pensadores buscaram elaborar de quais maneiras seria possível realizar um conhecimento histórico sendo que esse conhecimento, inevitavelmente, se submete às técnicas narrativas. É para esse ponto que *Meta-história* se faz importante nos anos 70. E se para muitos o livro se tornou o sinônimo dos perigos da narrativa, talvez nenhuma outra citação do período evidencie isso de forma tão clara quanto a elaborada por Stone: “nenhuma palavra é adequada para resumir tudo, e assim, por enquanto, ‘narrativa’ terá que servir como uma palavra-código abreviada para tudo o que está acontecendo”²⁷. Com “tudo”, Stone queria dizer os diversos processos e crises pelos quais a disciplina histórica passava no período. E aqui a palavra narrativa serviu como esse lugar comum, como uma palavra genérica para designar e adjetivar a perturbação que o solo científico da história sentia. Não por acaso essa definição de narrativa não se sustenta a um exame adequado. Além de sua conceituação por Stone ser problemática, sua utilização como um espantalho para adjetivar tudo aquilo que os historiadores repudiavam e viam como uma ameaça à disciplina nos mostra que a má compreensão não só do conceito, mas também de White e seu *Meta-história* se tornaram a grande tônica do período.

Se de um lado temos essas críticas à ideia de narrativa elaborada nos anos 70, por outro temos também as pressões ético/políticas que a disciplina histórica passava no período. De acordo com Novick, “a experiencia acadêmica sugeria sua incapacidade de explicar o passado; o desânimo e a desilusão levaram a dúvidas sobre sua adequação como orientações no presente”²⁸. Percebemos aqui o tensionamento entre os acontecimentos políticos do período e a disciplina histórica. A questão não era somente uma crise disciplinar da ciência histórica, as reflexões sobre a narrativa e as produções do passado, mas, principalmente, sobre de que maneira a historiografia poderia responder aos dilemas éticos e políticos de seu tempo. No fim

²⁷ STONE, Lawrence. The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History. **Past and Present**, No. 85, 1979, pp. 3-24, p. 24. Tradução própria.

²⁸ NOVICK, Peter. **That Noble Dream**: the “objectivity question” and the American historical profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 443. Tradução própria.

das contas, a questão dizia respeito às formas de orientação e como a historiografia moderna não conseguia produzir essas orientações para os sujeitos. Enclausurada em seus métodos científicos que passavam por crises e questionamentos, rejeitando teorizações que procuravam ressignificar a ideia de narrativa e impossibilitada de contribuir para a tarefa ética de orientação e libertação dos sujeitos de seus passados no tempo presente, a história disciplinar se via em uma desilusão temporal em meio à desintegração do seu nobre sonho da objetividade científica. E se a resposta da maioria dos historiadores foi tentar recuperar a cientificidade de sua disciplina, atacar os perigos do pretense relativismo produzido pela narrativa, e buscar “por padrões de investigação racional, e se submeterem à comprovação de sua validade”²⁹, Hayden White navegou na corrente contrária. E é por isso que *Meta-história* não pode ser lida somente como a maioria dos intelectuais a designou. É preciso pensá-la como uma obra eminentemente ética, que coloca em debate, além da narrativa histórica e das elaborações de passado, o problema da função social orientadora e libertadora que qualquer narrativa histórica possui.

Este ponto referente à ética, política e implicações para o presente de narrativas sobre o passado pode ser lido como um dos reflexos dos acontecimentos de seu tempo. Era necessário ao historiador, segundo White, refletir sobre os caminhos que sua disciplina tomaria frente aos dilemas enfrentados pela década de 70, tanto acadêmicos quanto sociais. Portanto, não bastava mais aos historiadores produzirem uma historiografia focada exclusivamente no passado, mas tornava-se cada vez mais necessário atentar-se para as implicações ideológicas e éticas de todo e qualquer escrito sobre o passado³⁰. O próprio White, por exemplo, sempre ressaltou esse caráter ético em suas produções, e como ele mesmo afirmou, “em ética sou situacionista. Acredito que o senso de obrigação, responsabilidade e assim por diante depende da situação em que você se encontra”³¹. Neste sentido, a situação ética do historiador frente ao seu trabalho dependerá sempre da situação presente que ele enfrenta, levando em consideração os dilemas e angústias que os afligem no momento de produção historiográfica. Por isso acreditamos que não somente as críticas ao conhecimento histórico realizadas em *Meta-história* são importantes, mas também a consideração de que o momento histórico de White o colocava em uma situação ética de urgente e necessária reinvenção dos preceitos de elaboração de narrativas sobre o

²⁹ IGGERS, G. Desafios do século XXI à historiografia. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 3, n. 4, p. 105–124, 2010, p. 122.

³⁰ Neste ponto é importante ressaltarmos que a implicação ideológica é uma das estratégias de explicação do passado expostas por White. Para mais informações, ver: WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 12.

³¹ WHITE, Hayden; ROGNE, Erlend. The aim of interpretation is to create perplexity in the face of the real: Hayden White in conversation with Erlend Rogne. *History and Theory*, vol. 48, No. 1, 2009, pp. 63-75, p. 66. Tradução própria.

passado. O situacionismo de White, neste momento, o direcionava para pensar uma historiografia não apartada da realidade social e necessariamente direcionada para o tempo presente daqueles que experienciam e consomem narrativas sobre o passado.

Destacar essas questões é fundamental para entendermos que, além de um livro sobre as imaginações a respeito da história produzidas no século XIX, *Meta-história* é também uma obra eminentemente ética. E o tema da ética nesta fase de pensamento de White está intimamente relacionada com a noção de escolha, pois como o próprio autor nos mostra: “quando se trata de optar por essas visões alternativas da história, os motivos para preferir uma à outra são morais ou estéticos”³². Sobre essa citação, Novick apontaria para uma importante questão ao dizer que White utilizaria “visões em vez de versões”³³, ou seja, a escolha do historiador perpassaria pela maneira com que ele próprio conceberia o passado, ou mesmo, pela forma com que ele “via” essa temporalidade, visão essa que só encontraria espaço através da imaginação e da construção de imagens por parte do historiador. Por isso, a dimensão ética de Hayden White em *Meta-história* não perpassa somente suas análises sobre os pensadores do século XIX e as respectivas tomadas de posição perante o mundo que eles e suas obras representaram, mas também invoca uma instância indispensável para o fazer histórico: a ideia de escolha. E destacar essa dimensão é, acima tudo, entender a “natureza feita em vez de encontrada dos relatos históricos”³⁴, contribuindo assim para uma característica de White ao longo de sua trajetória intelectual e entendida por Novick como “sua crença na legitimidade do pluralismo e, acima de tudo, a sua quase obsessão existencialista com a liberdade de escolha do historiador”³⁵. Entendemos, assim, que essa obsessão existencialista de White com o tema da escolha do historiador é justamente o que produz a dimensão ética de *Meta-história*. Seu objetivo era descortinar os processos de produção do passado e demonstrar que, por trás de toda narrativa histórica existem as escolhas do historiador que a elaborou, escolhas essas que, inevitavelmente, são reverberações ideológicas produzidas e produtoras de dimensões éticas e políticas para sujeitos e sobre sujeitos em um mundo historicamente constituído.

Essa dimensão da escolha destacada por White, e que perpassa o enredo de *Meta-história*, não seria algo somente realizado pelo historiador. Se em um primeiro momento sua função é escolher a forma com que vai contar determinada história sobre um passado,

³² WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 440.

³³ NOVICK, Peter. **That Noble Dream: the “objectivity question” and the American historical profession**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 601. Tradução própria.

³⁴ Idem, p. 601. Tradução própria.

³⁵ Idem, p. 601. Tradução própria.

posteriormente a instância da escolha se desloca, e sua responsabilidade passa a ser do leitor. São os diversos sujeitos que buscam consumir narrativas históricas para as mais diversas finalidades possíveis que irão escolher qual relato será mais útil para sua vida, sempre levando em consideração seus objetivos próprios, ou mesmo, a utilidade que se busca. Este é um segundo descolamento ético que White realiza em *Meta-história*: ao trazer para o centro da ação o indivíduo, o estadunidense tensiona a ética para além das narrativas históricas, demonstrando que ela também é constituinte das próprias vivências daqueles que consomem, adquirem ou utilizam essas narrativas. Sobre esse ponto, Kalle Pihlainen nos apresenta uma importante consideração: “colocar a responsabilidade pelas escolhas na porta de cada indivíduo pode ser uma forma eficaz de alcançar a responsabilidade social, mesmo que também envolva risco”³⁶. Portanto, ao fazer esse movimento, White passa a compreender a responsabilidade social como algo a ser compartilhado entre historiador e leitor e, em um contrato fictício entre ambos, são acordados quais relatos dos passados seriam mais eticamente responsáveis com sujeitos e temporalidades e, mais do que isso, com o mundo presente em que ambos habitam. E o risco inerente de pessoas escolherem narrativas autoritárias ou reacionárias não pode funcionar como um impedimento para que o historiador entenda que seu trabalho possui essa dimensão ética da escolha que é partilhada com os indivíduos que os recebem. Acreditamos então que, ao destacar essa dimensão ética da escolha em *Meta-história*, White atuava mais uma vez na direção crítica ao conhecimento histórico produzido por seu período. Se os historiadores de seu tempo ainda não haviam compreendido a dimensão constitutiva da narrativa no processo histórico, esticar a corda e propor uma escolha e partilha de passados entre historiadores e leitores seria uma tarefa ainda mais complicada.

E o curioso é notarmos que, para realizar esse movimento de crítica ao pensamento histórico do século XX e aos desdobramentos políticos e sociais que sua época tomava, White viu-se na necessidade de retornar ao século XIX e ao momento de fundamentação científica da disciplina histórica. Portanto, é neste conturbado contexto de experiência temporal que *Meta-história* surge e podemos afirmar que tal momento é de fundamental importância para que as diversas temáticas abordadas no livro fossem discutidas e os historiadores chamados ao debate sobre suas práticas profissionais.

Para realizar esse processo de chamado dos historiadores ao debate sobre a sua disciplina, White mobilizou em *Meta-história* uma série de pensadores oitocentistas e suas

³⁶ PIHLAINEN, Kalle. History in the world: Hayden White and the consumer of history. **Rethinking History**, Vol. 12, No. 1, 2008, pp. 23-39, p. 34. Tradução própria.

narrativas sobre o tempo pretérito. Se este pode ser considerado um dos livros mais bem delimitados do autor, com começo, meio e fim bem definidos, não podemos esquecer que uma das principais características do estadunidense já se encontrava presente em sua primeira grande obra: a ideia de ensaio. Ao longo de toda a carreira, White ficou conhecido por seus vários textos de caráter ensaístico que, muitas vezes, eram condensados e se tornavam livros. Como Herman Paul nos mostra, “o gênero favorito de White, de fato, não era a monografia, mas o ensaio; não a resposta de 250 páginas para uma única pergunta, mas a explosão de criatividade de 25 páginas”³⁷. E, aqui, podemos entender como a liberdade oferecida pelo gênero ensaístico foi extensamente aproveitada por White ao longo de todo o seu percurso intelectual pois ele talvez seja “o ensaísta acadêmico mais importante de nossos tempos”³⁸, utilizando esta forma específica de escrita “para experimentar nada menos do que informar e provocar”³⁹. E essa ideia de experimentar e provocar constitui o conteúdo de *Meta-história*. Ao submeter os historiadores oitocentistas às análises baseadas na tropologia linguística, White buscava justamente experimentar as possibilidades de formatação de narrativas históricas e, mais do que isso, as diversidades possíveis na constituição de textos sobre o passado. Além disso, o estilo provocativo que é uma das marcas da forma ensaística também se faz presente na obra de 1973, uma vez que criticar a pretensa metodologia neutra dos historiadores e evidenciar o fato de que o estudo do passado é eminentemente uma construção narrativa que utiliza ferramentas da linguagem, White chamava os historiadores para o debate sobre seu ofício com esse tom provocador.

E aqui, não podemos deixar de enfatizar a questão da provocação, uma das marcas de toda a trajetória whiteana. Tal questão ganha um destaque ainda maior quando se utiliza o gênero ensaístico para escrever e nosso autor sabia dessas potencialidades. Segundo Max Bense, “o ensaio é a expressão do modo experimental de pensar e agir”⁴⁰, ou seja, ensaiar é testar hipóteses, conceitos e, tudo isso, a partir de questões que provocam e retiram do lugar comum aquele que lê o texto. Por essas questões acreditamos que *Meta-história* também pode ser interpretada enquanto um livro formado por diversos ensaios, mesmo que esta seja a obra mais “sistemática” e delimitada de nosso autor. Se a introdução e conclusão podem ser lidas a partir de um pretense formalismo que abordaremos mais a frente, acreditamos que os capítulos

³⁷ PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011, p. 7. Tradução própria

³⁸ VANN, Richard. The reception of Hayden White. **History and Theory**, Vol. 37, No.2, 1998, pp. 143-161, p. 144. Tradução própria.

³⁹ Idem, p. 144. Tradução própria.

⁴⁰ BENSE, Max. O ensaio e sua prosa. In: PIRES, Paulo Roberto (Org). **Doze ensaios sobre o ensaio**: antologia serrote. São Paulo: IMS, 2018, p. 115.

específicos sobre os historiadores e filósofos da história devem ser compreendidos como extensos ensaios nos quais White está preocupado mais em testar suas hipóteses sobre os pensamentos daqueles intelectuais do que em afirmar categoricamente determinada teoria ou ideia de história. Por isso, a liberdade utilizada pelo estadunidense ao selecionar citações, expor ideias e apresentar hipóteses sobre os diversos personagens que compõe seu livro pode ser entendida como essa liberdade de provocar e experimentar que só é conquistada a partir da utilização da forma do ensaio.

Com relação à forma do ensaio como característica de White, o próprio autor nos diria em uma entrevista que: “eu escrevo em grande parte sobre tópicos que outras pessoas definiram para mim. Escrevo em resposta a situações. E assim a forma da história tornar-se pertinente”⁴¹. Portanto, entendemos que o estilo do ensaio para White era justamente essa adaptação rápida a situações diversas. Por ser um gênero mais livre do que um tratado acadêmico e científico, ensaiar se torna para White uma ferramenta extremamente útil no processo de constituição de suas ideias. Assim, ensaiar sobre um tema tão complexo e controverso como o século XIX, suas historiografias e seus escritores, se constitui enquanto uma atividade literária desprendida das normas e métodos científicos definidos pela tradição historiográfica e isso ocorre justamente por conta das potencialidades oferecidas pela ideia de ensaio.

Além dessa questão relacionada à liberdade criativa oferecida pelo ensaio, também precisamos destacar uma outra dimensão relacionada a esse gênero: a imaginação. Não por acaso, a imaginação está presente no subtítulo de *Meta-história* e faz referência justamente à maneira com que aqueles pensadores do século XIX imaginaram e construíram as histórias que foram apresentadas em seus trabalhos. Sobre essa noção de imaginação, Hayden White nos diria que: “por processos imaginativos, quero dizer aqueles que apresentam o tipo de pensamento em imagens e modos figurativos de associação característicos do discurso poético, da escrita literária e, sim, do pensamento mítico”⁴². Portanto, a imaginação estabelece uma relação direta com a construção de imagens, mesmo elas sendo literárias, figurativas ou alegóricas, se transformando assim em uma característica do discurso literário ou poético que, na visão de White, também estaria presente nas narrativas históricas produzidas nos oitocentos. E se a imaginação é esse pensamento em imagens e a construção literária e imagética de um mundo

⁴¹ WHITE, Hayden; ROGNE, Erlend. The aim of interpretation is to creat perplexity in the face the real: Hayden White in conversation with Erlend Rogne. **History and Theory**, vol. 48, No. 1, 2009, pp. 63-75, p. 72. Tradução própria.

⁴² WHITE, Hayden. An Old Question Raised Again: Is **Historiography Art or Science?** (Response to Iggers). *Rethinking History*, 2000, pp. 391-106, p. 398. Tradução própria.

real a partir de sua transformação em narrativa, dificilmente encontraríamos um gênero mais propício para essa atividade do que o ensaio. A respeito dessa questão, Max Bense nos aponta que “todos os grandes ensaístas associaram o gênio da combinação a uma extraordinária potência imaginativa”⁴³, construindo assim uma relação íntima entre esse gênero e a faculdade humana da imaginação. É por isso que imaginar se apresenta como uma necessidade do ensaio e sem essa característica um texto ensaístico talvez não conseguiria dar conta da extrapolação, do teste, da experimentação e da provocação, qualidades essas que se assumem como marcas dessa forma específica de escrita.

É por essas questões que compreendemos *Meta-história* de White como um livro onde seus capítulos funcionam como ensaios para o leitor. E se a ideia do autor era ensaiar, nada melhor do que fazer essa atividade tendo como pano de fundo a noção de imaginação histórica do século XIX. Ao perpassar por cada um dos pensadores escolhidos, bem como por suas ideias de história, White apresenta para nós uma análise refinada de como aqueles sujeitos imaginaram o passado, a escrita da história e a relação política e ideológica dela com suas épocas presentes. E o interessante é percebermos como esse conceito sofre transformações ao longo das páginas da grande obra de White, assumindo significados diferentes a depender é claro, de qual autor e de qual linha de pensamento ele é utilizado. Nesse sentido, imaginação em *Meta-história* e no século XIX analisado por White pode ser, ao mesmo tempo: “uma ameaça a razão”⁴⁴ para os iluministas; uma faculdade do historiador que atuaria “em duas direções: criticamente e poeticamente”⁴⁵, como assinalado por Hegel; como um instrumento a ser utilizado pelo historiador para “revelar a verdade de um acontecimento por meio da apresentação”⁴⁶ e que “não pode usar a pura fantasia”⁴⁷, segundo elaborado por Humbolt e utilizado por White ao refletir sobre Ranke; enquanto um processo de “deleitar-se nas imagens sem enrijecer essas imagens em conceitos destruidores da vida”⁴⁸, como identificado por Nietzsche; como “o principal perigo para o historiador”⁴⁹ uma vez que a imaginação proporcionaria “voos para além

⁴³ BENSE, Max. O ensaio e sua prosa. In: PIRES, Paulo Roberto (Org). **Doze ensaios sobre o ensaio**: antologia serrote. São Paulo: IMS, 2018, p. 121.

⁴⁴ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 82.

⁴⁵ Idem, p. 105.

⁴⁶ Idem, p. 191.

⁴⁷ Idem, p. 191.

⁴⁸ Idem, p. 343.

⁴⁹ Idem, p. 392.

dos fatos contidos nos registros de passadas realidades”⁵⁰, compreensão essa difundida por Croce; ou mesmo, enquanto o “modo criativo da consciência”⁵¹, como assinalado Vico.

Apresentamos aqui, apenas algumas das concepções de imaginação conceituadas e interpretadas por White em *Meta-história*. O que podemos inferir deste rápido levantamento é que o conceito de imaginação é polissêmico e compreendido pelos autores de formas completamente distintas, a depender é claro, de seu contexto de produção e de suas concepções de vida, história e operação narrativa. Mas, via de regra, a imaginação no século XIX se assume como algo positivo ou negativo quando busca ser compreendida nos trabalhos históricos. E assim como a própria noção de ensaio, a imaginação também carrega consigo um grande número de adeptos e críticos. Contudo, não podemos compreender aqui imaginação como um vale tudo, ou enquanto um processo de criação meramente especulativo. Devemos entender que a “a imaginação não cria novos objetos, ela confere certas configurações aos objetos”⁵² se transformando assim em uma maneira de pensar diferentes formas possíveis para um mesmo conteúdo. Portanto, acreditamos que ao mobilizar a imaginação a partir da forma do ensaio, White conseguiu reunir em seu *Meta-história* os elementos necessários para refletir sobre as configurações narrativas, as implicações éticas e ideológicas e as formações estéticas presentes nas narrativas sobre o passado elaboradas pelo século XIX.

Se a obra de White assume essa aparente contradição entre um livro sistematicamente dividido e organizado através de um grande tema e a forma do ensaio como características dos capítulos, talvez seja o momento de analisarmos essas e outras questões interpretativas presente na obra do estadunidense. Dessa maneira, proporemos agora formas distintas de ler *Meta-história*, bem como as estruturas utilizadas por White para elaborar essa obra que pode ser compreendida, ao mesmo tempo, como uma tentativa formalista/estruturalista de conceber narrativas históricas, mas com capítulos específicos que utilizam a forma de narrar ensaística.

Logo nas primeiras páginas de *Meta-história*, White define o método de seu livro e seu objetivo principal: “meu método é, para dizê-lo numa só palavra, formalista. [...] procurarei, de preferência, identificar os componentes estruturais dessas descrições”⁵³. Aparentemente, essa definição de White despertou muito interesse por parte de seus críticos, afinal de contas, ela

⁵⁰ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 392.

⁵¹ Idem, p. 422.

⁵² BENSE, Max. O ensaio e sua prosa. In: PIRES, Paulo Roberto (Org). **Doze ensaios sobre o ensaio**: antologia serrote. São Paulo: IMS, 2018, p. 121.

⁵³ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 19.

representa um contrassenso, ou mesmo, um paradoxo com tudo aquilo que *Meta-história* representou para os debates em torno da teoria da história. Segundo Alexandre Avelar “os primeiros momentos dessa recepção de White foram marcados pela ênfase nos aspectos formalistas e narrativistas de *Metahistory*, e a própria forma pela qual White se assumia formalista contribuiu para essa avaliação”.⁵⁴ Portanto, percebemos que as primeiras leituras e interpretações da obra levaram em consideração esse seu caráter estrutural. Neste sentido, precisamos levantar alguns questionamentos: como é possível um livro que marcou as discussões sobre a narrativa na historiografia e que está inserido no contexto pós-estruturalista ter sido pensado em uma chave formalista? Seria essa mais uma das ironias nas quais *Meta-história* é vazado? Obviamente, estas são questões complexas. Mas o ponto central para nós é entender como White estruturou *Meta-história* a partir desse formalismo que ele mesmo define sua obra. Nossa hipótese é que a escolha dos historiadores e dos filósofos da história não foram aleatórias, nem mesmo a atribuição dos modos de consciência e dos modos de elaboração de enredo a cada um deles.

E sobre esse ponto, o próprio White reconheceria posteriormente o caráter estruturalista de sua obra. Em texto publicado no ano de 2000 a respeito de críticas realizadas à White por Georg Iggers, o autor de *Meta-história* nos diria que “esse foi um livro de um certo momento ‘estruturalista’, e se eu estivesse escrevendo hoje, faria diferente”⁵⁵. Portanto, ao reconhecer esse conteúdo estrutural presente em sua obra, White evidenciava que essa era uma marca de seu tempo, ou seja, o estruturalismo presente em *Meta-história* também diz respeito ao contexto histórico em que o livro foi produzido. Entretanto, essa aventura estruturalista do autor estadunidense não deixa de nos causar estranheza e produzir uma certa dualidade nessa obra, uma vez que apesar de estruturá-la com divisões bem delimitadas e utilizar a teoria tropológica como estruturante do texto, White não consegue abandonar a forma ensaística no momento de pensar os autores específicos do século XIX. Por isso, acreditamos que *Meta-história* se constitui em cima dessa dualidade entre estruturalismo e ensaísmo, produzindo desse encontro uma obra que é ao mesmo tempo uma estrutura bem delimitada das narrativas históricas oitocentistas, mas realizadas a partir do gênero literário do ensaio. Nos resta então, entendermos como essas questões foram mobilizadas nesse texto de White.

⁵⁴ AVELAR, Alexandre de Sá. Hayden White nas páginas de History and Theory. Dois momentos: 1980 e 1998. *ArtCultura*, v.20, n. 37, 2018, pp. 37-49, p. 40.

⁵⁵ WHITE, Hayden. An Old Question Raised Again: In *Historiography Art or Science?* (Response to Iggers). *Rethinking History*, 2000, pp. 391-106, p. 391. Tradução própria.

O primeiro ponto que podemos abordar no intuito de elucidar minimamente esse paradoxo que existe no interior de *Meta-história* é em relação ao intuito do livro. Livros como esse rompem a frágil barreira das ideias do autor. Portanto, várias obras se tornam um filho próprio e livre ao serem publicadas. White e nenhum autor consegue ter o controle sobre sua obra e sobre a interpretação de seus leitores. Entretanto, a partir da nossa compreensão da obra, acreditamos que *Meta-história* tenha sido pensada para ser uma história da historiografia do século XIX, ou seja, o intuito seria abordar a forma narrativa com que historiadores e filósofos da história considerados importantes por White elaboraram seus trabalhos. Mais do que isso, podemos entender essa obra a partir do seu subtítulo, que traz a ideia de imaginação histórica. Como Gordon Leff nos apontou em uma importante resenha crítica sobre o livro escrita logo após sua publicação, em 1974: “esta é uma tentativa ambiciosa e desafiadora de explicar como todo o pensamento histórico - tanto do historiador como do filósofo da história praticante - depende da estrutura profunda da imaginação histórica”⁵⁶. Neste sentido, o tema central gira em torno da maneira com que os intelectuais abordados no livro imaginaram a história e a forma com que estruturaram esse conhecimento a partir de suas narrativas. Segundo Ankersmit, “pode-se dizer que a imaginação medeia, ou negocia, entre a percepção e a conceituação”⁵⁷, sendo assim, podemos entender o empreendimento de White como uma tentativa de captar essa negociação que os autores do século XIX estabeleceram a partir da imaginação com o intuito de compreenderem o tempo passado em forma de narrativa histórica. Portanto, *Meta-história* é uma análise, não uma proposição. Como o próprio White nos chama a atenção: “eu nunca disse nada acerca de como os historiadores devem fazer seus trabalhos, seja sobre pesquisa ou escrita”⁵⁸. Aqui percebemos que o livro não era para ser uma receita de bolo e, talvez, nem tenha sido pensado enquanto uma obra teórica.

Já em seus primeiros anos de vida, *Meta-história* havia recebido algumas críticas sobre seu conteúdo. Um dos revisores que teria dito que o livro era “irritante e pretensioso também o chamou de um livro ousado, fascinante e deliberadamente provocativo”⁵⁹. Portanto, podemos perceber que em suas primeiras leituras a obra whiteana despertava, ao mesmo tempo, a ira e a

⁵⁶ LEFF, Gordon. Review of Metahistory. *Pacific Historical Review*, Vol. 43, No. 4, 1974, pp. 598-600, p. 598. Tradução própria.

⁵⁷ ANKERSMIT, Frank. White’s “New Neo-Kantism”: Aesthetics, Ethics, and Politics. In: ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans. *Re-figuring Hayden White*. Stanford University Press, California, 2009, p. 44. Tradução própria.

⁵⁸ WHITE, Hayden. Como eu não escrevi Meta-História. In: BENTIVOGLIO, Julio; TOZZI, Verónica. *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-História*. Milfontes, Serra, 2017, p. 18.

⁵⁹ DEAN, Carolyn. *Metahistory and the resistance to theory*. *American Historical Review*, 2019, p. 1343. Tradução própria.

admiração por parte de vários leitores. Por isso, mesmo cinquenta anos depois ainda fica difícil definirmos de forma taxativa o intuito e a forma do livro que pode ser interpretado de maneiras distintas. Nossa hipótese é que, ao indicar características formalistas e estruturais logo em sua introdução, White talvez tenha transmitido a visão de que aquela seria uma obra dogmática e estruturalista. Entretanto, qualquer leitura atenta dos outros capítulos perceberá a aura provocativa e ensaística do livro. E ao propor essa análise da narrativa histórica de historiadores e filósofos da história o estadunidense lançou mão desses diversos mecanismos para compreender as obras produzidas pelo século XIX, bem como das formas de transmissão a seus leitores.

E sobre os mecanismos de se compreender as narrativas históricas, temos um dos momentos que geraram os maiores debates em torno desta obra e que fazem referência aos jeitos distintos de se analisar textos históricos. Para realizar essa atividade, White lançou mão de três princípios que, segundo ele, são constituintes de toda narrativa histórica: elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica. A combinação desses pontos formaria aquilo que White denomina de “estilo historiográfico”⁶⁰ e cada um dos estilos formados poderia ser vazado em quatro modos de consciência retirados da teoria crítica de Northrop Frye, que são: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Não perpassaremos por cada um deles agora. O importante aqui é entendermos que essas divisões de White constituem o estruturalismo de sua obra, ou seja, ao lançar mão dessas categorias o autor estadunidense começa a “encaixar” os pensadores do século XIX dentro das mesmas. Como White nos chama a atenção ao falar sobre os modos de consciência:

Pois cada um dos modos pode ser visto como uma fase, ou momento, dentro de uma tradição de discurso que evolui das formas de percepção metafórica, metonímica e sinédouca do mundo histórico para uma apreensão irônica do irreduzível relativismo de todo o conhecimento⁶¹

Por isso, *Meta-história* é um labirinto para o leitor. Ao mesmo tempo em que o livro é uma análise estrutural da historiografia oitocentista, também é uma teoria pós-estrutural (ou narrativista/ensaística) do pensamento histórico. E esse labirinto que brinca com aquele que o tenta decifrar é o que transforma essa obra em uma das mais instigantes, justamente por não fornecer de imediato uma maneira fácil de decifrá-la. E talvez seja essa dubiedade, representada pelo modo irônico em que a obra foi vazada, que faz com que *Meta-história* ainda seja uma leitura importantíssima nos mais diferentes círculos de historiadores. Sendo assim, podemos

⁶⁰ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 43.

⁶¹ Idem, p. 52.

entender esse livro como uma “aventura estruturalista de White em tensão com seu humanismo”⁶², ou seja, é a tentativa de nosso autor transitar por dois polos do pensamento: um mais dogmático, monográfico, estrutural e outro mais ensaístico, provocativo, livre.

E, a partir desse choque criativo, vemos surgir uma obra que, apesar de manter todas as relações estruturais propostas na introdução, desenvolver as teorias tropológicas escolhidas por White e se manter fiel aos princípios constitutivos do campo histórico e de suas narrativas, se transforma também em uma obra com capítulos escritos a partir de características típicas do ensaio como forma literária. E isso é perceptível, não só pela maneira com que White utiliza e encaixa livremente suas próprias teorias nos autores escolhidos do século XIX, mas também pela potência criativa que essa atividade oferece, transformando *Meta-história* em algo que transcende a simples interpretação de narrativas históricas oitocentistas, se tornado assim, uma elaboração teórica própria e original de White que foi realizada a partir da fortuna intelectual analisada por ele. E aqui a organização estruturalista e a liberdade ensaísta se cruzam: por mais que seu intuito fosse apenas uma análise do século XIX e suas imaginações históricas, o espírito aventureiro do ensaio transcendeu esse objetivo, proporcionando uma formulação teórica sobre a narrativa e o conhecimento histórico.

Essas questões referentes ao estruturalismo da principal obra whiteana teriam grandes impactos na sua recepção posterior. Como Herman Paul nos aponta: “o fascínio estruturalista que já encontramos no prefácio, introdução e conclusão da *Meta-história* tornou-se particularmente importante durante a década de 1970”⁶³. O fascínio citado é importante de ser destacado porque ocupou, como diz Paul, três partes do livro. Não a totalidade da obra, mas apenas aqueles momentos em que White explica o intuito de suas reflexões e a maneira com que iria proceder sua escrita. E é importante ressaltarmos essa questão porque a grande maioria dos intérpretes de *Meta-história* direcionaram suas críticas, tanto à obra quanto ao autor, a partir dessas três partes que possuem esse caráter mais estruturalista. Contudo, é no mínimo simplista direcionar e encerrar os comentários sobre esta grande obra somente no prefácio, introdução e conclusão. *Meta-história* extrapola essas partes mais sistemáticas e não pode ser lida como um manual, muito menos como formas de aplicar tropos narrativos ao conhecimento histórico. E por mais que o próprio White tenha dito em seu prefácio que buscaria considerar

⁶² SPIEGEL, Gabrielle. **Above, about and beyond the writing of history**: a retrospective view of Hayden White's *Metahistory* on the 40th anniversary of its publication. *Rethinking History*, 2013, p. 7. Tradução própria.

⁶³ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 83. Tradução própria.

as obras dos autores escolhidos para as análises “puramente como estruturas verbais”⁶⁴, não é difícil perceber em uma leitura atenta do livro que *Meta-história* ultrapassa esse objetivo meramente estruturalista. Ao analisar essas obras, White além de destacar essas estruturas verbais, também oferece para seus leitores uma teoria própria a partir dos autores e textos escolhidos por ele.

Como Verónica Tozzi nos diz, “Meta-história não é a grade na página 29 para os historiadores escolherem um tropo e escreverem uma história do resultado de suas pesquisas, mas a totalidade dos capítulos”⁶⁵. Neste sentido, muitos dos críticos parecem ter lido apenas o início da obra de White e “o choque e a principal “ofensa” do livro foram causados pela introdução metodológica, na qual White explica os princípios interpretativos nos quais o trabalho se baseia.”⁶⁶ Nesta mesma linha de pensamento, Spiegel diz que muitos historiadores que se dedicaram a ler White e seu livro “nas décadas de 1970 e 1980 estavam inclinados a ler a Introdução e a Conclusão e pular os capítulos intermediários sobre os autores do século XIX”⁶⁷. Portanto, o famoso quadro onde os tropos são descritos se transformou em um espantinho que geralmente é utilizado para reduzir toda a obra a uma concepção estruturalista do discurso histórico. Mais do que uma orientação aos historiadores a respeito dos tropos que eles poderiam utilizar em suas narrativizações, essa apresentação estrutural estabelece uma forma de interpretar narrativas, sendo utilizada ao longo dos capítulos por White e servindo como base interpretativa da obra. Não é um esquema para o historiador aplicar, mas sim um recurso teórico e heurístico elaborado pelo próprio autor. Mais interessante do que reduzir as reflexões de *Meta-história* ao quadro que expõe os tropos é entender como White compreende os pensadores do século XIX a partir da maneira com que suas narrativas foram vazadas. E além disso, restringir a compreensão desta obra ao quadro tropológico ou ao estruturalismo destas partes é esquecer as potencialidades da obra que são exploradas por White de forma ensaística ao longo dos capítulos. Portanto, se a grande maioria dos inquisidores de *Meta-história* leram apenas a introdução e a conclusão, torna-se necessário realizarmos um breve movimento de exposição de algumas dessas críticas que foram feitas não só à obra, mas também a White para depois explorarmos a questão da narrativa presente no texto. E, mais do que isso,

⁶⁴ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 20.

⁶⁵ TOZZI, Verónica. **Hayden White**, la crítica (meta)histórica y la democratización de la cultura. *ArtCultura*, v. 14, n. 25, p. 21-35, 2012 p. 29. Tradução própria.

⁶⁶ DOMANSKA, Ewa. Hayden White: Beyond irony. **History and Theory**, vol. 37, No. 2, 1998, pp. 173-181, p. 175. Tradução própria.

⁶⁷ SPIEGEL, Gabrielle. **Above, about and beyond the writing of history**: a retrospective view of Hayden White’s Metahistory on the 40th anniversary of its publication. *Rethinking History*, 2013, p. 3. Tradução própria.

talvez seja de extrema relevância desconstruirmos essa visão de White e sua obra enquanto estruturalistas a partir da noção de que *Meta-história* é também uma abertura para a experimentação a partir de suas análises das historiografias do século XIX. A interpretação de uma obra relevante como essa precisa ultrapassar suas primeiras sessenta páginas.

Em nossa opinião, grande parte das críticas e debates que se constituíram em torno de *Meta-história* não foram calcadas no conteúdo e nas suas ideias específicas, mas sim em uma defesa praticamente dogmática do solo realista da disciplina histórica que, para muitos críticos, White e sua obra visavam implodir. E mais do que isso, essa defesa vinha acompanhada das críticas ao pretenso estruturalismo da obra. Dentre as principais críticas recebidas por White e seu livro, uma que se destaca é a do importante historiador francês Roger Chartier. Em seu livro *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*, publicado em 2002, este pensador dedica um capítulo para criticar White e destacar os pretensos perigos que o estadunidense e sua obra representariam para a historiografia. E para realizar essa tarefa, Chartier deixa claro que está retornando ao prefácio da obra⁶⁸ com o intuito de demonstrar o estruturalismo e o determinismo linguístico de White. E, de fato, o historiador francês é muito feliz em destacar essas questões que são profundas marcas do prefácio e da introdução de *Meta-história*. Contudo, gera uma certa estranheza para nós o fato de um pesquisador tão renomado e importante como Chartier não retornar aos outros momentos do livro para testar sua hipótese de que White subordina as narrativas históricas aos determinismos da linguagem.

Aqui temos um claro exemplo da situação que citamos anteriormente, segundo a qual a grande maioria dos críticos de *Meta-história* condicionaram sua leitura e crítica à introdução. E sua conclusão final após breves páginas de uma análise um tanto quanto questionável é quase uma sentença de excomunhão whiteana: “Hayden White faz-se o arauto de um relativismo absoluto (e muito perigoso) que denega toda possibilidade de estabelecer um saber científico sobre o passado.”⁶⁹ Ora, essa é apenas mais uma das várias acusações que White recebeu ao longo de sua carreira. E a grande maioria delas não fugia dessa lógica apresentada por Chartier ao interpretar o prefácio e a introdução de *Meta-história*, pois “para o historiador médio, o nome de White simboliza o uso de jargão teórico desnecessário, um relativismo debilitante e a

⁶⁸ CHARTIER, Roger. Figuras retóricas e representações históricas. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Ed. Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 2002, p. 105.

⁶⁹ Idem, p. 110.

negação de evidências e a possibilidade de representação realista do passado”⁷⁰. Criou-se assim um fantasma em torno de *Meta-história* e um espantalho sobre a figura de White.

Mas, quando olhamos para as diversas reflexões de White ao longo da vida, percebemos que essa visão apresentada por Chartier e tantos outros comentadores não passa de uma análise um pouco apressada do pensador estadunidense. Com bem nos aponta Kalle Pihlainen ao citar uma passagem de White: “eu concebo o relativismo como a base da tolerância social, não uma licença para fazer o que quiser”⁷¹. Nota-se, então, que o relativismo whiteano tantas vezes abordado como o principal inimigo das produções científicas sobre passado não significa um vale tudo, mas sim a possibilidade de várias narrativas concorrentes sobre o passado existirem e serem moldadas com diferentes enredos, tropos e possuindo implicações ideológicas distintas. Por isso se torna cada vez mais necessário ultrapassar a introdução de *Meta-história* e perceber que somente essas críticas ao suposto relativismo de White não conseguem se sustentar quando essa obra é analisada em profundidade. Relativismo esse que, em nossa visão, precisa ser entendido muito mais como um pluralismo do que uma licença para fazer o que quiser, ou seja, a abertura para a pluralidade epistemológica, ética e estética a partir das narrativas históricas.

Ainda sobre essas questões, Veronica Tozzi elabora importantes apontamentos a respeito das principais críticas recebidas por *Meta-história*. De acordo com essa pesquisadora, vários intérpretes focaram em criticar White a partir de um idealismo linguístico ou panlingualismo, determinismo linguístico, antireferencialismo e antirrealismo⁷². A questão da linguagem, como já apontamos anteriormente e desenvolveremos melhor mais a frente, serviu para White compreender os discursos histórico e não os submeter aos preceitos linguísticos. Com relação às críticas que envolvem um suposto antirrealismo, entendemos que elas também não se sustentam. De fato, *Meta-história* e White podem ser entendidos como essa perturbação do solo realista em que a pesquisa histórica desde o século XIX se constituiu, entretanto, não é justo lê-los como negadores dessa realidade referencial. E essa perturbação, como já especificamos anteriormente, se constituiu como uma característica dos anos 70 do século XX, onde as críticas ao método e à epistemologia da ciência histórica assumiram uma grande centralidade dentro dos debates sobre a disciplina. Na ordem do dia estavam, portanto, questionamentos sobre o processo de interpretação, construção e elaboração das narrativas sobre o passado. Como o

⁷⁰ KANSTEINER, Wulf. **Hayden White's critique of the writing of history**. History and Theory, 1993, pp. 273-295, p. 289. Tradução própria.

⁷¹ PIHLAINEN, Kalle. The ethics of fictionality in history writing. **Revista de Filosofia y Ciencias**, 2021, p. 60. Tradução própria.

⁷² Para mais informações, ver: TOZZI, Verónica. Hayden White, la crítica (meta)histórica y la democratización de la cultura. **ArtCultura**, v. 14, n. 25, p. 21-35, 2012 p. 24. Tradução própria.

próprio White nos chamou a atenção em uma entrevista com Erlend Rogne, “o objetivo da interpretação é criar perplexidade diante do real – não esclarecê-lo”⁷³. Portanto, a questão não é destituir a historiografia de sua referencialidade do passado, mas sim, entender que a interpretação histórica existe para complexificar as visões sobre o evento, acontecimento e o passado histórico. Acreditamos então que muitas críticas que levaram em consideração três tópicos principais como relativismo, determinismo linguístico e antirrealismo sofrem para se sustentar especialmente porque desconsideram a própria *Meta-história* em sua totalidade e uma série de outros textos de White ao longo de sua vida.

Se, como dissemos, essas críticas à *Meta-história* são pouco detalhadas, chegou o momento de direcionarmos nosso olhar para um dos temas presentes no livro que geraram o maior número de debates e polêmicas: a questão da narrativa no trabalho historiográfico. Logo na primeira página de seu livro, White deixa claro para o leitor como ele concebe o trabalho histórico a partir das seguintes palavras: “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa”⁷⁴. Portanto, nenhum leitor é pego de surpresa, nem pode reclamar de enganação. Ao lançar mão dessa tática de apresentar logo de início como ele apreende o campo histórico, White facilita sua compreensão e, mais do que isso, aponta que o foco central de *Meta-história* é justamente a análise da narrativa ou, como ele disse, dessas estruturas verbais que estão presentes nos trabalhos dos historiadores oitocentistas. Posteriormente, vemos que o autor estadunidense entende esse trabalho do historiador como a prefiguração do campo histórico, uma atividade que, segundo ele, é eminentemente poética. Esta é a porta de entrada para um dos temas mais polêmicos da obra e que, em um primeiro momento, gerou uma série de confusões em sua interpretação: a teoria dos tropos. Como Kleinberg nos diz: “é sua definição de enredo e sua teoria dos tropos que fascinaram e atormentaram historiadores e outros estudiosos interessados no empreendimento histórico”⁷⁵. Portanto, este momento da obra e os debates suscitados por ele merecem um destaque especial.

Primeiramente, precisamos salientar que a teoria dos tropos não é um consenso dentro da linguagem, sendo ela mesma motivo de inúmeros debates e visões distintas. De acordo com Domanska, “Vico forneceu a White a teoria poética da consciência, a saber, a tropologia

⁷³ WHITE, Hayden; ROGNE, Erlend. The aim of interpretation is to creat perplexity in the face the real: Hayden White in conversation with Erlend Rogne. **History and Theory**, vol. 48, No. 1, 2009, pp. 63-75, p. 74. Tradução própria.

⁷⁴ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 11.

⁷⁵ KLEINBERG, Ethan. Hayden White: in memoriam. **The historian**, vol. 80, pp. 691-704, 2018, p. 698. Tradução própria.

entendida como uma ciência de transição que é o coração da *Meta-história*⁷⁶. Reconhecer o fato de que a teoria dos tropos utilizada por White é uma dentre as várias possíveis é relevante principalmente para entendermos que o estadunidense escolhe deliberadamente uma teoria que foi desenvolvida por Vico, pois segundo ele:

Seguindo uma tradição de interpretação que remonta a Aristóteles e que mais recentemente, foi desenvolvido por Vico, pelos linguistas modernos e pelos teóricos da literatura, dou a esses tipos de prefiguração os nomes dos quatro tropos da linguagem poética: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia⁷⁷

Essas quatro formas da análise poética são aplicadas por White para entender os tipos de prefiguração do campo histórico. Eles são os modos de consciência, ou seja, a estrutura tropológica pelas quais os filósofos da história do século XIX moldaram suas narrativas. Portanto, White não inventa a teoria dos tropos, muito menos afirma que essa é a única possível. O que ele se propõe a fazer é utilizar essas estruturas para analisar a historiografia oitocentista.

Além desta tradição que remonta a Vico, White também utiliza outros três autores na elaboração da sua teoria dos tropos: Jakobson, Levi-Strauss e Lacan⁷⁸. Neste sentido, podemos entender que o autor estadunidense buscou uma série de referências intelectuais que abordaram em algum momento a questão da linguagem para utilizar em *Meta-história* a sua construção tropológica como ferramenta interpretativa das narrativas historiográficas. O que não podemos nos esquecer, e que por muitas vezes é utilizado por críticos de White, é o fato de que os tropos nas mãos desses autores eram figuras retóricas e “nunca foram um fim em si mesmas, mas sempre um instrumento para realizar um tipo específico de análise”⁷⁹. Concordamos aqui com essa posição de Herman Paul justamente porque ela desconstrói a ideia de tropos como finalidade última e instrumento balizador das narrativas históricas. Na realidade, a tropologia whiteana é um “instrumento heurístico”⁸⁰, ou seja, serve mais para compreender do que para definir se determinado texto histórico é vazado na metáfora ou na ironia, por exemplo. Portanto, esses tropos assumem outra significação em *Meta-história*, pois “eles se referem a modos de realismo e não a características de textos narrativos”⁸¹. O que importa no final das análises é o tipo de realismo que determinada narrativa sobre o passado representa, cria e constrói.

⁷⁶ DOMANSKA, Ewa. Hayden White: Beyond irony. **History and Theory**, vol. 37, No. 2, 1998, pp. 173-181, p. 177. Tradução própria.

⁷⁷ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 12.

⁷⁸ Idem, p. 46.

⁷⁹ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 9. Tradução própria.

⁸⁰ TOZZI, Veronica. Hayden White e o pluralismo conversacional. In: BENTIVOGLIO, Julio; TOZZI, Verónica. **Do passado histórico ao passado prático**: 40 anos de Meta-História. Milfontes, Serra, 2017, p. 288.

⁸¹ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 69. Tradução própria.

Mas, se assim como a literatura a história também é uma disciplina que utiliza da linguagem e das múltiplas narrativas, o que diferenciaria uma da outra? Mais do que isso, como poderíamos distinguir o trabalho de um romancista daquele realizado por um historiador? Talvez, esse seja o ponto central das discussões sobre a historiografia e a narrativa e um dos principais pontos abordados por críticos de *Meta-história*. Se tudo é narrativa e se, principalmente, a história é constitutiva desse campo, a historiografia não seria a mesma coisa que literatura? Essas questões ficaram um pouco obscuras em muitas interpretações de White que parecem entender sua obra como uma dissolução das fronteiras entre essas áreas. Muitos leram White como se ele estivesse atacando a delimitação disciplinar da história e a sua especificidade enquanto conhecimento. Entretanto, uma importante nota presente em *Meta-história* parece resolver esses problemas. Segundo White,

Ao contrário de ficções literárias como o romance, as obras históricas são feitas de acontecimentos que existem fora da consciência do escritor. Os acontecimentos relatados num romance podem ser inventados de um modo que não podem ser (ou não devem ser) inventados numa história.⁸²

Aparentemente, essa passagem livraria White das críticas que recebeu a respeito da narrativa historiográfica e sua semelhança com a literatura. Ao escolher o modo ficcional do romance como comparação com a historiografia, nosso autor utiliza o processo de criação que está presente nas duas construções narrativas. Enquanto no romance essa criação pode ser livre, ou seja, o escritor pode falar sobre acontecimentos reais ou não, na escrita da história o autor necessariamente precisa narrar fatos que aconteceram. Em um primeiro momento, essa diferenciação pode parecer simples e banal. Contudo, ela é fundamentalmente aquilo que difere o campo disciplinar histórico da literatura e de outras formas narrativas. E, ao afirmar isso, White deixa claro que sua intenção não era dizer que em história “vale tudo”, ou que a história é a mesma coisa que literatura. Muito pelo contrário, sua intenção era reafirmar a especificidade do gênero histórico que trabalha em cima de fatos que ocorreram. E dizer isso também é uma maneira de reafirmar o imperativo ético do historiador que, por conta de seu respeito às fontes e ao passado, não pode inventar – muito menos negar – livremente fatos e eventos passados. Não à toa, uma das condições estruturais de toda obra histórica é a implicação ideológica (ética e moral) de toda narrativa. E mais do que isso, a citação apresentada anteriormente também contribui para que White não seja visto como um antireferencialista, muito menos como alguém que negue a realidade do evento passado. A questão não é se ou como o evento aconteceu, mas

⁸² WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 21.

sim, o que nós historiadores fazemos com as diversas narrativas que podem ser elaboradas sobre um mesmo acontecimento.

E esse problema do que fazer com o passado ou com os eventos históricos é justamente o que move a obra de Hayden White. As dimensões ética e libertadora do conhecimento histórico já podem ser encontradas nos anos 70, não só por conta de seu clássico texto *O fardo da história*, publicado em 1966, mas também pelas dimensões ideológicas e da escolha formuladas em *Meta-história*. Por isso, devemos entender White como um autor que concebe o mundo da historicidade como algo eminentemente ético e existencial, pois como nos diz Keith Jenkins ao citar White:

O passado histórico é “ético” na medida em que seu assunto (violência, perda, ausência, o evento, morte) desperta em nós o tipo de sentimentos ambivalentes, tanto sobre nós mesmos quanto sobre o “outro”, que aparecem em situações que exigem escolha e engajamento em formas existencialmente determinantes.⁸³

Assim, o que se evidencia em *Meta-história*, além das análises sobre a narrativa história, é esse processo de compreensão ética do passado histórico que, associado às dimensões da escolha e do engajamento existencial dos sujeitos, colocam o historiador diante da responsabilidade ética e moral de produzir narrativas que auxiliem no processo de libertação dos sujeitos do fardo da história. E tal libertação, na visão de White, estaria longe de ser oferecida pela historiografia disciplinar de sua época, pois de acordo com ele: “nego que os historiadores, em sua atual capacidade ‘profissional’, possuam os recursos necessários para fazer julgamentos ‘eticamente responsáveis’ sobre o que quer que queremos dizer por ‘história’”⁸⁴. Portanto, o que se evidencia é a incapacidade de a história científica responder a esses dilemas éticos impostos aos sujeitos no tempo presente pela própria agência quase que espectral do passado histórico em suas vidas. Por isso, a questão do que fazer com os eventos históricos assume uma centralidade para White e, em sua visão, talvez essa dimensão ética de orientação no presente a partir do passado seja mais bem desenvolvida na ficção literária do que na ciência da história.

Sobre a questão da ficção e sua relação com a história, precisamos apontar algumas questões. Muitas das críticas feitas a White versavam justamente sobre essa suposta justaposição whiteana entre história e ficção. De fato, se em alguns momentos White deixa margem para interpretações como essas, em outros ele reconhece que o elemento ficcional é

⁸³ JENKINS, Keith. ‘Nobody does it better’: radical history and Hayden White. **Rethinking History**, Vol. 12, No. 1, march 2008, 59-74, p. 70. Tradução própria.

⁸⁴ WHITE, Hayden. The Public Relevance of Historical Studies: A Reply to Dirk Moses. **History and Theory**, Vol. 44, No. 3, 2005, pp. 333-338, p. 335. Tradução própria.

constituente da história, mas não idêntico. Segundo ele, “reconhecer o elemento ficcional não significa a degradação da história”,⁸⁵ ou seja, a ficção é o momento em que o historiador escolhe determinado enredo para narrar o acontecimento histórico. Sobre esta questão, o historiador Enzo Traverso realiza uma crítica a White, pois segundo ele: “o erro de White consiste em confundir a narração histórica (a construção da história por um relato) com a ficção histórica (a invenção literária do passado)”⁸⁶. Contudo, essa diferenciação é um pouco equivocada porque ficção não necessariamente é sinônimo de invenção. E, mais do que isso, ficcionalizar não é inventar eventos ou passados, mas sim elaborar construções narrativas sobre o passado e, como diz Herman Paul, a ficção fica por conta do processo de interpretar o passado⁸⁷ realizado por qualquer historiador. Temos então que, se fossemos usar a caracterização proposta por Traverso, a ficção proposta por White estaria mais relacionada com aquilo que o historiador italiano chama de narração do passado. Ficção também não é o vale tudo, mas sim a arte de enredar acontecimentos – reais ou imaginários – e a partir deles produzir sentidos sobre o passado no tempo presente.

E aqui é interessante notarmos que em 1973, White não propõe uma definição conceitual para ficção, mas elabora aquilo que ela poderia ser. De acordo com ele, assume-se constantemente que “a diferença entre ‘história’ e ‘ficção’ reside no fato de que o historiador ‘acha’ suas histórias, ao passo que o ficcionista ‘inventa’ as suas”⁸⁸. Contudo, para White, essa diferenciação não se sustentaria pois “obscurece o grau de ‘invenção’ que também desempenha um papel nas operações do historiador”⁸⁹. E aqui, sem dúvida, a utilização do termo invenção é aquilo que mais desperta críticas a White. Entretanto, a invenção no ofício do historiador deve ser entendida como a capacidade de organizar os eventos históricos em enredos, formas de explicações e implicações ideológicas diferentes. Inventar não é falar o que quiser sobre o passado, mas sim entender que como o passado não está disponível para nós como realmente foi, resta aos historiadores criarem estratégias narrativas inventivas para suprir essa lacuna entre o evento e o tempo presente. E tais estratégias devem ser eticamente responsáveis com o evento passado e com os sujeitos que as escolhem no tempo presente. Portanto, se White não define claramente o que ele compreende como ficção em *Meta-história*, podemos inferir que essa

⁸⁵ WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 116.

⁸⁶ TRAVERSO, Enzo. A escrita da história: entre literatura, memória e justiça. **Revista maracanan**, trad. Beatriz de Moraes e Renata Duarte, 2017, p. 117.

⁸⁷ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 94. Tradução própria.

⁸⁸ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 22.

⁸⁹ Idem, p. 22.

noção está associada com o grau de invenção na obra do historiador, ou seja, um processo de construção que é ao mesmo tempo imaginário e narrativo, que transcende a mera observação e exposição dos acontecimentos e que passa a produzir para os sujeitos orientações e libertações em suas vidas comuns.

Em meio a todas essas questões apresentadas, acreditamos que a maior contribuição de *Meta-história* resida justamente na tentativa de incorporar para a análise histórica elementos pertencentes às estruturas linguísticas e que eram discutidos no campo da linguagem e da literatura. Isso é particularmente importante se considerarmos que, como White propõe, histórias são em sua essência artefatos verbais, ou seja, construções narrativas que utilizam a linguagem como meio de representar o passado. E todas essas narrativas do século XIX que White aborda em seu livro tinham um objetivo em comum: ser o mais realista possível. De acordo com o estadunidense, ao refletir sobre os historiadores e filósofos abordados:

quase todos eles se inspiraram na esperança de criar uma perspectiva do processo histórico que fosse tão objetiva quanto aquela pela qual os cientistas observavam o processo da natureza e tão realista quanto aquela pela qual os estadistas do período dirigiam os destinos das nações.⁹⁰

Por isso, compreendemos que o realismo está na base da concepção de história do século XIX. A narrativa moldada pelos pensadores daquele período tinha como meta e objetivo se aproximar o máximo possível do passado como ele realmente foi. Neste sentido, Gabrielle Spiegel nos diz que “linguagem e discurso entraram em seu vocabulário [de White] apenas por causa de seu potencial em descobrir e nomear as pressuposições subjacentes às várias reivindicações de realismo nos estudos históricos”⁹¹. Portanto, podemos entender que a escolha pela abordagem narrativa por parte de White também funciona como uma ferramenta para enfrentar determinado tipo de realismo histórico e é por isso que Frank Ankersmit nos diz que: “em suma, a tropologia de White não é o ataque à racionalidade histórica tantas vezes percebida nela: pelo contrário, é uma reivindicação da racionalidade da escrita histórica”⁹². E tal racionalidade seria assumir a existência de uma pluralidade histórica de narrativas sobre o passado, bem como de epistemologias e formas diferentes de se contar um mesmo acontecimento. E essa racionalidade não é entender o realismo histórico científico produzido pelo século XIX como o único possível, mas sim abrir a possibilidade para outras formas de

⁹⁰ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 53.

⁹¹ SPIEGEL, Gabrielle. Above, about and beyond the writing of history: a retrospective view of Hayden White's *Metahistory* on the 40th anniversary of its publication. **Rethinking History**, 2013, p. 7. Tradução própria.

⁹² ANKERSMIT, Frank. White's "New Neo-Kantism": Aesthetics, Ethics, and Politics. In: ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans. **Re-figuring Hayden White**. Stanford University Press, California, 2009, p. 47. Tradução própria.

realismo que possibilitem a construção de identidades, lugares de enunciação e libertações diferentes daquelas oferecidas aos indivíduos pelas histórias disciplinadas.

E aqui, mais uma vez, precisamos destacar o momento histórico do texto de White. Na segunda metade do século XX, os debates sobre a narrativa começaram a adentrar as ciências humanas com o chamado giro linguístico ou virada linguística que pode ser compreendido “como um evento decisivo para a história intelectual recente”⁹³. Neste sentido, as ciências humanas em geral e a história em particular passaram a refletir sobre a questão da narratividade em seus ofícios. Como muito bem nos aponta Veronica Tozzi, “a virada linguística é a consideração de que muitos problemas e dilemas filosóficos presumivelmente insolúveis são gerados em um mau uso ou má compreensão da linguagem em que são expressos”⁹⁴. O que estaria em jogo, portanto, seria a forma com que histórias são contadas. E a entrada em cena das teorias da linguagem não foi bem recebida pela grande maioria da comunidade de historiadores. Com uma série de críticas bem semelhantes àquelas realizada sobre a *Meta-história*, uma visão comum era a de que esses debates proporcionados pelo giro linguístico visavam derreter a realidade histórica, determinar o conhecimento à linguagem ou produzir relativismos que desconsiderariam a materialidade das fontes e do passado histórico. Ainda de acordo com Tozzi, “muitos dos críticos da confusamente chamada ‘virada linguística’ reclamam que esse movimento roubou nosso mundo, nossa realidade, para nos trancar na prisão da linguagem”⁹⁵. Percebemos, então, que White e sua *Meta-história* se encontravam no olho do furacão e se apresentavam ao público intelectual em um momento em que, para defender o solo realista e os métodos empíricos de pesquisa, diversos historiadores trataram esse movimento da virada linguística como uma afronta severa à sua disciplina. Portanto, em nossa visão, este momento intelectual também contribuiu para as diversas interpretações problemáticas a respeito de White e sua obra, muitas vezes reduzidos ao mero narrativismo como já apontamos anteriormente.

De acordo com Avelar:

Os encontros entre historiadores e filósofos da história, que nunca foram propriamente amistosos, se tensionaram ainda mais com o surgimento do giro linguístico, e Hayden White tornou-se a personificação de tudo aquilo que a boa pesquisa histórica deveria rejeitar⁹⁶.

⁹³ RANGEL, Marcelo; ARAUJO, Valdei. **Apresentação - Teoria e história da historiografia**: do giro linguístico ao giro ético-político. História da historiografia, Ouro Preto, 2015, p. 319.

⁹⁴ TOZZI, Verónica. Hayden White, la crítica (meta)histórica y la democratización de la cultura. *ArtCultura*, v. 14, n. 25, p. 21-35, 2012, p. 26. Tradução própria.

⁹⁵ Idem, p. 26. Tradução própria.

⁹⁶ AVELAR, Alexandre de Sá. Hayden White nas páginas de History and Theory. Dois momentos: 1980 e 1998. *ArtCultura*, v.20, n. 37, 2018, pp. 37-49, p. 45.

Concordamos aqui com o comentador e o que percebemos é que o giro linguístico também pode ser lido como esse enfrentamento entre historiadores e filósofos da história que White já havia mencionado em seu *Meta-história*. Não à toa, o livro é dividido entre esses dois grupos, sendo quatro historiadores e quatro filósofos da história pertencentes ao século XIX que são analisados pelo estadunidense. O ponto central é entender que esse debate, na visão de White, era entre a história escrita (pelos historiadores) e a história pensada (pelos filósofos da história).

Para White, essa distinção entre filósofos da história e historiadores não era produtiva e, mais do que isso, foi realizada pelo século XIX no intuito de delimitar a cientificidade da disciplina histórica bem como sua especificidade em relação a outras áreas das ciências humanas. Segundo o estadunidense:

Para ser admitida como tal, sustentava-se, a historiografia precisava ser um relato fidedigno do que sucedera no passado, sem nenhuma atenção para com o fantasioso *per se*, e precisava ser apresentada num espírito de objetividade e a partir de um ponto de observação situado acima de toda disputa partidária contemporânea, sem as distorções e o grau de abstração que uma genuína reflexão filosófica sobre o significado delas poderia produzir⁹⁷.

Vemos então que, para se tornar ciência, a historiografia teve de abrir mão de várias coisas, dentre elas, a reflexão filosófica. E essa tensão entre esses dois lados do pensamento histórico foi abordado por White classificando os historiadores enquanto produtores de enredo e os filósofos enquanto representantes da consciência. No centro dessa disputa estava o passado histórico, os eventos e as vidas daqueles que habitaram o tempo pretérito. E, se o século XIX precisou utilizar essa distinção para fundamentar o solo científico da historiografia, muitos historiadores durante o século XX perceberam as discussões sobre o narrativismo na maioria das vezes desenvolvidas por filósofos e levadas até a disciplina histórica por White como uma afronta a essa cientificidade.

E esse debate ou separação entre esses caminhos de se conceber e pensar a história era visto por White como algo improdutivo e, mais do que isso, como uma questão que diminuía a potencialidade do conhecimento histórico. Como ele mesmo nos diz ao final de *Meta-História*:

toda filosofia da história contém dentro de si os elementos de uma história propriamente dita, da mesma forma que toda história propriamente dita carrega consigo os elementos de uma filosofia da história plenamente desenvolvida⁹⁸.

⁹⁷ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 277.

⁹⁸ Idem, p. 434.

Essa separação, portanto, foi algo artificialmente criado para fundamentar a escrita científica da história. E uma das marcas importantes da chamada virada linguística, da qual White fez parte em meados do século XX, foi demonstrar para a historiografia que as questões filosóficas da compreensão e das narrativas relacionadas a linguagem são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer pesquisa sobre o passado. Portanto, historiadores e filósofos da história são vistos por White como igualmente importantes na fundamentação teórica e prática de qualquer atividade de escrita e pensamento sobre o passado.

Neste primeiro capítulo nos dedicamos a construir uma imagem geral de *Meta-história*, bem como de sua recepção e críticas. Nossa intenção era construir um ambiente comum de onde partirmos. Isso é necessário porque, para entendermos a recepção de White do século XIX, é de fundamental importância situarmos sua principal obra a respeito dessa temporalidade. E se, como dissemos, as principais análises do clássico livro de White deixaram de lado o conteúdo dos capítulos, talvez seja o momento de nos dedicarmos especificamente ao conteúdo historiográfico do livro, ou seja, a interpretação de White sobre os autores do século XIX. E aqui escolhemos como objeto de análise para nosso segundo capítulo dois autores que são expoentes do conhecimento histórico oitocentista: Burckhardt e Droysen. A ideia será compreendermos como a interpretação de White realizada sobre essas duas figuras contribuiu para sua apreensão da historiografia produzida pelo século XIX que, em nossa visão, iria funcionar como um paradigma para o estadunidense e sua obra ao longo de toda sua trajetória intelectual. Retornar aos oitocentos é, portanto, uma tarefa que se mostra urgente a qualquer pesquisa que verse sobre as formas de compreender e produzir narrativas históricas.

1.2 Entre a contemplação e a compreensão: leituras de White sobre Burckhardt e Droysen e os realismo possíveis no século XIX.

Se, em um primeiro momento, nossa ideia era identificar as estruturas e as formas elaboradas por White em seu livro *Meta-história*, agora chegou a hora de nos dedicarmos a interpretação realizada pelo estadunidense a respeito de dois expoentes da historiografia do século XIX: Burckhardt e Droysen. Como dissemos anteriormente, poucas pessoas se dedicaram a explorar o conteúdo de *Meta-história* para além da sua introdução. Por isso nossa proposta é desenvolver uma parte específica de nosso trabalho para compreendermos a interpretação que White realiza de Burckhardt na busca por entender como sua historiografia é figurada por nosso autor nesta parte de sua obra. Enquanto o historiador suíço recebe este momento de destaque, Droysen é apenas citado ao longo de *Meta-história* e não possui um capítulo específico. Contudo, White refletiu posteriormente sobre o historiador alemão ao

produzir um texto a respeito de seu principal trabalho, *Historik*, texto esse que será utilizado por nós nesse momento. A questão central que buscaremos entender é a seguinte: como White utiliza Burckhardt e Droysen como modelos de historiografias distintas produzidas pelo século XIX? E, mais do que isso, como a leitura desses dois clássicos da historiografia pode nos fornecer um importante antagonismo sob o qual os historiadores devem refletir: produzir história e conhecimento sobre o passado a partir da ideia de contemplação ou do conceito de compreensão? Além disso, essa reflexão nos levará para um outro questionamento: quais formas éticas esses dois tipos de historiografia podem assumir e quais os tipos de libertação as narrativas históricas disciplinadas de Burckhardt e Droysen podem oferecer para os sujeitos imersos no tempo histórico presente? Obviamente, esses dilemas não são de fácil solução, contudo acreditamos que os enfrentar é um caminho extremamente necessário para chegarmos ao nosso objetivo maior, que é entender como White recebe e produz esse século XIX tantas vezes abordado e figurado por ele ao longo de seus trabalhos. E aqui, incontornavelmente, contemplação e compreensão nos levarão para um debate ainda mais amplo a respeito da ideologia e da ética presente em toda produção narrativa sobre o passado, elementos esses que White tratava como indispensáveis para qualquer elaboração de conhecimento histórico.

Como dissemos, a escolha por esses dois nomes não é aleatória. Sem dúvidas, poderíamos escolher qualquer outro historiador ou filósofo da história abordado por White em seu *Meta-história*. Ranke, por exemplo, talvez nos oferecesse uma melhor visão sobre a historiografia científica do século XIX, ou sobre um projeto de historicismo⁹⁹ vencedor e mais difundido nas práticas historiadoras acadêmicas. Michelet também poderia ser abordado nesse trabalho, no intuito de percebermos uma ideia romântica de história com uma implicação ideológica evidentemente conservadora. Contudo, em nossa visão, nenhum historiador possibilitaria externamos uma oposição bastante sintomática de nosso conhecimento como Burckhardt e Droysen. Sendo assim, partimos do pressuposto de que esses autores representam dois empreendimentos diferentes para a historiografia, duas propostas e projetos para aquilo que o estudo e a representação do passado deveriam ser. A questão aqui não é tanto sobre

⁹⁹ Neste ponto, cabe destacarmos que o conceito de historicismo é polissêmico e como demonstrou Gunter Scholtz pode assumir significados diferentes a depender de quando e como é utilizado. Por isso, em nosso trabalho, sempre que utilizarmos o conceito de historicismo referente à uma prática historiográfica vencedora e socialmente estabelecida nas academias historiográficas e que foi motivo de críticas de White, estaremos nos referindo à concepção de historicismo enquanto “a limitação da pesquisa histórica à coleta e estabelecimento de dados históricos, ou seja: positivismo e objetivismo histórico”. Obviamente, entendemos que historicismo não significa somente positivismo e objetivismo. Contudo, seguiremos aqui esta que é uma das cinco linhas classificatórias deste conceito que foram conceitualizadas por Scholtz. Para mais informações, ver: SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. Traduzido por Pedro Spinola Pereira Caldas. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 6, março 2011, p. 44.

produzir uma implicação ideológica burguesa ou reacionária, mas sim, como essas duas maneiras de olhar o passado, opostas entre si, produzem efeitos completamente diversos no que se refere à concepção de presente/passado, objetivos da disciplina e relação do historiador com sua sociedade. Por isso, nossa escolha por esses dois nomes “pesados” da historiografia. Retornar para esse momento de constituição da disciplina histórica a partir do olhar de White, um de seus principais críticos, talvez possa nos oferecer mecanismos para entender que a ideia de história sempre foi uma disputa e que, juntamente com os projetos vencedores, existiram diversos outros que concebiam esse conhecimento de formas alternativas.

Em seu texto sobre Hayden White e a crise do historicismo, Herman Paul nos apresenta uma interessante passagem sobre o padre Jacobus, um dos personagens de Hermann Hesse em seu livro *O jogo das contas de vidro*: “estudar história significa submeter-se ao caos e, não obstante, reter a fé na ordem e no significado. É uma tarefa muito séria meu jovem, e possivelmente trágica”¹⁰⁰. A fala de Jacobus oferece uma dimensão interessante do que o estudo histórico pode ser. Ao dizer que esse empreendimento é submeter-se ao caos, mas também buscar uma ordem e um significado, o personagem coloca o conhecimento histórico em uma espécie de pêndulo que oscila entre razão e imaginação, caos e ordenamento, pensamento mágico e científico. Essa fala que atribui uma dimensão caótica à disciplina histórica pode ser aplicada facilmente às tentativas de Hayden White de procurar nesse conhecimento o elemento mítico ou imaginativo, que também são formas de ordenar o mundo histórico. Entretanto, como Paul muito bem nos aponta¹⁰¹, o personagem de Jacobus teve como inspiração um outro historiador, o suíço Jacob Burckhardt. Dessa maneira, não é de se estranhar que os ensinamentos propostos por esse padre reflitam muitas das tópicas de uma ideia de historicismo elaborada pelo século XIX, a saber, “sempre historicize, nunca permita anacronismos, evite ler suas próprias opiniões na opinião dos outros, esteja atento tanto às mudanças quanto às continuidades na história humana”¹⁰². Se visto por uma pessoa alheia aos estudos históricos, essa sentença poderia ser interpretada como um manual de como se fazer história, pois externa todo o percurso esperado de um bom historiador. Mas, quando analisadas em seu contexto e em suas referências, as ideias de Jacobus podem ser compreendidas como a exposição de uma determinada forma de historicismo vigente no século XIX e, aqui, continuaremos na ideia de Paul que interpreta o padre de Hesse como inspirado em Burckhardt. Portanto, o que essa rápida

¹⁰⁰ PAUL, Herman. Hayden White and the Crisis of Historicism. In: ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans. **Re-figuring Hayden White**. Stanford University Press, California, 2009, p. 54. Tradução própria.

¹⁰¹ Idem, p. 61. Tradução própria.

¹⁰² Idem, p. 54. Tradução própria.

anedota e passagem nos oferece é uma visão mais ampla, segundo a qual a ideia de historicismo refletida por ela foi a vencedora durante o processo de cientificação da história no século XIX. Mas quais as outras histórias possíveis foram elaboradas por esse período? Como Burckhardt pode ser lido enquanto esse modelo de historiador preocupado com o passado e sua plena historicização? Quais implicações ideológicas essa leitura sobre o passado tem sobre o presente daqueles que leem e experienciam tais narrativas? Por fim, como Hayden White pode ser entendido como o intérprete, não só desse tipo específico de historicismo, mas também como um estudioso das várias formas de narrativas oitocentistas? Estas questões são de difíceis respostas, mas não podemos fugir do desafio de pensar sobre elas. E se Jacob Burckhardt é associado por Hermann Hesse ao padre Jacobus, talvez seja necessário analisarmos que tipo de história esse historiador constituiu a partir das interpretações realizadas pelo personagem principal de nosso trabalho, Hayden White.

1.2.1 – A historiografia como contemplação do passado: Jacob Burckhardt interpretado por Hayden White

Em uma entrevista com Erlend Rogne, White nos apresenta uma importante consideração sobre Burckhardt e outros historiadores do século XIX: “eles escreveram a história como uma forma de eu acho, impor um significado à história; eles acham que encontraram. Não Burckhardt, mas Ranke achou que tinha encontrado”¹⁰³. Essa passagem aponta para algumas questões interessantes, a primeira delas é sobre a busca por encontrar um significado, um sentido para os estudos históricos. Em nossa visão, essa era uma tônica de todos os historiadores que White abordou em seu *Meta-história* e, como ele nos mostra nessa entrevista, Ranke teve a certeza de encontrar esse significado. Em sua ideia de descrever o passado como ele realmente foi e sua busca por contar a história do Estado Nacional e dos grandes homens, Ranke pretensamente havia encontrado o elemento que atribui sentido ao processo histórico. Ao contrário dele, como nosso autor aponta, Burckhardt não havia encontrado esse significado. E um dos motivos que podemos pontuar para esse fato é a ausência de imposição de Burckhardt a sentidos e significados para a história. Como Hayden White muito bem demonstra ao analisar esse historiador em *Meta-história*, “o tema geral de Burckhardt era a interação de grandes personalidades e das forças compulsivas da sociedade,

¹⁰³ WHITE, Hayden; ROGNE, Erlend. The aim of interpretation is to creat perplexity in the face the real: Hayden White in conversation with Erlend Rogne. **History and Theory**, vol. 48, No. 1, 2009, pp. 63-75, p. 71. Tradução própria.

tema que foi alvo de amplo tratamento teórico em suas Reflexões sobre a História”¹⁰⁴. Sem dúvidas, a análise whiteana das obras do historiador suíço perpassa por essa questão de sua busca por grandes personalidades e forças que movem a sociedade e não uma tentativa de procurar o que fundamenta ou atribui significado ao conhecimento histórico e o que é estudar o passado. Em nossa visão, essa ausência por encontrar uma significação histórica é sintomática da historiografia burckhardiana e se constitui em elemento central da crítica elaborada por White. Não procurar sentido, significado ou orientação é, em certo sentido, abdicar das funções morais e ideológicas constituintes de toda produção sobre o passado. E, além disso, também é desconsiderar o elemento da libertação dos sujeitos que o conhecimento histórico pode oferecer, fator esse que, em nossa visão, constitui uma das responsabilidades do historiador ao produzir qualquer narrativa sobre o passado de acordo com as elaborações teóricas de White.

A respeito destes elementos de pesquisa e interesse de Burckhardt, Cássio Fernandes, um dos principais intérpretes do autor no Brasil, nos apresenta uma importante passagem sobre o processo de constituição e reflexão de *A cultura do renascimento na Itália*. Segundo ele, “Burckhardt buscava, como ele próprio havia afirmado, tocar os mais recônditos e mais verdadeiros ideais humanos da tardia Idade Média italiana”¹⁰⁵. O que se vislumbra nessa passagem é justamente a idealização pela busca dos elementos mais específicos do passado, os verdadeiros ideais que constituíram a experiência humana no tempo pretérito. Em nossa visão, essa era a forma de Burckhardt enredar suas narrativas e, mais do que isso, de realizar seu método histórico, sua operação historiográfica. Esse historiador se apresenta, portanto, como um guardião das formas do tempo passado e da tentativa de fazer reemergir no presente a vida dos grandes humanos que vieram antes de nós. Na visão de White, esse empreendimento burckhardiano pode ser compreendido como a tarefa de uma pessoa que “via a história como exercício artístico egoísta”¹⁰⁶ e que “concebia o processo histórico como onda e metástase”¹⁰⁷. Percebemos então que Burckhardt possui elementos específicos em sua historiografia que, na visão dele, deveriam ser abordados no processo de estudo e escrita do passado, elementos esses que eram vistos por White como exercícios de puro egoísmo estético e completamente desprendidos de qualquer responsabilidade moral com o presente.

¹⁰⁴ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 247.

¹⁰⁵ FERNANDES, Cássio da Silva. Jacob Burckhardt e a preparação para a cultura do Renascimento na Itália. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, 2006, Vol. 3, nº 3, 2006, p. 8.

¹⁰⁶ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 254.

¹⁰⁷ Idem, p. 260.

Como o próprio historiador suíço nos chama a atenção em seu livro *Reflexões sobre a história*, a história seria formada por “três grandes potências: estado, religião e cultura”¹⁰⁸ e esses seriam os principais temas de análise do historiador que se preocupasse em estudar o passado. Essas grandes instâncias seriam os objetos de análise do historiador e a busca pela especificidade delas seu grande telos. Portanto, Burckhardt não propõe a realização de uma filosofia da história, mas, como ele mesmo diz, “fornecer indicações para o estudo do elemento histórico”¹⁰⁹ que, em nossa visão, só poderia ser encontrado a partir dos estudos sobre o estado, a religião e a cultura. Se esta é uma interpretação geral sobre as ideias de Burckhardt a respeito da elaboração do pensamento histórico, na visão de White, a leitura deste historiador pode promover duas concepções distintas: uma enaltecida e outra crítica.

Com relação a primeira concepção, Hayden White a assimila como sendo “exaltadora do feito de Burckhardt, obscurece as implicações éticas e ideológicas da posição epistemológica que fornece a Burckhardt a originalidade de sua concepção de história a autenticidade de sua maneira de escrevê-la”¹¹⁰. Temos então que somente exaltar as realizações de Burckhardt seria limitador uma vez que desconsideraria os problemas das implicações éticas fornecidos pela sua epistemologia histórica. No que se refere a uma segunda concepção desse historiador, percebemos que ela é depreciadora do feito de Burckhardt e “obscurece a justificação estética dos primeiros éticos que corretamente denuncia como prova do niilismo essencial, do egotismo e da postura ideológica reacionária de Burckhardt”¹¹¹. Aqui, as realizações burckhartianas são ignoradas em nome de suas problemáticas implicações morais. Acreditamos, seguindo White, que essas duas visões contêm problemas, entretanto precisam ser abordadas principalmente quando falamos de um historiador do tamanho de Burckhardt. E como o próprio estadunidense nos diz sobre essas visões de Burckhardt: “a verdade não reside ‘entre’ essas duas opiniões, mas embaixo delas”¹¹². Portanto, podemos entender que, por mais complicadas que essas interpretações sejam, ambas podem ser utilizadas na busca pela construção de uma imagem mais elaborada da historiografia burckhardtiana. Sendo assim, acreditamos que um conceito central merece ser destacado quando falamos desse autor e de suas interpretações, conceito esse que também foi importante para a interpretação de White e que pretendemos aprofundar neste momento de nosso trabalho: a ideia de contemplação.

¹⁰⁸ BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões sobre a história**. Zahar, Rio de Janeiro, 1961, p. 9.

¹⁰⁹ Idem, p. 10.

¹¹⁰ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 245.

¹¹¹ Idem, p. 245.

¹¹² Idem, p. 245.

Em sua obra *Reflexões sobre a história*, Burckhardt entende a contemplação “como direito, dever e necessidade”¹¹³. Entendemos, então, que a atividade de contemplar para este historiador é algo fundamental no estudo sobre o passado. Observar as formas antigas, se afastar do imediatismo do presente e partir para a contemplação da vida das pessoas que vieram antes de nós são elementos constituintes do estudo histórico. Como muito bem nos aponta Cássio Fernandes ao analisar essa questão da contemplação na obra de Burckhardt: “a amarga desilusão com o presente tinha provocado [...] o seu definitivo afastamento de qualquer ligação com a esfera da ação ou do pensamento político e impulsionava-lhe ao recolhimento contemplativo”¹¹⁴. O que percebemos nesta passagem é uma interessante distinção entre a ação e a abnegação contemplativa. Ao abandonar a esfera da ação, Burckhardt passaria a produzir uma historiografia direcionada à contemplação, ao culto à velha Europa e estritamente focada na apresentação do passado histórico. Portanto, contemplar seria essa atividade de olhar para os mínimos detalhes do tempo que já foi, adotar uma resignação com o tempo presente e dedicar uma devoção completa à vida e às formas do tempo pretérito. Acima de tudo, contemplar é realizar o movimento de afastamento da historiografia de suas implicações éticas e morais com o tempo presente.

Entretanto, precisamos entender que a contemplação também possui um outro lado, o do afastamento para a produção criativa da arte. Por isso, ao mesmo tempo, a contemplação pode sugerir esse distanciamento ético do tempo presente com o abandono da esfera da ação e, também, esse lugar de reflexão sobre o passado, de reflexão e observação que são fundamentais para a criação e para o desenvolvimento das potencialidades artísticas. Sendo assim, devemos entender que apesar de contemplativa, “a atitude de Burckhardt para com o passado não era acrítica”¹¹⁵, como White bem apontou. Entretanto, esse posicionamento crítico em Burckhardt possui uma relação direta com uma tomada de posição crítica na esfera contemplativa do passado, ou seja, a criticidade estaria não à serviço do presente, mas sim do passado no momento em que o historiador se resignasse de sua sociedade para contemplar a vida como ela fora, no intuito de produzir a partir desse processo uma criação artística. Por isso, White nos diria que Burckhardt, “ao contrário de Ranke, não nutria ilusões de que as coisas sempre se resolviam pelo melhor no fim das contas”¹¹⁶, na realidade, na obra burckhardtiana o melhor

¹¹³ BURCKHARDT, Jacob. *Reflexões sobre a história*. Zahar, Rio de Janeiro, 1961, p. 18.

¹¹⁴ FERNANDES, Cássio da Silva. Jacob Burckhardt e a preparação para a cultura do Renascimento na Itália. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, 2006, Vol. 3, nº 3, 2006, p. 3.

¹¹⁵ WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 245.

¹¹⁶ Idem, p. 245.

talvez nunca chegasse e devido ao seu pessimismo característico, essa criatividade constitutiva de seu intelecto e estilo se assumisse justamente como uma criticidade das formas assumidas pelo tempo presente e, mais do que isso, como uma potencialidade no desenvolvimento do estudo do passado por parte do historiador. Portanto, o que vemos surgir na obra de Burckhardt ao ser interpretada por White é essa dupla função da contemplação: ao mesmo tempo ela é eticamente perigosa, mas possui um potencial criativo e artístico para a finalidade de escrever sobre o passado.

Contudo, quais seriam os riscos políticos e éticos para os sujeitos ao se propor e realizar uma historiografia contemplativa? Mais do que isso, seria possível construir uma historiografia meramente contemplativa e apartada dos dilemas éticos do tempo presente de todo historiador? A respeito dessas questões, Hayden White nos apresenta uma interessante passagem presente em uma entrevista realizada com Eva Domanska. A entrevistadora, após realizar a pergunta “e se alguém quisesse estudar história apenas para obter conhecimento do passado?”¹¹⁷ recebe a seguinte resposta de White:

Se algumas pessoas gostam de estudar o passado como um fim em si mesmo e simplesmente contemplar imagens belas ou sublimes de um mundo que costumava ser, está tudo bem para mim. Mas não finja que tal interesse ou obsessão pessoal tenha qualquer valor para alguém, exceto para a pessoa que os empreende.¹¹⁸

Apesar dessa resposta ter sido fornecida para Eva Domanska após uma pergunta que relacionava estudo do passado com reflexão, ação e contemplação, acreditamos que ela também possa ser uma resposta interessante para a interpretação de White sobre o pensamento de Burckhardt. De fato, como o estadunidense aponta, esse estudo exclusivo do passado com a finalidade de contemplar belas imagens serve apenas para aquele que empreende tal atividade. E é justamente esse o maior problema de uma ideia de história contemplativa. Se partirmos do pressuposto, concordando com White, que a historiografia precisa ser mais do que um simples estudo do passado como ele realmente foi e passar a levar em consideração suas implicações ideológicas para o presente, essa contemplação passadista se torna não só ineficaz, mas também eticamente perigosa para os diversos sujeitos que buscam a história como uma forma de dar sentido à experiência presente. Sendo assim, somente contemplar não resolve os urgentes problemas que são impostos à disciplina cotidianamente.

¹¹⁷ DOMANSKA, Ewa. A conversation with Hayden White. **Rethinking History**, Vol. 12, No. 1, 2008, pp. 3-21, p. 13. Tradução própria.

¹¹⁸ Idem, p. 13. Tradução própria.

A respeito dessa questão do abandono das responsabilidades com o tempo presente que a historiografia praticada por Burckhardt representaria, Hayden White nos aponta o seguinte em *Meta-história*: “a única decisão que a alma sensível poderia tomar era recolher-se, cultivar seu jardim, buscar o tempo perdido e esperar que a loucura presente se dissipasse por ela mesma”¹¹⁹. Notamos nesse ponto que a disciplina histórica era interpretada como algo afastado do presente e a única solução frente aos dilemas morais existentes no momento histórico do historiador seria adotar essa reclusão contemplativa na qual buscaria cultivar seu jardim do saber. E sobre esse abandono do presente, o próprio Burckhardt o trataria como algo necessário para a produção do conhecimento histórico, pois segundo ele, “na medida em que nos aproximamos da época presente, cria-se um conflito na maneira de julgar os acontecimentos históricos”¹²⁰. Aqui percebemos nitidamente uma forma de se pensar e fazer história. Dentro dessa visão compartilhada por Burckhardt, só se poderia analisar acontecimentos velhos o suficiente para que o historiador não apresentasse um conflito moral no momento de estudá-los. Portanto, quanto mais afastado do tempo presente um evento for, melhor para o historiador que busca apreendê-lo. Se somarmos essa questão ao recolhimento contemplativo que White cita em *Meta-história*, temos uma das cartilhas de como se fazer história elaboradas pelo século XIX: o historiador deveria estudar os eventos de um passado distante o suficiente do presente para que a interpretação de acontecimentos recentes não afetasse a qualidade do trabalho histórico. Além disso, ele deveria adotar uma resignação moral frente aos dilemas de seu próprio tempo, pois a disciplina se preocuparia com o passado acabado, com as velhas belezas pretéritas e não com os impactos que estas possuiriam sobre o presente. Obviamente, esta foi uma caricatura que elaboramos para compreender essa ideia de história. Mas ela não deixa de servir como uma boa característica do tipo de historiografia proposta por Burckhardt e que foi extensamente criticada por White.

Como o estadunidense cita ao interpretar Burckhardt, este historiador nutriria uma “repugnância pela sociedade”¹²¹ e buscaria “refugiar-se da realidade na experiência artística”¹²². Estas são duas implicações que este tipo de historiografia analisada por White acarretaria para o presente do historiador que adota essa leitura específica sobre o passado. Abandonar sua sociedade e esconder-se da realidade funcionariam como remédios para tempos difíceis e nutrientes indispensáveis para a prática desta forma de historiografia. Estamos diante

¹¹⁹ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 273.

¹²⁰ BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões sobre a história**. Zahar, Rio de Janeiro, 1961, p. 254.

¹²¹ Idem, p. 254.

¹²² Idem, p. 254.

de uma maneira de se conceber o conhecimento histórico, sua função e a forma de o construir. Nessa leitura de White, Burckhardt representa uma forma artística de historiografia, descomprometida com o presente daquele que escreve e, como nosso autor aponta, “em sua epistemologia, Burckhardt era um cético; em sua psicologia, um pessimista”¹²³. E essa epistemologia cética compartilha afinidades com a abnegação da realidade do historiador, pois essa não seria a função da historiografia que, em sua forma disciplinada, lidaria com o passado acabado e não com dilemas morais da sociedade do historiador que o produz. No final deste processo, inevitavelmente, o historiador cairia nesse pessimismo descrito por White, incrédulo em mudanças e desencantado com seu tempo, sentimento produzido por essa reclusa social focada estritamente em produzir cada vez mais passados. Não à toa, White identifica Burckhardt como um pessimista schopenhauriano, pois segundo ele, “o que Furbach foi para Marx e a esquerda política, Schopenhauer foi para Burckhardt e a direita política.”¹²⁴ Pessimismo, fatalismo e afastamento social seriam as implicações sociais, morais e políticas que esta forma de historiografia proposta por Burckhardt acarretaria.

Com relação a esse tipo de historiografia que White identifica Burckhardt como um dos expoentes, Nietzsche já havia realizado uma importante crítica ainda no século XIX. Em seu clássico livro *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*, o autor alemão nos alerta para os perigosos do tipo de história produzido pelo século XIX, pois segundo ele, “certamente precisamos de história, mas não como o passeante mimado no jardim do saber”¹²⁵. A metáfora de Nietzsche faz referência ao historiador oitocentista que se comportava como essa pessoa que caminha diletantemente contemplando o passado enquanto esse jardim de saber que contém em si essas belas imagens. Se fossemos utilizar a interpretação que White faz de Burckhardt, provavelmente poderíamos colocar o historiador suíço como esse caminhante. E o curioso é que todas essas histórias citadas por nós se cruzam no momento em que Burckhardt escreve uma carta a Nietzsche após ler sua consideração intempestiva. Segundo ele, “minha pobre cabeça nem de longe foi capaz de refletir, como você é capaz de fazer, sobre as causas finais, os objetivos e a conveniência da história”.¹²⁶ Aqui, talvez resida mais uma ironia de Burckhardt que, como nos apontou White, “era irônico a

¹²³ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 261.

¹²⁴ Idem, p. 248.

¹²⁵ NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Trad. Marco Antônio Casanova. Editora Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2003, p. 5.

¹²⁶ BURCKHARDT, Jacob. **Cartas**. Trad. Renato Rezende. Editora topbooks, Rio de Janeiro, 2003, p. 295-296.

respeito de tudo, até de si mesmo”¹²⁷. Seria difícil imaginarmos Burckhardt reconhecendo uma incapacidade própria perante a Nietzsche, por isso devemos ter cuidado ao ler essa carta e entendermos as peculiaridades do pensamento desse autor. Entretanto, se esse não for o caso, temos nessa passagem uma confissão de Burckhardt sobre sua incapacidade de pensar os objetivos mais amplos, as implicações, os métodos ou, como em suas próprias palavras, a conveniência da história. Talvez o ponto principal não seja nem mesmo uma incapacidade, dizer isso seria menosprezar um autor do tamanho de Burckhardt. Mais do que incapacidade, talvez possamos falar em uma falta de importância que este autor dedicou sobre pensar o conhecimento. Provavelmente, não estava na agenda do dia, nos estudos e no trabalho de Burckhardt refletir sobre as implicações da escrita da história, como ele mesmo reconhece na carta à Nietzsche. Seu projeto visava estudar a história e o passado, não pensar filosoficamente sobre ambos.

E o ponto central a ser explorado por nós fica por conta do reconhecimento de Burckhardt ao final da carta sobre os antagonismos que esta obra de Nietzsche expunha para a comunidade historiadora. Segundo ele,

O livro coloca uma incongruência realmente trágica ante nossos olhos: o antagonismo entre o conhecimento histórico e a capacidade de fazer ou de ser e, depois, novamente o antagonismo entre o enorme amontado de conhecimento adquirido e as razões materialistas da época¹²⁸.

Reconhecer esse antagonismo é quase admitir uma discrepância entre o pensar e o fazer história, algo bastante comum durante o século XIX e que foi extensamente criticado por White. A oposição entre os filósofos da história e os historiadores aparece fortemente nessa fala de Burckhardt, oposição essa que foi explorada por White em *Meta-história* e compreendida enquanto algo que mais do que ajudar, atrapalha o desenvolvimento do conhecimento histórico. Além dessa questão, percebemos também o reconhecimento de Burckhardt do principal problema que Nietzsche expõe em sua obra, ou seja, o antagonismo entre o conhecimento adquirido sobre o passado e aquilo que Burckhardt chama de razões materialistas da época. Podemos entender essas razões, também, como as questões morais e ideológicas do presente do historiador. E esse antagonismo, discrepância e afastamento entre conhecimento sobre o passado e razão prática foram alimentados por diversos historiadores oitocentistas, inclusive pelo próprio Burckhardt e se tornariam um dos principais centros das críticas elaboradas por Hayden White. Percebemos, então, que este tipo de historiografia elaborada por Burckhardt

¹²⁷ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 245.

¹²⁸ BURCKHARDT, Jacob. **Cartas**. Trad. Renato Rezende. Editora topbooks, Rio de Janeiro, 2003, p. 296.

teria como foco o estudo contemplativo do passado e o historiador se colocaria enquanto esse caminhante no jardim do saber. Na interpretação de White, esse tipo de historiografia levaria a uma implicação ideológica reacionária¹²⁹ sobre o presente, devido à forma com que as narrativas de Burckhardt eram constituídas, que, segundo White, estariam vazadas no tropo da ironia.

Provavelmente, a ironia é um dos tropos mais importantes para o discurso histórico, pois como nos diz Andrew Baird, “a ironia é, em certo sentido, metatropológica, pois é implantada na consciência autoconsciente do possível uso indevido da linguagem figurativa”¹³⁰. De acordo com White, “o alvo do enunciado irônico é afirmar tacitamente a negação do que no nível literal é afirmado positivamente ou o inverso”¹³¹. Temos, então, que a ironia representa um jogo entre a verdade e a mentira, afirmar e negar e, mais do que isso, “é moldada em falsidade por força de uma reflexão que usa a máscara da verdade”¹³². Entendemos, assim, que a ironia é um tropo perigoso e ao mesmo tempo, uma das marcas de determinadas formas de historiografia presentes no século XIX. Desta forma, White identificaria o tropo irônico como aquele representado pela narrativa burckhardtiana e, talvez, seja interessante entendermos como nosso autor compreende a ironia e como essa identificação acontece.

Inicialmente, podemos entender que a ironia se constitui enquanto o tropo que expressa a realidade histórica, mas também como aquele que pode ser utilizado para transcendê-la. Logo no início de *Meta-história*, ao refletir sobre a tradição iluminista, o historiador estadunidense chegaria à conclusão de que a ironia foi a principal responsável pela queda do pensamento histórico no fim do século XVIII. Contudo, nossa ideia não é perpassar por esse momento, mas apenas destacar que o pensamento irônico, aparentemente, constitui momentos de crise e queda dentro da historiografia e do pensamento histórico.

Isso fica claro quando White nos diz que a consciência histórica mergulhou em um “estado de ironia que é o verdadeiro conteúdo da crise do historicismo”.¹³³ Portanto, a ironia representa esse panorama de queda ou desintegração de um determinado modo de ver e

¹²⁹ Identificar Burckhardt enquanto um reacionário pode soar como algo problemático. Entretanto, seguimos aqui a categorização de ideologia apresentada por White em *Meta-história* que foi retirada pelo autor norte-americano da obra de Karl Mannheim. Para mais informações, ver: WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

¹³⁰ BAIRD, Andrew. *Metahistory as Anabasis*. In: ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans. **Re-figuring Hayden White**. Stanford University Press, California, 2009, p. 131. Tradução própria.

¹³¹ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 51.

¹³² Idem, p. 242.

¹³³ Idem, p. 54.

conceber a história. Sobre esta questão, Herman Paul interpreta que “quando a Meta-história aborda a ‘crise do historicismo’, esta crise é caracterizada como uma ‘condição de Ironia’”¹³⁴, ou seja, esse tropo teria sido o principal responsável pelo declínio historicista na virada do século XIX para o século XX. Ao refletir mais especificamente sobre a ironia, White nos diria que “em sua forma mais extrema, porém, quando a ironia se manifesta numa atmosfera de decomposição social ou colapso cultural, tende para uma visão absurdista do mundo”.¹³⁵ Tanto o iluminismo quanto o historicismo teriam sofrido desse problema irônico que aprisiona a narrativa histórica e ajuda a moldar a própria consciência desses períodos. Sendo assim, devemos entender que a tarefa do historiador é fugir da ironia e utilizar outros tropos para representar o passado? Acreditamos que a resposta para essa pergunta seja negativa. E, aqui, a própria atividade do historiador se transforma em um dilema irônico: ao mesmo tempo em que esse tropo afeta a consciência histórica, o historiador não tem como escapar dele. O desafio que se coloca é transcender a ironia por meio da própria ironia, sendo essa, não por acaso, a principal proposta da *Meta-história* de White.¹³⁶

Se a ironia é, ao mesmo tempo, esse tropo perigoso e desafiador, torna-se de fundamental importância analisarmos como White interpreta essa questão a partir dos escritos burckhardianos. Burckhardt é identificado por White como um historiador que prefigura o campo histórico a partir do modo de elaboração de enredo satírico e a sátira pode ser compreendida como um modo funcional da ironia, representando assim, um momento “em que o conhecimento histórico se divorcia em definitivo de qualquer pertinência para os problemas sociais e culturais de seu próprio tempo e lugar”¹³⁷. Por isso, a sátira representa esse momento de afastamento que, na interpretação de White, caracterizava a ideia de contemplação em Burckhardt. Neste sentido, todas as questões que apresentamos anteriormente sobre o afastamento contemplativo de Burckhardt de sua realidade social adquirem significado agora, pois, de acordo com White, essa abnegação do tempo presente só pode ser moldada e percebida por conta da narrativa irônica. Neste sentido, ao combinarmos em uma narrativa histórica a elaboração de enredo satírica juntamente com o tropo da ironia, teremos ao final um texto com

¹³⁴ PAUL, Herman. Hayden White and the Crisis of Historicism. In: ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans. **Re-figuring Hayden White**. Stanford University Press, California, 2009, p. 68. Tradução própria.

¹³⁵ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 243.

¹³⁶ SPIEGEL, Gabrielle. Above, about and beyond the writing of history: a retrospective view of Hayden White's Metahistory on the 40th anniversary of its publication. **Rethinking History**, 2013, p. 8. Tradução própria.

¹³⁷ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 244.

implicações ideológicas reacionárias. É por isso que White lê a obra de Burckhardt nessa chave da ironia reacionária.

Podemos destacar uma interessante passagem de Burckhardt que White apresenta em *Meta-história* e que diagnostica muito bem o caráter reacionário assumido por este historiador e percebido pelo estadunidense em seu trabalho. Segundo Burckhardt:

A palavra liberdade é sonora e bela, mas não deve falar nela quem não viu nem viveu o cativeiro instalado pelas massas vociferadoras, denominadas “o povo”, não viu com os próprios olhos nem suportou a agitação civil (...) Tenho demasiado conhecimento da história para saber que não devo esperar do despotismo das massas senão uma tirania futura, que significará o fim da história.¹³⁸

Essa visão do historiador suíço sobre as massas e a liberdade não era uma característica específica sua. Na verdade, era bastante comum em sua época e até mesmo em inícios do século XX pensadores associarem o advento das massas com o declínio cultural do ocidente¹³⁹. Mais povo, para eles, queria dizer menos liberdade e significaria mais um capítulo na história da dissolução da Europa e da queda da “alta cultura”. Não à toa, Burckhardt encontrou grande ressonância em sua época e foi assimilado com entusiasmo por diversos círculos intelectuais. Até o próprio White reconhece os importantes feitos de Burckhardt para a historiografia ao dizer que ele foi “o mais talentoso historiador da segunda metade do século XIX”¹⁴⁰. Aqui, talvez resida mais uma das ironias de *Meta-história* e da historiografia produzida durante o século XIX: aquele que White considera o mais talentoso historiador também é o que mais se afastou dos problemas de seu tempo e o que moldou seu enredo a partir da sátira. Seja como for, não podemos deixar de salientar a importância que Burckhardt teve para a historiografia. Por mais que sua trajetória mostre um intelectual recluso em sua torre de marfim, uma interpretação de seu trabalho não pode se concentrar somente neste fato. Ele possui diversas obras que são referências até hoje e que merecem elogios.

Essa discussão sobre a obra de Burckhardt nos leva para um importante território que não podemos desconsiderar quando falamos da ironia: as implicações ideológicas. Este campo é particularmente importante para White e diz respeito às ações sociais que as narrativas historiográficas executam. Por isso, ironia e sátira tendem a possuir uma implicação ideológica conservadora ou reacionária, dependendo do caso, justamente por conta da abnegação da

¹³⁸ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 246.

¹³⁹ Sobre essa questão do pessimismo de intelectuais em relação ao progresso material e ao advento das massas nas sociedades europeias, ver: RINGER, Fritz. **O Declínio dos Mandarins Alemães: A Comunidade Acadêmica Alemã, 1890 – 1933**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

¹⁴⁰ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 254.

realidade e da distorção irônica dos fatos. Como o próprio White nos diz: “mas, como base de uma visão de mundo, a ironia tende a dissolver toda crença na possibilidade de ações políticas positivas”¹⁴¹. Assim, o pensamento irônico passa a assumir os dados da realidade social como naturais, além de produzir uma descrença de que a mudança de situações seja possível. Cético e pessimista, o ironista não só ignora a possibilidade de mudança, mas também se afasta de seu presente, se concentrando em seus estudos e negando no nível figurado o que é afirmado no nível literal¹⁴². Sendo assim, White interpreta o século XIX como uma recaída no pensamento irônico, “uma recaída expressa pela historiografia satírica de Burckhardt e pela filosofia da história de Benedetto Croce”¹⁴³.

E, a partir deste ponto, podemos, enfim, tecer alguns comentários sobre se e de que forma a historiografia produzida por Burckhardt poderia oferecer libertação para os sujeitos. E em nossa visão, não. Por conta de seu afastamento da realidade social e de seu interesse no culto à velha Europa, as implicações que a obra de Burckhardt pode fornecer para os indivíduos que a consomem são, no máximo, uma rica descrição histórica de momentos, eventos e formações da cultura de tempos passados. E aqui é válido ressaltarmos que esse não é um empreendimento de menor valor, ou completamente inválido. Como o próprio White reconheceu, Burckhardt produziu uma das mais brilhantes historiografias do século XIX e seus ricos relatos da cultura europeia servem muito bem para criarmos um panorama do estilo de vida e da cultura daquelas sociedades. E isso tem seu valor e lugar dentro das produções sobre o passado. Entretanto, esse não era o valor buscado por White. Como o autor estadunidense nos chama atenção, curiosamente no mesmo capítulo em que escreve e reflete sobre o pensamento de Burckhardt, “o conhecimento é dignificante e libertador somente na medida em que ele próprio se liberta dos fatos, por um lado, e da consideração das categorias que ligam as coisas em sua mútua determinação no mundo do tempo e do espaço, por outro.”¹⁴⁴ E aqui percebemos que, no pensamento burckhardtiano analisado por White, o conhecimento não se libertou dos fatos, muito pelo contrário, ele foi produzido a partir e para os fatos, ou seja, a historiografia oferecida por Burckhardt não cumpriria essa determinação de transcender os fatos, oferecendo assim uma orientação e uma libertação para os sujeitos.

¹⁴¹ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 52.

¹⁴² Idem, p. 48.

¹⁴³ LAVAGNINO, Nicolás. Cinco tesis en torno a las arquitecturas del lenguaje histórico. A cuarenta anos de Metahistoria de Hayden White. **Signos Filosóficos**, vol. XV, n. 30, 2013, pp. 119-149, p. 136. Tradução própria.

¹⁴⁴ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 252.

Portanto, seguimos aqui o pensamento de White e entendemos que o máximo que os trabalhos burckhardtianos poderiam oferecer seriam justamente essas descrições do passado com foco no elemento cultural. Torna-se então inconcebível uma historiografia vazada na ironia, com um caráter pessimista e com uma implicação reacionária produzir algum tipo de libertação ou orientação positiva a partir do conhecimento histórico para os sujeitos no tempo presente. Na realidade, o máximo de orientação que ela produziria seria de caráter conservador ou reacionário, pautando em si a manutenção da ordem estabelecida e, mais do que isso, o afastamento completo do intelectual de seu próprio tempo de ação. Pois como White nos mostrou:

Burckhardt julgava seu afastamento do mundo um ato que o absolvía de qualquer responsabilidade ulterior pelo caos vindouro. Na realidade isso apenas refletia a falta de energia do homem de cultura europeu que terminou por deixar sem oposição as forças que iriam finalmente lançar a civilização europeia no abismo do terror totalitário.¹⁴⁵

O tema que se apresenta para nós é o da responsabilidade. E essa temática caminha conjuntamente com a libertação e a orientação, pois por trás de todo relato histórico estaria contido um determinado senso de responsabilidade do historiador. E para Burckhardt, na interpretação de White, essa responsabilidade não caberia ao historiador, justamente por conta de seu afastamento do mundo que o cerca. E como a história tratou de nos mostrar, se afastar, abnegar-se das forças presentes e enclausurar-se do mundo em um refúgio pretensamente mais (e somente) histórico, também seria uma tomada de posição. E com bem pontuou White, a história e os historiadores falharam em preparar, orientar ou mesmo libertar os sujeitos dos pesadelos totalitários que sacudiriam a Europa no começo do século XX. Portanto, se fossemos pensar em alguma forma de libertação em Burckhardt, ela teria que, necessariamente, passar pela contemplação e seria uma libertação focada não na ação e na responsabilidade presente, mas sim uma libertação com um caráter exclusivamente histórico, ou seja, uma libertação que prepararia o sujeito apenas para a assimilação de mais conteúdos e culturas de épocas e espíritos passados.

Agora, após apresentarmos a interpretação de White sobre Burckhardt, podemos entender como a ironia é o tropo central de *Meta-história* e porque ela perpassa toda essa obra tendo em Burckhardt um modelo e expoente. A luta da historiografia, segundo White, seria por uma busca em utilizar a ironia para transcender a própria ironia, pois seus riscos para a

¹⁴⁵ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 247.

representação do passado e suas implicações ideológicas são muito severos. Mas, segundo White, a história da historiografia continua aprisionada nesse tropo:

Assim contemplada, pode-se dizer que a história da reflexão histórica oitocentista descreve um círculo completo, indo de uma rebelião contra a visão histórica irônica do fim do Iluminismo ao retorno à preeminência de uma idêntica visão irônica às vésperas do século XX.¹⁴⁶

E esse ciclo de rebelião e retorno continua ocorrendo contemporaneamente. O desafio que se coloca é reconhecer primordialmente que a historiografia é uma atividade narrativa moldada no modo de consciência irônica. Realizar esse processo é o caminho pelo qual a historiografia pode se liberar dessa consciência irônica.

Esta forma de historiografia contemplativa, vazada na ironia e com implicações reacionárias identificada em Burckhardt por Hayden White, é apenas uma das elaborações realizadas pelo século XIX. Se, como percebemos, ela possui uma série de problemas não só para o estudo do passado, mas também para o tempo presente daquele que escreve, talvez seja o momento de buscarmos outras historiografias possíveis. E, para realizarmos essa tarefa, direcionaremos nossos olhares agora para um outro historiador oitocentista, provavelmente aquele que melhor elaborou um método para o estudo histórico, mas que não recebeu um capítulo específico de White em *Meta-história*. Contudo, foi analisado pelo estadunidense em outros momentos de sua produção intelectual. Seu nome é conhecido e talvez represente a principal fundamentação teórica da história vista no século XIX: Johann Gustav Droysen.

1.2.2 – A historiografia enquanto compreensão do passado: leituras de Hayden White sobre Johann Gustav Droysen

Por muito tempo, diversas interpretações sobre a historiografia do século XIX, em especial a alemã, tendiam a ver esse momento como a constituição do historicismo que, ao mesmo tempo, era entendido como realismo, um modelo associado ao positivismo e que buscava ver o passado como ele realmente foi. O que essas leituras escondem é que o próprio conceito de historicismo é polissêmico e, como demonstra Gunter Scholtz¹⁴⁷, pode assumir significados extremamente diversos. Portanto, uma das buscas de nosso trabalho é sair desse lugar comum que entende o século XIX alemão como um organismo único e coeso. E isso é necessário porque Hayden White recebe essa tradição de maneiras diferentes, deixando claro a diversidade de concepções de história que estavam em disputa neste contexto de fundamentação

¹⁴⁶ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 439.

¹⁴⁷ SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. Traduzido por Pedro Spinola Pereira Caldas. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 6, março 2011.

da ciência histórica. Se uma das formas, como já vimos, é aquela representada por Burckhardt, agora é o momento de olharmos para uma outra concepção de história elaborada por Droysen e que se refere à ideia de compreensão histórica.

Primeiramente, é válido destacarmos que White não dedica uma parte de seu *Meta-história* para as reflexões de Droysen. Em um primeiro momento, isso pode causar um certo espanto, pois, se o objetivo de White era refletir sobre as narrativas históricas do século XIX, deixar de fora um dos historiadores que melhor sistematizaram a disciplina pode soar como um grande erro. Entretanto, como veremos mais a frente, Droysen diversas vezes aparece ao longo da obra, principalmente quando White escreve sobre a historiografia rankeana, funcionando assim, quase como um contraponto ao ideal de historicismo estabelecido por Ranke e sua tradição. Neste sentido, acreditamos que Droysen pode ser interpretado como essa figura que, nos escritos whiteanos, funciona como a outra face de uma moeda, como aquilo que a história poderia ter sido, como um projeto existente, mas que foi vencido e superado, inclusive pela tradição acadêmica e principalmente pelas propostas historiográficas de Ranke. Portanto, cabe a nós voltarmos aos escritos de White sobre Droysen no intuito de constituir essa recepção que o estadunidense estabelece do alemão e, mais do que isso, com o objetivo de analisar os caminhos tomados pela historiografia acadêmica.

Em seu *Meta-história*, ao refletir sobre algumas considerações epistemológicas de Droysen, White nos apresenta a seguinte passagem: “não é a objetividade que é a maior glória do historiador. Sua validade consiste em procurar compreender”¹⁴⁸. Podemos perceber nessa citação que Droysen se diferencia de muitos de seus contemporâneos, inclusive Ranke. Se a historiografia disciplinada se constituiu nos oitocentos enquanto a ciência que tinha como busca e meta ideal a procura pela objetividade e por contar o passado como ele realmente foi, Droysen não pode ser encaixado dentro dessa equação. Para ele, a finalidade da ciência histórica era compreender o passado e os seres humanos que nos antecederam, uma vez que “a compreensão é o conhecimento mais perfeito que é humanamente possível”¹⁴⁹. Portanto, compreender seria a atividade mais refinada que o historiador poderia desenvolver, se tornando, assim, a base fundacional de sua ciência, pois como Droysen nos mostra em sua *Historik*: “a compreensão é o ato mais humano do ser humano, e todos os empreendimentos verdadeiramente humanos são

¹⁴⁸ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 282.

¹⁴⁹ DROYSSEN, Johann Gustav. **Histórica**: Lecciones sobre la Enciclopedia y metodología de la historia. Editorial Alfa, Barcelona, 1983, p. 34. Tradução própria.

baseados na compreensão, na busca da compreensão.”¹⁵⁰ Por isso, se a história almejava se tornar uma ciência no século XIX, sua base deveria ser a compreensão, a busca por compreender os seres humanos e talvez ninguém tenha sistematizado um método para essa ciência nascente de forma mais bem estruturada e erudita do que Droysen.

O interessante é notarmos que Droysen foge do perfil clássico construído por uma visão limitada do que seria um historicista alemão do século XIX. A ideia de um historiador recluso em seus escritos, buscando contar minimamente cada detalhe do passado não combina com a proposição da compreensão como método do historiador elaborada por Droysen. Sobre esse perfil clássico do historiador oitocentista, concordamos aqui com Pedro Caldas quando nos diz que:

este perfil historista torna-se visível sempre quando um historiador procura historicizar todas as épocas e expressões, mas que, com vistas a obter a empatia necessária, não torna histórica a própria situação histórica. Poderá valer para um Ranke, ou para um Dilthey, mas não será aplicável a Droysen¹⁵¹.

Percebemos que estamos diante de uma figura única do século XIX que foge às definições mais simples e rápidas do que era ser historiador e de como deveria se fazer a história. Por isso acreditamos que o diálogo entre White e Droysen pode ser um caminho frutífero, justamente pelo historiador alemão fugir dos padrões que o estadunidense buscava encontrar como formas tradicionais de escrita da história produzidas pelos oitocentos. Portanto, a interpretação que White fornece de Droysen pode ser compreendida como uma possibilidade de uma história que não foi, ou melhor, uma ideia de história que poderia ter sido a vencedora. Como os anos nos deixaram claro, a vitória da historiografia rankeana foi implacável, se tornando o método mais difundido quando se pensa em pesquisa histórica. Contudo, olhar para White e Droysen é perceber que se a história se fundamenta cientificamente no século XIX, talvez seja importante dedicarmos atenção aos outros projetos elaborados para essa ciência, em especial, à ideia de compreensão.

Se em um primeiro momento, ao analisarmos Burckhardt, o conceito que assumiu uma centralidade foi o de contemplação, com Droysen o que vemos emergir é sua ideia de compreensão. E em nossa visão, esses dois conceitos assumem visões diferentes de história, podendo ser colocados em contraposição. Como vimos, a contemplação de Burckhardt é a busca pela beleza antiga, as formas do passado e as minúcias dos seres que nos antecederam.

¹⁵⁰ DROYSSEN, Johann Gustav. **Histórica**: Lecciones sobre la Enciclopedia y metodología de la historia. Editorial Alfa, Barcelona, 1983, p. 34. Tradução própria.

¹⁵¹ CALDAS, Pedro Spinola Pereira. O limite do historicismo: Johann Gustav Droysen e a importância do conceito de *Bildung* na consciência histórica alemã do século XIX. **Revista Filosófica de Coimbra**, n 29, 2006, p. 145.

Ao contrário dessa perspectiva, a compreensão de Droysen pressupõem uma outra ideia de historiografia e como White nos mostra em um texto sobre a *Historik*, “o objetivo da compreensão histórica é, em última análise, apenas o aprofundamento da faculdade do próprio entendimento – que tem origem na práxis da sociedade em geral”¹⁵². O que vemos emergir aqui é uma noção de historiografia voltada para a compreensão dos elementos históricos e, mais do que isso, elementos que não se esgotaram no passado, mas que continuam tendo suas formas vistas e vividas no presente. Entendemos então que a historiografia de Droysen é uma reversão da temporalidade clássica dos estudos históricos: a preocupação não é exclusivamente com o passado, mas sim com o presente e com a necessidade de historicizar a própria experiência do que é viver em um mundo eminentemente histórico. Dessa forma, percebemos que se a contemplação burckhardtiana possui um foco exclusivo no passado, a compreensão de Droysen é a abertura do conhecimento histórico para as preocupações presentes e, talvez por esse motivo, White tenha se dedicado a refletir sobre este historiador, justamente porque o presente enquanto uma temporalidade indispensável e referencial sempre foi um tema extremamente caro para o estadunidense.

A respeito desta relação temporal entre o que aconteceu e o que é estudado pela disciplina histórica, Droysen nos apresenta uma importante reflexão em seu *Historik*, pois, segundo ele, “este é o primeiro grande princípio fundamental da nossa ciência: o que ela quer sobre o passado, ela não precisa procurar nele, pois o passado não existe mais em nenhum lugar, mas apenas no que resta dele”¹⁵³. Esta passagem é decisiva, não só para se compreender o ideal de ciência histórica elaborado por Droysen, mas também para entendermos qual é a temporalidade privilegiada de análise proposta pelo historiador alemão. Ao dizer que não adianta procurar no passado os interesses da disciplina, Droysen atua na contramão de Ranke e de outros historiadores oitocentistas que percebiam o passado como fim, ou como elemento contemplativo, abrindo espaço para a historiografia operar nas fronteiras temporais, nos resíduos, naqueles elementos que “restam” do passado encerrado. Por isso, não basta contemplar o passado, isso seria uma atividade infrutífera justamente porque ele não existe mais. O que resta ao historiador é compreender o passado a partir dos resquícios dele que se amontoam no presente. Diante disso, concordamos com Pedro Caldas quando ele nos diz que

¹⁵² WHITE, Hayden. Reviewed Work: *Historik* by Johann Gustav Droysen. **History and Theory**, Vol. 19, No.1, 1980, pp. 73-93, p. 86. Tradução própria.

¹⁵³ DROYSSEN, Johann Gustav. **Histórica**: Lecciones sobre la Enciclopedia y metodología de la historia. Editorial Alfa, Barcelona, 1983, p. 27. Tradução própria.

“para Droysen, a compreensão depende do presente”¹⁵⁴ e com Arthur Assis que nos aponta que “toda história para Droysen é uma história do presente”¹⁵⁵, ou seja, a própria temporalidade do historiador, seu tempo presente e sua vivência são as condições que fornecem a possibilidade de elaborar um conhecimento eminentemente histórico.

Neste sentido, se fossemos pensar em uma ciência histórica ela teria que levar em consideração não uma contemplação dos mínimos detalhes de um passado acabado, mas a compreensão dos elementos que tangenciam e pressionam o presente dos viventes. Neste ponto, concordamos com Arthur Ávila que, ao analisar o pensamento de White, nos diz que “a história não deveria ser somente um repositório de coisas já mortas e dadas à contemplação passiva, mas sim servir ao mundo da vida e abrir-se aos problemas peculiares ao seu próprio tempo”¹⁵⁶. Percebemos, então, uma conexão no pensamento de Droysen e White no que se refere às preocupações com o tempo presente e, mais do que isso, nas finalidades que a disciplina histórica deveria assumir no processo de realização de seu trabalho intelectual. Por isso, acreditamos que ao abrir espaço para uma disciplina da compreensão, ou seja, um pensamento e uma prática que se propõe ser compreensiva para o passado no tempo presente, a teoria da Droysen estabelece uma íntima relação com aquilo que White defendeu a vida inteira: uma ideia de passado a serviço dos dilemas presentes e da libertação dos sujeitos, que não desconsidera o passado, nem a vivência ontológica que nele ocorreu, mas que trata essa temporalidade não como um repositório de coisas mortas, como salientou Ávila, mas sim, enquanto a fonte produtora dos fardos vivenciados por diversas pessoas em seus respectivos tempos. E, se a responsabilidade do passado foi a produção desses fardos, cabe aos historiadores no presente ajudarem a exorcizá-los a partir de narrativas históricas que orientem e libertem indivíduos. E, para isso, talvez a ideia de compreensão possa servir como um caminho responsável e frutífero.

E quando White se depara com um historiador que nutria preocupações parecidas com as dele em relação às múltiplas temporalidades históricas, surge um encontro extremamente explosivo criativamente. É por isso que um dos mais belos textos de White faz referência ao *Historik* de Droysen. De acordo com nosso autor, “certamente a defesa de Droysen é a mais

¹⁵⁴ CALDAS, Pedro Spinola Pereira. A atualidade de Johann Gustav Droysen: uma pequena história de seu esquecimento e de suas interpretações. *Locus: Revista de História*, v. 12, n. 1, 2006, p. 100.

¹⁵⁵ ASSIS, Arthur Alfaix. **What is history for?** Johan Gustav Droysen and the functions of historiography. Berghahn books, 2014, p. 51. Tradução própria.

¹⁵⁶ AVILA, Arthur Lima de. (Re)Politizando a teoria da história em tempos de exceção: Hayden White e a crítica do presente. *ArtCultura*, Uberlândia, v.20, n.37, p. 21-35, jul-dez, 2018, p. 28.

sustentada e sistemática da autonomia do pensamento histórico já formulada”¹⁵⁷ e talvez seja exatamente por isso que o historiador alemão não tenha recebido um capítulo específico em *Meta-história*. Afinal de contas, este também é o momento de nos perguntarmos por que White reconhece em Droysen a melhor sistematização do conhecimento histórico feita pelo século XIX, mas não dedica a ele uma parte específica em sua obra que analisa justamente as narrativas históricas oitocentistas? Em nossa visão, Droysen não se encaixaria no projeto whiteano de exposição crítica dos problemas do solo realista sob o qual a ciência histórica se constituiu durante o século XIX porque o historiador alemão não compactuava com os princípios dogmáticos desses vários realismos desnudados por White. Neste sentido, Droysen talvez fornecesse um enredo positivo da constituição do conhecimento histórico, uma alternativa viável para a fundamentação científica desse conhecimento e, em nossa visão, esse não era um interesse de White que estava mais preocupado em chamar os historiadores para o debate atacando as certezas disciplinares deles que foram legadas pela tradição oitocentista. Por isso, posteriormente, Droysen assumiria um destaque nesses artigos que White escreveu sobre ele.

Devemos entender também que esse elogio feito por White possui relação com o destaque que Droysen atribui à temporalidade presente. Como o estadunidense nos mostra: “Droysen sempre insistiu que a melhor historiografia surgiria das preocupações do historiador com os problemas de sua própria época”¹⁵⁸ e, sem dúvidas, esse era um dos elementos chaves para White durante todo o seu percurso intelectual e um dos temas dos quais ele sempre tensionou os historiadores a debater e a refletir em sua profissão. Reconhecer em Droysen esse historiador que desloca as preocupações da historiografia oitocentista para o tempo presente é também se situar enquanto um historiador contemporâneo focado nos debates sobre qual o papel da disciplina histórica e qual a temporalidade privilegiada de estudo do conhecimento histórico. E em nossa visão, White realiza esse movimento de retorno a Droysen para deixar claro aos seus leitores que suas preocupações sobre o que o conhecimento histórico poderia se tornar já apareciam no próprio século XIX. Isso fica nítido quando o autor estadunidense nos apresenta que “Droysen deixa claro que considera o conteúdo do discurso do historiador, não como os fatos ou eventos que constituem seu referente manifesto, mas como sua compreensão desses fatos”¹⁵⁹, ou seja, uma preocupação que sempre rondou a carreira de White que consiste

¹⁵⁷ WHITE, Hayden. Droysen's *Historik*: Historical Writing as a Bourgeois Science. In: WHITE, Hayden. **The Content of the form**: narrative discourse and historical representation. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1987, p. 118. Tradução própria.

¹⁵⁸ WHITE, Hayden. Reviewed Work: *Historik* by Johann Gustav Droysen. **History and Theory**, Vol. 19, No.1, 1980, pp. 73-93, p. 75. Tradução própria.

¹⁵⁹ Idem, p. 75. Tradução própria.

em diferenciar o fato de sua representação ou, para utilizarmos aqui as palavras de Droysen, de sua compreensão, já pode ser vista pelo nosso autor nas elaboração sobre a história desse historiador alemão oitocentista. Portanto, acreditamos que essa busca de White por Droysen também funciona como uma tentativa de rememorar na própria tradição historiográfica outras possibilidades de constituição do conhecimento que se encontrem com aquelas propostas pelo estadunidense. Afinal de contas, White provavelmente concordaria com Droysen quando ele nos diz que “em resumo, todos admitem que nosso conhecimento é histórico e que nosso conhecimento histórico é incompleto”¹⁶⁰.

Sobre esta questão de quais seriam os objetivos do estudo histórico, Droysen nos apresenta uma passagem interessante e que merece ser destacada:

Assim, não se trata de confirmar o passado objetivamente ou em toda a amplitude de seu então presente — isso seria um absurdo, como querer encontrar o quadrado do círculo —, mas de ampliar nossa, a princípio, estreita, parcial, obscura. representação do passado, ampliar nossa compreensão deles, complementá-lo, corrigi-lo, aumentá-lo, segundo pontos de vista sempre novos.¹⁶¹

Esta reflexão deixa claro para nós a maneira com que o historiador alemão compreendia o processo de estudo do passado. Se confirmar o passado, objetivamente, seria como buscar o quadrado do círculo, a história não pode se propor uma disciplina objetiva, muito menos almejar a conquista de uma imagem do passado como ele realmente foi. Nossa atividade enquanto historiador é muito mais compreensiva como a passagem de Droysen apresenta. E a respeito disso, White também aponta que a busca do historiador alemão não era parecida com aquela realizada pela maior parte dos historiadores de seu tempo que almejavam o passado acabado, mas segundo ele: “foi porque Droysen percebeu que a reflexão histórica lida com o plausível e não com o verdadeiro que ele deu tal destaque ao problema da representação histórica”¹⁶². Sendo assim, percebemos que mais do que descrever, a função da disciplina histórica é representar e compreender. Por isso, percebemos a afinidade de ideias entre White e Droysen. Ao elaborar uma disciplina do plausível, Droysen abandonaria a busca pela realidade última do passado que tantas vezes foi motivo de críticas realizadas por White. Se o pensamento histórico deve ser autônomo e tornar-se uma ciência, como defendia Droysen, ele só pode ser especulativo, subjetivo, compreensivo e representativo, tendo como temporalidade central o tempo presente do próprio historiador.

¹⁶⁰ DROYSSEN, Johann Gustav. **Histórica**: Lecciones sobre la Enciclopedia y metodología de la historia. Editorial Alfa, Barcelona, 1983, p. 173. Tradução própria.

¹⁶¹ Idem, p. 36. Tradução própria.

¹⁶² WHITE, Hayden. Reviewed Work: *Historik* by Johann Gustav Droysen. **History and Theory**, Vol. 19, No.1, 1980, pp. 73-93, p. 82. Tradução própria.

Assim como analisamos anteriormente as implicações ideológicas da historiografia de Burckhardt baseada na ideia de contemplação, também é necessário fazermos agora uma atividade semelhante com aquela elaborada por Droysen na chave da compreensão. E White não deixaria de identificar as implicações ideológicas do autor alemão. Segundo nosso autor, “a *Historik* de Droysen fornece nada menos do que um relato dos princípios teóricos da ideologia burguesa em seu estágio nacional industrial”¹⁶³, ou seja, se fossemos utilizar as formas de implicações ideológicas que White propõe em *Meta-história*, a narrativa de Droysen poderia ser percebida como uma alternativa burguesa¹⁶⁴ ou conservadora para a escrita da história. Portanto é importante ressaltar que mesmo defendendo a importância do presente para a historiografia e a necessidade de pensar uma historiografia sob o viés da compreensão, as implicações ideológicas de Droysen não eram necessariamente progressistas, muito pelo contrário, elas refletiam um lugar social específico cujo qual o próprio Droysen pertencia: a burguesia alemã. Nesse sentido, a proposta historiográfica desse autor alemão, para White, “parece servir de base para uma alternativa burguesa a Marx, de um lado, e a Nietzsche, de outro”¹⁶⁵. O que percebemos é a tentativa da sistematização do método histórico a partir da compreensão, mas que refletia uma ideologia burguesa¹⁶⁶. E essa ideologia do indivíduo burguês, apesar de estar associada com a *Bildung* e a formação da intelectualidade alemã, como já mencionamos, não estava preparada para executar ações políticas, muito menos para se constituir enquanto uma classe revolucionária. Como Koselleck nos aponta:

Na Alemanha, existia um único conceito, o de *Bürger* [cidadão/burguês]; este, porém, reunia em si conotações e reivindicações jurídicas tão diversas – de cunho urbano e estamental, estatal e regional – que não era capaz de gerar um impulso homogeneizador e revolucionário em situações de ação concreta.¹⁶⁷

¹⁶³ WHITE, Hayden. Droysen’s *Historik*: Historical Writing as a Bourgeois Science. In: WHITE, Hayden. *The Content of the form*: narrative discourse and historical representation. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1987, p. 105. Tradução própria.

¹⁶⁴ Neste ponto, precisamos deixar claro que nesse contexto o conceito de burguesia não se refere a um projeto econômico de emancipação e enriquecimento do indivíduo. A ideia de entender Droysen enquanto um burguês possui relação com uma burguesia culta alemã, tradicional, e que compreendia o indivíduo não enquanto um sujeito econômico, mas sim como alguém passível e em processo de formação (*Bildung*).

¹⁶⁵ WHITE, Hayden. Reviewed Work: *Historik* by Johann Gustav Droysen. *History and Theory*, Vol. 19, No.1, 1980, pp. 73-93, p. 76. Tradução própria.

¹⁶⁶ Mais uma vez, cabe ressaltarmos aqui a relação entre esse tipo de burguesia e a cultura filosófica e intelectual alemã. Como nos aponta Fritz Ringer ao refletir sobre o processo de constituição daquilo que ele denominou de os mandarins alemães: “desenvolveu-se desse modo um tipo de classe média não-econômica, centrada, de um lado, nas universidades e, de outro, no serviço público”. Portanto, quando falamos de Droysen enquanto um exemplo dessa ideologia burguesa alemã, precisamos vê-lo como alguém pertencente a essa burguesia erudita e participante do processo de constituição intelectual dos saberes nas universidades alemãs. Esse tipo de burguês é o erudito alemão do século XIX praticante da *Bildung*, não o burguês capitalista industrial tipicamente inglês. Para mais informações, ver: RINGER, Fritz. *O Declínio dos Mandarins Alemães*: A Comunidade Acadêmica Alemã, 1890 – 1933. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 30.

¹⁶⁷ KOSSELLECK, Reinhart. Três mundos civis?/Três mundos burgueses? Sobre a semântica comparativa da sociedade civil/burguesa na Alemanha, na Inglaterra e na França. In: KOSSELLECK, Reinhart. *História de*

Portanto, o que percebemos é o fato dessa burguesia tipicamente alemã não se aparentar direcionada nem para o desenvolvimento econômico e industrial, nem para a atuação em situações políticas concretas, apesar de sua ideologia tipicamente conservadora. O que caracteriza essa estrutura social na Alemanha de Droysen é, justamente, seu apelo intelectual para a formação dos sujeitos, aperfeiçoamento das qualidades morais /culturais e o desenvolvimento da *Bildung* que pode ser compreendida como a acumulação e definição dessas partes.

Um ponto que merece destaque é o fato de Droysen possuir a consciência de que narrativas históricas possuiriam esse elemento ideológico contido nelas e isso era algo incontornável para o historiador. Segundo White, “a *Historik* de Droysen é única entre os tratados do século XIX sobre o pensamento histórico, pois endossa abertamente essa função ideológica como meta ou propósito”¹⁶⁸. E o fato de um historiador reconhecer isso ainda no século XIX transforma sua obra em algo ainda mais original. Essa questão, somada à centralidade do tempo presente e a ideia de compreensão, coloca Droysen em uma posição especificamente única dentro da tradição historiográfica ocidental. Por isso, acreditamos que a análise realizada por White desse historiador é importante porque abre caminho, não só para demonstrar que parte de suas ideias já estavam presentes no momento de cientificação da história, mas também para mostrar que existiam alternativas à historiografia rankeana que se constituiu como um modelo academicamente difundido de como fazer e pensar história.

Além dessas questões, um outro elemento que a historiografia de Droysen também destacava era a questão da ética. Como ele nos aponta em *Historik*: “de maneira análoga, pode-se dizer que a ética é a lei da história, a ordem ética do mundo, o domínio e a conformação dos poderes éticos”¹⁶⁹. O que notamos aqui é, ainda no século XIX, uma ideia de história que leva em consideração a questão ética. E, necessariamente, essa ética possui relação com o tempo presente, elemento fundamental da teoria da história de Droysen. Se preocupar com os problemas de sua época e não se afastar deles em nome de uma contemplação do passado é, acima de tudo, uma atitude eminentemente ética que possui relação direta com uma ideia de história que leva em consideração a compreensão e a práxis social. Por mais que essa ética e as

conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Contraponto, Rio de Janeiro, 2020, p. 425.

¹⁶⁸ WHITE, Hayden. Droysen's *Historik*: Historical Writing as a Bourgeois Science. In: WHITE, Hayden. **The Content of the form**: narrative discourse and historical representation. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1987, p. 108. Tradução própria.

¹⁶⁹ DROYSSEN, Johann Gustav. **Histórica**: Lecciones sobre la Enciclopedia y metodología de la historia. Editorial Alfa, Barcelona, 1983, p. 76. Tradução própria.

implicações ideológica de Droysen sejam burguesas, não podemos desconsiderar uma ideia de história dessa proporção. O que se apresenta para nós e que certamente foi percebido por White é uma outra possibilidade de deslocamento do conhecimento histórico de seu lugar tradicional que é, ao mesmo tempo, passadista, contemplativo e afastado da realidade social.

Quando falamos de Droysen e sua ideia de história, um conceito fundamental para a tradição de pensamento alemã aparece: a ideia de *Bildung*. Mais do que um conceito, a ideia de *Bildung* é uma forma de ver a existência e possui uma história extremamente longa, se tornando, assim, uma palavra de difícil tradução, justamente porque é algo pertencente à cultura alemã, possuindo, assim, diversas significações e origens ao longo do tempo. Como nos aponta Koselleck, “poder-se-ia definir a *Bildung* como o campo de força reflexivo e comunicativo que impõe a integração entre todos os bens da vida e das artes e todos os estoques de conhecimento”¹⁷⁰, ou seja, nessa integração dos campos da vida, a *Bildung* produz o processo de formação, ou autoformação no sujeito histórico, participando da constituição da intelectualidade, cultura e formas de conceber o mundo do ser humano. Portanto, ao mesmo tempo que é difícil definirmos *Bildung*, ela também serve para identificar os vários processos de formação e cultivo da cultura por parte dos sujeitos. Este conceito alemão possui uma relação direta com a ideia de história, principalmente aquelas elaboradas no século XIX, uma vez que o conhecimento histórico participa ativamente da formulação da *Bildung* dos diversos sujeitos, pois ele é ativo e formativo.

Além dessas questões, também precisamos entender que a *Bildung* é um conceito eminentemente burguês¹⁷¹, ou seja, expressa a visão da burguesia que é a forma de implicação ideológica da historiografia de Droysen. De acordo com Koselleck, “entre os historiadores sociais existe o consenso geral, mesmo que vago, de que a *Bildung* moderna se impõe justamente com aquela formação que podemos chamar de burguesia”¹⁷². Por isso, o processo

¹⁷⁰ KOSELLECK, Reinhart. Sobre a estrutura antropológica e semântica do conceito de *Bildung*. In: KOSELLECK, Reinhardt. **História de conceitos**: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Contraponto, Rio de Janeiro, 2020, p. 148.

¹⁷¹ Quando falamos de *Bildung* e burguesia alemã, não podemos deixar de destacar a importância de Humboldt no processo de constituição e definição deste conceito e na ideia de formação acadêmica na Alemanha. Por isso, vale destacarmos aqui dois textos importantes que tratam um pouco destas questões. O primeiro é de autoria do próprio Humboldt e de caráter mais teórico sobre o próprio conhecimento histórico: HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador. Trad. Pedro Caldas. In: MARTINS, Estevão de Rezende. A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. Contexto, São Paulo, 2015. O segundo é do comentarista Louis Dumont e trata sobre o conceito de *Bildung* e a importância de Humboldt na sua fundamentação: DUMONT, Louis. Wilhelm von Humboldt, or *Bildung* alive. In: German Ideology: from France to Germany and back. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1994, p. 82-144.

¹⁷² KOSELLECK, Reinhart. Sobre a estrutura antropológica e semântica do conceito de *Bildung*. In: KOSELLECK, Reinhardt. **História de conceitos**: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Contraponto, Rio de Janeiro, 2020, p. 115-116.

de formação é algo pertencente à burguesia culta alemã, aquela parte da população que possui condições de possibilidade para se autoformar e passar pelas várias instâncias culturais que propiciam ao sujeito o cultivo de sua cultura. E aqui, sem dúvidas, Droysen pode ser entendido como um dos melhores exemplos para esse processo da *Bildung*, não só como o sujeito que se formou, mas também como o historiador que ofereceu através do conhecimento histórico as possibilidades de formação para os diversos sujeitos, pois como Arthur Assis nos mostra, “a história transmite ideias que podem nutrir a *Bildung* do indivíduo”¹⁷³, justamente porque o conhecimento histórico precisa ser ativo e construtivo, fornecendo, assim, condições para o processo de cultivo cultural.

Ainda sobre essas questões da história enquanto um conhecimento construtivo, Hayden White nos apresenta uma visão interessante em uma entrevista com Eva Domanska. Segundo ele, “o único valor real que a história tem como campo de estudo é seu papel na edificação dos jovens – o que nossos colegas alemães chamam de *Bildung*”.¹⁷⁴ Essa passagem é interessante porque coloca White em consonância com os ideais da *Bildung* que são reconhecidos por ele próprio e, mais do que isso, externa uma concepção de história sempre buscada por ele ao longo de sua carreira, ou seja, uma prática historiadora voltada para a edificação dos sujeitos, responsável com passado e presente, formativa e que leve em consideração a emancipação humana. Neste sentido, podemos perceber aqui uma série de aproximações de White com a ideia clássica de *Bildung*. Entretanto, essa aproximação precisa ser controlada e não podemos colocar White como um defensor ou devedor da tradição da *Bildung*. Isso ocorre porque este conceito é tipicamente alemão, associado a uma tradição cultural específica que não foi compartilhada por White, mas sem dúvida, era conhecida por ele. Por mais que a ideia de história do estadunidense nutra semelhanças com o clássico alemão da *Bildung*, é necessário compreendermos que quando se fala neste conceito sempre se remete à tradição alemã. Portanto, as ideias podem ser parecidas, mas contém, no fundo, várias diferenças, inclusive em termos de implicações ideológicas pois, se a *Bildung* é um conceito burguês, a história proposta por White tem finalidades progressistas e libertárias.

Percebemos, então, a *Bildung* como esse conhecimento formativo e um movimento contínuo que, quando relacionada com a história, contribui para o aperfeiçoamento e orientação dos indivíduos no tempo. Ainda sobre esse conceito, Koselleck nos diria que: “A *Bildung* não

¹⁷³ ASSIS, Arthur Alfaix. **What is history for?** Johan Gustav Droysen and the functions of historiography. Berghahn books, 2014, p. 12. Tradução própria.

¹⁷⁴ DOMANSKA, Ewa. A conversation with Hayden White. **Rethinking History**, Vol. 12, No. 1, 2008, pp. 3-21, p. 14. Tradução própria.

leva a uma passividade contemplativa; exige, antes, sempre um empenho comunicativo e, com isso, impõe ao indivíduo uma *vita activa*¹⁷⁵. Portanto, a *Bildung* é justamente o oposto de contemplação e a ideia de história contemplativa de Burckhardt não se encaixa em sua lógica. Essa vida ativa que o conceito alemão produz é uma vida em fluxo constante, de autoformação e cultivo cultural. Por isso, mais do que contemplação, a *Bildung* possui uma relação com a ideia de compreensão. Não à toa, Droysen é um dos autores que melhor compreendeu esse conceito, fazendo dele parte fundamental de sua teoria da história. E aqui, mais uma vez, a *Bildung* se aproxima não só das reflexões de Droysen, mas também daquelas elaboradas por White. O contraponto da contemplação, além da compreensão, pode ser também a formação do sujeito. E, como White sempre defendeu, a formação do sujeito pela história precisa levar em consideração as implicações éticas desse conhecimento e, mais do que isso, ser eticamente responsável com o passado e o presente. Droysen, White e *Bildung* se cruzam, portanto, no momento em que pensamos uma história ativa, em constante modificação e que tem como finalidade a existência e a formação dos sujeitos no tempo.

E, se seguirmos essa linha de pensamento, perceberemos que a única forma possível de libertação oferecida pelas narrativas históricas produzidas por historiadores no século XIX e analisadas por White é justamente uma historiografia que leve em consideração o ideal de *Bildung*. Por isso, acreditamos que ao analisar Droysen, White percebeu uma elaboração histórica que, apesar de carregar consigo uma dimensão ideológica conservadora, constituiria em seu interior um compromisso fundamental para qualquer obra que busque interpretar o passado: fornecer elementos para a formação e cultivo dos sujeitos. Nesse sentido, a possibilidade de libertação oferecida pela compreensão histórica de Droysen e pelo conceito de *Bildung* possui uma relação direta com a capacidade da história, enquanto disciplina, participar ativamente do processo de educação e formação das pessoas, processo esse que nutriria além do desenvolvimento cultural, um valor ético nos sujeitos a partir da responsabilidade moral inerente a todo processo educacional. Temos, então, que, se alguma historiografia produzida pelo século XIX pode assumir esse papel buscado por White de responsabilidade, dimensão ética e formação dos sujeitos, ela é sem dúvida uma historiografia que leva em consideração os impactos e as potencialidades da noção de *Bildung*. E não podemos perder de vista a íntima relação que esse clássico conceito alemão assume com a ideia de ética. Por isso, acreditamos que White direciona seus olhares para Droysen. Se a *Bildung* é uma forma de ver o mundo e se

¹⁷⁵ KOSELLECK, Reinhart. Sobre a estrutura antropológica e semântica do conceito de *Bildung*. In: KOSELLECK, Reinhardt. **História de conceitos**: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Contraponto, Rio de Janeiro, 2020, p. 129.

comportar perante ele, essa visão e comportamento pretendidos por White encontram um importante aliado na teoria da história do historiador alemão e em seu tradicional conceito. Portanto, se a contemplação burckhardiana produziria no máximo um apego ao passado e não forneceria ideias práticas de libertação, a compreensão de Droysen pode nos apontar para o interessante caminho da orientação dos sujeitos no tempo. E essa orientação só seria cumprida e completada a partir do desenvolvimento das faculdades intelectuais e culturais dos sujeitos, associado diretamente com a responsabilidade e a ética produzidas pela formação completa que o conceito de *Bildung* carrega consigo. Aqui, a libertação se assume enquanto uma atividade eminentemente ética de edificação dos indivíduos, tendo a história enquanto disciplina um papel decisivo nesse processo.

Se este segundo momento de nosso trabalho teve como foco a interpretação de White sobre Burckhardt e Droysen, bem como as implicações dos conceitos de contemplação e compressão para a historiografia, agora chegou o momento de pensarmos as outras críticas que o conhecimento histórico sofreu no século XIX. Mais do que isso, nesta última parte de nosso primeiro capítulo, buscaremos entender as crises do século XIX que afetaram o conhecimento histórico, em especial, a do conceito de *Bildung* e do historicismo. Sendo assim, a partir dos silenciamentos e das interpretações que os textos de White produzem para nós, temos como intuito construir, não só a visão de epistemologia histórica elaborada pelo século XIX, mas também entender como White desloca essa epistemologia para uma ética enquanto o principal elemento de estudo da história e finalidade que regula o trabalho do historiador. Em termos gerais, o que estará em jogo, neste momento, é o estatuto científico da história e qual cientificidade é possível após as crises epistemológicas e culturais vividas e produzidas pelo século XIX.

1.3 – Hayden White, o estatuto científico da história e as crises das epistemologias históricas

Após realizarmos um percurso que se iniciou com algumas reflexões sobre o conteúdo de *Meta-história* e sua recepção e, posteriormente, analisarmos as interpretações de White sobre Burckhardt e Droysen, dois autores clássicos do século XIX, chegou o momento de direcionarmos nosso olhar para o estatuto científico da história elaborado nos oitocentos, bem como para as diversas crises enfrentadas por esse contexto histórico e as críticas que White elaborou sobre essas questões. Nesse sentido, um problema central que move esta última parte de nosso primeiro capítulo é o seguinte: de que maneira White realiza a crítica ao estatuto científico da história, compreendida por ele como algo realista, e quais são as saídas possíveis

para a epistemologia histórica após as crises enfrentadas pelo século XIX? Esta questão é complexa e nos oferece diversos caminhos de análise. Entretanto, partimos do pressuposto que um dos principais enfrentamentos realizados por White, não só em *Meta-história*, mas também ao longo de seu percurso intelectual, foi justamente contra o modo de realismo histórico produzido pelo século XIX que, em muitos momentos, pode ser entendido como uma das formas de historicismo vigentes na época. Por isso, faz-se necessário realizarmos um percurso que englobe não só as críticas de White, mas também aquelas realizadas por outros autores do próprio século XIX que, em meio a diversas crises como a do próprio historicismo, buscavam alternativas que escapassem de uma visão chapada e transparente de história, visão essa que pretendia tornar esse conhecimento uma expressão da realidade dos fatos passados. O que percebemos é que a crítica de White já havia sido antecedida por diversos autores que, na ânsia de ressignificar o conhecimento histórico, realizaram a crítica ao realismo histórico ainda no século XIX. E, para chegarmos até este momento de crítica no calor das crises, precisamos iniciar com a recepção de White deste processo que podemos identificar em seu *Meta-história* e em outros textos escritos por esse autor.

Em seu artigo *As ficções da representação factual*, publicado originalmente em 1976, White nos diz que “os historiadores do século XIX não compreendiam que os fatos não falam por si próprios”¹⁷⁶. Lida hoje, essa frase pode parecer banal, afinal de contas, dificilmente algum historiador ainda discordaria dessa afirmação. Entretanto, ao fazê-la para designar parte da historiografia oitocentista, White coloca uma questão fundamental para o debate e para o processo de cientificação da disciplina: a crença científica dos historiadores se referia à possibilidade de buscar os fatos por si próprios e encontrar o passado como ele realmente foi. Neste sentido, para se tornar científica, a disciplina histórica precisava definir seus métodos epistemológicos e a saída encontrada por diversos historiadores foi reafirmar a objetividade, a busca pelos fatos e desempenhar um comportamento semelhante àquele performado pelo padre Jacobus de Herman Hesse, que descrevemos anteriormente. Portanto, o fazer científico da história exigiria, não só a fidelidade ao passado e o afastamento do presente, mas, também, a busca do historiador pelos mínimos detalhes do evento que queria representar. E White teceu inúmeras críticas a essa cartilha de como se fazer história, que podemos entender aqui enquanto uma maneira de realismo histórico.

¹⁷⁶ WHITE, Hayden. As ficções da representação factual. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 141.

Neste ponto, podemos entender a objetividade a partir da definição de Peter Novick, segundo a qual: “pode ser vista como o mito fundador da profissão histórica; a busca da verdade objetiva, sua sagrada missão e razão de ser”¹⁷⁷, ou seja, juntamente com a história enquanto disciplina, surge também esse ideal de objetividade que se constitui como sua pedra angular. Por isso, podemos entender que a constituição da história como ciência pressupõe um tipo de realismo objetivista, pois “no centro do empreendimento histórico profissional está a ideia e o ideal de ‘objetividade’. Era a rocha em que o empreendimento foi construído, sua contínua razão de ser”¹⁷⁸. Esse realismo histórico, tantas vezes criticado por White, pode ser compreendido enquanto uma forma de se fazer e pensar a escrita e o procedimento histórico fortemente calcada sobre o ideal de objetividade e de verdade dos fatos, que buscaria produzir esse realismo histórico estritamente objetivo. O foco dessa forma de história problematizada pelos trabalhos whiteanos é o recolhimento e apresentação de fontes e dados que, pretensamente, reconstituíam o passado objetivamente após o historiador realizar todo o processo de pesquisa.

E essa questão do realismo objetivista não era um problema somente da história, mas das ciências humanas em geral. Como White nos demonstra em seu *Meta-história*, “o que estava em discussão em todo o século XIX, na história como na arte e nas ciências sociais, era a forma que uma autêntica representação realística da realidade histórica devia assumir”¹⁷⁹. O que percebemos aqui é um espírito do tempo em que somente a busca pela realidade objetiva era aceita como empreendimento científico. Estamos falando de um contexto de disputa entre ciências naturais e ciências humanas, ou ciências do espírito como bem nomeou Dilthey¹⁸⁰. E uma das soluções encontradas por vários pensadores para reafirmar a cientificidade das disciplinas humanistas foi a busca por aproximar seus métodos das ciências naturais. Entretanto, esta tentativa não encontrou êxito porque essas duas formas de conhecimento trabalham com questões completamente diferentes e, como Dilthey mostrou¹⁸¹ no contexto desses debates ainda no século XIX, as ciências do espírito contêm especificidades que as impedem de ser equiparadas às ciências naturais. O que esse rápido excursus sobre os dilemas científicos dos

¹⁷⁷ NOVICK, Peter. **That Noble Dream**: the “objectivity question” and the American historical profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 268. Tradução própria.

¹⁷⁸ Idem, p. 1. Tradução própria.

¹⁷⁹ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 439.

¹⁸⁰ Para mais informações, ver: DILTHEY, Wilhelm. **Introdução às ciências humanas**: tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história. Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2010.

¹⁸¹ DILTHEY, Wilhelm. **Introdução às ciências humanas**: tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história. Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2010.

oitocentos nos mostra é que o momento da constituição da história enquanto disciplina pedia que as ciências propusessem um método duro, objetivo e realista, método esse que pretensamente alcançaria objetivamente a realidade do passado histórico. Desta forma, para se estabelecer cientificamente, a história precisou abrir mão de uma série de coisas, dentre elas, a imaginação criativa e a orientação para o presente.

E sobre esse processo de constituição da história enquanto uma ciência, White nos diria que:

Pois na medida em que a especialização da história implicava a regulação, não só do que poderia ser considerado o verdadeiro objeto de estudo histórico, mas também do que poderia ser considerado uma representação adequada desse objeto em um discurso, a especialidade consistia em subordinar a história escrita às categorias do "belo" e suprimir as do "sublime"¹⁸²

O que percebemos é não somente o abandono de uma série de conhecimentos importantes para o ofício do historiador para se alcançar essa ânsia científica, mas também a formulação do que verdadeiramente seria esse conhecimento, bem como seus objetivos. Por isso, White nos fala dessa categoria do belo. Ao buscar essa perfeição das formas científicas e se aproximar cada vez mais do espírito apolíneo, a historiografia disciplinar subjugou faculdades que foram importantes para o desenvolvimento de um pensamento histórico e que estavam mais associadas ao sublime, ou mesmo, a um espírito dionisíaco. E aqui, não podemos perder de vista justamente o caos, a aleatoriedade e a não predestinação dos acontecimentos que acometem sociedades e indivíduos e que, posteriormente, são colocados em ordem pelo historiador. A contingência exerce um papel decisivo na história vivida, ontológica e experienciada da humanidade. Entretanto, para se afirmar como ciência no século XIX, a historiografia deixou de lado esses elementos associados a uma interpretação sublime de mundo para buscar o racional, o objeto verdadeiro, o belo e aquilo que poderia, pretensamente, ser controlado e explicado pelos historiadores.

E essa escolha deliberada da disciplina histórica profissional, carregaria consigo uma maneira própria de como fazer e pensar os estudos históricos. Sobre esse ponto, White nos diria que:

A partir de meados do século XIX, os estudos históricos teriam a tarefa de estudar apenas o que já havia acontecido, o que estava acabado e feito e não podia ser desfeito, o que estava em uma fixidez reconfortante além do horizonte da percepção viva no

¹⁸² WHITE, Hayden. La política de la interpretación histórica: disciplina y desublimación. In: WHITE, Hayden. **El contenido de la forma**: narrativa, discurso y representación histórica. Ediciones Paidós, Barcelona, 1992, p. 84. Tradução própria.

passado, e o que podia ser conhecido com certeza porque já não podia deixar de ser o que era.¹⁸³

Assume-se, portanto, juntamente com a noção de uma cientificidade histórica, a ideia de que este conhecimento seria uma operação exclusiva sobre o passado, com uma temporalidade fixa e distante o suficiente do tempo do historiador para que conseguisse ser compreendida. Nessa concepção de história não haveria espaço para imaginar nem passados muitos menos presentes e futuros diferentes daqueles que “realmente aconteceram”, transformando o conhecimento histórico em um simples descritor de eventos e personagens longínquos e sem qualquer ligação aparente com o contexto daquele historiador que os apresentava para seu público. Essa é, portanto, a forma científica com que a história se assume e se constitui no século XIX e que pode ser descrita e entendida como esse realismo objetivo que White diversas vezes criticou em seus textos.

Entretanto, precisamos entender agora em que consiste esse realismo e o que seria um método realista, justamente porque esse conceito muitas vezes serve mais para rejeitar o que não queremos como método do que para definir uma forma específica de operação historiográfica. Sendo assim, seguimos de acordo com a interpretação de White quando nos diz que “ser realista significava não apenas ver as coisas com clareza, como elas realmente eram, mas também extrair dessa clara apreensão da realidade conclusões apropriadas para levar uma possível vida com base nisso”¹⁸⁴. Percebemos, então, que o realismo era mais do que um simples método utilizado pelos estudos históricos, ele era também uma forma de viver e conceber o mundo. Quando White nos fala em extrair conclusões dessa forma realista para viver a vida, estamos claramente diante de uma forma de conceber a existência que, mesmo realisticamente, orienta e produz sentido para os sujeitos no tempo. Portanto, até mesmo o método mais realista e que almejava compreender o passado como ele realmente foi também possuiria uma relação direta com a busca por um sentido e uma orientação, por mais problemático que seja esse sentido e essa orientação produzidos pelo realismo. E o resultado dessa forma realística de conceber a ciência histórica para o tempo presente e para os sujeitos não será o mais satisfatório possível.

A respeito desta questão, sobre quais efeitos a busca realística proporcionaria para o pensamento histórico e os sujeitos que experienciariam esta prática, White nos diz que “o

¹⁸³ WHITE, Hayden. Postmodernism and Textual Anxieties. In: WHITE, Hayden. **The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007**. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2010, p. 316. Tradução própria.

¹⁸⁴ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 60.

realismo do pensamento histórico oitocentista consiste em sua busca de fundamentos adequados para crer em progresso e otimismo”¹⁸⁵. Estamos diante do momento da constituição da ciência histórica sob esse solo realista e que produziu uma espécie de orientação no tempo baseada na busca do progresso e otimismo. E aqui fica nítido que mesmo a historiologia¹⁸⁶ mais realista possível, que se propõe a busca da realidade passada como ela realmente foi, também possuiria implicações ideológicas e de orientação dos seres humanos no tempo presente. Portanto, mais uma vez, as proposições de White contra uma pretensa neutralidade epistemológica de narrativas e interpretações do passado se mostram eficazes, porque mesmo a historiografia mais realista também produziu uma forma de se viver no presente e de imaginar futuros possíveis. Contudo, essa proposição foi baseada, como diz White, no progresso e no otimismo, gerando, assim, uma historiografia estritamente relacionada ao Estado-nação e que tinha por objetivo conduzir as sociedades à marcha infundável do progresso em todas as áreas. Obviamente, como o século XX tragicamente tratou de nos mostrar, essa concepção de história desmoronou graças aos terríveis eventos sentidos pelas populações ao redor do mundo, acontecimentos esses nomeados por White como “eventos modernistas”. Por isso, o futuro prometido e sonhado pelo realismo oitocentista nunca chegou e se transformou em um interminável pesadelo para diversas populações. Precisamos entender, então, que as narrativas realistas produzidas pelos historiadores oitocentistas são mais do que uma simples concepção metodológica de história. Elas também são formas de ver, compreender e se situar no mundo, produzindo com elas, e a partir delas, maneiras dos sujeitos se orientarem e assimilarem sentidos, não só para o passado, mas fundamentalmente, para o presente e para a imaginação de futuros. A questão que está em jogo é sobre a qualidade dessa orientação, sobre o tipo de sociedade que essas narrativas realistas visavam construir e, mais do que isso, qual o futuro imaginado por elas.

Além dessas questões citadas, um outro grande problema identificado por White nas narrativas realistas do século XIX é sua relação de afastamento da imaginação como uma potência criativa na construção das interpretações históricas. Segundo nosso autor, “a historiografia científica moderna diminuiu o papel da imaginação na construção de um passado

¹⁸⁵ Idem, p. 60.

¹⁸⁶ Este é um interessante conceito elaborado e utilizado por White que serve para definir o processo acadêmico e disciplinar de produção de histórias, ou seja, historiologia seria a atividade de todo historiador comprometido com o desenvolvimento de uma narrativa sobre determinado passado histórico. É a forma academicamente disciplinada de se pensar e fazer história. Para mais informações, ver a entrevista: Ethan Kleinberg e Hayden White. Sobre o passado prático, parte 1 e 2. Prisma Traduções & Humanidades. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nv9U6ZRQC_c&ab_channel=PrismaTradu%C3%A7%C3%B5es%26Humanidades.
https://www.youtube.com/watch?v=L38dmm2R1WM&ab_channel=PrismaTradu%C3%A7%C3%B5es%26Humanidades.

que pode ser útil para ajudar as pessoas vivas a fazer esse movimento”¹⁸⁷, ou seja, na busca pela cientificidade da disciplina, o modelo realista de se conceber o passado foi se afastando gradativamente da imaginação. Na verdade, ele até produziu formas de imaginação, mas todas elas compostas por imaginações realistas do passado. E essa citação é importante porque White também reconhece a importância da imaginação no processo de orientação dos indivíduos no tempo. Imaginar passados é extremamente útil para que os sujeitos entendam seus momentos contemporâneos e passem a imaginar também um futuro que não necessariamente seja parecido com o passado. E, ao se transformar em um relato do passado como ele realmente foi, a historiografia oitocentista precisou abdicar de uma imaginação criativa em nome de uma imaginação realística. Não à toa, o subtítulo de *Meta-história é: A imaginação história do século XIX*, deixando claro para nós que White buscava não só entender como aqueles pensadores imaginaram a história, mas também como esse instrumento foi sendo cada vez mais abandonado em nome de uma pretensa cientificidade realista. O que percebemos é uma disputa em torno de um elemento constituinte do pensamento histórico, a ideia de imaginação que é extremamente importante para responder a uma interessante pergunta colocada por Herman Paul ao analisar o pensamento de White: “qual relato da realidade orienta melhor nossa vida?”¹⁸⁸ Acreditamos que uma resposta adequada a esta questão precisa levar em consideração a imaginação do passado produzido pelo historiador e pelo público geral, pois uma orientação positiva da realidade necessita buscar os múltiplos reais e as diversas formas de se contar histórias a respeito dos acontecimentos passados. Portanto, em nossa visão, um relato orientador não é aquele exclusivamente pautado no pretense objetivismo do passado, mas sim aqueles que permitem ao historiador e seus leitores imaginarem formas diferentes de constituição dos sujeitos no tempo a partir de interpretações multifacetadas do passado.

E, neste ponto, não podemos perder de vista a relação íntima que a imaginação possui com a instância ética. Como o próprio Hayden White chamou a atenção no prefácio de seu livro intitulado *The Fiction of Narrative*, e publicado em 2010 na forma de uma coleção de ensaios: “o ético precisa da imaginação, mais especificamente do que Kant chamou de imaginação produtiva (em oposição à memória ou imaginação reprodutiva) para passar da contemplação do que é o caso a uma decisão sobre o que devo fazer”.¹⁸⁹ Assim, percebemos que imaginação e ética se retroalimentam e, no caso da ética, a imaginação é decisiva, justamente para a

¹⁸⁷ WHITE, Hayden. Preface. In: WHITE, Hayden. **The fiction of Narrative**. Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2010, p. XI. Tradução própria.

¹⁸⁸ PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011, p. 95. Tradução própria.

¹⁸⁹ WHITE, Hayden. Preface. In: WHITE, Hayden. **The fiction of Narrative**. Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2010, p. XI. Tradução própria.

orientação e a produção de imagens diferentes de um mundo que ainda não é, mas que poderia ser. Além disso, todo processo de imaginação carrega consigo um elemento ético, ou seja, uma ideia de como as coisas presentes na humanidade e nas sociedades poderiam ter sido ou deveriam ser. E esse processo é fundamental para o tema da responsabilidade e da libertação em White, precisamente porque imaginar futuros diferentes dos passados que nos foram legados se torna possível somente se conseguirmos imaginar histórias comprometidas eticamente com os sujeitos e suas temporalidades. E o fato de White propor essa imaginação produtiva ao utilizar as reflexões kantianas nos remete a uma discussão que já estabelecemos neste capítulo entre a contemplação e a ação, ou compreensão. Se pensarmos imaginação meramente como reprodução, estaremos direcionando e produzindo histórias para esse processo contemplativo, ou seja, contemplar as imagens reproduzidas para nós a partir de um determinado passado escolhido pelos historiadores. Contudo, se olharmos para a potência criativa da faculdade imaginativa, perceberemos que ela é fundamental para sonharmos com futuros diferentes e, mais do que isso, para construirmos ações práticas positivas que nos auxiliem na imaginação desses futuros. E aqui, mais uma vez, imaginação se entrelaça com a ética, pois essa instância da ação e a tarefa da tomada de decisão sobre o que fazer, envolvem diretamente imaginar outras sociedades que sejam mais eticamente responsáveis do que a que estamos envolvidos. Por isso, a imaginação serve como uma esfera potencialmente criativa na produção de conhecimento histórico, não podendo ser pensada exclusivamente como uma imaginação realista, ou reprodutiva, como White chamou atenção acima. O realismo histórico, portanto, precisa abrir espaço e dar lugar para a imaginação de outros mundos históricos e formas de historicidades possíveis

Essas críticas de White ao realismo histórico do século XIX podem transmitir uma noção de que esse autor criticava a ideia de ciência. Entretanto, sempre que comentamos esse ponto da obra de White, torna-se necessário destacarmos que a crítica do estadunidense se direcionava a uma ideia de ciência específica elaborada pelo século XIX e associada a esse realismo. Como muito bem demonstra Herman Paul, “em vez de rejeitar a história científica, como faria em anos posteriores, White argumentou que a história sofria de ideias antiquadas de ciência”¹⁹⁰. O comentarista é muito feliz em pontuar que, neste momento da carreira de White, que pode ser marcado pela publicação de *Meta-história*, o autor ainda não havia abandonado completamente a ideia de uma ciência da história, nem a própria disciplina, como aconteceria posteriormente. O que estava em jogo nessas críticas elaboradas por White era justamente qual

¹⁹⁰ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 40. Tradução própria.

o modelo de ciência a disciplina histórica havia escolhido para si. E o estadunidense não poupou críticas a essa escolha que diminuiria o papel da imaginação e optaria por um realismo objetivista. Não coincidentemente, anos antes de *Meta-história*, em seu texto polêmico e necessário intitulado *O fardo da história*¹⁹¹, White já havia mencionado que a história sofreria por conceber uma ciência antiquada no fundacionismo de sua disciplina, ciência essa que era entendida por ele como de terceira categoria. Portanto, antes de abandonar completamente suas preocupações com a disciplina histórica, White tentou, mais uma vez, chamar os historiadores para discutirem que ciência histórica era essa e porque essa cientificidade continuava a ser pensada nos modelos realistas elaborados pelo século XIX.

Mais uma vez, percebemos que o problema não é definir se a história é uma ciência ou não, mas sim entender que tipo de cientificidade a disciplina histórica estava reivindicando para si. Neste ponto, precisamos lembrar de um importante historiador da cultura da virada do século XIX para o século XX, o holandês Johan Huizinga que, quando perguntado se a história seria uma ciência ou não respondeu que: “na maior parte das vezes, decidia-se por uma ou outra das alternativas, mas, perguntava-se Huizinga, estaria a pergunta de fato bem elaborada?”¹⁹² Esta passagem apresentada por Naiara Damas nos permite refletir sobre um ponto importante que parece acompanhar o desenvolvimento da ciência histórica e que, em nossa visão, também perpassou as reflexões de White sobre a história: o problema não é definir se a história é ou não uma ciência, mas sim, entender o que é uma ciência e qual o seu conceito. O problema está na pergunta. E quando apresentamos aqui as críticas de White à cientificidade da história, estamos compreendendo ciência a partir das elaborações deste autor que associa este conceito, na maioria das vezes, a uma ideia de ciência objetivista.

E, neste momento, retornamos mais uma vez aos debates acalorados em torno da fundamentação das ciências humanas no século XIX. Segundo White, ao refletir sobre esse problema: “a diferença entre as ciências naturais e as ciências humanas ou sociais é que as ciências naturais concordam com procedimentos experimentais ou protocolos para determinar o que será considerado um objeto para análise química ou física”¹⁹³. Esta citação é importante porque demonstra que, quando falamos de ciências humanas em geral e de ciência histórica em particular, dificilmente concordaríamos com os objetos privilegiados de análise. Na verdade,

¹⁹¹ Para mais informações, ver: WHITE, Hayden. *O Fardo da História*. In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

¹⁹² DAMAS, Naiara. **As formas da História**: Johan Huizinga e a História da Cultura como morfologia. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, p. 32.

¹⁹³ DOMANSKA, Ewa. A conversation with Hayden White. **Rethinking History**, Vol. 12, No. 1, 2008, pp. 3-21, p. 7. Tradução própria.

eles são extremamente múltiplos, podendo ser utilizados de várias formas diferentes para a compreensão de um mesmo problema. Portanto, essa citação de White transmite a ideia de que não basta às ciências humanas buscarem uma equiparação genérica às ciências naturais, pois as formas de agir, os métodos e os objetivos são diferentes. Mais uma vez o problema está na pergunta, pois a resposta não pode ser associar o processo de constituição do pensamento histórico e social às metodologias das ciências naturais.

E talvez o que tenha despertado em White a necessidade de criticar esse processo de cientificação tenha sido aquilo que a historiografia precisou abandonar para se tornar uma ciência. Segundo esse autor, “os historiadores abriram mão da autoridade que outrora tinham como preceptores morais de suas comunidades, sem, no mínimo, ganhar a autoridade de uma ciência genuína”¹⁹⁴. Esta citação é forte porque evidencia que, no processo de se transformar em ciência, os historiadores abriram mão da orientação moral que ofereciam às suas sociedades, orientação essa que estava em conexão com o tipo de história produzida por eles. Na verdade, essa orientação talvez nem tenha desaparecido, mas se transformado em uma orientação conservadora, pretensiosamente neutra e que não ofereceu caminhos e subsídios para que os indivíduos atuassem no mundo que os cercavam, se transformando, assim, em uma orientação sem compromissos morais ou responsabilidades éticas previamente assumidas, mas sempre assumindo e produzindo elas de forma conservadora. Neste sentido, mesmo abdicando desse processo de orientação positiva dos povos, os historiadores não conseguiram o status de uma ciência verdadeira, objetivista e realista. Seu realismo histórico produziu, no máximo, uma mescla entre arte e ciência (dentro dos parâmetros oitocentistas de arte e ciência¹⁹⁵), justamente porque o ideal almejado e estabelecido pelas ciências naturais não pode ser alcançado por uma disciplina humanista, porque as condições são diferentes. O problema em designar e propagar essa busca incansável pela cientificidade foi não apenas o abandono da orientação moral e ética da historiografia, mas, também, o estabelecimento de um tipo ideal de ciência que impede a ressignificação deste conceito para que seja utilizado pelas disciplinas humanistas.

O que percebemos é que a crítica ao realismo elaborada por White não é um ataque somente à cientificidade estabelecida pelo século XIX, mas, também, ao comportamento dos

¹⁹⁴ DOMANSKA, Ewa. A conversation with Hayden White. **Rethinking History**, Vol. 12, No. 1, 2008, pp. 3-21, p. 20. Tradução própria.

¹⁹⁵ Sobre esses parâmetros oitocentistas de arte e ciências, ver: HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador. Trad. Pedro Caldas. In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. Contexto, São Paulo, 2015. E: RANKE, Leopold von. O conceito de história universal. Trad. Sérgio da Mata. In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. Contexto, São Paulo, 2015.

historiadores que buscaram incansavelmente essa cientifização. A busca por uma ciência realista levava em consideração apenas a necessidade de expor os fatos como eles realmente foram e, principalmente, partia do pressuposto que esses fatos eram neutros e caberia ao historiador apenas expô-los para seus leitores. Essa é, sem dúvida, a imagem clássica do historiador e do tipo de história produzido pelo século XIX. Todavia, como mostramos anteriormente, ela não se aplica a todos os sujeitos que produziram conhecimento histórico nos oitocentos. Contudo, ela serve como a imagem de uma historiografia vencedora, uma espécie de ciência histórica objetiva, dos fatos e acontecimentos que teve uma grande ressonância não só no século XIX, mas também no século XX. Portanto, realizar a crítica a esta forma de conceber a história é um caminho extremamente necessário que White busca fazer ao longo de suas obras.

Após essas reflexões, uma questão central emerge em nosso trabalho e precisa ser discutida agora. Por mais que White tenha realizado essa forte crítica ao realismo histórico, ele não foi o primeiro a fazê-lo e antes dele, no próprio século XIX, diversos outros autores já haviam alertado os historiadores sobre o problema de adotar uma epistemologia realista no ofício de seu saber. É importante ressaltarmos esta questão porque White muitas vezes esquece ou ignora os movimentos de crítica ao realismo histórico existentes ainda no século XIX. Em nossa visão, a falta deste momento na obra de White pode não ser uma escolha deliberada do autor, mas impacta na recepção de sua própria crítica. Portanto, acreditamos que este seja um importante momento para analisarmos rapidamente críticas semelhantes às de White, mas que foram produzidas no momento de auge desta concepção realista de história e que demarcam um momento de crise da disciplina. E aqui escolhemos para uma breve análise as críticas elaboradas por Georg Simmel, um importante pensador da virada do século XIX para o XX e que, mesmo não sendo um historiador de ofício, dedicou parte de sua obra para refletir sobre os problemas do conhecimento histórico. E essa escolha não é aleatória. Optamos por Simmel justamente porque ele foge da teia comum de intelectuais analisados por White e nosso objetivo é entender como a crítica ao realismo foi feita no momento de constituição da ciência histórica por outros autores distantes do escopo habitual das reflexões whiteanas.

Simmel se dedicou ao longo de todo seu percurso intelectual a refletir sobre os mais diversos assuntos que tangenciavam a vida moderna. Em um de seus livros, intitulado *Problemas da filosofia da história*, publicado originalmente em 1892 e reeditado outras duas vezes, em 1905 e 1907, o foco deste autor foi questionar as bases epistemológicas que sustentavam o conhecimento histórico elaborado pelo século XIX. Acreditamos que esse seja

um dos livros importantes a tratar dessa temática no período, justamente porque faz uma crítica no calor do momento, em um contexto no qual esse historicismo realista passava por inúmeras críticas. Segundo Simmel, a tarefa do conhecimento histórico seria “eliminar o realismo ingênuo”¹⁹⁶ que perpassava as diversas produções históricas desse período. Aqui é importante destacarmos a nomenclatura que este autor atribui a essa forma de realismo. Ao chamar a atividade realista de ingênua, Simmel se envolvia em uma crítica que entendia esse tipo de produção historiográfica como algo não somente limitado, mas também simples e ingênuo. Portanto, a crítica feita por esse autor alemão expunha as diversas limitações que uma interpretação realista do conhecimento histórico encontrava, trazendo para o debate a necessidade da disciplina histórica desenvolver seus métodos próprios de investigação e não apenas importar os métodos realistas das ciências naturais. Sendo assim, Simmel assume um importante papel ainda no século XIX de enfrentamento a essa forma de realismo nos estudos históricos que White continuaria realizando posteriormente.

Quando falamos de Simmel, precisamos situar esse autor no contexto de crise do historicismo, conceito esse que era interpretado pelo alemão como objetivismo e positivismo¹⁹⁷. Nesse sentido, o historicismo que Simmel compreendia era o reflexo de uma noção de história puramente objetivista que tinha como finalidade última a simples apreensão minuciosa de cada elemento do passado histórico, pois como bem aponta esse autor: “um historicismo empírico continua acreditando que, pela mera observação da realidade histórica, pode-se compreender nela a relação que deve ter para que a realidade se torne efetivamente histórica para nós”¹⁹⁸. Essa passagem é interessante porque, se deslocada do contexto e do autor que a escreveu, pode servir muito bem para identificar uma série de críticas que White realizaria no século XX sobre o historicismo oitocentista. O ponto central é percebermos que, no pensamento de Simmel, historicismo e realismo eram associados, uma confusão muito comum e que abarcava diversos autores do período. E este é um importante tema de debate, uma vez que essa confusão acabaria por considerar diversos autores como sendo expoentes de um historicismo compreendido como uma coisa única e chapada, quando na verdade, ele é múltiplo e polissêmico.

¹⁹⁶ SIMMEL, Georg. **Problemas de filosofia de la historia**. Buenos Aires, Editorial Nova, 1950, p. 53. Tradução própria.

¹⁹⁷ Esta é uma das formas de historicismo identificadas por Gunter Scholtz. Para mais informações, ver: SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. Traduzido por Pedro Spinola Pereira Caldas. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 6, março 2011.

¹⁹⁸ SIMMEL, Georg. **Problemas de filosofia de la historia**. Buenos Aires, Editorial Nova, 1950, p. 41. Tradução própria.

Essa confusão muitas vezes é feita até mesmo por White, pois, segundo ele, “o historicismo nada mais é do que uma forma abortada de realismo, que por sua vez é um reflexo mundial das necessidades ideológicas da classe média”¹⁹⁹, ou seja, segundo o estadunidense a associação entre historicismo e realismo é íntima e dessa junção se constituiria um dos métodos históricos elaborados pelo século XIX. E, mais do que isso, como estamos falando de Simmel e da ideia de historicismo, precisamos ressaltar que esta é uma forma de historiografia tipicamente alemã, com um contexto próprio de criação, sendo necessário contextualizar essas questões. E o próprio White faz esse esforço ao dizer que “até que o realismo se tornasse possível na Alemanha, os intelectuais alemães tiveram que permanecer satisfeitos com uma versão fraturada dele, isto é, o historicismo”²⁰⁰. Mais uma vez, o que percebemos a partir da interpretação de White é a associação entre historicismo e realismo. Por mais que, como o próprio estadunidense diz, eles façam parte de uma mesma família²⁰¹, não devem ser confundidos como coisas homogêneas. Contudo, o importante dessa citação é deixar claro que o historicismo possui um local próprio de surgimento, pertencendo assim, a uma determinada tradição intelectual que elaborou as bases para a epistemologia oitocentista da história.

Ao perpassarmos brevemente pelas críticas de Simmel ao realismo em consonância com as ideias de White sobre realismo e historicismo, não poderíamos deixar de destacar as proximidades entre ambos. Por mais que os momentos de produção sejam completamente diferentes, notamos que algo em comum assola o pensamento desses autores e, em nossa visão, essa questão tem a ver com a crise do historicismo, esse modelo vencedor e científico de se fazer e pensar a história. Portanto, vale destacar mais uma vez que a crítica de White não é pioneira, muito menos inovadora. Ela se insere em uma tradição que tem início no próprio século XIX, antes mesmo dos escritos de Simmel, e que atingiria seu ápice na virada do século, no momento de crise deste modelo de pensamento histórico. E, se essa forma historicista realista de pensar a história sofreu diversas críticas, podemos entender Simmel e White como autores que elaboraram, cada um da sua maneira, importantes considerações sobre os perigos de um historicismo realista, não só para a escrita da história, mas também para a existência dos sujeitos no tempo presente. A questão que se abre agora é como enfrentar essa crise que não é só do

¹⁹⁹ WHITE, Hayden. Romanticism, Historicism, and Realism: Toward a Period Concept for Early Nineteenth-Century Intellectual History. In: WHITE, Hayden. **The fiction of Narrative**. Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2010, p. 69. Tradução própria.

²⁰⁰ Idem, p. 69. Tradução própria.

²⁰¹ Idem, p. 71. Tradução própria.

conhecimento histórico, mas também do ideal da *Bildung* e de uma sociedade que mergulharia na primeira guerra mundial, até então o maior conflito já visto pela humanidade.

E neste ponto, precisamos retomar a ideia de que a *Bildung* possui uma relação íntima com a história. Mais do que uma disciplina acadêmica, a história é também uma forma de conhecimento, um estar no mundo e algo que contribui para o processo de formação intelectual e cultural dos sujeitos. Por isso, a crise do historicismo enfrentada pelo século XIX também é uma crise do ideal da *Bildung* e da dificuldade de realização da formação completa dos sujeitos. Aquilo de Georg Simmel chamou de “tragédia da cultura”²⁰² e que se refere à impossibilidade de se completar o caminho de formação da cultura está diretamente relacionado com a crise da história enquanto uma das formas direcionadas à formação dos indivíduos.

É preciso sempre deixarmos claro que White não direciona reflexões em seu trabalho para tratar desse conceito clássico alemão porque, em nossa visão, ele não estava completamente imerso nessa tradição. Contudo, sempre que ele menciona o momento de crise da historiografia e os problemas enfrentados por essa disciplina no século XIX, é impossível deixarmos de associar essas questões com o ideal da *Bildung*. Por isso, mesmo tomando todos os cuidados necessários, é importante dizermos que talvez um dos problemas identificados por White neste tipo de historiografia que tratamos ao longo deste capítulo seja justamente sua dificuldade em oferecer formação para os sujeitos, formação essa que também atua como uma orientação no tempo. Robert Doran, um dos importantes comentadores de White, nos apresenta uma interessante reflexão sobre a obra *Meta-história* e que possui relação com as questões abordadas aqui. Segundo ele, este livro “não é um manual para escrever a história, nem é uma derrubada da pretensão de verdade, mas sim uma performance virtuosa da ideia de história como autoconhecimento ou autoformação”.²⁰³ Essa citação que é utilizada por Veronica Tozzi demonstra um olhar interessante sobre a principal obra de White. E aqui concordamos com esses intérpretes, pois seguimos com a mesma leitura que compreende a *Meta-história* como uma contribuição ao processo de autoformação que deve ser possibilitado pelo conhecimento histórico. Contudo, é válido destacar que ao falar de autoconhecimento ou autoformação não estamos necessariamente falando da *Bildung*, por mais que sua tradução para outras línguas muitas das vezes siga esses conceitos. O ponto aqui, mais uma vez, é apontar para a

²⁰² Para mais informações, ver: SIMMEL, Georg. O conceito e a tragédia da cultura. *Crítica Cultural – Critic*, Palhoça, SC, v.9, n.1, jan/jun 2014.

²⁰³ TOZZI, Verónica. Hayden White, la crítica (meta)histórica y la democratización de la cultura. *ArtCultura*, v. 14, n. 25, p. 21-35, 2012 p. 30. Tradução própria.

especificidade do conceito alemão. Todavia, não podemos deixar de notar as aproximações desta ideia com todos os esforços de White ao longo de sua trajetória.

Entendemos, então, que a crise do conceito de história e da ideia de formação é algo que incomodava White e que moveu suas reflexões sobre o conhecimento histórico. E se *Meta-história* é, ao mesmo tempo, esse diagnóstico da crise e a tentativa de ressignificar o conhecimento histórico, acreditamos que esse processo só pode ser realizado se lançarmos mão de um ideal de história à serviço da formação dos sujeitos e da sua edificação. Essa história proposta por White de reconexão com ensinamentos, lições e engrandecimento dos indivíduos assume semelhanças muito profundas com a *Bildung* clássica alemã, por mais que o autor estadunidense pertencesse a uma outra tradição de conhecimento e vivência cultural. O que aparece com essas reflexões é a necessidade de, após a crise, fazer emergir novamente uma história a serviço da existência. E tal história não precisa ser necessariamente uma historiologia academicamente regulada, mas, se esse tipo de produção profissional de narrativas sobre o passado quiser se fazer relevante novamente, ela precisa se reconectar com essas dimensões existenciais expostas acima, pois como nos mostra White: “minha opinião é que a historiografia profissional moderna recusa a tarefa que é dada ao historiador uma vez que a religião está morta, uma vez que a metafísica é impossível, quando tudo o que resta é história”²⁰⁴. E se só o que nos resta é a história, talvez seu caminho responsável seja, justamente, produzir essas orientações que mencionamos. Uma vez que a crise parece ser uma constância arraigada no presente e nenhuma outra entidade, órgão ou instituição parece fornecer aos sujeitos curas e ensinamentos existenciais, cabe a história profissional assumir esse papel ético de formação e situar os sujeitos em suas respectivas temporalidades. Pode parecer uma tarefa inglória, e talvez seja. Pode parecer também um excesso de atribuição de responsabilidade à disciplina histórica, ou mesmo uma destinação a ela de uma tarefa que não possa cumprir. Se, de fato, sabemos que os grandes dilemas contemporâneos não perpassam exclusivamente pelo problema da forma assumida pela historiografia profissional, também não podemos negar o fato de que nossa disciplina não tem cumprido seu papel nesse tabuleiro de xadrez.

Talvez a maior falha dessa historiografia do século XIX tenha sido, justamente, o abandono desse seu ofício formativo que os séculos anteriores haviam consagrado. E o ápice disso seria sentido justamente durante a primeira guerra mundial, maior conflito até aquele

²⁰⁴ WHITE, Hayden; ROGNE, Erlend. The aim of interpretation is to creat perplexity in the face the real: Hayden White in conversation with Erlend Rogne. **History and Theory**, vol. 48, No. 1, 2009, pp. 63-75, p. 71. Tradução própria.

momento e que, na visão de White, as pessoas não haviam sido preparadas. Como ele próprio nos mostra, na década anterior à grande guerra, existiria uma hostilidade à consciência histórica e ao historiador²⁰⁵, movimentos esses que seriam reflexos dessa falta de preparação e orientação da historiografia profissional para os sujeitos e as sociedades. Portanto, a crise do século XIX deve ser entendida como um movimento que vai além da historiografia, incorporando também a cultura com a dissolução da *Bildung* e da sociedade com a emergência da guerra mundial. E, a respeito dessas questões, Ewa Domanska nos apresenta uma importante visão da obra de Hayden White ao dizer que “trata-se de como a história não cumpriu seu papel de *magistra vitae*, uma vez que não preparou o homem para as guerras do século XX e não deu motivos para estudar o passado ocasionado por esse fracasso”²⁰⁶. Este momento evidencia, justamente, a incapacidade de o conhecimento histórico orientar, formar e preparar, algo que White associa diretamente à cientificação da disciplina, pois ao se tornar ciência, nosso conhecimento teria abdicado desses seus predicativos anteriores. O que falta é algo que White sempre buscou em sua trajetória, ou seja, buscar produzir outras imaginações históricas para além daquelas que foram fornecidas pelo realismo objetivista do século XIX.

As questões que discutimos até aqui levam a um debate incontornável quando falamos de *Meta-história* e a crítica de White ao século XIX: a destituição do lugar privilegiado da epistemologia como avaliadora de produções históricas. Primeiramente, precisamos afirmar, mais uma vez, que o objetivo de White não era destruir qualquer possibilidade de ciência, mas sim criticar a forma científica assumida pelos estudos históricos. E mais do que isso, abrir espaço para a pluralidade de epistemologias, ou seja, permitir com que tanto historiadores quanto leitores não só escolhessem histórias, mas que também pudessem perceber as diversidades de formas com que essas histórias podem ser constituídas. Contudo, essa epistemologia proporcionada pelo século XIX tornou-se a base para os historiadores julgarem as narrativas sobre o passado, bem como um manual de como se produzir história, passando a ser compreendida por muito tempo como a única forma possível e cientificamente regulada de se fazer conhecimento sobre o passado. E esta é uma das críticas que White faz em *Meta-história* que nos tramite a ideia da substituição desse ideal epistemológico de valoração ou não de narrativas sobre o passado. De acordo com o autor estadunidense: “os melhores fundamentos para escolher uma perspectiva da história em lugar de outra são em última análise antes estéticos

²⁰⁵ WHITE, Hayden. O Fardo da História. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 47.

²⁰⁶ DOMANSKA, Ewa. Hayden White: Beyond irony. **History and Theory**, vol. 37, No. 2, 1998, pp. 173-181, p. 180. Tradução própria.

ou morais que epistemológicos”²⁰⁷. Essa citação é decisiva, não só para compreendermos os objetivos de *Meta-história*, mas também para entendermos que White não opera na chave epistêmica no momento de considerar narrativas sobre o passado. Como ele mesmo nos aponta, os elementos para analisarmos determinadas histórias são éticos e estéticos, ou seja, não existe a possibilidade de um historiador escolher um relato ou um discurso sobre o passado ao invés de outro pelo simples fato deste ser mais científico do que aquele. O que percebemos é a impossibilidade de uma métrica cientificista que dê conta da análise de historiografias, pois, como White sempre afirmou, os elementos envolvidos nesse processo são de caráter ético e estético.

A cientificidade dos estudos históricos oitocentista desconsiderava essas questões levantadas por White e esse era o principal motivo de suas críticas. E como ele demonstra, “admitida a natureza protocientífica dos estudos históricos, não há fundamentos epistemológicos apodícticos para a preferência de um modo de explicação sobre outro”²⁰⁸. Essa palavra protocientífica, com certeza, despertou a ira de inúmeros historiadores. Se aparentemente ela pode parecer um ataque, entendemos que, mais do que isso, ela é uma chamada de atenção para a incapacidade do conhecimento histórico alcançar uma cientificidade modelada pelos oitocentos. Neste sentido, White aponta para a necessidade da escolha do historiador e do seu leitor sobre qual tipo de narrativa melhor orienta sua existência, bem como produz o melhor sentido para ele. O que vemos aqui é a questão da escolha, algo fundamental no pensamento whiteano. Escolher uma narrativa sobre o passado é algo que não se baseia em uma escolha mais ou menos científica, mas sim nos dilemas éticos e estéticos enfrentados por aquele que realiza a escolha. E essa escolha serve tanto para o leitor no momento de consumir narrativas sobre o passado quanto para o historiador na hora de construir seus discursos. Como Herman Paul nos mostra, “o enredo dos historiadores é sempre um enfoque estético e moral; ele não é epistemológico, científico. Por isso não podemos reivindicar uma única verdade total baseada na epistemologia”²⁰⁹. Se, como demonstramos até aqui, não existe a possibilidade da história acessar objetivamente o passado, o que resta é a construção de enredos que, como Paul relata em consonância com White, são construções que transcendem a epistemologia. (não falta aqui uma referência?)

²⁰⁷ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 614.

²⁰⁸ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 35.

²⁰⁹ PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011, p. 86. Tradução própria.

O que vemos surgir na obra de White é a dissolução do lugar privilegiado da epistemologia como categoria dominante e condicionante da historiografia em nome de outras duas instâncias: a estética e, especialmente, a ética. Reconhecer isso é importante porque parte do princípio, já afirmado por nós, segundo o qual nenhuma narrativa histórica é ideologicamente neutra e a presunção de uma historiografia dominada pela condição epistêmica parte do princípio dessa neutralidade e imparcialidade fornecida pela epistemologia. Por isso, abrir espaço para a ética como um dos elementos condicionantes de discursos sobre o passado é reconhecer a atuação do historiador no mundo e as possibilidades múltiplas que os indivíduos possuem para escolher relatos sobre o passado que melhor os oriente. O que governa o trabalho de White e suas análises sobre a historiografia oitocentista é esse deslocamento do foco de grande parte das interpretações sobre narrativas históricas. A questão principal não é identificar a epistemologia ou a cientificidade, mas sim os conteúdos éticos e estéticos dessas histórias.

E as críticas recebidas pelo autor estadunidense quase sempre caminhavam na direção de questionar essa dissolução científica pretensamente realizada por ele, mas deixavam de considerar uma importante questão apontada por Herman Paul, pois, segundo este comentador: “poucos reconheceram que White quase invariavelmente abordava a narrativa de ângulos retóricos, ideológicos e políticos, e quase nunca de um ponto de vista epistemológico”²¹⁰. Por isso, acreditamos que uma interpretação frutífera de White e *Meta-história* precisa considerar esse ponto do deslocamento da epistemologia como categoria universal e avaliadora de narrativas sobre o passado em nome da ética e da estética como algo basilar e condicionante na produção intelectual de nosso autor. Abandonar a interpretação epistemológica das narrativas históricas não é desconsiderar uma possível cientificidade desse conhecimento, mas sim reconhecer que existem outros elementos possíveis para analisar discursos históricos, bem como para orientar os sujeitos na hora da assimilação de tais discursos.

O percurso narrativo realizado por nós neste primeiro capítulo foi uma tentativa de expor para os leitores tanto a recepção quanto a interpretação de Hayden White sobre a historiografia do século XIX. Por isso, escolhemos iniciar com uma reflexão sobre *Meta-história*, principal obra desse intelectual com o intuito de entendermos não só as críticas realizadas por ele nessa obra, mas também, as que ele próprio recebeu. Assim, consideramos que foi de fundamental importância expormos o conteúdo desse livro. Posteriormente, ao analisarmos Droysen e Burckhardt, dois autores abordados por White ao longo de sua trajetória intelectual, procuramos fornecer essa leitura oitocentista a partir de dois exemplos de historiadores diferentes que

²¹⁰ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 10. Tradução própria.

pensaram o conhecimento histórico cada um de sua maneira. Por fim, perpassar pela crise do estatuto científico da história nos abriu a possibilidade para abordarmos a substituição da centralidade da epistemologia pela ética ocorrida na trajetória intelectual de White. Portanto, o que se apresenta para nossa análise nesse segundo momento é justamente esse conteúdo ético e como o historiador necessariamente utiliza essa instância no seu processo de reflexão e escrita sobre o passado.

CAPÍTULO 2: ESCREVER HISTÓRIAS, CONSTRUIR EXISTÊNCIAS: A ÉTICA DA HISTORIOGRAFIA DA LIBERTAÇÃO DE HAYDEN WHITE

Começar este capítulo exige de nós a construção de um lugar comum junto aos leitores a partir de uma constelação de temas e conceitos. Libertação, liberdade, políticas, responsabilidade, ética, utopias, fardos, passados, presentes, futuros. Esses são apenas alguns dos vários temas, conceitos e palavras que aparecerão ao longo das próximas páginas. A questão não perpassa por definir exaustivamente cada um desses conceitos, nem apresentar especificamente como White compreendeu cada um deles em determinados momentos de sua obra. O ponto é demonstrarmos que, se pretendemos continuar nossa aventura com o autor estadunidense, iniciada a partir de suas análises das historiografias do século XIX e das possibilidades de libertação oferecidas por elas, essas palavras não podem fugir de nosso vocabulário. E se lidas separadamente elas já demonstram uma constante preocupação política e existencial do autor estudado, quando colocadas dentro de seu repertório, perceberemos que elas são indispensáveis, não só para as elaborações de sua teoria da história, mas fundamentais para sua concepção pessoal de mundo e para a ordenação de suas ações políticas, individuais e coletivas. Portanto, esse é o White que se apresenta para nós nesse capítulo. Mais do que o pensador teórico, o crítico ferrenho do estudo histórico disciplinado academicamente ou o autor que percebeu na literatura um campo único de produção de passados, abordaremos agora o sujeito político Hayden White, aquele que elaborou uma ética de habitar o mundo a partir de seus pensamentos sobre o conhecimento histórico. E esse sujeito é ativo, político, além, é claro, de um intelectual e pensador teórico. Portanto, uma questão principal se apresenta para nós nesse capítulo: de quais formas a concepção teórica de história desenvolvida por White pode ser utilizada como uma orientação ética e um compromisso político por parte dos sujeitos que as utilizam? Em outras palavras, se histórias podem libertar sujeitos, elas os libertam do que e como essa libertação pode ocorrer através da ação?

Tendo esses questionamentos como pano de fundo, o objetivo de nosso capítulo é refletir sobre as formas que a ideia de ética assume nos trabalhos de White ao longo de sua trajetória

intelectual. E a ética aqui precisa ser pensada enquanto política, ou seja, uma política que incide não só sobre as formas de se compreender e se posicionar em um mundo que é eminentemente histórico, mas, também, que fundamenta qualquer atividade de produção histórica, seja ela acadêmica ou não. Por isso, utilizaremos como fio condutor de nossas reflexões uma ideia que foi elaborada por Herman Paul²¹¹ e que também foi desenvolvida por Ewa Domanska²¹², segundo a qual as reflexões teóricas de White podem ser compreendidas a partir da ideia de uma historiografia da libertação, historiografias e libertações essas que possuem uma íntima relação com “uma fascinação existencialista pela liberdade com uma visão política de inspiração marxista”²¹³. Entretanto, em nossa visão, essa historiografia da libertação não pode ser pensada como um conceito solto e homogêneo, muito menos como representante apenas de um momento da carreira do pensador estadunidense, pois como a própria Domanska nos diz, “a expressão “historiografia da libertação”, por mais cativante que seja, também é enganosa”²¹⁴. Nossa hipótese é que para pensarmos essas formas de libertação percebidas nos trabalhos de White, devemos recorrer à ideia de ética elaborada por esse autor, bem como as diversas roupagens que esse ideal assumiu em seus diversos trabalhos. Fazer isso é entender que, mesmo sendo problemática, a expressão pode servir como um bom caminho de investigação dos textos whiteanos, principalmente se aliada ao seu conceito de ética. Portanto, entender e propor uma libertação de sujeitos que é ética, política e situacionista no mundo que os cerca, requer de nós um olhar panorâmico sobre Hayden White, com o intuito de compreendermos que essas temáticas não são apenas partículas de seus textos, mas sim, universos próprios que ordenam suas produções intelectuais. E para fazermos essa atividade, propomos um caminho que perpassa por três eixos temáticos escolhidos por nós como forma de enredarmos nossa narrativa.

Inicialmente, nossa busca será por mapear dois momentos distantes temporalmente na produção intelectual de White, mas que, em nossa visão, se conectam a partir de seus anseios éticos, podendo ser representados por dois conceitos marcantes na obra do estadunidense: o fardo da história e o passado prático. Nossa hipótese é que, se em 1966 ao publicar o polêmico e importante texto intitulado *O fardo da história* White ainda buscava soluções para a tarefa do historiador preconizada por ele de “libertar o presente do fardo da história”²¹⁵, em 2014 ao

²¹¹ PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011. Tradução própria.

²¹² DOMANSKA, Ewa. Hayden White and liberation historiography. **Rethinking History: The Journal of Theory and Practice**, 2014. Tradução própria.

²¹³ PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011, p. 36. Tradução própria.

²¹⁴ DOMANSKA, Ewa. Hayden White and liberation historiography. **Rethinking History: The Journal of Theory and Practice**, 2014, p. 3. Tradução própria.

²¹⁵ WHITE, Hayden. O Fardo da História. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 53.

lançar seu livro *The practical past*, o autor ainda mantinha muitas dessas preocupações, mas já havia se desiludido com as potencialidades do conhecimento histórico academicamente regulado e com suas elaborações produzidas por historiadores. Por isso, acreditamos que o elemento unificador das reflexões contidas nessas duas obras é a preocupação ética que ainda permaneceria no pensamento de White, não só com a necessidade de libertar sujeitos, mas também com as maneiras possíveis de se realizar essa libertação. O jogo que buscaremos fazer neste momento do capítulo é entre um fardo que pesa e prende o sujeito no seu presente e no tempo histórico e um passado prático que pode ser mobilizado para libertar esse sujeito das amarras condicionadas e criadas por uma historiografia tradicional elaborada ainda nos oitocentos. Esse momento de nosso trabalho se torna fundamental para situarmos o leitor conceitualmente a partir dessa ideia de libertação na obra de White proposta como temática central do capítulo e acreditamos que a melhor forma de fazermos isso é utilizando como base esses dois conceitos fundamentais do espólio intelectual whiteano.

Se nesse momento nos dedicaremos à sistematização das ideias de ética e libertação em dois momentos da obra de White, posteriormente partiremos para uma análise mais específica sobre como essas questões foram mobilizadas pelo autor estadunidense. E o exemplo escolhido por nós serão as reflexões estabelecidas por White sobre o pensamento de Karl Marx contidas não só em seu *Meta-história*, mas também em diversos outros textos ao longo de sua produção. E a escolha por esse autor não é aleatória: em nossa visão, ao mobilizar Marx e o pensamento marxista ao longo de diversos textos, White buscava identificar nessa tradição os elementos éticos, políticos e ideológicos necessários para uma elaboração mais ampla de uma ideia de libertação histórica, mesmo essa ideia nunca tendo se constituído enquanto um projeto deliberado do autor. Portanto, acreditamos ser possível identificar a constituição de um marxismo whiteano, por mais problemático que esse termo possa parecer. Para nós, essa fundamentação é de caráter ético-político, ou seja, para além da análise das formas teóricas do conhecimento histórico, é possível notar um claro compromisso político nas formulações whiteanas. E este caminho de uma libertação política delineada por aquilo que chamamos de marxismo whiteano só pode ser completado com o processo de construção ou reconstrução de utopias de futuro, processo esse que teria sido abandonado pela historiografia ao longo do século XIX e pela história enquanto disciplina, entendida por White como o oposto ou o outro da utopia²¹⁶. E, neste ponto, as temporalidades se cruzam, oferecendo para nós uma relação

²¹⁶ Para mais informações sobre esse assunto, ver: WHITE, Hayden. **The Future of Utopia in History**. Historein, 12-19, 2007.

entre passado e presente, possibilitando a imaginação de futuros outros, utópicos ou não, mas que sejam diferentes daqueles presentes que fomos forçados a herdar. Assim, acreditamos que ao relacionarmos a interpretação de White a respeito do pensamento de Marx e do marxismo com a possibilidade de construção de utopias de futuro, conseguiremos caminhar um pouco no estabelecimento daquilo que entendemos como historiografia da libertação e da possibilidade de libertar os sujeitos do fardo da história.

Por fim, resta-nos construirmos um panorama sobre as ações políticas do próprio Hayden White. E isso se torna necessário porque, em nossa visão, o estadunidense não foi somente um teórico da história, da literatura ou do narrativismo. Buscar uma libertação dos sujeitos e dos passados herdados por eles através de anseios éticos colocava White diretamente enquanto um ser político, um agente da transformação social humana. Concordamos aqui com Herman Paul quando este intérprete nos alerta para a importância de “ver White não como um filósofo da historiografia profissional, mas como um pensador politicamente engajado preocupado com as relações que as pessoas desenvolvem com seu passado”²¹⁷. E é justamente esse pensador politicamente engajado que buscaremos enredar nessa última parte do capítulo. E, para nós, White se mostrou um sujeito engajado politicamente não só com os dilemas ético-políticos e sociais de seu tempo, mas também com as influências dessas questões nas formas de história elaboradas pelos historiadores. Portanto, o ser político Hayden White está diretamente relacionado com o Hayden White teórico que, ao propor uma historiografia que oriente e liberte os indivíduos, estava propondo uma sociedade concebida como um organismo politicamente responsável, com uma orientação progressista e garantidora dos direitos básicos para seus habitantes. Aqui, a teoria do conhecimento histórico assume sua relação íntima com a política, enfatizando para nós, mais uma vez, a dimensão ética de toda produção narrativa sobre o passado, que sempre é elaborada em um contexto histórico específico dotado de sentidos políticos e ideológicos, nunca sendo, um receptáculo neutro de ideias e conceitos.

Este caminho proposto ao leitor é apenas um dos vários possíveis. E, assim como qualquer elaboração de passado, aquele realizado aqui é fruto de uma escolha pessoal do autor que escreve. E nossa escolha por essa forma narrativa é realizada com base na necessidade de apresentarmos esse Hayden White ainda pouco conhecido. Se o White mais famoso é aquele do fardo da história e do passado prático, entendemos ser necessário sistematizarmos esse autor e sua dimensão ética para podermos passar a um outro nível, aquele onde suas dimensões e escolhas políticas são mais visíveis. Realizar esse movimento é ir ao encontro ao que Judith

²¹⁷ PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011, p. 40. Tradução própria.

Butler precisamente apontou quando disse que “em uma época de desespero político e esperança ocasional, em uma época de profunda desorientação e constrangimentos contínuos, onde as pessoas se perguntam o que podem fazer, Hayden White tem algo a nos dizer.”²¹⁸ E de fato, ele tem várias coisas a nos dizer, especialmente em relação às orientações em temporalidades desorientadas, libertações de sujeitos e ações ético-políticas. Por isso, se libertar os sujeitos de seus fardos herdados é uma atividade urgente e incontornável, precisamos descobrir como fazer essa historiografia da libertação. E é essa questão que propomos debater a partir de agora.

2.1- Entre o fardo da história e o passado prático: a ética da libertação no começo e no final da carreira e Hayden White

Em 1966, Hayden White publicou pela primeira vez um dos textos mais importantes para a historiografia do século XX e que continua gerando debates até os dias de hoje: *O fardo da história*. O título em si já é algo provocativo e questionador, pois se refletirmos um pouco, o que seria esse fardo da história e, mais do que isso, como tal fardo seria sentido por historiadores e por sujeitos que consomem histórias? Nosso intuito não é responder especificamente a esses questionamentos, mas sim demonstrar que, quando o ensaio de White chegou aos leitores, proporcionou uma série de reflexões e debates fundamentais para a disciplina histórica. Nesse sentido, concordamos com Herman Paul quando nos diz que as “questões abordadas em o fardo da história são cruciais para compreender o trabalho de White”²¹⁹. Portanto, em nossa concepção, é justamente nesse texto onde o autor estadunidense apresenta para nós uma série de preocupações e angústias que norteariam seus trabalhos ao longo das décadas seguintes. Por isso escolhemos iniciar esse momento de nosso capítulo com alguns debates presentes nesse ensaio e, além disso, ler *O fardo da história* enquanto uma obra que pavimenta o caminho reflexivo de White, uma pedra angular, a respeito do conhecimento histórico, sua utilidade para o tempo presente e a sua potencialidade de auxiliar na tarefa de orientar e libertar os sujeitos através de histórias.

Desta forma, nosso intuito é colocar essa obra publicada em 1966 em um diálogo estreito com um outro texto de White, esse publicado em 2014 e intitulado *O passado prático* de uma maneira que consigamos identificar como a ideia de uma ética da libertação é operacionalizada pelo autor estadunidense nesses dois momentos de sua produção intelectual. Por isso, um

²¹⁸ BUTLER, Judith. Hayden White, Modernism, Pratical Knowledge. In: WHITE, Hayden. **The ethics of narrative, vol. 1**: essays on history, literature, and theory, 1998-2007. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022, p. 6. Tradução própria.

²¹⁹ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 13. Tradução própria.

questionamento se mostra central nesta fase de nosso capítulo: de quais maneiras, Hayden White elabora uma ética da libertação para a escrita da história nesses dois momentos diferentes de publicação separadas por um lapso temporal de quase 50 anos? Levantar essa pergunta vai na direção de nossa hipótese, segundo a qual *O fardo da história* prenuncia as preocupações éticas com o conhecimento histórico e com a escrita de histórias no geral desenvolvidas por White no correr dos anos. Por isso, colocar em diálogo dois textos seminais na carreira desse autor e distantes temporalmente pode nos auxiliar na compreensão de como White abordou e foi refinando ao longo do tempo suas preocupações com uma ética da libertação histórica em suas obras. E aqui precisamos deixar claro nossas expectativas de pesquisa: em nossa visão, o conceito de passado prático desenvolvido em 2014 pode ser lido como uma resposta, alternativa ou mesmo, uma solução para aquilo designado por White como o fardo da história em 1966. E, para tentarmos constituir essa ideia, seguiremos perseguindo a lógica de uma ética da libertação que, para ser desenvolvida, precisava antes se ancorar em um problema ou fundamento a partir do qual ela poderia agir. Por isso, pretendemos, a partir de agora, demonstrar do que ou como essa ética desenvolvida por White pode libertar, além das formas com que essa libertação pode ser pensada e realizada. Seguiremos então, a partir dos conceitos de fardo da história (aquilo do que precisamos ser libertados, ou a doença) e de passado prático (o caminho para a libertação, ou a cura da enfermidade).

Em *O fardo da história*, White lista uma série de autores da literatura modernista que teriam em comum o fato de “condenarem implicitamente a consciência histórica”²²⁰. Dentre esses estaria James Joyce e seu personagem Stephen Dedalus, “segundo a qual a história é o pesadelo do qual o homem ocidental precisa despertar se quiser servir e salvar a humanidade”.²²¹ Essa caracterização da história enquanto um pesadelo e a utilização de White dessa metáfora nos chamou a atenção porque talvez seja uma das melhores definições para o tipo de historiografia hegemônica consagrada pela tradição oitocentista. Ao buscar as descrições do passado como ele realmente foi e transformar o conhecimento histórico em um museu de curiosidades descritivas e antiquárias, a forma predominante de história elaborada pelo século XIX produziu um grande pesadelo para seus contemporâneos. E é justamente esse pesadelo que White busca abordar em seu ensaio. Na realidade, esse pesadelo é configurado pelo estadunidense a partir de um outro conceito, o de fardo da história. Por isso, acreditamos que, ao buscar na literatura modernista exemplos de repulsa ao conhecimento histórico

²²⁰ WHITE, Hayden. O Fardo da História. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 43.

²²¹ Idem, p. 43.

tradicionalmente estabelecido, White se direcionava para a crítica à disciplina histórica que, na sua visão, já estava sendo feita por esses escritores literários através de seus personagens que repudiavam a forma clássica de consciência histórica. Assim, o Dedalus de Joyce nos serve como uma alegoria e um sujeito que assume a consciência segundo a qual, para ocorrer o despertar do homem moderno, seria necessário este indivíduo acordar do pesadelo da história. Entendemos que aquilo apresentado por Joyce como pesadelo, White compreende como um fardo, ou como os vários fardos. E esses fardos são experienciados pelos sujeitos cotidianamente, tornando-se necessário então, buscar libertações para eles.

Para iniciarmos nossa reflexão, precisamos estabelecer primeiro o que White compreendia como o fardo da história. Mesmo não definindo claramente como entendia esse conceito, uma passagem do autor pode nos ajudar a elucidar essa problemática. Segundo White, “a história é não só um fardo real imposto ao presente pelo passado na forma de instituições, ideias e valores obsoletos, mas também o modo de ver o mundo que confere a essas formas antiquadas sua autoridade especiosa”²²². Aqui, percebemos duas questões interessantes: a primeira, diz respeito a essas tradições e organismos herdados do passado pelo tempo presente que, ao assumirem uma autoridade baseada em suas temporalidades carregadas de historicidade e funções sociais, se transformam em instrumentos de controle que dificilmente são escapáveis. Isto é o que White denomina de fardo real, ou seja, aquela sensação percebida por nós diariamente, seja na forma de instituições ou de tradições e costumes que são, na maioria das vezes, conservadores. A segunda questão, gira em torno de um fardo subjetivo, podendo ser sentido através daquilo que White denomina como forma de ver o mundo. Aqui, notamos a presença de heranças políticas, lugares de autoridade, crenças, valores e visões diferentes de sociedades. Esse tipo de fardo é legado ao presente por um movimento quase psicológico de introjeção ao subconsciente dos sujeitos daquilo considerado certo ou errado, de noções que queremos como política e sociedade e o que esperamos como construção de futuro. E, talvez, seja o tipo de fardo mais difícil de ser libertado, pois exige não apenas a destruição de fardos físicos, mas a mudança cultural e uma ideia de consciência, ou de uma visão de mundo. Acreditamos que, para além desses dois fardos identificados por White em 1966, existe ainda um outro tipo, aquele gerado pelos acontecimentos traumáticos do século XX e que White aborda de certa maneira em seu texto sobre o passado prático. Esses fardos seriam os traumas

²²² WHITE, Hayden. O Fardo da História. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 52.

gerados para sujeitos que experienciaram, ou não, os dilemas e eventos limites²²³ do século XX e que passaram a ser cada vez mais tema de análise ao longo dos últimos anos. Dessa forma, em nossa visão, essa delimitação de fardos a serem explorados por nós auxilia na tarefa de compreendermos as formas de solucioná-los e, mais do que isso, permite que partamos do pressuposto segundo o qual, o entendimento deles e a sua ressignificação é a única alternativa para o cumprimento da libertação ética desses dilemas que circunscrevem a escrita da história.

Se White sistematiza os fardos dessas maneiras distintas, podemos agora olhar para a dimensão ética que tensiona esse conceito. Concordamos com Fábio Franzini quando nos diz que “como White enfatizou, e nunca deixou de salientar, a tarefa de libertar o presente do fardo da história só pode ser plenamente alcançada se for realizada com responsabilidade ética e moral”²²⁴. Essa citação nos faz perceber que se os fardos são existentes e perpassam não só os historiadores, mas também os indivíduos que consomem suas histórias, a forma possuída por nós para lidar com eles requer necessariamente uma responsabilidade ética e moral de tratamento, não só com os fatos, eventos e dados ocorridos no passado, mas fundamentalmente, com o enfrentamento dos fardos ocasionados por eles no tempo presente. Por isso, talvez seja mais interessante falarmos de fardos, no plural, porque eles atuam de duas maneiras no tempo presente: sobre os historiadores e sobre seus leitores ou consumidores de histórias. E sobre essa questão, White reflete a respeito dos escritos de três expoentes do século XIX, Hegel, Balzac e Tocqueville para chegar à seguinte conclusão: “o fardo do historiador como a responsabilidade moral de libertar o homem do fardo da história”²²⁵. Percebemos, então, que já em 1966 e ainda bastante ligado com a tradição oitocentista, White apresentava para nós a função dos historiadores para seu tempo. Sua atividade não deveria ser construir narrativas de grandes homens ou estados, nem descrever realisticamente o passado. Sua incumbência maior seria essa tarefa moral de libertar os sujeitos, em seu tempo presente, daqueles fardos do passado. Ou, se continuássemos a utilizar a metáfora de Dedalus de Joyce, o historiador deveria despertar o indivíduo moderno do pesadelo da história. E como White bem pontua em seu ensaio, essa seria uma atividade moral, uma responsabilidade que deveria fundamentar não só a disciplina histórica, mas especialmente, o ofício do próprio historiador.

²²³ Para um debate a respeito do conceito de evento limite, ver: CALDAS, Pedro. O conceito de evento limite: uma análise de seus diagnósticos. **Tempo**, vol. 25 n. 3, Niterói, 2019.

²²⁴ FRANZINI, Fábio. A burden that is still heavy. **Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past**, (6), 23-30, 2018, p. 29. Tradução própria.

²²⁵ WHITE, Hayden. O Fardo da História. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 62.

E, quando falamos dessa responsabilidade moral do historiador, não podemos deixar de apontar para o elemento ético que incide nesse processo e que diz respeito tanto ao historiador quanto a sua disciplina. Nas mesmas reflexões sobre os três autores (Hegel, Balzac e Tocqueville) do século XIX que citamos anteriormente, White nos diria que eles:

concordavam em que a tarefa do historiador era menos lembrar aos homens suas obrigações para com o passado que impor-lhes uma consciência da maneira como o passado poderia ser utilizado para efetuar uma transição eticamente responsável do presente para o futuro.²²⁶

O que vemos surgir é a qualificação ética da função do historiador, elaborada por White em diálogo com três tradições distintas do século XIX, um filósofo da história, um escritor literário e um historiador. Além de percebermos algo já identificado no primeiro capítulo e que diz respeito a outras formas de consciência histórica produzidas pelo século XIX diferentes daquela hegemônica representada pelo realismo oitocentista, vemos surgir na reflexão de White uma preocupação ética fundamentada em uma transição presente-futuro. E como *O fardo da história* é um texto célebre por criticar justamente a ideia de ciência histórica, não podemos deixar de notar que ele também se assume como uma tentativa de demonstrar para os historiadores do século XX que o caminho do fazer historiográfico perpassaria, necessariamente, por essa dimensão ética e moral da responsabilidade de efetuar uma transição entre os fardos herdados no presente pelo passado para um futuro diferente de nossa temporalidade, ou para utilizarmos o conceito norteador desse capítulo, um futuro que seja libertador.

Ao trazer para nosso trabalho essas inquietações éticas demonstradas por White em *O fardo da história*, é necessário salientarmos que essa é uma preocupação prenunciada nesse texto e desenvolvida ao longo de toda sua obra. Ética para White estava diretamente relacionada com o conhecimento histórico, a escrita e a produção do mesmo uma vez que “White certamente concorda que o histórico é o ético, pois, como ele sempre argumentou, a historiografia envolve necessariamente escolhas, escolhas narrativas que só podem ser eticamente informadas”,²²⁷ ou seja, todas as escolhas realizadas pelos historiadores serão necessariamente escolhas éticas “e que inevitavelmente envolvem consequências éticas”²²⁸. E aqui, concordamos com Herman Paul quando este autor mapeia a questão central das reflexões whiteanas: “como viver uma vida

²²⁶ WHITE, Hayden. *O Fardo da História*. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 61.

²²⁷ WHITE, Hayden. **The ethics of narrative, vol. 1**: essays on history, literature, and theory, 1998-2007. Editor's Note. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022, p. 21. Tradução própria.

²²⁸ Idem, p. 21. Tradução própria.

moralmente responsável em um mundo completamente histórico?”²²⁹. Se o nosso mundo é completamente dominado por histórias, das mais diversas possíveis, cabe ao historiador avançar na direção das tarefas levantadas por White em seu clássico texto de 1966. Assumindo sua responsabilidade ética, sua forma de ver e orientar a existência e sua moralidade de construção de futuros, esse profissional deveria se comprometer com a libertação dos fardos da história. Fazer isso seria parte constituinte dessa forma de viver uma vida moralmente responsável destacada por Paul como um questionamento decisivo na obra de White.

Temos, então, um esboço de algo necessário para nos libertarmos: de histórias e ideias de história que sejam tão conservadoras como aquelas identificadas na disciplina científica do século XIX por White²³⁰ e que ainda impedem os sujeitos modernos de se verem moralmente livres de passados onerosos forçados a herdar. E não é possível ao historiador contemporâneo evitar ou negar essa tarefa. Isso é o que White reforça. Na realidade, ele pode até evitar esse movimento, mas precisa ser algo conscientemente realizado. Sobre esse ponto, concordamos com Kalle Pihlainen, um dos intérpretes mais proeminentes do estadunidense, quando nos diz que “a responsabilidade pelas consequências (responsabilidade ético-política) não pode ser evitada”²³¹ e é isso que White busca apontar ainda no final dos anos sessenta. Façam suas escolhas (teóricas, acadêmicas, narrativas), mas as faça conscientemente orientado para que a responsabilidade seja assumida. E esse movimento, ao ser realizado, pode reinventar a própria estrutura da disciplina histórica, bem como para qual projeto político ela se destina, além, é claro, de quais fardos ela busca libertar os sujeitos que as consomem.

Nesse momento, é interessante notarmos que a ideia de fardos que aprisionam os sujeitos não era uma definição ou reflexão exclusiva do campo histórico e desenvolvida somente por White. Anos antes da publicação de *O fardo da história*, mais especificamente em 1964, vemos surgir um conceito interessante de fardo elaborado pelo psicanalista Stuart Hughes no mesmo contexto estadunidense em que White estava inserido. Ao refletir sobre essa questão, o historiador Peter Novick nos diz: “como H. Stuart Hughes, entre muitos outros estudiosos do pós-guerra, apontou, o ‘objetivo profissional e moral do analista é o mesmo do historiador: libertar o homem do fardo do passado, ajudando-o a entender esse passado’”²³². O curioso dessa

²²⁹ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 12. Tradução própria.

²³⁰ WHITE, Hayden. *O Fardo da História*. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 40.

²³¹ PIHLAINEN, Kalle. **The Work of History**: Constructivism and a Politics of the Past. Routledge, New York, 2017, p. 36. Tradução própria.

²³² NOVICK, Peter. **That Noble Dream**: the “objectivity question” and the American historical profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 558. Tradução própria.

passagem é a associação feita por Hughes entre o analista e o historiador. Se o primeiro desses profissionais buscava libertar os sujeitos de seus traumas pessoais, retramando esses traumas, o segundo também teria a mesma função. Entretanto, podemos avançar um pouco mais nessa questão e entender que a libertação fornecida pelo historiador pode ir além do mero sujeito individual, pois o seu retramar envolve aspectos também coletivos, se transformando quase em uma terapia coletiva, uma libertação coletiva de fardos. Seja como for, é importante pontuar que a ideia de fardos parece constituir a atmosfera intelectual e temporal onde White estava inserido. Em uma sociedade recém-saída de traumas de guerra e na qual os sobreviventes e descendentes dos eventos catastróficos do começo do século XX ainda buscavam ressignificar seus dilemas, essa denominação parece ter entrado na ordem do dia. Por isso, intelectuais de diversas áreas, como Hughes na psicologia e White na história, procuraram entender em que constituía esses fardos e a partir desse movimento, oferecer alternativas de libertação para que os sujeitos pudessem se livrar desses passados onerosos.

Contudo, existe uma importante diferença entre os fundamentos ou finalidades últimas a respeito da libertação desses fardos, das maneiras de suas realizações e, principalmente, de qual seria o objetivo da história e da psicanálise. E essas diferenças podem ser sentidas nas próprias reflexões do psicanalista estadunidense, uma vez que “embora Hughes sentisse uma estreita afinidade entre a psicanálise e a história, em parte porque ambas eram atacadas por ‘devotos da ciência de mentalidade literal’, o objetivo de ambas era a ‘verdade objetiva’”.²³³ Este ponto é interessante e despertou nossa atenção porque, mesmo concebendo o passado enquanto um fardo do qual os sujeitos precisam ser libertados, Hughes e White compreendiam a finalidade e o objetivo de suas disciplinas de formas completamente diferentes. Enquanto o primeiro identificava a aproximação entre ambas a partir de uma pretensa busca por uma verdade objetiva, o que o segundo sempre recusou foi esse empreendimento. Como Hayden White nos diz, “o historiador contemporâneo precisa estabelecer o valor do estudo do passado, não como um fim em si, mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução dos problemas peculiares ao nosso tempo”.²³⁴ Percebemos aqui uma clara oposição à ideia de busca por uma verdade objetiva. Ao compreender o passado como um meio e não como um fim, White buscava justamente mobilizar os historiadores na tentativa de utilizar esses passados como ferramentas de libertação desse próprio passado, ou seja, libertar

²³³ NOVICK, Peter. **That Noble Dream**: the “objectivity question” and the American historical profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 558. Tradução própria.

²³⁴ WHITE, Hayden. O Fardo da História. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 53.

dos fardos utilizando os próprios fardos herdados pelo tempo pretérito. E essa diferenciação entre White e Hughes é fundamental pois, se a historiografia seguisse a linha apontada pelo psicanalista, como seguiu por muito tempo, não conseguiria cumprir a tarefa designada por White. A própria história de nossa disciplina ensina que, com mais história academicamente controlada e com uma busca cada vez mais insana e obsessiva por verdades objetivas, conseguiremos produzir no máximo fardos mais passados que não necessariamente contribuirão para a libertação dos indivíduos no tempo presente.

Por isso, se a temática de perceber e libertar fardos no tempo presente estava em voga no contexto de White dos anos sessenta, precisamos ter em mente que ela era pensada de diferentes formas, sendo aquela desenvolvida por ele em seu clássico ensaio apenas uma das várias possíveis. Contudo, o que continua nos chamando a atenção é essa preocupação de diversos pesquisadores daquele momento em oferecer alternativas de libertação para as pessoas de seu tempo que notadamente sofriam de uma doença que, em certa medida, pode ser compreendida como uma doença produzida por excesso de passados traumáticos. Portanto, a questão central a ser ataca naquele momento de vida e produção de White girava em torno de como auxiliar ou produzir sentidos para a temporalidade presente de diversos indivíduos.

Além de apresentar questões urgentes para a ciência e a escrita da história como a crítica às formas antiquadas de arte e ciência assimiladas pela disciplina²³⁵, em *O fardo da história*, White nos fornece um ponto de extrema importância para as reflexões dos historiadores: a temporalidade privilegiada de análise de seus trabalhos. Se tradicionalmente, como o estadunidense expõe no ensaio, a ciência da história focou nas análises minuciosas do passado, talvez tenha chegado o momento de uma reversão da temporalidade de análise. E esse ponto é decisivo no texto de White. Os historiadores do século XX deveriam estar mais preocupados com o tempo presente e não com os acontecimentos do passado. Essa reversão temporal é fundamental no trabalho do autor porque desloca o eixo tradicional de compreensão do tempo por parte dos historiadores. Por isso, concordamos com Herman Paul quando nos diz que:

Os historiadores, então, são moralistas, engajados no “julgamento do presente”, não apresentando um passado que se ajuste ou confirme suas próprias visões morais, mas confrontando os leitores atuais com ideias e práticas que eles nunca teriam encontrado exceto na escrita histórica.²³⁶

²³⁵ WHITE, Hayden. *O Fardo da História*. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 39.

²³⁶ PAUL, Herman. No historian worthy of the name is Only na historian. *Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (6), 15-22, 2018, p. 20. Tradução própria.

Julgar o presente se assume enquanto uma tarefa moral, ou seja, a construção dessa temporalidade prescinde da tomada de posição por parte do historiador, bem como da assunção de sua posição ética perante os acontecimentos. E *O fardo da história* é um texto que nos permite identificar esse apelo de White para os historiadores adotarem, primeiro, uma postura ética e moral diante de suas narrativas e, segundo, reverterem sua temporalidade clássica de análise. Como ele próprio nos diz, “cabe perguntar, então, por que o passado deve ser estudado e qual função pode ser favorecida por uma contemplação das coisas à luz da história”²³⁷. E se fossemos seguir esse questionamento elaborado por White, diríamos que a forma eticamente responsável de se estudar o passado seria colocando-o em função do tempo presente. Mais do que isso, se o passado nos serve de alguma maneira, é em sua função de fornecer elementos para a compreensão do presente. Somente contemplar não basta, como já havíamos alertado no primeiro capítulo deste trabalho. A defesa de White é por uma história ativa, que liberte os sujeitos e que forneça algum tipo de orientação para eles em seu presente.

E neste ponto, é curioso notarmos o fato de logo abaixo, White elaborar as suas inquietações em forma de pergunta: “há alguma razão pela qual devamos estudar as coisas à luz da sua condição passada, e não à luz da sua condição presente, que é a luz sob o qual todas as coisas só oferecem imediatamente à contemplação?”²³⁸ E se continuarmos o raciocínio, chegaremos à conclusão que estudar as coisas à luz apenas do passado somente contribuiria para o aumento do peso dos fardos sentidos pelas pessoas. Acúmulo de histórias, de passados, ou de memórias pode ser tanto benéfico quando maléfico, pois como White nos diz ao citar Nietzsche em seu *Meta-história*, “não se trata de saber se o homem necessita de memória; o fato irrecusável de ter memória é a glória e a perdição do homem”²³⁹. Aqui, em um diálogo nítido com a segunda intempestiva, White mais uma vez aponta para sua ideia de que o excesso de histórias e de passados apenas contribuem para o aumento da carga em cima dos sujeitos. Portanto, para o presente se libertar desses pesos juntamente com os indivíduos que habitam ele, torna-se necessário o historiador reverter sua temporalidade de análise. Não é um abandono do passado, mas uma utilização dele para os dilemas do presente.

Não coincidentemente, ao encerrar o ensaio de 1966, em sua última página, White nos diz que “o historiador não presta nenhum bom serviço quando elabora uma continuidade

²³⁷ WHITE, Hayden. *O Fardo da História*. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 61.

²³⁸ Idem, p. 61.

²³⁹ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 356.

especiosa entre o mundo atual e o mundo que o antecedeu”²⁴⁰. A crítica de White nesse momento final de seu ensaio fica por conta da ideia de continuidade, extremamente cara à historiografia tradicional oitocentista. Continuar a história seria manter os laços conservadores de dominação de povos e culturas historicamente privilegiados, manter uma história consagrada como europeia, cristã, branca e masculina. Além disso, continuar a história seria preservar o passado como temporalidade central para o historiador e abdicar das funções éticas que sua atividade pode exercer no tempo presente. Enfim, continuar a história é conservar os fardos impostos pelo passado aos sujeitos contemporâneos, evitando, assim, a função libertadora de nosso conhecimento. E para finalizar esse seu momento de reflexão, o autor estadunidense continuaria dizendo que “ao contrário, precisamos de uma história que nos eduque para a descontinuidade de um modo como nunca se fez antes; pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino”²⁴¹. Descontinuar a história seria justamente abrir a possibilidade para novos sujeitos históricos contarem suas histórias. Se uma história que continua as tradições herdadas apenas nos levaria à repetição das destruições ocorridas no passado, uma história com foco na descontinuidade seria uma alternativa para o cumprimento da tarefa da libertação.

Ainda sobre essas questões, não podemos deixar de notar a importância que White atribui à educação. Educar para a descontinuidade seria essa atividade de pensar em quais sujeitos os historiadores estão formando com suas narrativas. E a questão do ensino e da educação sempre foi algo marcante na trajetória de White. Como ele mesmo chamou a atenção em uma entrevista com Ewa Domanska, “quero libertar meus alunos, mas primeiro eles precisam saber de que”²⁴². Assim como nós ao desenvolvermos e escrevermos esse trabalho, os alunos de White também precisariam compreender em que consiste essa libertação e de quais forças ela fornece liberdade, ou do que eles estão sendo libertos. E o papel atribuído pelo estadunidense ao ensino e à elaboração de uma educação para a descontinuidade é fundamental nesse processo de libertação. Dar aula é uma forma de fornecer libertação de passados onerosos, e White sabia disso, pois, como Domanska nos demonstra: “lendo as obras de White, devemos, portanto, lembrar que ele é (e ele se descreve como), antes de tudo, um professor acadêmico cujo objetivo é a formação de intelectuais críticos e seres humanos moralmente responsáveis”²⁴³.

²⁴⁰ WHITE, Hayden. O Fardo da História. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 63.

²⁴¹ WHITE, Hayden. O Fardo da História. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 63.

²⁴² DOMANSKA, Ewa. A conversation with Hayden White. **Rethinking History**, Vol. 12, No. 1, 2008, pp. 3-21, p. 13. Tradução própria.

²⁴³ DOMANSKA, Ewa. Hayden White and liberation historiography. **Rethinking History: The Journal of Theory and Practice**, 2014, p. 3. Tradução própria.

Portanto, vemos surgir aqui, além de um intelectual e historiador crítico da tradição disciplinar da história, um professor preocupado com sua tarefa diária de formação de sujeitos eticamente responsáveis. E essa preocupação só pode ser cumprida como tarefa se a história contada para esses alunos promovesse uma educação que descontinuasse as tradições herdadas pela historiografia do século XIX.

Até este momento, buscamos sistematizar do que o sujeito moderno precisaria ser libertado e, em nossa visão, deveria ser desses inúmeros fardos produzidos por uma ideia de história continuada e passadista descrita por White ao longo de sua obra. Agora, chegou o momento de refletirmos de quais formas essa libertação pode ocorrer. Se transformarmos isso em uma pergunta, temos que: quais são as bases daquilo que compreendemos como uma historiografia da libertação e como essa atividade pode ser realizada? Apesar de ser um questionamento amplo, não podemos deixar de realizá-lo. E em nossa visão, o cumprimento da tarefa designada por White de libertar o presente do fardo da história só pode ser realizada se olharmos para a forma com que ele mobiliza seu conceito de passado prático. Além disso, um passado prático, para nós, estaria diretamente associado a esta ideia de historiografia da libertação. Iniciaremos, portanto, problematizando esse último conceito.

Provavelmente, Herman Paul tenha sido o primeiro intelectual a nomear a prática realizada por White como uma historiografia da libertação. Em seu livro sobre esse autor, ele nos diz que:

o ideal que White defendeu nesses anos pode ser descrito como uma historiografia da libertação – palavra que cunho em analogia à teologia e filosofia da libertação latino-americanas que varreram os círculos acadêmicos ocidentais no mesmo período, por volta de 1970²⁴⁴.

Aqui, percebemos a clara referência de Paul aos movimentos latino-americanos de meados do século XX. E, em um primeiro momento, essa definição pode soar interessante, uma vez que, de fato, o projeto de White em seus últimos anos sempre esteve relacionado com as maneiras pelas quais o indivíduo pode tomar uma consciência própria e se libertar de passados onerosos. Não coincidentemente, a palavra libertação esteve presente em suas obras desde *O fardo da história*, em 1966, se constituindo enquanto um conceito estreitamente relacionado com o que deveria ser o ofício do historiador. Entretanto, a mesma designação pode parecer confusa e problemática, pois White nunca exerceu uma atividade política parecida com os movimentos associados à teologia da libertação latino-americana, muito menos possuía uma

²⁴⁴ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 55. Tradução própria.

base religiosa parecida com elas. Como o próprio autor nos diz a respeito dessa historiografia da libertação em uma entrevista que concedeu para Volodymyr Sklokin:

suponho que seja para me ligar a algo como “teologia da libertação” ou um tipo geral de anarquismo. Eu mesmo não pratico uma nova historiografia. Estou menos interessado no destino dos estudos históricos (já que os considero um sistema dogmático) do que no papel social dos estudos do passado²⁴⁵.

Aqui é interessante notarmos esse caráter dogmático percebido por White nos estudos históricos e o reconhecimento de que sua historiografia não é uma novidade. E isso nos leva justamente a ideia presente em vários trabalhos de White que gira em torno de perceber formas diversas de compreensão do passado que não sejam, necessariamente, aquelas estabelecidas por uma historiografia acadêmica.

Seguindo sua linha de raciocínio na mesma entrevista, White diria que:

Quanto à libertação, seria presunçoso da minha parte reivindicar esse título. Sou contra o dogmatismo de qualquer forma. Sei que vários jovens estudiosos em vários campos consideraram minha escrita “libertadora” de várias maneiras. Entendo que isso significa que eles queriam estudar o passado de boa-fé, mas se viram prejudicados por regras e procedimentos que mais impediam do que facilitavam suas buscas por significado²⁴⁶.

Percebemos, então, que o próprio autor achava um pouco presunçoso reivindicar essa titulação. Contudo, ao dizer que muitos alunos se sentiram prejudicados por normas e regras estabelecidas pela historiografia tradicional, não podemos deixar de entender o fato de a obra de White atuar justamente na direção oposta. Portanto, se o trabalho de White pode ser compreendido enquanto uma historiografia da libertação, essa historiografia perpassaria pelo oferecimento de técnicas, formas e espaços intelectuais diferentes daqueles estabelecidos pela disciplina científica. E talvez aqui resida a maior potencialidade do conceito elaborado por Paul. Uma historiografia da libertação pode ser pensada enquanto uma historiografia paralela ao disciplinamento, uma forma diferente de olhar e se relacionar com o passado e, mais do que isso, um empreendimento diretamente ligado com o tempo presente daquele que realiza a atividade de historiar. Uma historiografia da libertação seria, portanto, desenvolver formas práticas relacionadas com o tempo presente de se lidar com os fardos produzidos pelos passados.

²⁴⁵ SKLOKIN, Volodymyr. **It is not much a paradigm shift as a total breakdown** ... a conversation with prof. Hayden White. 2012. Disponível em: <http://www.historians.in.ua/index.php/en/intervyu/258-it-is-not-so-much-a-paradigm-shift-as-a-total-breakdown-a-conversation-with-prof-hayden-white>. Tradução própria.

²⁴⁶ Idem. Tradução própria.

E este ponto fica ainda mais evidente quando olhamos para o histórico desse conceito. De acordo com Ewa Domanska em uma nota de rodapé publicada em seu texto intitulado *Hayden White and liberation historiography*:

O conceito de ‘historiografia da libertação’ ocorre anteriormente, no livro de John Ernest intitulado *Historiografia da Libertação: escritores afro-americanos e o desafio da história, 1794-1861*. Ernest sugeriu uma analogia com a teologia da libertação. Segundo este autor, uma historiografia da libertação construída em resposta às necessidades dos indivíduos e coletividades afro-americanas pretendia ajudar a compreender o condicionamento histórico da opressão e reforçar seu senso de agência histórica por meio da construção de sua própria visão do passado. Como a teologia da libertação – escreve Ernest, o que estou chamando de historiografia da libertação é um modo de investigação histórica dedicado à práxis, um processo dinâmico de ação e reflexão, de descoberta histórica a serviço de uma reforma sistêmica contínua e concreta²⁴⁷. (ERNEST 2004, p. 18)²⁴⁸

Se formos utilizar o conceito elaborado por Ernest, entenderemos melhor o que Paul denominou como historiografia da libertação a partir da obra de White. Infelizmente, não podemos saber se Paul tinha conhecimento da obra de Ernest, contudo, sua definição nos auxilia nesse movimento. E se a historiografia da libertação é esse modo de investigação dedicado à práxis, auxiliando grupos historicamente marginalizados a contar suas histórias, talvez White e sua obra se encaixem bem nessa definição. Não por acaso, Domanska nos diz que “neste, assim como em seus outros livros, Ernest faz referências às obras de White”²⁴⁹. Portanto, esse historiador tinha consciência da produção whiteana e, de certa maneira, a visão de história exposta por ele no trecho que citamos vai totalmente de encontro com aquilo defendido por White ao longo de sua vida. Temos, então, a elaboração sistematizada do conceito de historiografia da libertação em um livro de 2004 sobre escritores afro-americanos que pode nos servir aqui para construirmos um cenário sobre esse conceito. A ideia não é encaixar White dentro dele, como se fosse uma peça de lego, mas compreender que, se a noção de historiografia da libertação pode ser utilizada para pensar a obra desse autor, ela está diretamente relacionada com a definição proposta por Ernest em seu livro.

Seguiremos, então, operacionalizando esse conceito pois, por mais problemático que ele seja, acreditamos que contenha em si não só uma potencialidade semântica, mas também uma definição bastante precisa do jeito de se compreender a historiografia mobilizada por White. Além disso, a historiografia da libertação também pode nos servir como forma de enredamento

²⁴⁷ DOMANSKA, Ewa. Hayden White and liberation historiography. **Rethinking History: The Journal of Theory and Practice**, 2014, p. 9. Tradução própria.

²⁴⁸ Como Ewa Domanska cita diretamente o livro de Ernest em seu texto, optamos por deixar a referência como está no original. Para mais informações, ver: DOMANSKA, Ewa. Hayden White and liberation historiography. **Rethinking History: The Journal of Theory and Practice**, 2014, p. 9. Tradução própria.

²⁴⁹ DOMANSKA, Ewa. Hayden White and liberation historiography. **Rethinking History: The Journal of Theory and Practice**, 2014, p. 9. Tradução própria.

narrativo em nosso trabalho, ou seja, pensar em fardos que são libertados a partir dessa noção nos oferece a possibilidade de discutirmos como essa libertação pode ocorrer. Sendo assim, se nossa ideia é esboçar essa historiografia da libertação whiteana, torna-se de fundamental importância perpassarmos por aquilo que fornece subsídio conceitual para essa atividade: a ideia de passado prático. E isso ocorre porque, em nossa visão, a tarefa preconizada por White de libertar o presente do fardo da história só pode ser cumprida se mobilizarmos a noção de passado prático desenvolvida por ele ao final de sua carreira. Portanto, uma historiografia da libertação seria justamente a junção do fardo da história com o passado prático, junção essa que funcionaria como um remédio (o passado prático) para a doença (o fardo da história).

Primeiramente, precisamos destacar que no momento da publicação de *The Practical Past*, em 2014, White já se encontrava em um gradativo afastamento da disciplina histórica e assumindo para si uma tarefa que Herman Paul bem designou: “White não estava interessado na profissão histórica, mas em que significa viver em um mundo histórico; orientar-se no presente”²⁵⁰. Portanto, para iniciarmos qualquer debate sobre os conceitos de passado histórico e passado prático, precisamos considerar esse constante abandono de White com relação à disciplina. Isso é importante porque, na visão desse autor, outras formas de produção de passado para além daquelas realizadas pelos historiadores alcançariam melhor sua tarefa de libertação preconizada em *O fardo da história*. Entretanto, não compartilhamos a descrença de White com a disciplina histórica e entendemos que essa atividade ainda pode ser ressignificada para atender às expectativas de libertação buscadas por diversos sujeitos. Dizer isso antes de iniciar o debate é importante para deixar claro nossas concepções aos leitores. Assim, seguimos a linha de pensamento elaborada por Arthur Ávila quando diz que “se White, de forma polêmica e compreensível, busca contrapor dicotomicamente este ‘passado prático’ ao ‘passado histórico’ da historiografia profissional, não é essa minha intenção”²⁵¹. Se por um lado concordamos com essa afirmação e entendemos que esses dois tipos de passado não podem ser pensados de formas dicotômicas, por outro, achamos necessário em um primeiro momento trabalhar com a oposição estabelecida por White para que, ao final, possamos desenvolver melhor nosso ponto de vista. Por isso, o que se anuncia agora são as discussões sobre prático e histórico, marcas do final da produção whiteana.

²⁵⁰ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 11. Tradução própria.

²⁵¹ AVILA, Arthur Lima de. (Re)Politizando a teoria da história em tempos de exceção: Hayden White e a crítica do presente. **ArtCultura**, Uberlândia, v.20 n.37, p. 21-35, 2018, p. 43.

Se para muitos leitores o conceito de passado prático aparece com maior repercussão no livro de 2014, torna-se importante ressaltarmos que essa é apenas a sistematização do mesmo realizada por White. Ao olharmos mais atentamente para a produção do estadunidense, veremos, já em 2005, no artigo intitulado *Historicality as a trope of political discourse: rethoric, ethics, politics*, o autor apresentando um esboço do que compreenderia por esses conceitos. Segundo ele:

Em oposição a esse passado histórico, Oakeshott colocou o que chamou de passado prático, com o que se referia a todos aqueles fragmentos de memória e registros de um tipo ou outro que todos nós carregamos em nossas cabeças e aos quais apelamos quando precisamos de alguma justificativa para interpretar um problema de uma maneira particular, algum modelo ou exemplo para guiar o comportamento, ou algum corpo de fato para apoiar uma posição em um argumento ou no qual projetar uma imagem “realista” de quem ou o que somos.²⁵²

Aqui percebemos, além do surgimento da diferenciação entre os dois conceitos, o autor utilizado por White para buscá-los: Michel Oakeshott. Para nós esse fato foi uma surpresa pois Oakeshott sempre se caracterizou por ser um filósofo conservador. Torna-se no mínimo curioso White retirar a ideia de passado prático, um passado que mobilizaria forças éticas para a libertação e orientação dos sujeitos no tempo presente, um passado que, enfim, possuiria uma característica progressista, do trabalho de um autor declaradamente conservador. Além dessa primeira questão, também percebemos que ao mobilizar esse conceito, White deixava claro já em 2005 a dicotomia destacada anteriormente entre o prático e o histórico. Contudo, em nossa visão, essa qualificação foi sendo refinada ao longo dos anos e o que vemos no livro de 2014 é uma definição que, mesmo baseada nas elaborações de Oakeshott, se transforma cada vez mais em um conceito com as características específicas de White.

Sigamos então, primeiramente, para a definição de passado histórico proposta por White em seu *The practical past*. Segundo ele, esse passado “é construído como um fim em si mesmo, possui pouco ou nenhum valor para entender ou explicar o presente e não fornece diretrizes para agir no presente ou prever o futuro”²⁵³. O passado histórico seria aquele construído pelos historiadores profissionais e conteria em seu interior essa ideia entendida por White como um fim em si mesmo. Este seria aquele passado consagrado pela historiografia do século XIX, com um enfoque passadista e contemplativo, e que abandonaria qualquer tipo de ligação ou possibilidade de intervenção no tempo presente. E, sem dúvidas, esse tipo de passado e sua relação com o conhecimento histórico é o que despertaria o maior número de críticas por parte

²⁵² WHITE, Hayden. *Historicality as a trope of political discourse Rethoric, ethics, politics*. In: WHITE, Hayden. **The ethics of narrative**, vol. 1: essays on history, literature, and theory, 1998-2007. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022, p. 222. Tradução própria.

²⁵³ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 9. Tradução própria.

de White, uma vez que “no século XIX, o estudo da história deixou de ter qualquer utilidade prática precisamente na medida em que conseguiu se transformar em ciência”.²⁵⁴ Todavia, nesse momento de suas críticas, White parece ser duro demais com as formas de conhecimento produzidos pela tradição oitocentista. Concordamos com Valdei Araújo que, ao refletir sobre essa oposição entre o histórico e o prático realizada por White, nos diz que “nem o mais cientificista projeto historiográfico esteve desprovido de dimensões e objetivos práticos, éticos e políticos”²⁵⁵, ou seja, mesmo aquela historiografia mais científica desenvolvida no século XIX ofereceria algum de tipo de orientação ética para os sujeitos. A questão é semelhante àquilo explorado por nós no primeiro capítulo e diz respeito à qual orientação essa historiografia produziria e quais compromissos éticos ela assumiria ou não com os sujeitos do tempo presente.

Por isso, mesmo compreendendo a definição proposta por White a respeito do passado histórico, não podemos deixar de salientar esse problema em sua interpretação. Em nossa visão, ao designar o passado produzido pelos historiadores profissionais como um passado morto e restrito às histórias pretéritas, White estava mais uma vez assumindo seu tom polemista de crítico da disciplina, construindo assim, um tipo ideal, ou mesmo, um espantalho daquilo produzido pela historiografia ao longo de sua tradição. E como já demonstramos anteriormente nesse trabalho, o século XIX não pode ser compreendido como um organismo único e coeso, e White tinha consciência disso. Entretanto, acreditamos que essa sua atitude serve para definir uma espécie de padrão historiográfico, ou seja, sua definição do passado histórico se referiria à forma dominante de se fazer história e que, se examinarmos com cuidado, talvez cheguemos a conclusões parecidas. E aqui, se olharmos atentamente para um contemporâneo de White e um autor clássico da teoria da história, Jörn Rüsen, veremos que o fazer histórico não pode abandonar suas raízes práticas e orientadoras, pois segundo ele “a consciência histórica tem por objetivo, pois, extrair do lastro passado pontos de vista e perspectivas para a orientação do agir”²⁵⁶. Temos, então, que se nem mesmo o século XIX com sua historiografia tradicional abandonou completamente a ideia de orientação, a partir de Rüsen, um dos intelectuais mais proeminentes do século XX, perceberemos também que esses objetivos não foram deixados de lado. Mas talvez o problema de White não seja com essas formas orientadoras de história, mas sim com o fato de ainda existirem compreensões da atividade do historiador como um mero

²⁵⁴ Idem, p. 10. Tradução própria.

²⁵⁵ ARAUJO, Valdei. O Direito à História: O(A) Historiador(a) como Curador(a) de uma Experiência Histórica Socialmente Distribuída. In: GUIMARÃES, Géssica; BRUNI, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (orgs). **Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 191-216, p. 205.

²⁵⁶ RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 2007, p. 33.

exercício descritivo do passado. Na filosofia da história whiteana, só existiria espaço para uma representação ética do passado a partir da assunção de um compromisso político com o tempo presente.

Se White elabora seu conceito de passado histórico na chave negativa, ou seja, engloba nesse conceito tudo aquilo que o fazer historiográfico deveria rejeitar caso quisesse ser eticamente relevante para o tempo presente, Oakeshott parece pensar de maneira diferente. Segundo ele, em seu texto *On history and other essays*, publicado em 1983, “um passado histórico é um passado que não sobreviveu, nem poderia ter sobrevivido, mas é um passado inferido a partir de uma investigação histórica presente-passado”²⁵⁷. Vemos surgir nessa passagem a caracterização de um passado histórico que não abdica do presente, pelo contrário, ele utiliza as dimensões pertencentes ao tempo presente para construir a investigação sobre o passado. Portanto, não é difícil percebermos a existência de um descompasso entre o que Oakeshott entende por passado histórico e aquilo que White elabora sobre o mesmo conceito anos depois. E, neste ponto, notamos ainda uma disparidade a respeito da forma utilizada por esses autores para compreender a disciplina histórica. Como pontuou Jonas Ahlskog ao refletir sobre essas divergências: “para Oakeshott, a independência é o que fundamenta a história como um empreendimento legítimo; para White, esta independência é a razão pela qual a história não é uma forma existencial e eticamente relevante de se relacionar com o passado”²⁵⁸. Percebemos, então, que, ao contrário de White, Oakeshott não compreende o passado histórico na chave negativa, muito menos entende a cientifização da história como algo ruim. Em seu pensamento, o garantidor da legitimidade à disciplina seria justamente essa independência científica para investigar o passado. Portanto, temos o primeiro objeto de divergência conceitual entre White e Oakeshott. Mesmo utilizando seu conceito de passado histórico muitos anos depois, White caminhava em uma direção oposta à de Oakeshott, direção essa que caracterizava o fazer historiográfico profissional como algo limitante para as tarefas éticas que a disciplina deveria assumir.

Se continuarmos na linha de raciocínio proposta para este momento do capítulo, segundo a qual a obra de Hayden White pode ser lida enquanto uma historiografia da libertação que busca libertar os sujeitos dos fardos impostos pelo passado, veremos que essa ideia de passado histórico desenvolvida pelo estadunidense é justamente aquilo que ele busca combater.

²⁵⁷ OAKESHOTT, Michael. *On history and other essays*. Basil Blackwell, Oxford, 1983, p. 92. Tradução própria.

²⁵⁸ AHLSKOG, Jonas. Michael Oakeshott and Hayden White on the practical and the historical past. *Rethinking History*, 2016, p. 6. Tradução própria.

Nesse sentido, esse passado elaborado pelos historiadores, na visão de White, não forneceria elementos éticos para a libertação do presente, muito menos orientações para a agência dos indivíduos em suas temporalidades. Por isso, mesmo entendendo a existência de uma diferença importante entre as compreensões de passado histórico por parte de White e Oakeshott, em nossa visão, não podemos desconsiderar aquilo proposto pelo primeiro. Isso porque White não assimila automaticamente o conceito de Oakeshott, mas se apropria dele para elaborar sua própria visão do que seria um passado histórico. Sendo assim, se esse seria o passado do qual os sujeitos deveriam se libertar, precisamos entender agora como essa libertação de fardos pode ocorrer. E nossa aposta é que essa tarefa pode ser cumprida ao mobilizarmos a noção de passado prático.

Em seu livro de 2014, White define passado prático da seguinte maneira:

refere-se às noções de “passado” que todos nós carregamos conosco em nossas vidas diárias e sobre as quais nos baseamos, quer ou não, da melhor maneira possível, por informações, ideias, modelos, fórmulas e estratégias para solucionar todos os problemas práticos - de assuntos pessoais a grandes programas políticos - reunidos em tudo o que concebemos ser nossa “situação” atual”.²⁵⁹

O passado prático, na visão do autor, seria aquele passado que as pessoas recorreriam para ajudá-las na solução de problemas cotidianos e de ordem prática. Nesse sentido, esse tipo de passado seria imbuído de uma responsabilidade ética, pois ele contribuiria para a resolução de problemas, políticos ou não, inerentes ao tempo presente do sujeito que mobiliza esse passado. Assim, o passado prático promoveria consigo um “uso do conhecimento histórico para responder a questão prática/ética: o que devo (nós) fazer? O que Kant chamou de questão “prática” (com o que ele quis dizer ética), o que eu (nós) devo fazer?”²⁶⁰ Aqui, White se coloca em diálogo, não só com Kant e sua clássica dúvida ética, mas também com Lênin que realiza uma pergunta parecida em seu livro de 1902 intitulado *O que fazer? Questões candentes de nosso movimento*²⁶¹. E esse esforço de White em recuperar esses dois pensadores não é aleatório. Acreditamos que fazer isso é trazer para o centro do pensamento histórico uma questão de fundamental importância e anunciada por White em seu livro: “O que deve ser feito?”²⁶² Em nossa visão, essa pergunta é um questionamento que busca entender de quais formas os conhecimentos sobre o passado podem ser tornar eticamente relevantes para o tempo

²⁵⁹ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 9. Tradução própria.

²⁶⁰ Idem, p. 8. Tradução própria.

²⁶¹ LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O que fazer? Questões candentes de nosso movimento**. Boitempo Editorial, 2020.

²⁶² WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 9. Tradução própria.

presente e também auxiliar na atividade política de situar o sujeito em sua temporalidade, além de contribuir para a sua orientação que, fundamentalmente, possui um caráter político.

Ao realizar esse questionamento em seu *The Practical Past*, acreditamos que White buscava muito mais do que respostas para essa pergunta, mas sim, trazer para o debate teórico sobre a história quais as formas de produção de passado contribuiriam para a indagação kantiana-leninista sobre qual é o papel ético dessas narrativas e dos sujeitos diante de seus dilemas temporais. Portanto, o próprio conceito de passado prático desenvolvido por White traria consigo uma busca por discutir até que ponto, histórias sobre o passado são ou não relevantes para os indivíduos que as consomem. E, não coincidentemente, o autor estadunidense perceberia na historiografia academicamente disciplinada, ou aquilo que ele denominou de passado histórico, uma ausência dessa potencialidade orientadora, pois como ele mesmo nos diz a respeito dessa problemática, “a história em seu status de ciência para o estudo do passado pretendia expurgar o estudo do passado de qualquer conteúdo ético – enquanto, ao mesmo tempo, servia ao Estado-nação como guardião de sua genealogia”²⁶³. Vemos mais uma vez a crítica realizada por White à ciência da história, colocando em oposição o passado histórico ao passado prático justamente por conta do caráter ético que esse último carregaria consigo.

Cabe ressaltarmos que as críticas realizadas por White ao passado histórico construído academicamente pelos historiadores fazem parte de um momento em que esse intelectual se distanciava cada vez mais da disciplina histórica. E esse distanciamento gradativo fez com que White buscasse em outras disciplinas formas de produzir e de se relacionar com o passado, como no caso da literatura modernista²⁶⁴. Assim, ao final de sua trajetória intelectual, White não estava muito preocupado com as produções acadêmicas dos historiadores, aqui reside mais uma das várias contradições whiteanas. Mesmo se importando pouco com a disciplina, o autor jamais deixou de criticar seus métodos, assim como jamais abriu mão de pensar questões que tensionam o debate teórico sobre a história. E em nossa visão, a produção de um livro sobre o passado prático atua justamente nessa direção. Mesmo buscando produções de passado em outras áreas do conhecimento, White sempre retornava àquilo conceituado por ele como passado histórico. Por isso a disciplina histórica nunca fugiu de suas reflexões, por mais que seu distanciamento pessoal tenha ocorrido. E colocar em oposição dialógica o prático e o

²⁶³ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 9. Tradução própria

²⁶⁴ Não trabalharemos neste capítulo com as concepções de White sobre a literatura modernista e como a mesma é fundamental para seu conceito de passado prático. Faremos esse movimento em nosso terceiro capítulo. Nosso intuito, nesse momento do trabalho, é apenas apresentar os conceitos de prático e histórico, bem como os debates que eles produziram.

histórico talvez reforce essa ideia, pois esses conceitos podem fornecer aos sujeitos concepções diferentes, mas não excludentes, de ideias de passado e de história.

Portanto, é nessa dualidade que os conceitos de White operam e, de acordo com ele: “o que ganhamos ao imaginar um passado prático e colocá-lo ao lado do passado histórico como um contrário que não é contraditório? Primeiro, ganhamos escopo e extensão para nossa investigação”²⁶⁵. Essa citação é interessante porque, mesmo reconhecendo essas duas formas de passado como contrárias, White não entende isso como algo contraditório. Em nossa visão, a dualidade de White é operada com referência às formas e intencionalidades que esses passados são mobilizados, ou seja, o que oporia o histórico ao prático seria justamente a funcionalidade ética inerente ao segundo conceito. Contudo, eles não se excluem mutuamente, nem possuem ideias centrais divergentes: a diferença primordial que constituiria uma oposição entre ambos seria justamente a intencionalidade que cada um carregaria consigo.

Então, se White compreende o passado prático como essa produção que orientaria os sujeitos e forneceria para eles conteúdos éticos para agirem no tempo presente, resta sabermos como Oakeshott, o idealizador original do conceito, o entendeu. De acordo com esse autor,

Em suma, este “passado” prático, denominado “vivo”, não é de todo um passado significativo. É aquela parte de um presente-futuro de interesse prático que é composto de objetos reconhecidos, não como sobreviventes, mas apenas como tendo sobrevivido, recuperados para uso de onde se encontram no presente e compreendidos e valorizados pelo que têm a oferecer no presente.²⁶⁶

Essa definição de Oakeshott concebe o passado prático de maneira diferente daquela feita por White ao buscar o conceito na obra desse autor. O passado prático para Oakeshott seria pouco significativo e conteria apenas registros sobreviventes do passado que seriam encontrados no presente, oferecendo, assim, um caráter de uso para os sujeitos. Mesmo sendo concepções diferentes, entendemos que o passado prático de Oakeshott também oferecia instrumentos para os sujeitos agirem no presente sem possuir, contudo, o efeito e a possibilidade ética pensada por White anos depois. E para nós, este é o ponto crucial que difere o passado prático de Oakeshott daquele de White: se para o primeiro, o passado prático seria apenas “um presente de objetos reconhecidos como tendo sobrevivido”²⁶⁷, para o segundo, ele seria a forma com que histórias poderiam orientar eticamente sujeitos no tempo presente. Portanto, a diferença de pensamento entre ambos reside na instituição ética que White atribui ao passado

²⁶⁵ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 102. Tradução própria.

²⁶⁶ OAKESHOTT, Michael. **On history and other essays**. Basil Blackwell, Oxford, 1983, p. 37. Tradução própria.

²⁶⁷ Idem, p. 44. Tradução própria.

prático, pois ele é ético na medida em que ajuda os sujeitos a responderem à clássica dúvida kantiana-leninista sobre o que nós devemos fazer. Se ao elaborar o conceito originalmente, Oakeshott pensou em um passado prático em que somente observaríamos as sobrevivências do tempo pretérito, ao se apropriar e ressignificar esse conceito, White instauraria em seu interior uma dimensão prática entendida como ética do agir em um mundo eminentemente histórico.

O grande problema dessa questão é que White não deixa claro essa ressignificação. Muito pelo contrário, ele parte do princípio de que o passado prático de Oakeshott é parecido com o seu. Como ele nos diz,

entendo Oakeshott como tendo entendido o termo ‘prático’ da maneira que Immanuel Kant propôs em sua segunda crítica, *Kritik der praktischen Vernunft*: ou seja, como conhecimento destinado a ajudar a responder à pergunta ética: ‘O que devo (devemos) fazer?’²⁶⁸

Em nossa visão, essa interpretação de White é problemática porque o passado prático de Oakeshott não visa um enfrentamento à essa questão ética e prática sobre o que fazer. Se de um lado existe sim uma dimensão ética no conceito de Oakeshott, afinal de contas o seu prático também é ético, por outro, ela é completamente diferente da ética concebida por White. Para o estadunidense, a ética é uma atividade política, uma forma de conceber e se posicionar no mundo, ou aquilo que Herman Paul designou da seguinte forma: “como viver uma vida moralmente responsável em um mundo completamente histórico?”²⁶⁹. Portanto, a ética se torna algo inseparável de qualquer trabalho histórico. Por isso a elaboração de um passado prático que orientasse eticamente os sujeitos no presente. Entretanto, para Oakeshott, como nos demonstra Jonas Ahlskog, “o historiador deveria simplesmente ficar o mais longe possível das questões éticas. O historiador ideal expurga-se de todos os tipos de preocupações presentes no seu envolvimento com o passado”²⁷⁰. Notamos, então, a defesa de um afastamento das questões éticas por parte de Oakeshott, algo que White jamais concordaria. Inclusive, o problema do passado histórico, identificado pelo estadunidense seria justamente essa distância dos conteúdos éticos, algo que para ele, seria indispensável para uma disciplina histórica. Por isso sua elaboração de um passado prático estritamente relacionado com uma vida orientada e eticamente responsável.

Ainda sobre esse ponto, devemos nos atentar para aquilo que Ahlskog nos demonstra como uma diferença importante entre ambos. Segundo ele, “para Oakeshott, nem toda

²⁶⁸ WHITE, Hayden. **The Pratical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 76. Tradução própria.

²⁶⁹ PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011, p. 12. Tradução própria.

²⁷⁰ AHLKOG, Jonas. Michael Oakeshott and Hayden White on the practical and the historical past. **Rethinking History**, 2016, p. 16. Tradução própria.

experiência está no modo da prática, o que White deve assumir se quiser afirmar que a irrelevância para a prática significa irrelevância em geral.”²⁷¹ Em nossa visão, White não poderia conceber uma experiência fora da prática. E isso ocorre porque todas as atividades do conhecimento, seja ele histórico ou não, incidiriam sobre a prática, fazendo com que a elaboração dessas atividades assumisse uma autoconsciência voltada para a dimensão prática. Por isso seu conceito de passado prático é imbuído de uma dimensão ética, existencialista e orientadora. Para o estadunidense, toda produção de passado e conhecimento deveria se atentar para os impactos práticos de seu empreendimento, tornando-se assim, impossível imaginar uma experiência descolada da prática, como faz Oakeshott. E ainda a respeito dessas questões, White nos diria que: “por que não admitir que existem maneiras interessadas e desinteressadas de se relacionar com o passado e admitir que a maioria de nós, na vida cotidiana, recorre ao passado por razões “práticas”. Por prático, quero dizer utilitarista e ético.”²⁷² Vemos claramente como esse autor concebe seu passado prático, bem como sua noção de prática. Essas dimensões seriam éticas e utilitaristas, ou seja, contribuiriam para uma tomada de posição responsável do indivíduo perante sua existência.

Chegamos nesse momento a um problema central que recorta grande parte da obra de White e faz referência às relações que esse autor estabelece com suas fontes intelectuais. Para nós, uma característica fundamental do pensamento whiteano é jogar livremente com os pensadores escolhidos para serem utilizados em seus textos ou para mediar seus conceitos. E esse jogo, muitas vezes sem regras estabelecidas, pode oferecer interpretações diversas sobre tal atividade. Por isso, uma das marcas de White é a sua apropriação bastante voluntarista dos autores estudados. Uma vez que determinado intelectual ou conceito faça sentido para sua obra, tudo bem. Aproprie-se como quiser, utilize conceitos e ideias, o ponto primordial é tais conceitos e ideias fazerem sentido para a ordenação narrativa que determinado autor pressupõe. Sobre este ponto, o próprio White nos diz que:

Minha atitude em relação aos livros e artigos que escrevi é que você os escreve, você os envia e se as pessoas puderem usar as coisas, tudo bem. Se quiserem usá-lo de forma distorcida, se quiserem adaptá-lo, que o façam. É disso que se trata o trabalho intelectual, se não gostarem, que rejeitem, façam melhor.²⁷³

²⁷¹ Idem, p. 7. Tradução própria.

²⁷² SKLOKIN, Volodymyr. **It is not much a paradigm shift as a total breakdown** ... a conversation with prof. Hayden White. 2012. Disponível em: <http://www.historians.in.ua/index.php/en/intervyu/258-it-is-not-so-much-a-paradigm-shift-as-a-total-breakdown-a-conversation-with-prof-hayden-white>. Tradução própria.

²⁷³ JENKINS, Keith. **A conversation with Hayden White**. Literature and History 7, no. 1: 68–82, 1998 *apud* JENKINS, Keith. ‘Nobody does it better’: radical history and Hayden White. **Rethinking History**. Vol. 12, No. 1, 59-74, 2008, p. 73. Tradução própria.

Percebemos, nitidamente, como White se relaciona com os textos que mobiliza em seus trabalhos. Existe quase uma carta branca para utilizar ideias como bem entender. Um texto, após escrito, se torna quase um organismo vivo a espera de alguém para utilizá-lo. E esse alguém possui uma liberdade irrestrita para manuseá-lo da forma que melhor atender aos seus interesses. E essa forma peculiar de lidar com escritos de outros autores pode produzir duas sensações. A primeira, relacionada a uma escolha livre, onde o escritor encaixa outros pensamentos da forma que achar conveniente em suas pesquisas. A segunda, um problema ético de usos e abuso de escritas, ou o não tratar o conceito e a ideia como eles realmente são. Se levarmos em consideração o segundo caso, teremos a infração de uma regra tradicional consagrada pela academia. Contudo, a liberdade de utilização proposta e realizada por White permite ao escritor perpassar por diversas definições, elaborando sobre elas suas próprias concepções.

Seja como for, essa forma específica de utilização de textos por parte de White despertou algumas críticas da comunidade historiadora, principalmente quando o estadunidense se apropriou dos conceitos de Oakeshott. Chris Lorenz, por exemplo, nos apresenta uma importante crítica nesse sentido, pois de acordo com ele, “a caracterização de Oakeshott do passado histórico não coincide comodamente com a descrição de White do mesmo conceito”²⁷⁴, ou seja, se White entende esse passado como algo morto e exclusivamente passadista, Oakeshott o compreende como possuindo relações com o presente, como já sustentamos anteriormente. Sem dúvidas, essa é uma importante crítica ao pensamento de White que se notabilizou por receber diversas críticas aos seus trabalhos ao longo dos anos, muitas delas injustas e infundadas, inclusive. Todavia, esse apontamento de Lorenz nos leva a refletir até que ponto White se apropria do conceito de Oakeshott de forma direta ou apenas o apreende para criar e construir em cima dele.

Ainda, seguindo com suas críticas à distinção entre os conceitos, Chris Lorenz nos diz que “a mesma distinção entre o passado histórico e o prático baseia-se nas pressuposições (funcionalistas) empiristas e positivistas da filosofia da ciência especialmente nas distinções entre fato e teoria e entre fato e valor”²⁷⁵. Em nossa visão, essa interpretação é problemática, tanto se for utilizada para Oakeshott quanto para White. Para o primeiro, Ahlskog discorda de Lorenz porque segundo ele, essa dicotomia entre fato e valor requer uma linguagem neutra de

²⁷⁴ LORENZ, Chris. É preciso três para dançar um tango: estabelecendo uma linha entre os passados prático e histórico. In: BENTIVOGLI, Julio; TOZZI, Verónica(org.). **Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história**. Espírito Santo: Milfontes, 2017, p. 58

²⁷⁵ Idem, p. 46.

ciência e “para Oakeshott, tal neutralidade não é possível – os fatos só são estabelecidos e significativos dentro de diferentes universos de discurso”²⁷⁶. E em nossa visão, essa caracterização para White também é complicada porque desconsidera o fato de o passado prático do autor estadunidense ser justamente um antídoto, ou uma alternativa à forma clássica de se olhar e estudar a história, que é identificada por ele como o passado histórico.

Nesta mesma linha de raciocínio, Chris Lorenz de fato está correto ao nos dizer que “existe outra razão pela qual White privilegia o passado prático sobre o histórico, e esta é a crescente importância existencial do passado prático, em sua opinião, desde a ocorrência de eventos modernistas como o Holocausto”²⁷⁷. De fato, a busca de White por conceituar e colocar em debate a noção de passado prático está intimamente relacionada com os eventos modernistas do século XX e, mais do que isso, com a necessidade dos historiadores e de todas as pessoas preocupadas com o passado produzirem respostas para esses traumas. E isso vai ao encontro aquilo que propomos neste capítulo, ou seja, pensar a ideia de um passado prático enquanto uma libertação para os fardos da história, a grande maioria deles, produzidos pelos mesmos eventos traumáticos do último século. Se nesse ponto Lorenz é certo, em outro momento de seu texto sua interpretação fica um pouco confusa ao dizer que:

White estava seguramente correto quando declarava que o passado histórico é uma construção teórica dos historiadores – e poderíamos agregar também de um par de filósofos da história. O que White deixou de considerar foi que o mesmo ocorre com o passado prático porque desde o princípio ele funcionou como a contraparte normativa do – supostamente estritamente factual – passado histórico para começar com o aspecto de *Geschichtsphilosophie*²⁷⁸.

De fato, White não considera isso. E talvez o problema da interpretação de Lorenz seja desconsiderar que White realmente não considera o passado prático como obra dos historiadores. Isso não é uma falha de elaboração conceitual, mas sim uma visão específica sua do que é a produção acadêmica e científica de história. No pensamento whiteano, não haveria espaço para a produção de passado prático em uma ideia científica da história. E apesar de discordarmos desse ponto, também não podemos deixar de observar que a grande maioria dos trabalhos de história se consagraram justamente por seguir a cartilha que White define como o passado histórico.

²⁷⁶ AHLKOG, Jonas. Michael Oakeshott and Hayden White on the practical and the historical past. **Rethinking History**, 2016, p. 4. Tradução própria.

²⁷⁷ LORENZ, Chris. É preciso três para dançar um tango: estabelecendo uma linha entre os passados prático e histórico. In: BENTIVOGLI, Julio; TOZZI, Verónica(org.). **Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história**. Espírito Santo: Milfontes, 2017, p. 53.

²⁷⁸ Idem, p. 70.

E este ponto é interessante porque em nossa visão, mesmo dicotomizando os conceitos, como faz White, não podemos cair na armadilha de desconsiderar o conhecimento em história academicamente regulado, como o estadunidense faz. Concordamos aqui com Rodrigo Turin quando nos aponta que “pode-se dizer que a disciplina histórica hoje parece transitar de modo tenso entre um passado disciplinar e um passado prático”²⁷⁹. As ideias de trânsito e tensão talvez sejam sintomáticas para identificarmos os dois conceitos de White e, além disso, mobilizá-los para nossas práticas docentes. A disciplina histórica só tem a ganhar se incorporar ao seu interior as ideias de passado prático elaboradas por White. Portanto, por mais que esse autor criticasse ferozmente a ciência da história e pensasse uma dicotomia entre as duas formas de passado, entendemos que o caminho talvez seja a resignificação da própria disciplina, prevendo em suas bases metodológicas e epistemológicas noções de passado que ultrapassem as barreiras do estritamente factual e passadista, colocando, assim, a própria disciplina em uma tensão constante com formas alternativas de elaboração de passado.

Se buscamos apresentar como os conceitos de fardo da história e passado prático se interagem na obra de White a partir da dimensão ética, mesmo possuindo entre si um grande intervalo de tempo, precisamos tecer algumas palavras sobre isso. Em nossa visão, a historiografia da libertação de White só pode ser pensada se considerarmos o fato de que sujeitos, dos mais diversos possíveis, precisam e anseiam por histórias. Entretanto, a forma com que essas histórias serão contadas é o ponto chave. E aqui, mesmo se transformando em fardos para o tempo presente, existem mecanismos para atenuar esse peso, e um deles é a elaboração de passados práticos que sejam éticos e que orientem os indivíduos em sua temporalidade presente. Portanto, libertar é assumir a ideia de que somente contar como foi o passado não basta. Fazer isso é contribuir para o aumento dos fardos. Uma historiografia da libertação só pode ser realizada se o historiador assumir a autoconsciência de que suas narrativas influem no presente e podem fornecer para os sujeitos caminhos alternativos para suas existências e que precisam ser eticamente responsáveis e politicamente progressistas. E como White nos diz em entrevista a Erland Rogne: “minha opinião é que a historiografia profissional moderna recusa a tarefa que é dada ao historiador uma vez que a religião está morta, uma vez que a metafísica é impossível, quando tudo o que resta é história”.²⁸⁰ Se somente o que nos resta é história, precisamos urgentemente reinventar as formas com que ela é feita. Histórias sempre existirão,

²⁷⁹ TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo**, Niterói, vol. 24, n. 2, Maio/Ago. 2018, p. 201.

²⁸⁰ WHITE, Hayden; ROGNE, Erlend. The aim of interpretation is to create perplexity in the face of the real: Hayden White in conversation with Erlend Rogne. **History and Theory**, vol. 48, No. 1, 2009, pp. 63-75, p. 71. Tradução própria.

acadêmicas ou não, o ponto central é entender quais delas serão eticamente úteis para os sujeitos e para a elaboração de uma historiografia da libertação para esses mesmos sujeitos. E, como expusemos até aqui, não basta mais ao historiador se recolher em seu passado, contemplá-lo e se esconder atrás da capa de objetividade metodológica. Mais do que interpretar, talvez seja o momento de agir. E a ação ético-política no mundo para White, pode ser compreendida a partir de suas interpretações de Karl Marx e das possibilidades de construção de utopias de futuros outros, diferentes daqueles presentes que nos forçaram a herdar. É chegado o tempo da práxis.

2.2- Para libertar é preciso (re)politizar a existência: o marxismo whiteano e a construção de utopias de futuro

Neste momento do capítulo, pretendemos perpassar por formas possíveis de libertação através de pensadores que mobilizem, necessariamente, a ideia de ação prática no tempo presente. Por isso, nosso objetivo é compreender, a partir da obra de White, suas relações com os escritos de Karl Marx através da ideia de uma libertação histórica pensada enquanto uma ação prática, repolitizando os sujeitos e possibilitando as construções de utopias de futuro. Para realizarmos minimamente essa tarefa, partimos do pressuposto de que seja possível imaginar um marxismo whiteano, ou seja, uma forma específica desenvolvida por White de ler e interpretar textos tanto de Marx quanto de marxistas, sempre os colocando a serviço de um claro objetivo específico de compreender formas éticas de atuação prática no tempo presente, formas essas que são desenvolvidas a partir de diferentes visões sobre o passado.

A nossa escolha por White como leitor de Marx não é aleatória. Além de fornecer parte das questões que apresentamos acima, e do fato de Marx ser um dos autores escolhidos por White para análise em seu *Meta-história*, notamos no decorrer da bibliografia estudada uma forte presença do clássico autor alemão. Não é difícil encontrarmos momentos e textos nos quais White cita e utiliza as reflexões marxianas, seja como exemplo de pensamento histórico do século XIX, ou mesmo como conceitos e ideias úteis para suas elaborações teóricas. E o que nos chamou a atenção foi o fato curioso desse rico espólio intelectual whiteano ainda não ter sido abordado em pesquisas de maior fôlego. Por isso também nossa escolha por abordar esses temas. Mais do que somente uma fonte que White busca para enredar sua compreensão do pensamento histórico oitocentista, Marx serve para esse autor como elo fundamental para pensar uma fundamentação de passados aliada com a práxis e o objetivo da mudança social. Portanto, essas são as questões que buscaremos tensionar a partir de agora.

Em um primeiro momento, esse conceito de marxismo whiteano pode parecer confuso e talvez produza uma interrogação na mente dos leitores mais atentos. Como seria possível

conciliar um autor narrativista, tido por muitos comentadores como pós-moderno (por mais problemática que essa definição seja) e que para grande parte da comunidade historiadora buscou dissolver o solo realista da disciplina com um pensador clássico, materialista e defensor radical da revolução proletária? Em nossa visão, o fator unificador do pensamento de Marx e White e o que faz o segundo se dicar à obra do primeiro é justamente a preocupação ética de oferecer libertação para os sujeitos inseridos em um mundo destrutivo que lhes foi legado. Assim, não nos surpreende o fato de White ter se declarado marxista inúmeras vezes, como em entrevista à Erlend Rogne quando nos diz que: “o existencialismo, junto com o marxismo, me pareceu em minha juventude a única maneira possível de olhar para a condição humana”²⁸¹, ou mesmo quando Ewa Domanska nos diz que White “invariavelmente se autodenomina marxista”²⁸². O que vemos aqui é uma escolha pessoal do próprio White, sua forma de compreender a existência que, em diversos momentos, se direciona para uma visão marxista de sociedade, por mais difícil que seja percebermos o que é ser um marxista na sociedade estadunidense do século XX. Assim, precisamos entender como esse marxismo aparece em sua obra, bem como o porquê de White escolher esse pensador como um mediador para suas ideias sobre a história.

Em uma entrevista para Cameron Vanderscoff, Hayden White nos apresenta o começo de sua relação com Karl Marx, bem como o que esse estreito contato o levou a acreditar e refletir: “a leitura de Karl Marx no liceu levou-me a acreditar obviamente, que o interesse pela história poderia talvez lançar luz sobre como resolver muitas das questões sociais levantadas pela Grande Depressão”²⁸³. Percebemos que o contato de White com os textos marxianos ocorreu em um momento bastante específico da história estadunidense e extremamente crítico do século XX. A crise econômica fez White buscar nesse autor alternativas para a mudança social e, mais do que isso, entender que a história pode ser uma agente importante nessas mudanças. Por isso, compreendemos que o marxismo whiteano se ancora nessa possibilidade de tornar o conhecimento histórico algo relevante para a sociedade, transformando-se em um elemento primordial para a mudança das condições políticas presente. Concordamos com Herman Paul quando nos mostra que “se White se intitulava marxista, era para expressar seu

²⁸¹ WHITE, Hayden; ROGNE, Erlend. The aim of interpretation is to creat perplexity in the face the real: Hayden White in conversation with Erlend Rogne. **History and Theory**, vol. 48, No. 1, 2009, pp. 63-75, p. 64. Tradução própria.

²⁸² DOMANSKA, Ewa. Hayden White and liberation historiography. **Rethinking History: The Journal of Theory and Practice**, 2014, p. 4. Tradução própria.

²⁸³ VANDERSCOFF, Cameron. **Hayden White: Frontiers of Consciousness at UCSC**. University of California, Santa Cruz, University Library, 2013, p. 1. Tradução própria.

compromisso com essa causa da igualdade social, contribuindo para a liberdade individual”²⁸⁴. O que se apresenta para nós é o cenário onde esse autor, preocupado com os rumos da sociedade contemporânea, buscou em Marx uma alternativa para sua tarefa de vida, segundo a qual, os sujeitos precisariam ser libertados, não só do fardo da história, mas também das condições políticas que enfrentavam. Então, se é possível imaginarmos uma historiografia da libertação em White, ela traria consigo uma base fortemente marxista.

Mas, enfim, o que seria esse seu marxismo? Ou melhor, como White compreenderia Marx e a tradição marxista? Essas questões só podem ser respondidas se retornarmos a um clássico texto de Marx, as *Teses sobre Feuerbach*. Dentre esses breves apontamentos do autor alemão, podemos destacar uma tese em especial que fundamenta grande parte das ações e escritos de White, a famosa tese onze. Nela, Marx nos diz que “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém é transformá-lo”²⁸⁵. Essa passagem é um convite para compreendermos como o próprio White imagina o pensamento histórico. Alinhado a Marx, o estadunidense jamais poderia conceber uma elaboração de conhecimento meramente interpretativa, ou seja, se interpretar o mundo era uma tarefa fundamental, transformá-lo a partir dessa interpretação era ainda mais importante. Não coincidentemente, em seu *Meta-história*, White nos apresenta uma análise da tese onze. Segundo ele, Marx “queria dizer não que os homens não deveriam tentar entender o mundo, mas que o único critério para avaliar-lhe o entendimento era a capacidade que demonstrasse para mudá-lo”²⁸⁶. Portanto, entender o mundo também é uma atividade política, pois se esse entendimento deve ser mobilizado para a ação prática na sociedade, ele necessariamente nutriria elementos éticos e políticos para a preparação e orientação dos sujeitos. É a partir da tese onze que acreditamos ser possível identificarmos o marxismo whiteano e as aproximações entre esses dois autores. Esse marxismo seria a junção da ideia de transformação ética do mundo com a possibilidade de elaboração de um conhecimento histórico libertador. E se este último não conseguiria transformar o mundo sozinho, provavelmente ofereceria importantes contribuições para ações nesse sentido.

Em sua obra *Meta-história*, Hayden White nos oferece uma interessante definição a respeito de Marx e sua ideia de consciência histórica. De acordo com ele, Karl Marx “foi o

²⁸⁴ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 52. Tradução própria.

²⁸⁵ MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. The Marxists Internet Archive, 1845. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000081.pdf>.

²⁸⁶ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 294.

profeta da inovação social e concebeu a consciência histórica como instrumento de libertação humana de um modo que nenhum outro pensador oitocentista de igual estatura tentou fazer”²⁸⁷. Ao entender a consciência histórica de Marx como instrumento de libertação humana, White demonstra para nós uma leitura interessante sobre uma das maneiras utilizadas por Marx para conceber o conhecimento histórico. Se essa consciência precisaria ser libertadora, para White, o conhecimento disciplinar deveria contribuir para essa libertação, oferecendo instrumentos necessários para o agir no mundo dos sujeitos. Por isso, chegamos em um momento interessante. Se essa é uma das formas com que Marx concebe o conhecimento histórico, ou seja, a partir de uma consciência como instrumento de libertação, de quais outras maneira White compreende suas reflexões sobre esse conhecimento? Fazer essa pergunta é necessária porque nos direcionará para uma discussão fundamental na bibliografia whiteana a respeito da constituição científica da história no século XIX e, em sua visão, o abandono das suas responsabilidades éticas. Por isso, para continuarmos entendendo aquilo denominado de marxismo whiteano, torna-se necessário olharmos para como White interpreta Marx em seus escritos.

Em artigo contido no livro *Trópicos do discurso* e intitulado *As formas do estado selvagem: arqueologia de uma ideia*, White define Marx, Freud e Nietzsche como os pensadores mais revolucionários do século XIX²⁸⁸. Na visão do estadunidense, “todos os três viam na história uma luta para libertar os homens da opressão de uma sociedade criada originariamente como um meio de libertar o homem da natureza”²⁸⁹. Se levarmos essa caracterização um pouco adiante, entenderemos que Marx viu não só no curso da história humana essa tarefa de libertação, mas também na própria ideia de um conhecimento histórico. Por isso, acreditamos que White tenha se interessado inúmeras vezes pelo pensamento marxiano. Essa luta constante por uma libertação das forças que aprisionariam os sujeitos em suas sociedades deveria ser um compromisso de qualquer conhecimento historicamente delimitado. E Marx oferecia para White as possibilidades de pensar uma história distinta de apenas um museu de curiosidades, mas que além de possibilitar a libertação, ofereceria também ferramentas para a ação prática. A questão a ser pensada a partir de agora é que, se White entende Marx como esse pensador revolucionário específico do século XIX e como alguém que

²⁸⁷ Idem, p. 294.

²⁸⁸ WHITE, Hayden. *As Formas do Estado Selvagem: Arqueologia de uma Ideia*. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 202.

²⁸⁹ Idem, p. 202.

pensou a história enquanto libertação, quais outras ideias de história estão contidas em suas obras?

Para perpassarmos por esse questionamento, precisamos retornar ao *Meta-história* de White. Nesse livro, o autor aponta que Marx produziu “o esforço mais consistente de transformar a história em uma ciência”²⁹⁰, graças a sua “visão histórica dialética e materialista”²⁹¹. Essa passagem é curiosa porque demonstra para nós uma outra visão de história em Marx, diferente daquela citada por nós anteriormente e entendida enquanto uma consciência histórica libertadora. E White sabia dessas questões. Por isso designou esse autor como alguém que buscou sistematizar cientificamente o conhecimento histórico. Então, como seria possível elaborar um conhecimento histórico científico e, ao mesmo tempo, libertador dos sujeitos e produtor de orientação prática para o presente? Se pensarmos esse questionamento através das concepções teóricas de White talvez chegaríamos a um impasse justamente porque o motivo de crítica do estadunidense ao longo de sua vida sempre foi a ânsia da disciplina histórica se tornar científica. E, para cumprir essa promessa, na leitura whiteana, o conhecimento teria de abrir mão das dimensões éticas e políticas, traços fundamentais para a ideia de história em Marx. Logo, não seria difícil chegarmos à conclusão de que, ao buscar sistematizar o conhecimento histórico como uma ciência, Marx cairia nos mesmos erros daqueles autores oitocentistas que mobilizaram esse esforço e que foram duramente criticados por White.

Contudo, o problema está na forma e não no conteúdo. Devemos perceber agora o que Marx entendia como ciência. E nesse ponto, White é bastante direto ao dizer que “a ciência para Marx era conhecimento transformador, o transformador da natureza na esfera física, o transformador da consciência e práxis humana na esfera social”²⁹². Sem dúvidas, essa é uma das citações mais importantes dentro da interpretação que White oferece de Marx pois ela nos faz questionar o que é ciência e compreender que, de maneiras distintas, os vários intelectuais do século XIX pensaram formas e conceitos próprios para essa noção científica. E a definição de Marx é importante porque desconstrói o lugar comum do que é ser uma ciência nos oitocentos. Se a grande maioria dos pensadores buscaram elaborar um método objetivo e epistemologicamente regulado de descrição crônica do passado, na visão de Marx, a ciência seria o conhecimento transformador a serviço da práxis humana. Por isso, olhar para a forma definida por esse autor como ciência é interessante pois, para White, se fosse possível

²⁹⁰ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 54.

²⁹¹ Idem, p. 54.

²⁹² Idem, p. 295.

pensarmos em uma ciência da história ela teria que ser, no mínimo, semelhante a essa ideia de transformação proposta por Marx. Vemos, então, uma ressignificação da noção de ciência, ressignificação essa que coloca no centro do pensamento científico a libertação humana, e tal libertação só poderia ser alcançada a partir da práxis e da orientação política dos indivíduos. Acreditamos que, nesse ponto, White encontra Marx a partir da sua concepção de ciência e, por mais que o estadunidense continuasse criticando a noção tradicional de ciência elaborada pelo século XIX, ele disporia agora de uma outra concepção científica e mais alinhada com os seus ideais de mundo e de conhecimento histórico. Portanto, se existe um marxismo whiteano, como temos proposto, ele necessariamente compartilha uma visão marxiana de ciência enquanto prática transformadora da realidade humana.

Ainda sobre essas questões do que seria uma ciência e para qual função ela estaria direcionada, White nos apresenta uma visão sobre o pensamento de Marx e Nietzsche. Segundo ele, “nem um nem outro desejava um conhecimento contemplativo do passado. Ambos estavam cientes dos efeitos debilitadores, para não dizer trágicos, que resultariam de uma historiografia puramente contemplativa”²⁹³. Mais uma vez, vemos surgir na obra de White o tema da contemplação. E, para ele, Marx caminhava na direção oposta de um conhecimento científico meramente contemplativo. Para a história, seria necessário ação prática, pois somente contemplar o passado levaria a historiografia a cair naquilo identificado por White como um efeito debilitador. Por isso, vemos surgir no pensamento desse autor uma contradição que também pode ser encontrada nas reflexões de Marx entre uma ciência como contemplação, nos moldes daquela elaborada majoritariamente pelo século XIX e uma ciência como transformação humana. E, sem dúvida, tanto Marx quanto White atuaram na busca pela segunda opção. Mais uma vez, ao citar Marx e Nietzsche, White nos diria que eles “insistiam na necessidade de voltar o conhecimento histórico para as necessidades da vida social e cultural presente”²⁹⁴, ou seja, existia claramente uma noção de ciência da história em Marx compreendida por White como uma prática orientadora voltada para o tempo presente. Aqui, novamente, o marxismo whiteano vai se desenhando para nós. Não nos parece coincidência White desenvolver um passado prático, muitos anos depois da publicação de *Meta-história*, que fosse orientado para o tempo presente e buscasse justamente uma libertação ética dos sujeitos daqueles passados históricos que, na visão desse autor, eram meramente contemplativos. Por isso, se cruzarmos essas reflexões de White ao longo de sua obra, perceberemos um autor bastante devedor da tradição

²⁹³ WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 287.

²⁹⁴ Idem, p. 287.

marxiana de conceber a ciência e o conhecimento histórico enquanto práxis transformadora. Assim, se podemos imaginar uma historiografia da libertação a partir da obra de White, ela necessariamente conteria em suas raízes uma ideia de história semelhante àquela desenvolvida por Marx no século XIX.

Levando em consideração as questões apresentadas até agora, podemos concordar com White quando nos diz que:

Tudo isso queria dizer que a profissionalização dos estudos históricos tinha de fato implicações políticas e que a teoria em que sua cientifização em última análise se baseava não era senão a ideologia dos setores médios do espectro social, representados pelos conservadores de um lado e pelos liberais de outro.²⁹⁵

Reconhecer esse caráter político da teoria do conhecimento histórico é fundamental para desconstruir uma ideia, ainda muito difundida, que reivindica uma pretensa neutralidade da ciência histórica. E White faz essa reflexão em diálogo estreito com Marx pois, para ambos, seria impossível pensar um conhecimento apartado da realidade social e política das pessoas. A marca da ciência histórica elaborada pelo século XIX seria justamente a exacerbação da ideologia dominante, marcada por um conservadorismo e um liberalismo que White apresenta na citação. Portanto, podemos admitir que a ideia de ciência vencedora era diferente daquela preconizada por Marx e buscava nada mais nada menos, do que a manutenção do status quo, manutenção essa que privilegiava as classes dominantes. Talvez, por essa questão, White sempre tenha se notabilizado como um crítico ferrenho da disciplina histórica. Para além de uma crítica rasa a qualquer ideia de ciência, podemos interpretar esses seus momentos como um enfrentamento a uma ideia de ciência e de história que desconsiderariam as implicações políticas da própria disciplina, bem como abandonaria seus compromissos éticos com os sujeitos imersos no tempo presente. Retornar a Marx se mostra como uma alternativa importante, não só para imaginarmos outras possibilidades de conhecimento histórico, mas também para escancararmos uma questão aparentemente óbvia, mas que ainda é negligenciada, a respeito da dimensão política e das implicações ética de qualquer conhecimento.

Ainda sobre esses pontos, em artigo intitulado *The Politics of Contemporary Philosophy of History*, White nos diria que

O que os filósofos e os próprios historiadores chamam de história “reta” é a visão histórica dos acomodacionistas políticos e sociais, seja daqueles que não querem

²⁹⁵ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 150.

mudar nada (conservadores) ou daqueles que querem mudar detalhes deixando intocada a estrutura social básica (liberais)²⁹⁶.

Mais uma vez, vemos uma crítica de White a essa concepção de uma história reta, que buscaria apenas a manutenção da ordem social, bem como contar apenas a história dos vencedores e das classes dominantes. Não coincidentemente, logo após fazer essa breve reflexão política sobre o conhecimento histórico socialmente estabelecido, White mais uma vez retornaria a Marx para dizer que “Marx viu, muito corretamente, que você não pode revisar a maneira como vê a história sem reformar a práxis social de seu público e vice-versa”²⁹⁷. Notamos, então, uma íntima relação entre o conhecimento produzido e os sujeitos que os assimilam. Essa relação é fundamentalmente política, ou seja, um conhecimento histórico renovado precisaria obrigatoriamente levar em consideração os anseios políticos dos indivíduos. Por isso, entendemos que não basta reinventar a disciplina, o conhecimento ou mesmo a ideia de uma ciência histórica. Esta é apenas uma parte do processo. É necessário, paralelamente a este movimento, repolitizar os sujeitos e oferecer para eles alternativas de sociedades. Mais do que isso, talvez o conhecimento histórico seja um importante agente nessa tarefa de demonstrar para as pessoas que outros futuros, diferentes do presente, são possíveis e imagináveis, que outras visões de mundo são existentes e passíveis de construção. Aqui, mais uma vez, a teoria da história de White assume sua dimensão ética e política, atuando na direção daquilo que Marx compreendia enquanto um conhecimento voltado para a práxis. Estabelecer uma nova consciência histórica que seja implicitamente política é um caminho indispensável caso queiramos pensar em uma historiografia da libertação a partir da obra de White. Não por acaso, Kalle Pihlainen nos diz que as convicções políticas de White “revelam claramente afinidades com o existencialismo, o pós-estruturalismo e o marxismo, embora na maioria das vezes ele se recuse a empregar tais rótulos nos seus textos”²⁹⁸. É nessa mescla, principalmente entre existencialismo e marxismo, que White elabora suas noções de uma historiografia ética voltada para prática social, a repolitização e para a libertação e orientação dos sujeitos no tempo presente.

Neste ponto, precisamos entender que se a noção de ciência elaborada por Marx e interpretada por White enquanto uma ciência prática e libertadora despertou a atenção do autor

²⁹⁶ WHITE, Hayden. The Politics of Contemporary Philosophy of History. In: WHITE, Hayden. **The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007**. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 2010, p. 144. Tradução própria.

²⁹⁷ WHITE, Hayden. The Politics of Contemporary Philosophy of History. In: WHITE, Hayden. **The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007**. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 2010, p. 147. Tradução própria.

²⁹⁸ PIHLAINEN, Kalle. **The Work of History: Constructivism and a Politics of the Past**. Routledge Taylor & Francis Group. New York, 2017, edição eletrônica, p. 61 do PDF. Tradução própria.

estadunidense, o mesmo não podemos dizer das noções de ciência compartilhada por uma tradição marxista científica. E aqui percebemos o problema que White possuía com diversos marxistas, pois segundo ele,

os marxistas não estudam o passado para construir o que aconteceu nele, no sentido de determinar quais eventos ocorreram em determinados momentos e lugares. Eles estudam a história para deduzir as leis da dinâmica histórica²⁹⁹.

Essa ideia de buscar leis na história produtoras de uma explicação mais científica do passado era algo que White sempre rejeitou. Por isso sua crítica aos marxistas que buscavam encontrar essas leis para explicar não só o passado, mas também as dinâmicas sociais e históricas. A respeito desse problema inerente a uma tradição marxista de interpretação do passado, White nos faria o seguinte questionamento: “pois como pode uma visão, especialmente uma visão de libertação humana e redenção da própria ‘sociedade’, ser autorizada por razões práticas ou científicas?”³⁰⁰. Percebemos a partir dessa pergunta que a visão libertadora presente na obra de Marx só poderia ser cumprida ou autorizada a partir do momento em que a concepção de ciência ou a concepção de prática social levasse em consideração um conhecimento orientado para essa finalidade. Nesse sentido, uma ideia de ciência baseada na busca por leis desenvolvida por muitos marxistas não contribuiria para o processo de libertação, justamente por essa ciência se encontrar longe da prática e produzir apenas uma história de estruturas, superestruturas e dinâmicas históricas.

E seguindo suas críticas a essa concepção mais tradicional de marxismo, White aponta que:

Mas também é porque, como teoria da história, o marxismo partilha uma fraqueza que é comum a todas as outras teorias da história: uma tendência para se tornar dada a "crônica" dos acontecimentos históricos, mas o objetivo da "historiografia" é analisar, interpretar e representar em um relato verdadeiro o que "realmente aconteceu". Tal como outras teorias da história, o marxismo toma como dada uma série de acontecimentos cronologicamente organizados sobre os quais as suas estratégias analíticas características devem ser postas em prática.³⁰¹

Sem dúvidas, esse é um problema central e grave para a concepção teórica de história de White. Ao assumir os eventos cronologicamente como dados, os marxistas deixariam de lado a dimensão da escolha de passados, atividade inerente ao trabalho do historiador. Além disso,

²⁹⁹ WHITE, Hayden. Salir de la historia: la redención de la narrativa en Jameson. In: **El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica**. Trad. Jorge Vigil Rubio, Ediciones Paidós, Barcelona, 1992, p.155. Tradução própria.

³⁰⁰ Idem, p.156. Tradução própria.

³⁰¹ WHITE, Hayden. The Problem of Change in Literary History. In: WHITE, Hayden. **The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007**. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 2010, p. 159. Tradução própria.

não problematizar essa escolha e assumi-la enquanto uma crônica científica do que realmente aconteceu, abriria mão da dimensão política desses passados, bem como do presente daquele que escreve. E se levarmos em consideração as maneiras pelas quais White compreende as políticas de passado, chegaremos à conclusão de que esse seria um grave erro do marxismo. Não pautar as escolhas políticas de passados é abrir mão não só da própria ideia de uma ciência da libertação humana, como propôs Marx, mas também da noção de um conhecimento orientado para a prática política e social humana.

Não por acaso, White apontaria que “por mais radical que o marxismo possa ser como filosofia social e especialmente como crítica do capitalismo, em seu aspecto de filosofia da história não é mais visionário do que sua contraparte burguesa”³⁰². Essa consideração nos faz refletir que, mesmo sendo uma teoria radical da mudança social, o marxismo científico desenvolvido enquanto uma filosofia da história traria consigo os mesmos problemas de uma ideia burguesa de história, ou seja, uma preocupação com as crônicas cronologicamente ordenadas dos passados e em contar o que realmente aconteceu. Por isso, acreditamos que o problema e a discordância de White com o marxismo se dão justamente nessa esfera de como pensar uma teoria e filosofia da história, bem como sobre qual a ideia de ciência desenvolvida pelo marxismo. Assim, surge a necessidade de o estadunidense retornar aos escritos de Marx para perceber que neles, ciência é compreendida como um conhecimento transformador da realidade, não como um simples ordenamento de fatos, dados e busca por leis históricas. Novamente, se formos pensar em um marxismo whiteano ele estaria muito mais próximo da concepção original de ciência desenvolvida por Marx, um retorno a uma teoria marxiana e da necessidade de mobilizar o conhecimento para a libertação humana do que de uma tradição marxista que pensa apenas nas leis e crônicas de eventos históricos.

Entretanto, não podemos tratar essa relação de White com o marxismo apenas na chave da crítica que ele realiza a essa ideia específica de ciência e conhecimento histórico desenvolvida por eles. Como Herman Paul nos apresenta, White “mostrou sua contínua dívida com um tipo de marxismo da Nova Esquerda dos anos 1960, declarando-se contra ‘os imperativos de um sistema capitalista enlouquecido com o desejo de consumir’”.³⁰³ Essa citação é interessante porque nos permite perceber que, se no campo dos estudos históricos e de uma filosofia da história White possuía muitas divergências com os marxistas, no plano

³⁰² WHITE, Hayden. La política de la interpretación histórica: disciplina y desublimación. In: WHITE, Hayden. **El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica**. Trad. Jorge Vigil Rubio, Ediciones Paidós, Barcelona, 1992, p. 92. Tradução própria.

³⁰³ PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011, p. 149. Tradução própria.

político essas divergências ficavam um pouco de lado em favor de uma crítica unificada ao sistema capitalista presente no século XX. Porém, se pensarmos no fato de White nunca desassociar o conhecimento teórico da prática política, sendo ambas as instâncias constituídas de anseios éticos e responsabilidades práticas, não poderíamos deixar de perceber que a filosofia da história marxista falharia exatamente por não assumir esse caráter político no momento da construção de passados. A política não pode ser somente uma luta direta na sociedade, ela também precisa perpassar pelas formulações teóricas de conhecimento, especialmente no caso da história, se quisermos imaginar um conhecimento libertador tal qual enunciado por Marx e depois interpretado e ressignificado por White. Pois como o próprio White nos diz ao interpretar o autor alemão, “não havia, então, nada de problemático na relação entre pensamento e realidade social para Marx”³⁰⁴, ou seja, essas duas formas de ordenar o mundo deveriam manter uma relação íntima entre si, pois ambas produzem e modificam uma à outra mutuamente.

Mas, se o marxismo em seu caráter científico possuiria esse problema de pensar o conhecimento baseado em leis, quais seriam as formas de marxismo que externariam a visão da libertação e mudança social? Nesse ponto, White é direto ao dizer que “o lado visionário do marxismo foi deixado para ser cultivado por artistas literários e estudiosos de sua obra no século XIX”.³⁰⁵ Essa citação está no importante texto de White intitulado *Salir da história: a redenção da narrativa em Jameson* e presente no livro *O conteúdo da forma*. Nela, o autor deixa claro que críticos literários, como é o caso do próprio Fredric Jameson, desenvolveriam um marxismo visionário, diferente daquele esforço realizado pelas ciências do conhecimento histórico criticada por White, como demonstramos acima. De acordo com o autor, “quanto mais os marxistas conquistavam (ou reivindicavam) a autoridade de uma ciência, mais o artista e o crítico literário assumiam seu aspecto ‘visionário’”³⁰⁶. Portanto, White mais uma vez se desloca para o campo literário com o intuito de buscar nessa forma de conhecimento um marxismo que fosse orientado para a mudança social, aquilo denominado por ele como algo visionário e não se transformasse somente em um marxismo que buscasse estabelecer as leis de mudança histórica e social.

³⁰⁴ WHITE, Hayden. The Task of Intellectual History. In: WHITE, Hayden. **The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007**. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 2010, p. 84. Tradução própria.

³⁰⁵ WHITE, Hayden. Salir de la historia: la redención de la narrativa en Jameson. In: WHITE, Hayden. **El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica**. Trad. Jorge Vigil Rubio, Ediciones Paidós, Barcelona, 1992, p.155. Tradução própria.

³⁰⁶ Idem, p.156. Tradução própria.

E o exemplo analisado por White é justamente o de Jameson para pensar como os marxistas na literatura buscaram ressignificar essa forma de compreender o mundo, a colocando a serviço da imaginação de futuros diferentes. Como ele nos demonstra, “Jameson admite que o marxismo nunca pode ser um credo acabado, mas sempre um sistema em evolução, cuja vitalidade consiste em sua capacidade de “narrativizar” seu próprio desenvolvimento”³⁰⁷. Nesse sentido, o marxismo externado por Jameson e interpretado por White consideraria uma constante reinvenção dessa maneira de entender a sociedade. Realizar esse movimento é colocar em debate a noção de um marxismo vivo, ou seja, que se reinventa na própria narrativização de seus processos. E, claramente, essa reinvenção será de caráter político, assumindo um compromisso com a libertação e fornecendo para os sujeitos outras possibilidades de elaboração de futuros. Assim, a literatura ofereceria outras instâncias para se pensar um marxismo diretamente associado com políticas práticas, diferentemente das outras ciências marxistas que buscavam contar cronologicamente as leis históricas.

Ainda, de acordo com White, “as narrativas mestras que o homem ocidental pode escolher são as do fatalismo grego, do redentorismo cristão, do progressismo burguês e do utopismo marxista”³⁰⁸ e para Jameson, “a narrativa mestra marxista é a única cuja promessa ainda precisa ser cumprida”³⁰⁹. Temos, então, que a promessa utópica de mudança social, libertação dos sujeitos e orientação prática para a ação, ideias essas inerentes ao marxismo compreendido por White, precisariam ainda ser elaboradas, tanto intelectual como social e politicamente, para que a narrativa marxista fosse cumprida. E, para isso, era necessário retornar a Marx, mesmo que esse retorno fosse pelas lentes literárias, como faz Jameson. De acordo com White, “Marx pensava que a revolução comunista libertaria a humanidade das condições de existência pseudo-histórica e inauguraria uma época genuinamente histórica. O problema pode não ser como entra na história, mas como sair dela”³¹⁰. Portanto, mais do que pensar em elaborações que cumprissem a narrativa marxista e colocasse os indivíduos em suas próprias histórias, talvez fosse necessário imaginarmos formas de sair da história. E aqui seria necessário sairmos dessa história que nos foi legada como fardos, e propiciar algo semelhante àquilo que White entendeu como uma educação para a descontinuidade histórica em seu texto *O fardo da história*. Por isso, acreditamos que sair da história seja um movimento político e ético, ou seja,

³⁰⁷ WHITE, Hayden. Salir de la historia: la redención de la narrativa en Jameson. In: WHITE, Hayden. **El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica**. Trad. Jorge Vigil Rubio, Ediciones Paidós, Barcelona, 1992, p.166. Tradução própria.

³⁰⁸ Idem, p.163. Tradução própria.

³⁰⁹ Idem, p.163. Tradução própria.

³¹⁰ Idem, p.178. Tradução própria.

torna-se necessário imaginarmos futuros diferentes daquela história reta e cronologicamente ordenada elaborada pelo século XIX. E somente conseguiríamos imaginar essa outra forma de história se mobilizássemos novamente um tema caro para Marx e para White: a utopia.

O tema da utopia é importante e recorrente na obra de White porque permite estabelecer um diálogo direto com a ideia de história do século XIX. Além disso, a utopia também contém aproximações diretas com o marxismo e com os escritos de Marx. Contudo, precisamos identificar os problemas e tensões estabelecidas por esse conceito com as várias ideias de conhecimento histórico. Como Hayden White nos aponta em seu texto *Anomalies of the historical museum, or history as utopian space*:

sim, o futuro como história – aqui se pretende devolver ao pensamento histórico a sua dimensão utópica, que foi excluída da história quando foi cientificada no século XIX na Europa (o próprio marxismo participou dessa exclusão do utopismo da história, em nome do realismo).³¹¹

O que percebemos nessa citação é a constatação de que, para se tornar uma ciência, a história abriu mão de várias instâncias e, especialmente, da utopia. Mas antes de perpassarmos por essa relação conflituosa entre história e utopia, torna-se necessário pontuarmos uma outra questão interessante que aparece na passagem de White, a sua interpretação da exclusão da utopia por parte do marxismo.

Na realidade, assim como a relação história e utopia, também podemos conceber uma relação tensionada entre marxismo e utopia. Assim, na interpretação de White é possível identificar também tanto uma exclusão quanto uma elaboração, ou dependência, da utopia no pensamento marxista. Segundo o autor,

o fato de que o marxismo, em particular, afirmasse ser uma ciência da história que justificasse a esperança e ao mesmo tempo contribuísse para a revolução da sociedade burguesa, só atesta a natureza utópica do marxismo e sua pretensa ciência da história.³¹²

Aqui, a utopia aparece diretamente relacionada com o marxismo se pensarmos que ela é indispensável para o grande projeto de Marx de revolucionar a sociedade, ou seja, os seres humanos só poderiam construir uma sociedade diferente daquela dominada pelo capitalismo caso desenvolvessem consigo uma utopia de futuro diferente daquele presente em que estavam imbuídos. Assim, em um primeiro momento, White reconhece a importância da utopia dentro

³¹¹ WHITE, Hayden. *Anomalies of the Historical Museum, or, History as Utopian Space*. In: WHITE, Hayden. **The ethics of narrative**, vol. 1: essays on history, literature, and theory, 1998-2007. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022, p. 159. Tradução própria.

³¹² WHITE, Hayden. La política de la interpretación histórica: disciplina y desublimación. In: WHITE, Hayden. **El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica**. Trad. Jorge Vigil Rubio, Ediciones Paidós, Barcelona, 1992, p. 81. Tradução própria.

do pensamento marxista, uma vez que ela auxiliaria nesse projeto de construção de uma sociedade diferente. Entretanto, nesse mesmo texto, o autor nos diria que

o marxismo é antiutópico na medida em que compartilha com sua contraparte burguesa a convicção de que a história não é um espetáculo sublime, mas um processo compreensível cujas várias partes, etapas, épocas e até eventos individuais são transparentes a uma consciência dotada dos meios para lhe dar significado, significado de uma outra forma³¹³

Vemos, então, o outro lado da tensão entre utopia e marxismo, que seria justamente a produção desse caráter denominado por White como antiutópico. Ao compartilhar com sua contraparte burguesa uma ideia de história que acreditava em processos e eventos como sendo transparentes à consciência, o marxismo abandonaria a possibilidade de imaginar não só sociedades diferentes, mas, fundamentalmente, compreensões de história também diferentes. Nesse ponto, mais uma vez, White retorna à sua crítica ao conhecimento histórico científico que, se em sua visão precisou abrir mão da utopia para se tornar uma ciência, não haveria como conceber juntamente com sua cientificidade uma noção utópica de futuro.

Por isso, acreditamos que White percebeu no interior do pensamento marxista essa tensão entre utopia e ciência, ou mesmo entre pensamento utópico e antiutópico. Se o pensamento marxista, enquanto uma visão de mundo e projeto de sociedade não poderia abrir mão da utopia para imaginar futuros diferentes e até mesmo embasar suas ações políticas no presente, o marxismo enquanto uma cruzada em busca de uma cientificidade deveria assimilar-se como um conhecimento antiutópico, uma teoria do conhecimento focada apenas na compreensão dos processos passados. Por isso, mais uma vez, White retorna à ideia de história do século XIX para nos demonstrar que a utopia na produção de conhecimento não teria espaço, por mais que nas ações políticas ela fosse indispensável para pensar sociedades diferentes daquelas dominadas pelo capitalismo.

A questão, então, é entendermos essa ideia de utopia e, mais do que isso, como White a compreende para relacioná-la com o marxismo e a noção de uma mudança que deveria ser não só social, mas também das bases de um conhecimento historicamente construído. Concordamos com Karl Mannheim que em seu livro *Ideologia e utopia*, uma obra importante para a formação e desenvolvimento teórico de White, nos diz que “consideramos utópicas todas as ideias situacionalmente transcendentais (não apenas projeções de desejos) que, de alguma forma,

³¹³ WHITE, Hayden. La política de la interpretación histórica: disciplina y desublimación. In: WHITE, Hayden. **El contenido de la forma:** narrativa, discurso y representación histórica. Trad. Jorge Vigil Rubio, Ediciones Paidós, Barcelona, 1992, p. 92. Tradução própria.

possuam um efeito de transformação sobre a ordem histórico social existente”³¹⁴. Assim, passamos a compreender a utopia enquanto esse conceito mobilizador de um esforço para a transformação, ou seja, ela participa ativamente da construção de outras sociedades justamente por ser um conceito que permite sonhar e imaginar futuros distintos da temporalidade presente. É válido destacarmos que, em White, a utopia não assume sua característica clássica de um não lugar, ou mesmo, assimila uma ideia de algo impossível de ser realizado. Não coincidentemente, o autor estadunidense nos diz que “as utopias modernas querem escapar não do mundo real, da materialidade ou da história, mas sim daquela versão dessas coisas que chamamos de modernidade em si”³¹⁵, ou seja, para imaginarmos utopias modernas a partir do pensamento de White, devemos entender que elas buscariam fugir da própria ideia de sociedade e de história construídas pela modernidade. É quase uma tentativa de tentar se libertar de algo constituinte do indivíduo enquanto um ser. É fugir de um mundo onde a própria pessoa habita.

Levando em consideração essas questões, acreditamos que buscar uma imaginação utópica dentro do pensamento whiteano é perceber que essa tarefa requer um caráter ético e uma responsabilidade com as transformações do conhecimento e do mundo, assim como a ideia de ciência de Marx pressupunha um conhecimento libertador e transformador. Por isso, acreditamos que a utopia em White atua na direção daquilo definido por Adauto Novais da seguinte maneira: “a utopia passa, portanto, pela crítica moral. Mas não fiquemos apenas no desejo amoroso. Há um desejo utópico maior, o desejo de liberdade”³¹⁶. Assim, a utopia pode ser mobilizada por nós para continuarmos a busca por aquela historiografia de libertação proposta como eixo central desse capítulo. E as libertações do fardo da história e a utilização de um passado prático para essa finalidade só podem ser alcançadas se colocarmos essas questões em diálogo com a noção de utopia de Hayden White. E, para fazermos isso, juntamente com a continuação do que chamamos de marxismo whiteano, é indispensável pensarmos na relação entre utopia e história elaborada por White.

Para compreendermos as maneiras pelas quais White relaciona história e utopia, precisamos perpassar por dois caminhos. O primeiro, é entender como o autor percebe a relação entre esses dois conceitos e, o segundo, assimilar como ele pode ser útil para o conhecimento histórico contemporâneo. Inicialmente, White nos apresenta a ideia de história como o oposto da utopia na modernidade, pois como ele próprio nos diz, “desde o início do século XIX, a

³¹⁴ MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1986, p. 229.

³¹⁵ WHITE, Hayden. **The Future of Utopia in History**. Historein, 12-19, 2007, p. 17. Tradução própria.

³¹⁶ NOVAES, Adauto. Onze notas sobre O novo espírito utópico. In: NOVAES, Adauto. **Mutações: o novo espírito utópico**. Sesc edições, São Paulo, 2016. Edição eletrônica, p. 18 do PDF.

utopia é concebida como a antítese da história: onde há história, não há utopia; onde há utopia, não há história”³¹⁷. Isso ocorre porque a ideia de história era concebida como o estudo e a descrição da realidade, ou seja, a tarefa do historiador era se preocupar com eventos reais do passado e, nessa lógica, não haveria formas de pensar utopias para uma descrição fidedigna do passado. Assim como a retórica, a imaginação, a literatura e a ética, a utopia também foi considerada como algo que os historiadores deveriam rejeitar. Nesse esquema oitocentista abordado diversas vezes por White, tudo aquilo que não correspondesse a realidade efetiva era tratado como fantasia ou, como no caso da utopia, como algo impossível de ser realizado. Para aprofundar essa reflexão, o autor nos diria que:

quero considerar a história como o Outro da utopia, e não o contrário, e perguntar o que foi perdido em nossa compreensão dessa história que se supõe ser a base e a medida de um tipo especificamente modernista de realismo que contra toda a razão, nos trouxe para a situação distópica em que a própria terra está ameaçada pelos próprios instrumentos da ciência, tecnologia e economia política que deveriam salvá-la para uso e gozo humanos³¹⁸.

A partir dessa concepção da história como o outro da utopia, White reverte o ponto de partida da análise que sempre coloca a utopia em oposição à história, quase como em um jogo entre o verdadeiro (a história) e o fantasioso (a utopia). Por isso, trabalhar com a história enquanto um outro é buscar entender o que o conhecimento especificamente histórico perdeu ao abandonar o conceito de utopia. E nesse ponto, White deixa claro onde esse abandono nos levou, ou seja, a busca moderna pela realidade direcionou os seres humanos para um estado de existência distópico, não só em relação às políticas e às questões éticas, mas também com a própria forma de se conceber e utilizar a história para o tempo presente.

Portanto, não é surpresa o fato de White utilizar uma citação sobre a utopia para falar sobre as ameaças enfrentadas pelo próprio planeta terra devido às marchas da razão realista da modernidade. Ao dizer que a própria terra se vê ameaçada por esse desenvolvimentismo desenfreado, o autor nos coloca para refletir sobre como a constituição de uma ideia específica de história, atrelada ao abandono das utopias, levaram os seres humanos a esgarçarem seus próprios recursos naturais. E aqui, obviamente, não estamos culpando somente a disciplina histórica pelos processos de destruição planetária. Fazer isso seria no mínimo irresponsável. O ponto é demonstrarmos que, baseado em uma ideia de história oitocentista que abandona a possibilidade de pensar utopias, não haveria possibilidades para os sujeitos imaginarem histórias outras, muito menos construir formas diferentes de habitar o planeta em um futuro. Esse

³¹⁷ WHITE, Hayden. **The Future of Utopia in History**. *History*, 12-19, 2007, p. 15. Tradução própria.

³¹⁸ Idem, p. 13. Tradução própria.

texto de White utilizado por nós, intitulado *The future of utopia in history* é de 2008, ou seja, muitas das preocupações ambientais como o aquecimento global, por exemplo, já começavam a entrar na ordem do dia. Entretanto, não podemos deixar de imaginar como White trataria essas questões contemporaneamente, momento em que diversos cientistas já consideram o Antropoceno como uma nova era geológica³¹⁹. O ponto central para pensarmos aqui é o efeito que uma determinada ideia de história ocasiona no futuro de uma sociedade, ou mesmo de um planeta. E certamente, White estava convencido de que, se não utilizássemos utopias para imaginar mundos diferentes, continuaríamos sofrendo os efeitos trágicos e debilitantes daquele conhecimento histórico que herdamos, principalmente, na forma de fardos do passado.

Assim, não podemos deixar de apontar que a reconexão com um desejo utópico, que perpassa por uma necessidade de imaginação é um dos temas centrais para White se quisermos continuar pensando na elaboração de uma historiografia da libertação. Não coincidentemente, ele nos diria que:

De fato, é um conceito da modernidade que a utopia é radicalmente anti-histórica, é impelida por um desejo de “sair da história”, ou para escapar do fardo da existência histórica retornando a uma condição de bem-aventurança edênica ou para sonhar com um tempo e lugar onde o tipo de mudança identificada como especificamente histórica chegou ao fim, o próprio tempo é, por assim dizer, revogado, a política foi rescindida e as pessoas podem se tornar pessoas plenamente sem ter que passar pelo tipo de tutela que a modernidade foi instituída para depor.³²⁰

Essa citação é interessante porque nos permite pensar que o que coloca a utopia em oposição à história é justamente seu desejo de sair de um mundo completamente histórico. E esse desejo de sair da história, como já demonstramos anteriormente, é algo necessário para White pois ele fornece essa possibilidade de escapar dos fardos do passado. Se conseguíssemos imaginar futuros utópicos diferentes de nossos passados e presente, talvez isso abriria a possibilidade de construirmos uma sociedade onde os fardos não pesassem tanto, assim como a política e as visões éticas de sociedade e responsabilidade poderiam ser reinventadas.

Por essas questões, não surpreende o fato de Ewa Domanska, ao interpretar a relação entre história e utopia na obra de White nos dizer que “é um paradoxo: a história é essencial

³¹⁹ Trabalhar esse conceito não é objetivo de nosso trabalho e não teríamos capacidade para fazer tal esforço. Entretanto, não podemos deixar de mencionar esse fato curioso na obra de White, que procura mesmo que timidamente, traçar uma relação entre a ideia moderna de história, o abandono das utopias e o impacto que essas atividades teriam no próprio planeta. Em nova visão, essas relações podem oferecer um bom trabalho e uma outra visão sobre a ideia de história em White. Para mais informações sobre o antropoceno, ver: SIMON, Zoltan Boldizsár. *The Anthropocene and the Planet*. History and Theory, 2023, pp 1-14. E também: CHAKRABARTY, Dipesh. *O planeta: uma categoria humanista emergente*. Zazie edições, 2020.

³²⁰ WHITE, Hayden. *The Future of Utopia in History*. Historein, 12-19, 2007, p. 15. Tradução própria.

para a utopia (não há utopia sem história e vice-versa)”³²¹, ou seja, por mais que a história sempre busque se desvencilhar de qualquer pensamento utópico, este ainda continua sendo indispensável caso queiramos imaginar histórias outras e futuros diferentes. Entretanto, ao mesmo tempo em que uma é essencial para outra, “por outro lado, a história continua sendo um freio cultural para a utopia, uma espécie de 'moderador de velocidade' para conter a rapidez das mudanças que conduzem em sua direção”³²². Assim, podemos compreender que a teoria de White pode atuar na direção de romper esse freio cultural imposto pela história à utopia, permitindo a sua ressignificação e colocando-a a serviço dos estudos histórico. Pois como nos mostra Herman Paul, existe uma questão central na obra de White: “como conceber a história em termos que contribuam para uma forma de realismo que não condene uma utopia socialmente progressista como irrealista?”³²³ Se responder essa pergunta de forma definitiva pode ser uma tarefa inglória, refletir sobre ela é fundamental porque se assumirmos o caráter político de qualquer narrativa histórica, torna-se um compromisso ético imaginarmos utopias progressistas. Se sair da história é o que estamos buscando, essa saída só pode ser cumprida mobilizando visões utópicas de futuro que sejam politicamente diferentes daquelas políticas elaboradas pela história moderna.

Sendo assim, mais do que trabalhar na chave moderna de uma oposição entre história e utopia, talvez seja o momento de pensarmos como esses conceitos estão interrelacionados e, mais do que isso, como construir utopias pode ser eticamente vantajoso para um conhecimento histórico que se assuma responsável com o tempo presente. Concordamos aqui com Rüsen quando nos diz que a utopia “possui a função vital de orientar a existência humana por representações que vão, por princípio, além do que é, empiricamente, o caso”³²⁴. Imaginar utopias dentro do conhecimento histórico seria, então, uma alternativa para rompermos com um ideal oitocentista de empirismo, fatos e eventos, fazendo com que, a partir de imaginações utópicas, a disciplina histórica possa servir ao papel de orientação dos sujeitos. Se as utopias orientam, pensá-las dentro do conhecimento histórico teria esse serviço de produzir orientações, atividade essa que teria sido abandonada pela disciplina histórica, como o próprio White diversas vezes apontou. Pois como estadunidense nos diz, “se é de ‘história’ que estamos sofrendo, então é tolice pensar que mais ‘conhecimento histórico’ poderia nos libertar ou curar

³²¹ DOMANSKA, Ewa. Hayden White and liberation historiography. **Rethinking History: The Journal of Theory and Practice**, 2014, p. 6. Tradução própria.

³²² Idem, p. 6. Tradução própria.

³²³ PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011, p. 106. Tradução própria.

³²⁴ RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 2007, p. 138.

dessa doença da historicidade”³²⁵. Aqui, mais uma vez, White se mostra bastante desiludido com as possibilidades do conhecimento histórico disciplinado. Mas de fato, mais história daquele tipo que observamos na modernidade, não resolveriam nossos problemas. Se ainda continuamos precisando de história, talvez seja de uma história orientada para o futuro, com fundamentações utópicas de sociedades diferentes das nossas. E essa “nova” forma de história talvez seja parecida com a definição que Rüsen apresenta a respeito desse problema ao dizer que “a história necessita, por sua parte, da utopia, a fim de poder produzir seu equivalente à utopia, sua alteração da experiência do tempo, e cumprir eficientemente sua função de orientação existencial”³²⁶. Acreditamos que alterar a experiência do tempo seja contribuir para rompermos com as temporalidades constituídas por fardos históricos e pensarmos em orientações produtivas para novas utopias que viriam com a ressignificação da ideia de história.

Agora, para finalizar, nos resta pensar quais relações podemos estabelecer entre aquilo que chamamos de marxismo whiteano e essa necessidade de construção de utopias. Em nossa visão, se podemos pensar nessa forma específica de marxismo a partir da interpretação que White realiza de Marx, ela precisa levar em consideração a necessidade de imaginarmos mundos que fujam do capitalismo acelerado e das políticas conservadoras que observamos contemporaneamente. Além disso, se White observou alguma potencialidade nas reflexões de Marx, foi justamente na sua compreensão de ciência enquanto conhecimento libertador e transformador. Sendo assim, um marxismo whiteano estaria ancorado em uma noção transformadora de dois tipos: tanto da sociedade quanto do conhecimento histórico estabelecido. E ambas as transformações estariam interligadas, sendo praticamente impossível pensarmos uma separada da outra. Pois se o mundo habitado por nós é completamente histórico, ressignificar as bases do que é a história é tarefa primordial no processo de transformação política e ética da nossa sociedade. O que une o pensamento de White com as teorias marxistas é justamente esse compromisso que ambos teriam com a libertação dos sujeitos, em várias instâncias distintas.

É por conta desse compromisso libertador que somente faz sentido desenvolvermos um marxismo whiteano caso ele esteja interligado com aquilo que denominamos como ponto central desse capítulo: a ideia de uma historiografia da libertação. Nesse sentido, concordamos aqui com Ewa Domanska quando a autora nos diz que:

³²⁵ WHITE, Hayden. **The Future of Utopia in History**. *Historein*, 12-19, 2007, p. 15. Tradução própria.

³²⁶ RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 2007, p. 146.

À luz dessas reflexões, o projeto da 'historiografia da libertação' (ou, mais amplamente, das 'humanidades da libertação') e da inovadora 'história/historiografia progressiva' constituem uma espécie de utopia intelectual inserida no mundo distópico do capitalismo global³²⁷.

Se nossa condição atual é a de um capitalismo distópico, municiado por uma ideia de história evolutiva, conservadora e factual, pensar uma historiografia da libertação só pode ser uma tarefa realizável se estiver associada com uma noção de utopias de futuros. Isso é fundamental para que imaginemos futuro livres de fardos, onde passados práticos sejam mobilizados para a orientação ética dos sujeitos e onde, enfim, a história disciplinada seja reconectada com a existência e as demandas políticas dos indivíduos. A crítica ao sistema capitalista deve, portanto, estar acompanhada de uma crítica ao modelo de história socialmente estabelecida, bem como aos efeitos políticos que essas histórias, quando são contadas, ocasionam às pessoas inseridas no tempo presente. Fazer isso é fundamental para o que chamamos de marxismo whiteano e, também, é reconectar a história com suas dimensões éticas e políticas.

Até esse momento, buscamos estabelecer a ideia de ética em Hayden White, sua historiografia da libertação e seu marxismo a partir da necessidade que os sujeitos possuem de se libertar de passados onerosos, sentidos como fardos, assim como da igual necessidade de se construir utopias de futuros diferentes daqueles presentes que habitam. Mas esse esforço desenvolvido por nós ainda se mantém no campo da interpretação intelectual realizada por White, ou seja, por mais que essa elaboração coloque em evidência a ideia de práxis e pense uma historiografia voltada para os dilemas presente dos indivíduos, ela ainda continua restrita ao mundo das ideias. Por isso, torna-se fundamental voltarmos nossa atenção agora para quais as maneiras buscadas por White para atuar pessoalmente e politicamente e tentar colocar em ação uma suposta historiografia da libertação. E para fazermos isso, analisaremos em nosso trabalho Hayden White enquanto um ser político que, além de refletir teoricamente sobre a importância de prática do conhecimento histórico, também procurou colocar em ação essas suas inquietações. Assim, o que se apresenta para nós é um White como sujeito político.

2.3 – Libertação como ação política efetiva: atuações de Hayden White e sua ideia de história como ética da orientação

No momento final de nosso capítulo, pretendemos direcionar os esforços para compreendermos a seguinte questão: qual a relação entre o White teórico e o ativista político?

³²⁷ DOMANSKA, Ewa. Hayden White and liberation historiography. *Rethinking History: The Journal of Theory and Practice*, 2014, p. 5. Tradução própria.

Existe alguma maneira de separar ambos? Já podemos adiantar para os leitores que a resposta da segunda pergunta é não. E isso se deve, em nossa visão, pelo fato de o próprio autor nunca ter separado a instância acadêmica e intelectual da atuação política. E isso fica claro principalmente quando White introduz no plano teórico da história as dimensões políticas do próprio historiador no momento de constituição de seus textos. Assim, torna-se indispensável entendermos todo e qualquer conhecimento produzido enquanto um ato de ação política que, inserido em seu tempo, produz para os sujeitos que os consomem uma determinada visão de mundo. Por isso, esse é o momento no qual direcionaremos os olhares para as atuações políticas diretas realizadas por White, assim como as relações estabelecidas por essas atuações com suas concepções de sociedade e, principalmente, de conhecimento histórico. Fazer esse movimento é fundamental para completarmos a ideia desenvolvida até este momento de uma historiografia da libertação, uma vez que, se o objetivo do historiador é libertar os sujeitos do fardo da história, esse processo de libertação não passa somente pela construção de passados práticos, de uma concepção marxista de mundo ou mesmo por uma reinvenção da ideia disciplinada de história, mas fundamentalmente, por uma ação efetiva do sujeito no mundo que habita. Para libertar é indispensável agir.

Como já demonstramos anteriormente nesse capítulo, podemos compreender White enquanto um autor extremamente influenciado pelo existencialismo de Sartre, o humanismo e o marxismo. Para nós, essa tríade forma o pensamento e o modo de atuação do autor estadunidense. Resta sabermos como essas questões se entrecruzam em suas ações práticas. Primeiramente, precisamos pontuar que White nunca se identificou enquanto um radical politicamente, muito menos buscou uma revolução. Como nos aponta Kalle Pihlainen, “White observou em diversas ocasiões que não anseia pela revolução. A mudança, para ele, deveria vir de dentro das estruturas existentes”³²⁸. E, como o próprio White nos afirmou em citação recuperada por Pihlainen, “sou contra as revoluções, quer sejam lançadas de ‘cima’ ou de ‘baixo’ na hierarquia social”³²⁹. Notamos nessas duas passagens algo que pode soar como uma enorme contradição no pensamento whiteano: como um autor que sempre se considerou marxista, pode ser contra o processo revolucionário? E, de fato, esse pode ser um ponto de crítica da concepção política de White. Se a revolução não era almejada por ele, em sua visão,

³²⁸ PIHLAINEN, Kalle. *The Work of History: Constructivism and a Politics of the Past*. **Routledge Taylor & Francis Group**. New York, 2017, edição eletrônica, p. 125 do PDF. Tradução própria.

³²⁹ WHITE, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987, p. 63 *apud* PIHLAINEN, Kalle. **The Work of History: Constructivism and a Politics of the Past**. Routledge Taylor & Francis Group. New York, 2017, edição eletrônica, p. 141 do PDF. Tradução própria.

as mudanças deveriam ser buscadas na própria estrutura existente. Podemos nos perguntar, então, como buscar essas mudanças tanto dentro da política, quanto dentro do conhecimento histórico, em um presente dominado pelo capitalismo desenvolvimentista e por uma ideia de história que produz, no máximo, fardos que são sentidos pelos sujeitos e os impedem de imaginar futuros diferentes daqueles presentes que herdaram? White não nos responde essa pergunta. E talvez nunca tenha sido seu interesse. O que temos para trabalhar aqui é com o fato de existir um marxista não revolucionário, mas que sempre defendeu a revolução dos estudos históricos e a mudança das estruturas existentes. Talvez essa seja apenas mais uma das várias ironias contidas no pensamento whiteano.

Contudo, se examinarmos essa questão com um pouco mais de cuidado, precisaremos nos questionar o que é ser uma pessoa de esquerda, ou marxista, no contexto estadunidense das décadas de 60, 70 e 80 do século XX. Sobre essa problemática, White nos diria em entrevista à Rogne que: “todo aquele debate sobre o fracasso da esquerda europeia me interessou muito. Nunca tivemos uma esquerda nos Estados Unidos; nós tínhamos um centro e uma direita”³³⁰. Não nos surpreende o fato do autor chegar a essa conclusão, principalmente se considerarmos seu momento histórico. No auge da Guerra Fria, talvez o mais revolucionário que um sujeito poderia ser nos Estados Unidos seria justamente se colocar ao centro. E sobre essas questões, White mais uma vez reforçaria que: “sempre fui de esquerda na minha política e acho que precisamos abrir as coisas em vez de apoiar a doxa”³³¹. Portanto, vemos que mesmo inserido em um contexto bastante complicado para uma pessoa de esquerda, White jamais abandonou seus ideais progressistas de sociedade. O problema estaria, como ele próprio reconheceu, no fato de que “ao mesmo tempo, a sociedade americana se orgulhava de romper com seu passado imediato. É uma sociedade muito conservadora e até reacionária”³³² e, também, em um diagnóstico realizado por ele ao dizer que “a cultura americana é superficial porque nela há uma crença no destino e na predestinação de forma calvinista”³³³. Essas colocações são importantes porque, além de demonstrarem um descontentamento com a cultura dos Estados Unidos, que talvez possa ser percebido pelo próprio afastamento de White em relação à essa tradição intelectual, também demonstram para nós que, em uma sociedade com esse contexto, talvez o mais radical e de esquerda que White conseguiria ser seria justamente pensar em uma sociedade

³³⁰ WHITE, Hayden; ROGNE, Erlend. The aim of interpretation is to creat perplexity in the face the real: Hayden White in conversation with Erlend Rogne. **History and Theory**, vol. 48, No. 1, 2009, pp. 63-75, p. 72. Tradução própria.

³³¹ Idem, p. 73. Tradução própria.

³³² Idem, p. 64. Tradução própria.

³³³ Idem, p. 63. Tradução própria.

democrática e com o mínimo de garantia de respeito aos direitos humanos. Assim, sempre que colocarmos White enquanto um marxista ou um sujeito de esquerda, devemos considerar seu país natal e seu momento histórico.

Mas essas questões não o impediram de continuar seu projeto político e intelectual, mesmo se intitulado um marxista não revolucionário. Como Paul demonstra,

White queria que os historiadores se engajassem com uma vanguarda de esquerda, que não apenas permitisse que os indivíduos vivessem suas vidas de acordo com valores auto-escolhidos, mas contribuísse ativamente para a libertação daquelas cujas condições sociais ainda não lhes permitiam pensar e agir por conta própria³³⁴.

Encontramos aqui praticamente uma orientação sobre como os historiadores deveriam agir. Ao propor essa associação com uma vanguarda de esquerda, White queria que seus colegas historiadores comessem a atuar perante os dilemas de sua própria época, oferecendo para seus contemporâneos, subsídios que permitissem uma libertação e uma escolha eticamente responsável para guiar suas vidas. Mais uma vez, vemos surgir uma ideia de história libertadora em White e, mais do que isso, o entendimento de que os historiadores não deveriam abandonar as lutas políticas e sociais. E essas lutas deveriam ser realizadas em um momento crítico da história mundial, pois como Hayden White nos apresenta sobre esse contexto histórico vivido por ele: “lembre-se que passamos pelo período do final dos anos sessenta, setenta e início dos anos oitenta, um período de turbulência política, e os lugares em que a universidade teve que realmente repensar a sua relação como a sociedade dominante”³³⁵. Portanto, o programa de White para os historiadores deveria ser realizado dentro deste contexto histórico-temporal de mudança social e ressignificação da universidade e seu papel perante a sociedade, uma vez que “a guerra do Vietnã, o movimento pelos direitos civis e o movimento feminista realmente desafiaram a maioria dos pressupostos da sociedade conservadora”³³⁶. Vemos surgir um tensionamento entre aquilo que ocorria na sociedade e as produções acadêmicas e intelectuais, sendo White membro ativo de ambas as instâncias. Não coincidentemente, foi nesse caldo cultural e político de ebulição que White publicou seu fardo da história, em 1966.

Assim, se a conservadora sociedade estadunidense estava sendo desafiada por essas pautas, era necessário que os historiadores, na visão de White, se comprometessem com elas. Pois de acordo com ele, “a ‘história’ é um fantasma, um reino imaginário, até mesmo delirante da existência humana, enquanto a política, por mais enigmática que pareça em algumas de suas

³³⁴ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 36. Tradução própria.

³³⁵ VANDERSCOFF, Cameron. Hayden White: Frontiers of Consciousness at UCSC. University of California, Santa Cruz, University Library, 2013, p. 10. Tradução própria.

³³⁶ Idem, p. 10. Tradução própria.

encarnações [...], nomeia uma estrutura real de relações”³³⁷. Ao opor história e política a partir dos campos das estruturas reais, sem dúvida, White estava se referindo a uma concepção de história oitocentista. Por isso, o que diferiria ambas seria essa preocupação da segunda com o campo da prática social, por mais que essa preocupação não pudesse ser excluída do que o White pensava que a história poderia ser. E em nossa visão, mesmo sendo um campo subjetivo, ou aquilo que White denomina como um reino imaginário, a história não poderia ser apartada da política social, pois ela seria uma das produtoras dessas políticas.

Sendo assim, devemos entender o que White compreendia como política, já que essa instância se torna decisiva para o autor. Segundo ele:

Quanto à política, estou interessado apenas no problema de construir uma comunidade democrática viável, construir um Estado que sirva aos interesses da justiça para seus cidadãos e pratique uma política de respeito e abertura de espírito em relação a outros tipos de comunidades, e servir de árbitro para assegurar práticas justas entre os vários grupos que compõem o que se chama de sociedade civil e fornecer salvaguardas para os menos privilegiados de seus membros.³³⁸

Essa passagem deixa bastante clara a forma com que White via o Estado, bem como as políticas desenvolvidas por ele. Por isso, se anteriormente apontamos que mesmo não sendo um revolucionário, White estava comprometido com a mudança social, nesse momento podemos apontar o que seria essa mudança. E mais uma vez, o que se apresenta para nós é a busca por um estado que garantisse, mesmo que minimamente, direito aos cidadãos, direitos esses que estariam associados a uma noção de democracia. Assim, White não concebe uma sociedade, nem imagina um mundo fora de uma lógica democrática liberal, ou seja, nas suas imaginações de futuro, a política social deveria ser uma política de respeito do Estado para com seus cidadãos. Se de fato, essa é uma busca que coloca White alinhado às ideias de uma esquerda progressista, por outro lado, também podemos entender que o autor não imaginava um Estado, ou um futuro, onde todas as ordens da sociedade fossem quebradas. Um reformista de esquerda, mais do que um marxista revolucionário: talvez essa seja uma boa definição para política concebida por White.

Como então, pensar uma ideia de historiografia da libertação em White associada com sua concepção de política de justiça e respeito social? Para essa tarefa, tomaremos de empréstimo o conceito de história radical desenvolvido por Keith Jenkins segundo o qual, compreende a história radical enquanto algo “que pode (possivelmente) ser usada para ajudar a

³³⁷ WHITE, Hayden. Historicity as a trope of political discourse Rethoric, ethics, politics. In: WHITE, Hayden. The etics of narrative, vol. 1: essays on history, literature, and theory, 1998-2007. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022, p. 227. Tradução própria.

³³⁸ Idem, p. 228. Tradução própria.

realizar tais objetivos emancipadores”³³⁹ e também como algo que talvez nos ajude a “transformar e substituir o ‘chamado tradicional’ dos historiadores ‘normais’ respondendo a um chamado que não vem absolutamente do passado, mas diretamente da ética, da política”³⁴⁰. Dentre esses historiadores radicais, Jenkins adiciona o nome de White, pois esse autor nutriria uma ambição em responder às demandas ética e políticas. Vemos então que, em sua teoria da história, White seria um radical, ao contrário de sua visão política que sempre externou uma posição contrária à revolução. Entretanto, acreditamos que essa designação elaborada por Jenkins pode ser útil por associar a elaboração de toda história com suas implicações políticas e práticas. Segundo ele, “historiadores radicais, ao contrário dos ‘normais’, não trabalham para entender o passado em seus próprios termos e por si mesmo; historiadores radicais não trabalham em nome das pessoas que viveram no passado: eles trabalham para nós”³⁴¹. Em nosso entendimento, essa visão de historiador se aproxima muito com aquilo que White buscou desenvolver ao longo de sua vida, por mais que sempre tenha havido de sua parte uma rejeição à disciplina histórica, ou àquilo que Jenkins entende como historiadores normais.

A partir dessas questões, entendemos que historiadores radicais como White, mobilizariam suas práticas intelectuais e políticas para buscar soluções e libertações para os sujeitos no tempo presente. Seu compromisso não seria com o passado, mas sim com a elaboração de maneiras para se viver responsavelmente em um tempo presente dominado por histórias. Como White nos diria em entrevista à Ewa Domanska, uma “historiografia progressista usa o passado para imaginar o futuro”³⁴², ou seja, alinhado àquilo proposto por Jenkins, o que nos interessa não é o passado como coisa morta, ou os indivíduos que nele viveram, mas sim, a vida daqueles que consomem histórias produzidas pelos historiadores. Por isso, essas histórias precisariam ser radicais, ou progressistas, pois a partir delas os sujeitos conseguiriam imaginar e construir seus futuros, uma vez que “a essência de uma história radical é seu impulso político/ético orientado para o futuro”.³⁴³ Portanto, se White pode ser compreendido como esse historiador radical, progressista de esquerda e que pensa formas de libertação, precisamos entender agora, antes de perpassarmos por suas atuações políticas e sociais, um conceito fundamental para essas atividades e que vez ou outra retorna em seus escritos: a ideia de ideologia.

³³⁹ JENKINS, Keith. ‘Nobody does it better’: radical history and Hayden White. **Rethinking History**. Vol. 12, No. 1, 59-74, 2008, p. 111. Tradução própria.

³⁴⁰ Idem, p. 111. Tradução própria.

³⁴¹ Idem, p. 111. Tradução própria.

³⁴² Idem, p. 119. Tradução própria.

³⁴³ Idem, p. 119. Tradução própria.

Discutir as formas assumidas pelo conceito de ideologia nos escritos de White é indispensável porque, para que o mesmo atuasse socialmente e desenvolvesse espaços políticos de ação para os historiadores era necessário compreender ideologia enquanto uma forma de conceber o mundo. Portanto, de acordo com ele:

o principal perigo para a ação social e política criativa estava no impulso de desideologizar a experiência do mundo, ou seja, adotar a atitude de um observador e descritor puramente neutro da realidade, em vez de uma atitude de um observador ativo.³⁴⁴

Desideologizar a experiência seria justamente desconsiderar que qualquer elaboração de conhecimento possui, antes de tudo, uma relação política e ideológica com a sociedade em que é produzido. Assim, adotar a postura resignada diante dos dilemas sociais seria abandonar o caráter ideológico inerente ao próprio conhecimento histórico. Neste ponto, acreditamos que White segue uma questão central que Mannheim apresentou em seu *Ideologia e utopia*, segundo a qual, “como é possível uma ciência da política face ao caráter inerentemente ideológico de todo o pensamento?”³⁴⁵ Se fossemos utilizar White para responder esse questionamento, talvez diríamos que imaginar uma ciência ideologicamente neutra ou mesmo excluída dos dilemas políticos e sociais do tempo presente seria uma tarefa praticamente impossível. Assim, White também seguiria Mannheim que, ao nos apontar para o fato de que “o pensamento de todas as partes em todas as épocas é de caráter ideológico,”³⁴⁶ forneceria as bases para o pensamento sobre o conceito de ideologia presente na obra whiteana. A ideologia seria, então, esse elemento que podemos encontrar no trabalho de todo historiador e, além disso, um fator constituinte das dinâmicas e relações políticas existentes na própria sociedade daquele que escreve.

Em White, a ideologia não pode ser compreendida como algo que corrompe, ou compromete um estudo científico, muito menos como uma instância que corrompe as atuações políticas ou “obscurece a condição real da sociedade”³⁴⁷. A ideologia para o autor estadunidense seria o elemento indispensável para o posicionamento ético e político dos historiadores, seja em suas atuações profissionais ou mesmo políticas e pessoais. Não obstante, já em seu *Meta-história*, White diria que:

As dimensões ideológicas de um relato histórico refletem o elemento ético envolvido na assunção pelo historiador de uma postura pessoal sobre a questão da natureza do

³⁴⁴ WHITE, Hayden. Storytelling: Historical and Ideological. In: WHITE, Hayden. **The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007**. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 2010, p. 278. Tradução própria.

³⁴⁵ MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1986, p. 79.

³⁴⁶ Idem, p. 103.

³⁴⁷ Idem, p. 66.

conhecimento histórico e as implicações que podem ser inferidas dos acontecimentos passados para o entendimento dos atuais³⁴⁸

Sendo assim, ao vazar suas narrativas sobre o passado a partir de determinados tropos escolhidos, os historiadores exporiam também suas próprias concepções ideológicas contidas por trás de determinada apresentação de um passado ou evento histórico. Não coincidentemente, a ideologia para White reflete a posição ética de todo e qualquer historiador em relação ao seu mundo, ou seja, dependendo da maneira com que determinado historiador assimila ideologicamente a existência, sua posição ética pode ser progressista ou conservadora. Por isso, a respeito dessa questão, White nos diria que:

Penso que o momento ético de uma obra histórica se reflete no modo de implicação ideológica pelo qual uma percepção estética (a elaboração do enredo) e uma operação cognitiva (o argumento) podem combinar-se para deduzir enunciados prescritivos daqueles que pareçam ser puramente descritivos ou analíticos³⁴⁹

Assim, ética e ideologia, para White, estariam completamente interligadas, assumindo uma relação decisiva em qualquer obra histórica. E aquilo chamado pelo autor de implicação ideológica de toda narrativa sobre o passado seria a instância compreendida por ele como o momento ético, ou seja, o contexto do texto narrativo onde seriam apresentados pelo autor, mesmo que inconscientemente, as formas e maneiras políticas de conceber sua própria existência.

Neste momento, torna-se necessário destacarmos mais uma vez que, mesmo buscando apenas uma descrição ou reconstrução dos fatos passados, nenhum historiador conseguiria escapar dos elementos éticos e da implicação ideológica de sua narrativa produzida. Mesmo aquela historiografia mais científica elaborada pelo século XIX traria consigo posições ideológicas, sendo essas conservadoras e representantes dos setores médios da sociedade em questão. Portanto, o que se apresenta para nós é quase uma defesa por parte de White de que os historiadores assumam suas responsabilidades, não só com os textos, mas também com os leitores. Como Kalle Pihlainen muito bem nos apresenta, “a responsabilidade pelo impacto de nossas representações como historiadores (e a responsabilidade pelas nossas interpretações e consequentes crenças e ações como leitores) parece ser uma chave para a leitura de White”.³⁵⁰ Trazer para o plano principal dos estudos históricos essa dimensão da ideologia associada com a ética é apresentar o tema da responsabilidade pelas suas ações pessoais. E essas ações iriam

³⁴⁸ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 36.

³⁴⁹ Idem, p. 41.

³⁵⁰ PIHLAINEN, Kalle. *The Work of History: Constructivism and a Politics of the Past*. **Routledge Taylor & Francis Group**. New York, 2017, edição eletrônica, p. 136 do PDF. Tradução própria.

além daquelas realizadas durante a produção de textos históricos, constituindo, também, responsabilidades por atividades políticas efetivas. E é nesse ponto que a ideologia de White se reflete de forma mais clara, assim como sua tomada de posição ética perante os dilemas que sua temporalidade trazia para ele.

Para mapearmos minimamente a trajetória política e as opções ideológicas de White, precisamos voltar ao momento de sua infância. Nascido no Tennessee, em 1928, o jovem White mudou-se com a família durante a grande depressão para Detroit, onde seu pai buscou trabalho na indústria automotiva³⁵¹. Por isso, não é coincidência o fato de que “essa cena urbana de lutas dos trabalhadores para se organizarem face à oposição corporativa por vezes violenta foi um momento decisivo na formação da consciência política de White”³⁵². Assim, ao crescer em meio às lutas sindicais em busca de melhorias nas condições de trabalho, White desenvolveria consigo uma consciência política progressista e uma ideologia alinhada aos setores de esquerda do espectro político social. O que veríamos ao longo dos próximos anos, juntamente com seu aperfeiçoamento e formação intelectual, seria mais do que um escritor que buscou reinventar as bases do pensamento e do estudo sobre o passado, mas sim, um cidadão conscientemente orientado politicamente para as demandas das classes menos favorecidas.

Não se torna para nós uma surpresa, portanto, quando Herman Paul apresenta uma anedota contada por Claudio Veliz, segundo a qual: “a última vez que vi Hayden White, ele estava esparramado no capô de um carro de polícia, de onde havia saltado para expressar sua oposição à Guerra do Vietnã”³⁵³. Essa passagem é interessante porque apresenta uma das principais lutas travadas por White, contra a guerra do Vietnã. Seu tempo de vida foi um momento que convocava as pessoas ao posicionamento e tornava-se cada vez mais difícil um intelectual se reclugar em seu gabinete e abandonar as preocupações com o tempo presente. E este fato coincide com o desenvolvimento de sua carreira acadêmica, uma vez que “ele chegou à UCLA em 1968, no auge dos protestos contra a Guerra do Vietnã”³⁵⁴, ou seja, é uma tarefa quase impossível tentar desassociar o teórico Hayden White do cidadão político. E seus posicionamentos sociais apenas reafirmam uma questão defendida pelo autor ao longo de toda sua trajetória e que diz respeito à necessidade de intelectuais e professores se engajarem positivamente com as responsabilidades sociais que suas temporalidades os convocam a se

³⁵¹ VANDERSCOFF, Cameron. **Hayden White**: Frontiers of Consciousness at UCSC. University of California, Santa Cruz, University Library, 2013, p. V. Tradução própria.

³⁵² Idem, p. V. Tradução própria.

³⁵³ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 51. Tradução própria.

³⁵⁴ VANDERSCOFF, Cameron. **Hayden White**: Frontiers of Consciousness at UCSC. University of California, Santa Cruz, University Library, 2013, p. VI. Tradução própria.

posicionarem. Fazer isso é demonstrar a partir de sua própria trajetória o fato de que não somente produções intelectuais sobre a história ou a elaboração de qualquer conhecimento nutriria em si um caráter ético e ideológico, mas também a atuação pessoal seria fundamental nesse processo.

Não por acaso, se os anos 60 e 70 do século XX exigiam dos habitantes da sociedade estadunidense um posicionamento referente à guerra do Vietnã, quando o assunto era a luta por direitos civis a questão não seria diferente. Como Paul demonstra, “White e alguns colegas se descreveram como ativistas de longa data pela libertação de Angela Davis e outros presos políticos nos Estados Unidos”³⁵⁵. Assim, a vasta gama de temas políticos que recortavam sua sociedade fez com que esse autor se posicionasse, contribuindo fortemente para a contração de uma intelectual da estatura de Angela Davis para seu programa de História da Consciência anos depois. Como o próprio autor nos afirma em uma entrevista ao refletir sobre essas lutas em torno da garantia dos direitos civis para a população negra:

Já estive envolvido em protestos pelos direitos civis e assim por diante e tornei-me uma espécie de porta-voz de grupos locais em Rochester, Nova Iorque, no final dos anos 60, quando os negros eram espancados regularmente pela polícia. Meus alunos estavam envolvidos e diziam: “Professor White, vamos fazer um comício. Você poderia falar? Então é claro. Não posso pretender ser um mentor de jovens e não apoiá-los no que considero causas justas”³⁵⁶.

Aqui, não é nossa intenção construir uma aura de cidadão bondoso, ou redentor benevolente de grupos historicamente marginalizados em cima da figura de Hayden White. Mas sim demonstrar que quando esse autor passa a apoiar seus alunos em torno de lutas que ele considera justas, também promove uma ideia de conhecimento histórico diretamente relacionado com a práxis e a orientação política e social.

Essa passagem é interessante porque demonstra em White uma consciência de que o conhecimento que ele construiria enquanto professor não poderia estar apartado das lutas enfrentadas por seus alunos no tempo presente. Assim, mais uma vez, para remetermos àquela ideia central de nosso capítulo que é pensar uma historiografia da libertação, consideramos que ela só possa ser cumprida nesse intercâmbio entre aquilo fornecido pelo docente como subsídio histórico em sala de aula e as formas com que os alunos mobilizarão esses conhecimentos em suas atuações práticas, seja contra a guerra do Vietnã ou pela defesa dos direitos civis. Por isso,

³⁵⁵ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 51. Tradução própria.

³⁵⁶ VANDERSCOFF, Cameron. **Hayden White**: Frontiers of Consciousness at UCSC. University of California, Santa Cruz, University Library, 2013, p. 60. Tradução própria.

Domanska nos apresenta uma passagem relacionada com o depoimento de White apresentado acima. Segundo ela,

Em Hayden White, que ensina e apoia a rebelião e que tenta libertar as mentes dos seus alunos em vez de subjugar-los, vi uma personificação do modelo familiar de professor rebelde, fiel a si mesmo e a ideia de educação, e não à escola que encapsula o aparelho ideológico do estado althusseriano.³⁵⁷

Ensinar para a rebelião, historiador radical, historiografia da libertação: o que todas essas caracterizações da obra e do próprio White apresentam para nós é justamente um intelectual engajado socialmente e preocupado com a formação de seus alunos e com os rumos que a sociedade estadunidense tomaria. E o importante aqui é notarmos essa proximidade que White teria com a educação, pois não somente ajudava seus alunos em protestos e causas sociais, mas também compreendia a educação como essa ferramenta indispensável para qualquer forma de libertação. E esse compromisso vem desde sua época de estudante, pois como ele diz “toda a minha educação foi pública e financiada pelo povo – mas isso me deu uma consciência de classe distinta”³⁵⁸. E essa consciência se perpetuaria para o momento em que o aluno White se tornaria o professor que, para além de sua trajetória mais conhecida enquanto um crítico e teórico dos estudos históricos, também pode ser interpretado como um professor compromissado com a causa da libertação de seus alunos.

Nesse momento, nosso trabalho, enquanto algo realizado por um cidadão brasileiro e, portanto, contrarrevolucionário de um dos maiores educadores do século XX, Paulo Freire, não poderia deixar de nos perguntarmos se existe alguma relação entre a historiografia da libertação de White e a pedagogia da libertação de Freire. Para os leitores mais atentos, talvez essa dúvida já tenha surgido antes, mas acreditamos que esse seja o momento ideal para perpassarmos por essa questão. E de início, é importante deixarmos claro que não encontramos nenhuma citação ou referência de White em seus textos à obra de Paulo Freire. Contudo, em uma entrevista, o autor cita o intelectual brasileiro ao refletir sobre a situação da educação nos Estados Unidos. Segundo ele:

Não adianta se opor a pessoas que sentem que têm um interesse, um direito; eles estavam em rebelião contra a disciplina. É preciso perceber que as prisões, os hospitais, as instituições educacionais e os militares tinham todos uma noção semelhante de disciplina. A criança deve ser disciplinada, certo? Isso permeou a educação americana, de modo que coisas como a organização das aulas por ordem alfabética eram consideradas arbitrárias, e trouxeram consigo esse tipo de rebelião.

³⁵⁷ DOMANSKA, Ewa. Hayden White: An Academic Teacher. In: ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans. **Re-figuring Hayden White**. Stanford University Press, California, 2009, p. 337. Tradução própria.

³⁵⁸ VANDERSCOFF, Cameron. **Hayden White: Frontiers of Consciousness at UCSC**. University of California, Santa Cruz, University Library, 2013, p. 5. Tradução própria.

Lembro que havia muita discussão sobre Paolo [sic] Freire e pessoas assim naquela época. Não sei se você sabe quem ele é. Ensinar redação – você escreve livremente ou aprende gramática? Não, jogue fora a gramática; gramática é disciplina, viu. É formal e estrutural³⁵⁹.

Aqui, optamos por deixar a transcrição da entrevista em sua forma original e, em nossa visão, ocorreu um erro ao transcrever Paulo como Paolo. Seja como for, essa citação de White nos transmite a dimensão de que a teoria de Freire estava sendo discutida nesse mesmo contexto no qual White se engajava com lutas sociais e refletia sobre os problemas de uma educação extremamente disciplinadora no contexto estadunidense.

Assim, se podemos imaginar uma relação entre White e Paulo Freire, sem dúvidas ela seria estabelecida a partir dessa necessidade de oferecer libertação para os sujeitos. E essa libertação também seria uma libertação das práticas disciplinadoras que a própria sala de aula traria consigo, algo que sempre despertou o interesse de Freire. E, para nós, a crítica que White fazia à ideia de uma disciplina histórica, altamente profissionalizada e com métodos tradicionais também poderia ser direcionada ao próprio sistema educacional que ele pertencia enquanto um professor. Mais uma vez, percebemos White como um sujeito politicamente ativo e agora também podemos dimensionar o fato de que uma libertação social não passaria apenas pela elaboração de uma historiografia da libertação, mas também por um envolvimento em ações políticas efetivas e, principalmente, repensar o papel da educação e do ensino e aprendizagem naquele contexto político específico dos Estados Unidos no qual White estava inserido. E imaginar essas questões e como elas recortaram a trajetória de White é algo que não surpreende, principalmente se seguirmos aquilo que Paul nos diz quando identifica White como “um estudante que experimentou o existencialismo como uma forma secular de teologia da libertação”³⁶⁰. Mesmo não se relacionando com trabalhos de base em ambientes católicos, como no caso da teologia da libertação, ou mesmo não citando Paulo Freire diretamente em seus textos para estabelecer uma discussão intelectual sobre o papel da educação, essas duas questões marcaram fortemente o processo de constituição de White enquanto um ser político, constituição essa que nunca esteve desassociada de seus trabalhos acadêmicos e suas ideias daquilo que o conhecimento histórico deveria ser para se tornar um conhecimento eticamente relevante.

Se, por um lado, White nunca possuiu uma atuação política nesses círculos associados à teologia da libertação, por outro, podemos notar em sua trajetória movimentos políticos

³⁵⁹ VANDERSCOFF, Cameron. **Hayden White**: Frontiers of Consciousness at UCSC. University of California, Santa Cruz, University Library, 2013, p. 109. Tradução própria.

³⁶⁰ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 24. Tradução própria.

bastante interessantes e complexos. Estamos falando aqui de um processo que o autor estadunidense moveu contra o Departamento de Polícia de Los Angeles, em 1975. Segundo esse documento, temos que:

A denúncia alega que, com a autorização do Chefe Davis, membros do Departamento de Polícia de Los Angeles, atuando como "informantes secretos e agentes secretos", registraram-se como estudantes na UCLA, assistiram às aulas ministradas na universidade e apresentaram relatórios à polícia departamento de discussões que ocorrem em tais classes.³⁶¹

A grave denúncia de White dava conta de que, com verbas públicas, policiais se infiltraram em suas aulas de história para mapear supostas ameaças e a busca de White era por “proibir o suposto gasto ilegal de fundos públicos em conexão com a conduta do departamento e política em atividades secretas de coleta de informações na UCLA”³⁶². Se formos olhar para os motivos que desencadearam essa infiltração da polícia nas aulas de White, veremos mais uma vez a forte manifestação do caráter político e ativista desse autor. A citação a seguir é extensa, mas nos oferece uma rica descrição do contexto político de White, bem como do processo que desencadeou essas infiltrações policiais em suas aulas:

Bem, foram os protestos pelos direitos civis no início dos anos setenta, desencadeados pela invasão cambojana, onde as tropas americanas saíram do Vietnã para o Camboja em perseguição dos vietcongues. Isto foi uma invasão. Naquela época, tentavam chamar isso de “ação policial” ou algo parecido. Foi uma invasão e provocou uma erupção de atividade anti-guerra, combinada, como sempre naquela época, com a agitação pelos direitos civis, porque os dois eram vistos como aspectos gêmeos do mesmo excesso do poder estatal. Assim, houve erupções em todos os campi dos Estados Unidos e especialmente em Berkeley e UCLA: um grande número de pessoas envolvidas nesses dois campi. E você recebeu a resposta habitual da polícia. Eles entraram e reagiram de forma exagerada, espancaram as pessoas indiscriminadamente, invadiram a biblioteca – correram para a biblioteca e começaram a espancar pessoas que nem sequer estavam envolvidas nas manifestações³⁶³.

E aqui, como já mencionamos anteriormente, White sempre esteve envolvido nesses protestos contra a guerra do Vietnã e em defesa dos direitos civis. Por isso, não nos causa surpresa a polícia de Los Angeles escolher justamente suas aulas para serem vigiadas.

O ponto central que essa descrição de White nos apresenta é a sua constante necessidade em agir politicamente, ou seja, mesmo sendo um intelectual de prestígio na universidade, o autor jamais se absteve diante de seus dilemas políticos, muito menos adotou uma postura resignada. Assim, se sua teoria da história é um convite à ação por parte dos historiadores e se,

³⁶¹ HAYDEN V. WHITE, Plaintiff and Appellant, v. EDWARD M. DAVIS, as Chief of Police, etc., **Defendant and Respondent**. L.A. No. 30348. Supreme Court of California. March 24, 1975. Disponível em: <https://law.justia.com/cases/california/supreme-court/3d/13/757.html>. Tradução própria.

³⁶² Idem. Tradução própria.

³⁶³ VANDERSCOFF, Cameron. **Hayden White**: Frontiers of Consciousness at UCSC. University of California, Santa Cruz, University Library, 2013, p. 56. Tradução própria.

durante toda sua vida, buscou apontar para a história disciplinada caminhos éticos e formas responsáveis de habitar o mundo, podemos entender que ele próprio buscou esses posicionamentos em sua vida pessoal. E, se considerarmos esse contexto específico em que o Estados Unidos estava inserido, não fica difícil percebermos do que esses professores investigados estavam sendo acusados. Além, é claro, da luta contra a guerra do Vietnã e da defesa dos direitos civis, White também nos aponta um outro motivo para as investigações e infiltrações nas universidades, pois a polícia investigava “secretamente pessoas que não eram suspeitas de um crime, mas que eram suspeitas de terem opiniões políticas erradas”³⁶⁴ e essas opiniões seriam as “políticas de esquerda – marxismo, comunismo – sempre foi comunismo, comunismo em toda parte”.³⁶⁵ O clássico tema da ameaça comunista, motivo de pânico em diversos setores estadunidenses no auge da guerra fria, reaparece na carreira de White. Comunismo em toda parte, diria o autor. Esse fato nos faz refletir que, além de expandir esse temor vermelho por todas as ditaduras que os Estados Unidos patrocinaram e financiaram na América Latina durante esse período, dentro do próprio país existia uma busca por pessoas associadas a movimentos de esquerda. E White foi um dos que sofreram com isso. Mais uma vez, as afinidades políticas desse autor são esclarecidas para nós e, em nossa visão, constituem elemento fundamental daquilo que estamos entendendo como uma historiografia da libertação, pois a própria prática de White sempre buscou esse objetivo, seja ajudando seus alunos e participando de protestos, ou mesmo processando o Estado de Los Angeles contra as infiltrações nas universidades.

Neste momento, não podemos deixar de destacar o tom caracteristicamente irônico e sarcástico de White que, ao comentar sobre esse caso em uma entrevista, diria aos risos que dentre os vários agentes infiltrados na universidade: “um dos quais estava na minha turma, no meu curso – acho que ele tirou um B”³⁶⁶. Mas a nota baixa não foi o único problema que os policiais enfrentaram com Hayden White. Isso porque o autor acabaria vencendo o processo e, de acordo com o juiz do caso:

Na prática, a presença em uma sala de aula de uma universidade de agentes disfarçados fazendo anotações para serem preservadas em dossiês policiais deve inevitavelmente inibir o exercício da liberdade de expressão tanto de professores quanto de aluno³⁶⁷.

³⁶⁴ VANDERSCOFF, Cameron. **Hayden White**: Frontiers of Consciousness at UCSC. University of California, Santa Cruz, University Library, 2013, p. 58. Tradução própria.

³⁶⁵ Idem, p. 58. Tradução própria.

³⁶⁶ Idem, p. 56. Tradução própria.

³⁶⁷ HAYDEN V. WHITE, Plaintiff and Appellant, v. EDWARD M. DAVIS, as Chief of Police, etc., **Defendant and Respondent**. L.A. No. 30348. Supreme Court of California. March 24, 1975. Disponível em: <https://law.justia.com/cases/california/supreme-court/3d/13/757.html>. Tradução própria.

E, de fato, além dessa presença de infiltrados cercear a liberdade docente do professor, ela também buscava monitorar a posição política daqueles inseridos no contexto das universidades. Por isso, ao final do processo o juiz diria que “o lema de uma de nossas grandes universidades - a Universidade de Stanford - é "Sopra o vento da liberdade", mas o ar de suas salas de aula seria realmente poluído pela presença da polícia secreta.”³⁶⁸ Com essa metáfora um tanto quanto poética, ou nem tanto, o processo de White seria encerrado e, talvez, o vento da liberdade tantas vezes buscado por ele próprio, poderia soprar novamente. Na realidade, ele nunca deixou de soprar, apenas assumiu formas diferentes ao longo da trajetória whiteana.

Se em 1975 White estava envolvido nas lutas políticas de seu período e em um processo contra policiais infiltrados na universidade, posteriormente, em 2008 quando publicou o ensaio *The Future of Utopia in History*, as preocupações do autor já seriam outras. A citação que apresentaremos a seguir é longa, mas oferece um emaranhado de reflexões, bem como de críticas ao momento político em que os Estados Unidos passavam:

Entendo que o desafio de indagar sobre o futuro da utopia ou o futuro do pensamento utópico, o esforço de pensar a possibilidade de uma mudança radical em nossa condição ou situação, na qual um estado pária (o governo dos Estados Unidos de George Bush) mostra o poder de empurrar o mundo para uma guerra nuclear, na qual um país perseguindo os imperativos de um sistema capitalista enlouquecido pelo desejo de consumir criou uma verdadeira “cultura da pulsão de morte”, na qual o próprio esforço para pensar de mudança deve trabalhar sob os espectros da morte pelo calor, esgotamento ambiental, pesadelos de afogamento no lixo e de uma vida vivida no depósito de lixo - tudo isso pode impedir nosso impulso até mesmo de imaginar, quanto mais apostar na possibilidade de um mundo melhor para nossos filhos e sua progênie. ³⁶⁹

Talvez, se fossemos sistematizar toda a reflexão tardia de White sobre política e, principalmente, sobre a história e a imaginação de futuros diferentes em uma passagem, talvez essa seria a melhor. Aqui, além de retomar ao que já citamos anteriormente sobre os desafios de se imaginar utopias de futuro, White apresenta uma crítica ao governo de George W. Bush. Esse fato nos chamou a atenção porque, até onde conseguimos levantar, White não comentou nem escreveu muito, pelo menos academicamente, sobre os dilemas políticos contemporâneos. Mas nessa passagem, fica claro seu descontentamento com os rumos que a política de seu país tomara.

Se esta é uma das questões que chama a atenção, a outra, sem dúvidas, é um tema que sempre recortou a obra de White: a crítica ao capitalismo. E aqui, ela vem associada também a

³⁶⁸ HAYDEN V. WHITE, Plaintiff and Appellant, v. EDWARD M. DAVIS, as Chief of Police, etc., **Defendant and Respondent**. L.A. No. 30348. Supreme Court of California. March 24, 1975. Disponível em: <https://law.justia.com/cases/california/supreme-court/3d/13/757.html>. Tradução própria.

³⁶⁹ WHITE, Hayden. *The Future of Utopia in History*. Historein, 12-19, 2007, p. 16. Tradução própria.

uma crítica aos processos ambientais que o mundo passava e que se agravam cada vez mais nos dias atuais. Portanto, podemos entender a crítica que White realiza ao capitalismo de duas maneiras. A primeira possui relação com a paralisia que esse sistema proporciona aos sujeitos, ou seja, inseridos em um sistema que muitos compreendem como natural, mas que não é, os sujeitos passam a não conseguir mais imaginar sociedades fora dessa lógica capitalista global. Assim, o capitalismo se assume como mais um entrave para o projeto de uma historiografia da libertação e da necessidade de construir utopias desenvolvidos por White. Se fugir da história, ou educar para a descontinuidade seria aquilo que a história teria de fazer para se ressignificar e passar a assumir uma responsabilidade ética com o tempo presente, talvez isso não fosse possível em uma sociedade capitalista que controla a própria imaginação dos sujeitos. Assim, para White, “a ciência aprendida no Ocidente, baseia-se especificamente em preconceitos ocidentais, aristocráticos, racistas, genéricos e classistas, e não é mais “universalista” na sua aplicabilidade a outras culturas do que o cristianismo ou o capitalismo”.³⁷⁰ Segundo a interpretação do estadunidense, a própria noção de ciência elaborada pelo mundo ocidental estaria intimamente relacionada com o capitalismo e traria consigo, assim como o sistema econômico, as concepções universalizantes e excludente que pressupunha apenas sujeitos brancos, homens e europeus como dignados de histórias.

Aqui, notamos mais uma vez a íntima relação que a ideia moderna de história possui não só com o estatuto de ciência elaborado no século XIX, mas, também, com a própria ideia do capitalismo enquanto um sistema global. Por isso, torna-se impossível dissociar o conhecimento histórico disciplinado das posições políticas que esse próprio conhecimento assume. Transformar os estudos históricos e possibilitar que eles atuem em prol de uma libertação de fardos, ou mesmo que eles orientem eticamente os sujeitos no tempo presente, perpassa, indispensavelmente, por imaginar sociedades fora da lógica capitalista e da noção de tempo, espaço e história elaboradas pela tradição europeia oitocentista. Nesta mesma linha de raciocínio, White diria que “o capitalismo é a fonte de todos os principais problemas da nossa sociedade e do mundo”³⁷¹, uma vez que “o capitalismo é suicida e prospera em crises e no meio de uma grande riqueza cria carências, necessidades”³⁷². Portanto, por mais que ressignifiquemos os estudos históricos e passemos a ouvir vozes historicamente silenciadas, a própria noção de história, assim como sua finalidade, não será modificada dentro de um sistema

³⁷⁰ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 42. Tradução própria.

³⁷¹ VANDERSCOFF, Cameron. **Hayden White**: Frontiers of Consciousness at UCSC. University of California, Santa Cruz, University Library, 2013, p. 31. Tradução própria.

³⁷² Idem, p. 31. Tradução própria.

capitalista. E, em nossa visão, White parece acreditar nesse ponto, não só porque abandona a disciplina e as tentativas de mudá-la, mas também porque não consegue pensar um conhecimento apartado da ação prática e política.

A segunda maneira que podemos entender a crítica que White realiza ao capitalismo é justamente com relação aos impactos ambientais que ele trazia consigo. Se nos anos 70 a urgência do tempo cobrava de White posições sobre a guerra do Vietnã e os direitos civis, em 2008 a ordem do dia exigia um posicionamento sobre as mudanças climáticas. Ao falar sobre uma pulsão da morte e os espectros da morte pelo calor, White colocava no centro de suas reflexões a própria destruição do planeta que, em grande medida, é produzida pelo sistema capitalista. Como ele mesmo nos demonstra em uma entrevista:

Os efeitos do capitalismo naquelas partes do mundo que servem como seus recursos (naturais, humanos, de mercado) têm sido desastrosos, sem falar dos efeitos das modernas práticas industriais-técnico-capitalistas sobre o bem-estar da própria Terra. O capitalismo, ao que parece, é especialista em produzir lixo, na verdade, incorpora o princípio da entropia como sua força propulsora dominante. É destrutivo e autodestrutivo, baseado no princípio do crescimento infinito da (taxa de) lucro dentro do contexto de recursos finitos.³⁷³

Aqui, além de apontar para a produção de uma destruição natural por parte do capitalismo, White também alerta para os diferentes efeitos sentidos em partes não homogêneas do mundo. Onde o capitalismo operar com seus tentáculos em busca de recursos e exploração, as consequências dessas destruições planetárias serão ainda maiores. Mais uma vez, White demonstra que até mesmo a crise climática e a destruição planetária contém um caráter político e serão sentidas de formas diversas, dependendo, é claro, de qual a posição do sujeito no mundo, posição essa que é territorial e política. Assim, percebemos que a crítica de White ao capitalismo vem acompanhada tanto de uma reflexão sobre a relação desse sistema com o conhecimento científico quanto com seus impactos no meio ambiente. Por isso, a atuação prática de White no momento tardio de sua trajetória acadêmica girava em torno de estabelecer esses pensamentos a respeito das formas que o sistema a político e econômico alcançava em sua época contemporânea.

As atuações políticas de White também podem ser observadas em suas escolhas feitas ao chefiar o programa de História da Consciência na Universidade da Califórnia em Santa Cruz. Como Ewa Domanska nos diz a respeito dessa questão, “no final da década de 1980, a HistCon

³⁷³ WHITE, Hayden; SKLOKIN, Volodymyr. **It is not so Much a paradigm shift** as a total breakdown...A conversation with prof. Hayden White. Histor!ans, 2012. Disponível em: <https://www.historians.in.ua/index.php/en/intervyu/258-it-is-not-so-much-a-paradigm-shift-as-a-total-breakdown-a-conversation-with-prof-hayden-white>. Tradução própria.

havia produzido mais PHDs de minorias étnicas na área de humanidades do que todos os outros campi do sistema UC combinados”³⁷⁴. Aqui, percebemos que White desenvolveria consigo um compromisso com os alunos que entravam em seu programa, ou seja, ressignificar as formas de história, bem como suas temporalidades, perpassaria, também, por formar pessoas pertencentes a outros grupos sociais. Assim, garantir com que estudantes não necessariamente brancos desenvolvessem seus trabalhos era também permitir que suas histórias fossem contadas, histórias essas que poderiam partir de um ponto de vista não eurocentrado. Ainda sobre essa questão, temos que esse programa chefiado por White “recrutou ativamente tanto estudantes gays como estudantes negros, procurando perspectivas tradicionalmente desvalorizadas”³⁷⁵, ou seja, era um compromisso desse departamento buscar fornecer possibilidades de estudos a grupos historicamente marginalizados. Portanto, o que observamos aqui é mais uma vez uma atuação prática de White, buscando modificar até mesmo as bases clássicas do sistema educacional universitário, garantindo com que novos sujeitos adentrassem esse sistema.

Levando em consideração essas questões, não nos surpreende o fato desse programa contar com professoras extremamente ativas politicamente, como Donna Haraway e Angela Davis³⁷⁶ que, juntamente com White, buscaram trazer outras visões sobre o conhecimento academicamente disciplinado. Por isso, em nossa visão, as influências de suas colegas em White fizeram com que o autor se preocupasse cada vez mais com posicionamentos socialmente responsáveis. Não bastava apenas propor novas concepções de história, de estudos dessa disciplina ou mesmo uma pluralidade de passados, se essa atividade não estivesse relacionada diretamente com a busca por uma transformação social ativa. Assim, o próprio programa de História da Consciência dirigido por White nos serve como uma importante amostra de como esse autor buscou se organizar politicamente, para além de seus conhecidos trabalhos sobre filosofia da história.

As questões que discutimos até esse momento nos levam a refletir sobre as formas de libertação que são fornecidas não só por um conhecimento histórico disciplinar, mas também, por uma atuação política prática dos historiadores. E, em nossa visão, a própria trajetória de White pode ser compreendida dessa forma, ou seja, um historiador que procurou elaborar além de uma ideia de historiografia da libertação, oferecer caminhos práticos para que os

³⁷⁴ DOMANSKA, Ewa. Hayden White: An Academic Teacher. In: ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans. **Re-figuring Hayden White**. Stanford University Press, California, 2009, p. 334. Tradução própria.

³⁷⁵ VANDERSCOFF, Cameron. **Hayden White: Frontiers of Consciousness at UCSC**. University of California, Santa Cruz, University Library, 2013, p. VII. Tradução própria.

³⁷⁶ Idem, p. 27. Tradução própria.

historiadores se mobilizassem socialmente em torno desse objetivo. Sendo assim, podemos entender que reinventar as bases da disciplina histórica é apenas um dos caminhos necessários para que esse conhecimento cumpra a tarefa de libertar os sujeitos do fardo da história. Se habitar um presente recheado de traumas, dilemas e fardos não é uma escolha dos sujeitos, as estratégias que eles podem utilizar para se libertarem desses conflitos se tornam escolhas fundamentalmente éticas. Por isso, acreditamos que a filosofia e a teoria da história de White não podem ser compreendidas apenas a partir dos problemas conceituais que ele elabora. Para entendê-la por completo, é fundamental reparar na dimensão prática de suas atuações. Vemos então, uma mescla entre a reflexão teórica e a atividade prática política, pois juntas, elas formam uma posição ética que o historiador deveria assumir perante seu presente catastrófico.

Se até esse momento nos preocupamos em perpassar pelas discussões de White sobre as historiografias elaboradas pelo século XIX e também por uma ideia de historiografia da libertação que pode ser inferida a partir de seus escritos e atuações políticas, chegou o momento de avançarmos um pouco mais em nosso trabalho. O que veremos agora são as possibilidades narrativas de libertação, ou seja, além de uma reflexão e de uma atuação política, torna-se necessário que os historiadores se atentem para as formas com que seus textos são escritos. Por isso, o que se anuncia para nós são as formas literárias e historiográficas de se representar o passado, tendo como pano de fundo um evento significativo e extremamente complexo tanto para o século XX quanto para a própria trajetória intelectual de White: o Holocausto

CAPÍTULO 3: REPRESENTAÇÕES NARRATIVAS E POSSIBILIDADES DE LIBERTAÇÃO: HAYDEN WHITE E AS FORMAS POSSÍVEIS DE SE CONTAR HISTÓRIAS APÓS OS EVENTOS MODERNISTAS.

Até esse momento, nos concentramos nas possibilidades de libertação oferecidas pelas interpretações e elaborações do conhecimento histórico presentes na obra de White. Agora, torna-se necessário olharmos para exemplos práticos e, mais do que isso, sobre como libertações são possíveis de serem oferecidas aos sujeitos após os eventos modernistas vivenciados pelo século XX. Assim, uma questão se apresenta como fundamental nesta última parte de nosso trabalho: como é possível contar histórias após os eventos modernistas do século XX? Para refinarmos um pouco mais o questionamento, podemos nos perguntar que, se os eventos modernistas desafiam a capacidade tradicional de se representar um evento, como podemos ser eticamente responsáveis na nossa escrita e quais são as técnicas disponíveis para narrar esses eventos que parecem desafiar a compreensão e explicação tradicionais consagradas tanto pela historiografia quanto pela literatura? De certa maneira, acreditamos que esse

questionamento tensionou grande parte da produção intelectual tardia de White. Mais do que um teórico preocupado somente com os rumos do conhecimento histórico cientificamente delimitado, o estadunidense também se mostrou interessado sobre de quais maneiras os escritores podem mobilizar em suas narrativas os eventos modernistas de forma responsável com os sujeitos que vivenciaram tais acontecimentos.

Para desenvolvermos uma reflexão sobre as questões apresentadas, concordamos com Herman Paul quando nos diz que “o mais importante, então, nas reflexões de White durante a primeira década do presente século, foi a questão de como podemos nos relacionar moralmente com os eventos modernistas”.³⁷⁷ Esse apontamento é relevante porque apresenta um deslocamento na trajetória intelectual whiteana. Se até o começo do século XXI esse autor se preocupou em discutir os rumos científicos do conhecimento histórico, percebemos que essa preocupação se desloca para uma tentativa de identificar as relações que os sujeitos possuem com os eventos passados, especialmente, com aqueles produzidos pelo século XX. Notamos então, que “o foco de White mudou da teoria narrativa e da análise textual para a representação literária modernista e a historiografia prática”³⁷⁸, demonstrando um constante afastamento da disciplina histórica tradicional, ao mesmo tempo em que promovia uma aproximação cada vez mais crescente com a literatura e com as diversas formas modernistas de produção de passados. Por isso, para Kalle Pihlainen, devemos entender que White não estava “mais tão interessado (ou talvez esperançoso) em resgatar a história num sentido institucional”³⁷⁹ e sim nas possibilidades e aberturas que outras formas de se relacionar com o passado trariam para os sujeitos que participassem ou experienciassem os eventos catastróficos do século XX. Assim, a historiografia abriria um espaço na obra de White para outras representações do passado, mas sem ser completamente abandonada de seus esforços teóricos. O que estaria em jogo a partir deste momento seriam as pluralidades de formas disponíveis para enredar eventos pretéritos, sendo a historiografia, apenas mais uma dessas formas.

Por isso, o conceito de evento modernista possui uma centralidade dentro da obra de White, sendo indispensável para a empreitada apresentada acima e se transformando em um instrumento de análise para o autor. Mas somente a relação dos sujeitos com os eventos e com o impacto gerado por eles nas produções de passado não bastaria para a obra de White. Tornava-

³⁷⁷ PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011, p. 145. Tradução própria.

³⁷⁸ PIHLAINEN, Kalle. The Work of Hayden White II: Defamiliarizing Narrative. In: PARTNER, Nancy; FOOT, Sarah. **The Sage Handbook of Historical Theory**. SAGE Publications Ltd, Los Angeles, 2013, p. 128. Tradução própria.

³⁷⁹ Idem, p. 128. Tradução própria.

se de suma importância pensar a relação com a escrita narrativa sobre esses eventos, pois como ele mesmo nos diz, “após o modernismo, quando se trata da tarefa de contar histórias, seja na escrita histórica ou literária, as técnicas tradicionais de narração tornam-se inutilizáveis”³⁸⁰. Nesse sentido, compreendemos que, em nosso último capítulo, para além das análises de como White compreendeu os eventos modernistas, também é necessário refletirmos sobre como esses acontecimentos alteraram substancialmente a forma de se narrar, escrever e contar as histórias. Acreditamos que os acontecimentos vividos pelo século XX modificam não apenas as relações que os sujeitos constroem com o passado, mas, fundamentalmente, a forma com que historiadores e escritores literários enredam e dão sentido narrativo às histórias que buscam contar. Assim, para além de uma reflexão sobre a importância da ideia de evento modernista na obra tardia de White, também se faz necessário analisarmos como esses eventos alteraram a própria noção do que é escrever uma história sobre um acontecimento passado. E é isso que buscaremos fazer.

Todas essas questões se juntam a partir do momento em que percebemos, através da obra whiteana, a centralidade de uma noção ética, que faz referência não só ao evento passado, mas também à forma ética de se contar esse evento no tempo presente. Assim, precisamos levantar o seguinte questionamento elaborado por Paul: “como viver uma vida moralmente responsável nas sombras de Auschwitz e Hiroshima?”³⁸¹ Tal vida responsável, se fossemos usar as reflexões de White, somente poderia ser construída se mobilizássemos um passado igualmente responsável com o presente daqueles que experienciaram os eventos modernistas. E tal responsabilidade nutriria em si um caráter ético, principalmente por parte do escritor, pois para White, “a identidade é forjada de atos de escolha, decisão e desempenho por razões estéticas e éticas”³⁸². Tais escolhas seriam principalmente éticas, e produziriam na narrativa de quem opta por contar histórias sobre eventos modernistas as responsabilidades morais para com os leitores. Assim, chegaríamos à noção de que “contar histórias é, portanto, um esforço ético-político”³⁸³, esforço esse que precisa considerar uma série de questões sobre a forma narrativa, e não somente a ocorrência dos eventos ou a descrição minuciosa de determinado acontecimento. Colocar essas questões no plano principal de nosso trabalho é chamar a atenção

³⁸⁰ WHITE, Hayden. The Modernist Event. In: WHITE, Hayden. **Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1999, p. 74. Tradução própria.

³⁸¹ PAUL, Herman. Hayden White: **the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011, p. 145. Tradução própria.

³⁸² WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 102. Tradução própria

³⁸³ PHLAINEN, Kalle. The Work of Hayden White II: Defamiliarizing Narrative. In: PARTNER, Nancy; FOOT, Sarah. **The Sage Handbook of Historical Theory**. SAGE Publications Ltd, Los Angeles, 2013, p. 122, tradução própria.

para o seguinte ponto: narrativas sobre eventos, sejam eles traumáticos, modernistas ou não, sempre existiram e, possivelmente, continuarão existindo. A questão que surge para nós é sobre quais dessas narrativas seriam eticamente responsáveis e, para dialogarmos com o problema maior de nossa pesquisa, quais dessas narrativas produziriam uma libertação para os sujeitos em suas vidas cotidianas. Por isso nossa escolha por trazermos para a pesquisa nesse momento final as discussões de White sobre os eventos modernistas e as narrativas produzidas a respeito de tais acontecimentos.

Para percorrermos o caminho proposto, iniciaremos com as discussões em torno do próprio conceito de evento modernista. Título e marca de um dos textos mais famosos de White, entendemos que essa definição carrega consigo diversas outras discussões que circundam a obra de White, mais especificamente, as formas com que esse autor compreende conceitos complexos tais como, modernidade, modernismo, modernismo literário e pós-modernismo. Por isso, temos como objetivo nesse primeiro momento apresentar essa rede semântica e os desdobramentos que a interpretação de White sobre esses conceitos assume em sua produção intelectual. Acreditamos que a noção de evento modernista não pode ser resumida somente ao célebre texto do autor estadunidense, pois ele constitui apenas uma dentre as várias concepções de modernismos na obra whiteana e suas relações com as escritas sobre o passado. Assim, as discussões sobre os distintos modernismos nos possibilitam refletir também a respeito das formas de narrar características dos movimentos modernistas que White referencia enquanto possibilidades alternativas para se contar as histórias dos eventos limites do século XX. Para além disso, a concepção de evento modernista também enfoca uma das principais polêmicas envolvendo White, a saber, as discussões em torno das possibilidades de se representar o Holocausto.

Se este primeiro momento de definição conceitual é inescapável, também pretendemos caminhar em nossas reflexões utilizando exemplos práticos daquilo considerado por White enquanto narrativas modernistas. Para isso, utilizamos como exemplo o livro do historiador Saul Friedländer, *A Alemanha Nazista e os Judeus: os anos de extermínio, 1939-1945*, pois White compreende essa obra como um modelo do que seria uma narrativa historiográfica modernista. Pensar esse livro como uma forma modernista nos possibilita discutir as estruturas narrativas que constituiriam uma escrita caracterizada por ele como modernista, bem como pensar, de maneira prática, quais seriam as formas disponíveis para os historiadores enredarem, de maneira eticamente responsável, os eventos modernistas. Assim, a obra de Friedländer se apresenta como um caso rico para análise devido não só ao seu conteúdo e estrutura narrativa,

mas também por conta dos diversos debates que esse autor estabeleceu com White ao longo de suas trajetórias. Se, como já apontamos anteriormente nesse trabalho, White sempre se apresentou enquanto um autor que necessitava de interlocutores para seus debates, aqui, Friedländer se assume enquanto alguém indispensável para que o estadunidense desenvolvesse suas ideias sobre uma escrita modernista elaborada por um historiador.

Para além da análise de uma obra historiográfica, entendemos que também se torna importante pensarmos em como White compreendeu um texto literário que aborda um evento modernista, especificamente o Holocausto. Por isso, no momento final de nosso capítulo, abordaremos o livro *Austerlitz*, do escritor alemão W. G. Sebald. Nossa escolha por essa obra parte do princípio de que podemos compreendê-la enquanto um exemplo de metaficção historiográfica, ou um romance meta-histórico – conceitos esses apontados e desenvolvidos por Linda Hutcheon e Amy Elias³⁸⁴ – pois apresenta para os leitores técnicas especificamente literárias para abordar esses acontecimentos históricos, assumindo, no entanto, técnicas entendidas por White como pós-modernas de narração e estruturação de enredo. Por isso, se anteriormente propusemos analisar um exemplo de modernismo historiográfico, ao final buscaremos entender um modelo literário pós-moderno, possuindo esses dois exemplos o mesmo problema de análise: o Holocausto. Ao fazer esse movimento, acreditamos ser possível analisar e demonstrar para os leitores como White entendeu a representação do Holocausto nessas duas obras, uma historiográfica e outra literária, assim como identificar as técnicas narrativas que constituem as especificidades de se contar a história de um evento modernista.

Ao longo desse capítulo, esperamos ser possível a apresentação de ideias que tangenciam a atividade de escrever. Assim, obras historiográficas e literárias que tratem daquilo que White conceituou como evento modernista abrem a possibilidade para uma reflexão que deveria ser constituinte de todo trabalho que mobilize o passado, a saber, de quais formas os escritores podem elaborar passados responsáveis e libertadores para as pessoas que consomem suas histórias. Portanto, acreditamos que discutir sobre a representação de eventos modernistas e, especificamente sobre o Holocausto, oferece para nosso trabalho uma série de potencialidades éticas de reflexão a respeito de quais são as possibilidades de se contar histórias após um momento histórico em que narrar e representar passados se tornou cada vez mais um desafio. Por isso, as responsabilidades são múltiplas e compartilhadas. Se contemporaneamente já não basta somente contar como foi um acontecimento histórico, precisamos refletir sobre

³⁸⁴ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 7. Tradução própria.

quais são as técnicas disponíveis para uma construção responsável de histórias sobre eventos modernistas.

3.1 – Acontecimentos que desafiam a narrativa: os eventos modernistas e as disputas em torno da representação do Holocausto

Para iniciarmos as discussões que apresentaremos ao longo desse momento, torna-se necessário refletirmos sobre o que White entende por evento modernista. Em entrevista a Erlend Rogne, o estadunidense diria que “o evento modernista é precisamente aquele evento que desmente a concepção convencional da história como contendo apenas aqueles eventos que podem ser explicados.”³⁸⁵. Essa passagem é importante porque transmite a noção de que os acontecimentos vivenciados pelo século XX modificariam não apenas a ideia de evento, mas, fundamentalmente, a noção convencional de história. Por isso, em seu famoso texto sobre os eventos modernistas, White diria que:

É a natureza anômala dos eventos modernistas – sua resistência às categorias e convenções herdadas para atribuir significados aos eventos – que minam não apenas o status dos fatos em relação aos eventos, mas também o status do evento em geral³⁸⁶.

Percebemos que a natureza específica dos eventos modernistas seria essa condição anômala deles, a produção de acontecimentos e consequências atípicas, e essa característica seria aquilo que diferenciaria tais eventos de outros vividos ao longo do tempo. Portanto, as duas grandes guerras, o Holocausto, os genocídios em África, as ditaduras na América Latina e uma série de outros acontecimentos que parecem desafiar as concepções de evento e história consagrados anteriormente, produziram para White essa anomalia em seu interior, sendo necessário uma outra relação de interpretação e narração desses acontecimentos por parte de qualquer escritor que buscasse enredá-los.

Em um primeiro momento, precisamos pensar sobre a alteração da própria noção de evento histórico que esses acontecimentos produziram. Segundo White,

A noção de evento histórico sofreu uma transformação radical como resultado da ocorrência em nosso século de eventos de alcance, escala e profundidade inimagináveis pelos historiadores anteriores e o dismantelamento do conceito de evento como um objeto de tipo especificamente científico de conhecimento.³⁸⁷

³⁸⁵ WHITE, Hayden; ROGNE, Erlend. The aim of interpretation is to creat perplexity in the face the real: Hayden White in conversation with Erlend Rogne. **History and Theory**, vol. 48, No. 1, 2009, pp. 63-75, p. 74. Tradução própria.

³⁸⁶ WHITE, Hayden. The Modernist Event. In: WHITE, Hayden. **Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1999, p. 70. Tradução própria.

³⁸⁷ Idem, p. 72. Tradução própria.

Aqui, notamos que a alteração produzida pelos acontecimentos do século XX na própria noção de evento ocorreria pelo fato deles desafiarem a ideia de um conhecimento científico. Ao se defrontarem com os acontecimentos limites³⁸⁸ do último século, tanto as pessoas que os vivenciaram quanto os historiadores e escritores literários estariam diante de fatos que tensionariam a capacidade tradicional de explicação, enredamento e conclusões definitivas. Portanto, na visão de White, esses eventos desafiariam o arcabouço teórico e científico dos historiadores, sendo necessário uma reinvenção das formas de se contar e narrar histórias. Por isso, acreditamos que no interior da elaboração conceitual whiteana de evento modernista reside uma crítica às formas tradicionais de se narrar herdadas tanto pela história quanto pela literatura através da tradição produzida pelo século XIX. Assim, esses acontecimentos que descrevemos anteriormente não conseguiriam ser encaixados nas chaves e tropos consagrados pelos escritores.

Se a primeira tensão é sobre a própria ideia do que é um evento, a segunda derivaria dessa e já começamos a enunciar: a narrativa. A respeito desse ponto, Hayden White nos diria que: “o que chamei de eventos modernistas são “sobredeterminados” de tal forma que nunca poderão ser traçados de acordo com os padrões usados desde os tempos antigos para dotar os eventos de significado”³⁸⁹. No centro da questão está justamente a capacidade de atribuição de significados, atividade essa indispensável para qualquer trabalho sobre o passado. E essa tarefa estaria ainda mais comprometida se os historiadores, em especial, buscassem utilizar as mesmas técnicas do século XIX. Por isso, concordamos com Kalle Pihlainen quando nos diz que:

(...) o evento modernista, muda a sua ênfase social da escrita histórica acadêmica para o que ele chama de “representações para-históricas pós-modernistas”; concepções populares e midiáticas de eventos que têm significado para a consciência histórica pública, a história pública.³⁹⁰

Para além de desafiar a noção de evento e as narrativas construídas sobre eles, os eventos modernistas teriam esse papel de deslocar a ênfase da escrita da história, seus públicos e, principalmente, quem escreve suas histórias. Em nossa visão, a pluralidade de produções de passados sobre os acontecimentos do século XX alteram as concepções sociais de história e, mais do que isso, desestabilizam o lugar de autoridade sobre o passado herdado historicamente pelo historiador em seu ofício. Assim, não é aleatório o deslocamento de White, após as

³⁸⁸ Para um debate a respeito do conceito de evento limite, ver: CALDAS, Pedro. O conceito de evento limite: uma análise de seus diagnósticos. **Tempo**, vol. 25 n. 3, Niterói, 2019.

³⁸⁹ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 78. Tradução própria.

³⁹⁰ PIHLAINEN, Kalle. The Work of Hayden White II: Defamiliarizing Narrative. In: PARTNER, Nancy; FOOT, Sarah. **The Sage Handbook of Historical Theory**. SAGE Publications Ltd, Los Angeles, 2013, p. 129. Tradução própria.

discussões sobre o Holocausto e o conceito de evento modernista, para outras produções de passado paralelas àquelas desenvolvidas pela academia. Acreditamos que esse movimento ocorre principalmente por conta daquilo apontado por Pihlainen, ou seja, as diversas produções de passado, tanto na mídia, quanto em outras formas de conhecimento, tensionam White e sua escrita para pensar formas alternativas de passado, pois as que eram elaboradas pela historiografia profissional apresentariam um descompasso narrativo com as exigências estabelecidas pelos eventos do século XX.

Posto isso, acreditamos que os eventos modernistas apresentam em seu interior uma implosão de três estruturas fundamentais que constituíram a ideia de ciência histórica elaborada anteriormente a esses acontecimentos: a noção de evento, a narrativa sobre um evento e a ideia do que é e de quem faz história. Mais do que somente uma conceituação sobre os complicados fatos do século XX, a noção de evento modernista é um receptáculo de busca por dotar de sentido o que é fazer história e quais as formas de produção de passado são possíveis. Assim, Arthur Ávila apresenta uma importante metáfora ao dizer que os eventos modernistas “lançam sombras sobre o presente e o futuro de um determinado grupo, funcionando, para usar um termo faulkneriano, como passados que não passam”³⁹¹. E essas sombras lançadas pelo século XX encobririam não apenas as pessoas que viveram seus eventos extremos ou os sujeitos que se viram obrigados a lidar com os traumas produzidos por eles, mas também aqueles que estariam preocupados com o conhecimento histórico e os rumos de qualquer reflexão que tenha como objetivo a representação de passados históricos. Por isso, a sombra estabelecida pelos eventos modernistas também pode ser encarada, a partir da interpretação de White, como uma possibilidade para olharmos e buscarmos alternativas diferentes de narrativas sobre esses acontecimentos que transgridam a ordem disciplinar estabelecida pelas academias históricas.

Mesmo considerando essas questões, acreditamos que ainda nos falte uma outra instância fundamental do evento modernista que, em certa medida, conecta os dilemas apresentados acima. Sobre isso, White demonstraria a seguinte consideração: “agora irei mais longe e sugeri que a “substância” do “conteúdo” deste novo tipo de acontecimento é fornecida na ideia historicizada de ‘trauma’”³⁹². Surge então, uma nova conceituação daquilo que constituiria, ou mesmo, moldaria a concepção de evento modernista: o trauma.

³⁹¹ ÁVILA, Arthur Lima de. Um avião, uma bomba, um evento modernista: a controvérsia sobre o Enola Gay no Museu Nacional Do Ar e do Espaço nos Estados Unidos (1993-1995). In: BENTIVOGLI, Julio; TOZZI, Verónica(org.). **Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história**. Vitória, Milfontes, 2017, p. 26.

³⁹² WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 58. Tradução própria.

Inegavelmente, os acontecimentos produzidos pelo século XX trariam consigo esse caráter traumático para as pessoas que passaram por eles. Assim, na visão de White, o trauma seria a substância dessa nova forma de acontecimentos. Se anteriormente, poderíamos compreender diversas substâncias, causas e conteúdos em eventos históricos, tais como as relações políticas, sociais, culturais e econômicas, agora com esse tipo específico de evento modernista deveríamos considerar que o constituinte deles, aquele elemento que molda suas ocorrências e implicações, é a noção de trauma.

Para desenvolvermos essa questão, precisamos entender o que o autor estadunidense compreende com o conceito de trauma e, de acordo com ele, quando utilizamos termos como trauma ou mesmo traumático para definirmos e descrevermos eventos históricos eles se tornam “bastante convencionais e significam algo como um golpe massivo num sistema social ou político que requer o tipo de ajuste, adaptação ou reação que qualquer organismo deve produzir se quiser sobreviver”.³⁹³ Nesse sentido, o trauma não produziria somente o estado de paralisa, mas também exigiria a necessidade de uma reação, uma mudança na forma com que os eventos seriam compreendidos. Por isso, ao lidarmos com traumas históricos, algo característico dos eventos modernistas, necessitaríamos, segundo White, dessa reação caso buscássemos construir uma representação de tais acontecimentos. Por isso esse conceito se torna relevante para aqueles que procuram enredar eventos do século XX e, como nos diz White em uma entrevista,

A utilidade e relevância do conceito de trauma no século XX tem a ver não apenas com a novidade dos tecnoeventos modernistas, seu escopo, seu alcance, seu valor de choque, mas também com a velocidade das notícias de sua ocorrência por meio da mídia eletrônica. A transmissão de notícias por imagens vívidas (coloridas), o número de imagens de qualquer evento dado e a violação da privacidade daqueles afetados por eventos de natureza extrema, tudo isso tem o efeito de tornar eventos extremos palpáveis de uma forma que a transmissão por escrito ou impressão não faz.³⁹⁴

Aqui, notamos essa característica bastante realista dos eventos modernistas, ou seja, esses acontecimentos foram percebidos de formas vívidas, ao vivo e a cores por milhares de pessoas. Na visão de White, essa peculiaridade fornecida pelos avanços tecnológicos do século XX modificariam as formas de compreensão e representação dessas ocorrências e, fundamentalmente, produziriam o trauma como sua especificidade principal. Podemos notar então que, para além das pessoas impactadas diretamente pelos eventos extremos, aqueles que os observaram por outros meios também teriam desenvolvido uma espécie de trauma. Além disso, o fato de serem acontecimentos palpáveis, como destaca White, produziria uma nova

³⁹³ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 58. Tradução própria.

³⁹⁴ SPIROPOULOU, Angeliki; WHITE, Hayden. **History and Literature: An Interview with Hayden White**. Synthesis: an Anglophone Journal of Comparative Literary Studies, 2015, 118-124, p. 121. Tradução própria.

relação entre o sujeito e a percepção de um evento histórico. Se antes do último século, eventos históricos demoravam a ser representados e a linguagem tradicional para essa atividade era a escrita, agora com o advento dos tecnoeventos, as imagens veiculadas em diversas mídias passam a estabelecer uma relação central com os consumidores de histórias. Por isso, os eventos modernistas gerariam esse trauma também por conta de seu meio de vinculação e historicização. Não mais em livros com inúmeras páginas que demoravam a ser escritos, mas com imagens rápidas que produziriam uma sensação de realidade, presença e, especialmente, um sentimento traumático.

Por essas questões, a convocação de White para que os escritores repensem suas formas de representar eventos modernistas, torna-se ainda mais importante, e como Herman Paul nos diria ao interpretar esses dilemas, “escrever no modernismo se torna cada vez mais o fracasso do escritor, o fracasso do escritor em fazer o que o escritor tradicionalmente era encarregado de fazer”³⁹⁵. Em uma era onde imagens ganhariam cada vez mais espaço não só nas mídias, mas também nas formas de se contar histórias, parece que esse fracasso do escritor se tornaria ainda mais evidente, principalmente se esses escritores não ressignificassem as formas de contar e narrar os eventos vivenciados pelo século passado. Para que esse fracasso fosse atenuado, era necessário reinventar o ato de escrita e representação.

O ponto que se abre para nós, especialmente para a disciplina histórica após os eventos modernistas, foi muito bem diagnosticado por LaCapra ao dizer que “a questão é se a historiografia, à sua maneira, pode ajudar não especificamente a curar, mas a chegar a um acordo com as feridas e cicatrizes do passado”³⁹⁶. Se fossemos utilizar White para respondermos essa questão, diríamos que com as técnicas consagradas pela historiografia, seria uma atividade quase impossível chegar a um acordo com essas feridas mencionadas por LaCapra. O ponto central seria, portanto, buscar formas que fossem, ao mesmo tempo, diferentes das tradicionais e eticamente responsáveis com os sujeitos para se contar as histórias dos eventos modernistas. E esse tema da responsabilidade reaparece porque, para lidar com esses traumas, seria necessário narrativas que auxiliassem na tarefa de libertação, ou mesmo, que ajudassem os indivíduos em seus traumas cotidianos. Mas essas outras formas, as formas narrativas modernistas, somente poderiam ser elaboradas se compreendêssemos antes, aquilo

³⁹⁵ PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011, p. 139. Tradução própria.

³⁹⁶ LACAPRA, Dominick. **Writing History, Writing Trauma**. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2001, p. 42. Tradução própria.

que White conceituou como modernismo ou, para usarmos no plural, os vários modernismos apresentados por White ao longo de sua obra.

Se o evento modernista é um conceito que assume uma centralidade importante nas reflexões whiteanas, precisamos entender aquilo que o autor denomina como modernismo. De acordo com ele:

Considero o modernismo um movimento cultural que se cristalizou em algum momento entre 1910 e 1930 como uma resposta (e não apenas como uma expressão) do processo de modernização que procurou racionalizar e, assim, desmistificar o mundo, destruir a superstição e a religião, desmitificar a política, e tornar o mundo seguro para o capitalismo.³⁹⁷

Portanto, o modernismo para White seria esse movimento de inícios do século XX que aparecia como uma reação às diversas modificações que a humanidade e a cultura enfrentariam, se transformando em uma nova forma de olhar para os dilemas do novo século. Percebemos que o modernismo estaria diretamente relacionado com as transformações do capitalismo, pois como White nos aponta, esses novos acontecimentos produzidos por uma época modernista, “só poderiam ser produzidos com base nos novos modos e meios de produção que o capitalismo, na sua fase avançada, desenvolveu”³⁹⁸. As alterações sociais e culturais produzidas por um capitalismo em uma nova fase trariam consigo modificações também nas formas de se conceber e estudar eventos. É justamente no seio dessas modificações que notamos a ocorrência daqueles acontecimentos que White identificou como eventos modernistas, ou seja, a própria estrutura de uma nova sociedade alteraria também as formas de ocorrências de eventos históricos, bem como de suas representações.

Entretanto, somente essa filiação do modernismo às mudanças sociais e econômicas geradas pelo século XX não conseguiria definir a ideia whiteana de modernismo, ou de modernidade. Por isso, precisamos retornar às discussões que White estabeleceu com a literatura, pois, em nossa visão, é do movimento modernista literário que o autor estadunidense retira a base conceitual para sua definição de evento modernista. Sobre esse ponto, ele nos diria que:

Em primeiro lugar, o modernismo literário – com o qual quero dizer, antes de tudo, o romance modernista representado por figuras exemplares como Conrad, Henry James, Joyce, Proust, Kafka, Virginia Woolf, Stein, e assim por diante – supostamente repudiou qualquer interesse pela “história” considerada como “passado” ou como objeto de estudo científico, em favor de uma espécie de “presentismo” que nivela a diferença entre presente, passado e futuro, inspirando uma espécie de narcisismo de

³⁹⁷ WHITE, Hayden. Modernism and the Sense of History. In: WHITE, Hayden. **The ethics of narrative**, vol. 2: essays on history, literature, and theory, 2007-2017. Editor's Note. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022, p. 207. Tradução própria.

³⁹⁸ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 80. Tradução própria.

época e matando qualquer impulso em direção a uma política utópica e orientada para o futuro³⁹⁹.

Ao mobilizar essa série de autores e autoras citados, White traria para nós o que ele entende como modernismo literário. E essa forma específica de literatura produzida pelo começo do século XX conteria em si aquilo que o autor denominou como repúdio pela história, ou seja, os artifícios tradicionais do fazer histórico herdados do século XIX não dariam mais conta de historicizar a experiência elencada por esses romances modernistas. Assim, notamos a presença de um afastamento crítico do passado histórico científico por parte dos autores modernistas fator esse que, na visão de White, demonstraria o fato segundo o qual “o modernismo literário difere do realismo tradicional ao tomar “o passado prático” em vez do “passado histórico” como seu principal referente”.⁴⁰⁰ O que percebemos nessa interpretação é a transformação de um uso do passado por parte da literatura. Se no realismo tradicional as formas de um passado histórico academicamente regulado estabeleceriam e constituiriam as narrativas literárias, no caso dos romances modernistas, o passado mobilizado seria aquilo que White compreendeu como passado prático.

Sobre esse debate, Judith Butler nos diria que White vê no modernismo literário uma ênfase no passado prático porque este movimento estaria “preocupado com a questão de encontrar uma orientação para a ação em meio a uma história cujas coordenadas temporais são difíceis de determinar”⁴⁰¹. Assim, ao abdicar de uma ideia tradicional de história baseada naquilo que White compreendeu como passado histórico, os autores pertencentes ao movimento literário modernista trariam para suas reflexões as preocupações éticas com orientação e ação dos sujeitos inseridos nessa temporalidade histórica bastante específica de inícios do século XX. Portanto, não nos surpreende White dizer que “o modernismo em geral pode ser visto como uma visão da realidade que pressupõe a necessidade de uma revisão radical do que se entende por ‘história’”⁴⁰² uma vez que os próprios autores literários buscaram ressignificar essas concepções de história a partir de suas obras e personagens. A primeira reversão que essa noção literária modernista produziria em seu tempo seria justamente essa modificação da concepção

³⁹⁹ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 77. Tradução própria.

⁴⁰⁰ Idem, p. 77. Tradução própria.

⁴⁰¹ BUTLER, Judith. Hayden White, Modernism, Practical Knowledge. In: WHITE, Hayden. **The ethics of narrative**, vol. 1: essays on history, literature, and theory, 1998-2007. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022, p. 10. Tradução própria.

⁴⁰² WHITE, Hayden. Modernism and the Sense of History. In: WHITE, Hayden. **The ethics of narrative**, vol. 2: essays on history, literature, and theory, 2007-2017. Editor's Note. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022, p. 207. Tradução própria.

de história ao trazer para suas narrativas dilemas inerentes àquilo que White denominou como passado prático.

Mas a alteração promovida pelo movimento modernista não seria somente em relação ao conceito de história. Também podemos identificar uma mudança na concepção tradicional de temporalidade, bem como na forma com que essas narrativas transmitiriam a relação dos sujeitos com o tempo. Assim, White diria que esses escritores literários modernistas de início do século XX seriam “assolados por uma sensação de sua própria intempestividade, de seu próprio atraso e de seu próprio tempo como esgotado, ultrapassado, natimorto, perdido”⁴⁰³. Não por acaso, em suas obras apareceriam essa sensação de esgotamento temporal, ou mesmo, o não cumprimento de um futuro que foi designado e prometido pela ideia de história enquanto progresso do século XIX. Por isso, o repúdio desses autores à ideia de história formulada através da noção de passado histórico estaria diretamente relacionado com essa sensação de tempo esgotado, sendo necessário a reversão de uma temporalidade, assim a concepção de passado, presente e futuro não mais vistos como apartados ou sucedendo um ao outro, mas sim enquanto um entrecruzamento temporal dessas categorias no aqui e agora.

A respeito dessas questões, White diria que “o modernismo é um conceito temporal”⁴⁰⁴, ou seja, sua própria definição corresponde a um determinado tempo histórico. Nesse sentido, a temporalização do conceito de modernismo indicaria que ele é “uma experiência de época que, etimologicamente, indica um intervalo na história em que o “agora” ou mais especificamente o “agora mesmo” [...] é separado do que veio antes e do que deve vir depois dele”⁴⁰⁵. Por isso, o modernismo se constituiria enquanto o tempo do agora, demonstrando aquele presentismo⁴⁰⁶ que White identificou ao refletir sobre os autores literários modernistas e suas obras. Contudo, mesmo sendo temporalizado como o lugar do agora, o modernismo conteria em si essas múltiplas temporalidades pertencentes ao tempo anterior, na forma de um passado que se habilitaria ao presente a partir de uma relevância prática, e o posterior, no sentido de imaginar uma ação e uma orientação futura para os sujeitos constituintes desse modernismo temporalizado em uma forma presentista. Assim, temos que:

⁴⁰³ WHITE, Hayden. Primitivism and Modernism. In: WHITE, Hayden. **The ethics of narrative, vol. 2: essays on history, literature, and theory, 2007-2017**. Editor's Note. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022, p. 298. Tradução própria.

⁴⁰⁴ WHITE, Hayden. Modernism and the Sense of History. In: WHITE, Hayden. **The ethics of narrative, vol. 2: essays on history, literature, and theory, 2007-2017**. Editor's Note. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022, p. 213. Tradução própria.

⁴⁰⁵ Idem, p. 213. Tradução própria.

⁴⁰⁶ Para um debate sobre o conceito de presenteísmo, ver: HARTOG, François. **Regimes de historicidade - Presentismo e experiências do tempo**. Autêntica, Belo Horizonte, 2013.

este “agora” (que reaparecerá mais tarde na obra de Walter Benjamin como *eine Jetztzeit*) não apenas apaga (*entkräftet*) a linearidade da historicidade convencional; indica uma oportunidade, um momento kairótico para romper a ideia comum (*vulgäre*) de tempo histórico e retornar ao que Heidegger – um modernista representativo – chamará de “historicidade autêntica” (*eigentliche Geschichtlichkeit*).
407

O que percebemos nas reflexões de White é a abertura que o movimento modernista ofereceria para a noção tradicional de tempo histórico, ainda muito arraigada nas concepções de linearidade, sucessão e desenvolvimento. Portanto, o momento do agora permitiria que as temporalidades fossem entrecruzadas, fator fundamental para qualquer tentativa de mobilização de um passado prático. É dessa ressignificação do conceito de história e dessa reversão da noção de temporalidade que, em nossa visão, White elaboraria sua concepção de evento modernista. Esses eventos seriam a expressão dessa nova forma de vida produzida pela modernidade do século XX, na qual os acontecimentos não apresentariam mais uma visão tradicional de história e não conseguiriam mais ser enquadrados em uma temporalização linear e bem delimitada de passado, presente e futuro.

Após essa explanação, percebemos que a literatura é fundamental para White elaborar seu conceito de evento modernista. Contudo, precisamos nos perguntar onde estaria a historiografia neste contexto. Em nossa visão, as possibilidades de representações de eventos modernistas compreendidas por White estariam na literatura porque a disciplina histórica ainda não havia sofrido as transformações ocorridas nesse campo de estudos na modernidade. Por isso, White só iria identificar uma historiografia modernista em um livro escrito anos depois dos textos literários apontados por ele, a obra de Saul Friedländer, *A Alemanha Nazista e os Judeus: os anos de extermínio, 1939-1945*. Posteriormente abordaremos essa questão em nosso capítulo, entretanto, precisamos destacar aqui que, neste momento de inícios do século XX em que White apresenta os exemplos modernistas na literatura, ele não consegue identificar nenhum exemplo de uma historiografia modernista. Portanto, em nossa visão, o fato de White buscar na literatura exemplos de textos que tensionam os acontecimentos modernos diz muito sobre a própria natureza conservadora da disciplina histórica, questão essa já abordada por ele em *O fardo da história*.

Se este primeiro momento que marca o fato de autores literários modernistas começarem a ressignificar os preceitos de história e temporalidade representa o início dessas tentativas no século XX, notamos que com o desenrolar do século, a literatura continuaria explorando essas

⁴⁰⁷ WHITE, Hayden. Modernism and the Sense of History. In: WHITE, Hayden. **The ethics of narrative, vol. 2: essays on history, literature, and theory**, 2007-2017. Editor's Note. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022, p. 213. Tradução própria.

temáticas. Segundo Butler, “as guerras do século XX produziram materiais históricos que reorientariam e reformulariam a forma de questões éticas encontradas no modernismo literário”.⁴⁰⁸ Assim, os acontecimentos transcorridos após 1930, data em que White demarca como a janela final do modernismo literário, produziriam outras relações tanto com a história quanto com sua representação narrativa e os impactos éticos que essas questões estabeleceriam com os sujeitos contemporâneos. Por isso, podemos pensar em uma geração literária posterior a esse modernismo literário do começo do século XX, que precisou lidar com outras preocupações que também tangenciavam as relações dos sujeitos com seus passados. Sobre esse aspecto, White aponta que:

ao escolher o gênero do “romance histórico”, escritores pós-modernistas tão diferentes quanto Pynchon, Mailer, Capote, DeLillo, Roth, Pat Barker, W. G. Sebald, Coetzee, Grass, Danilo Kiš, Robert Rosenstone, William Gass e muitos outros desafiaram o dogma que fazia dos “fatos históricos” o padrão pelo qual avaliar o realismo de qualquer discurso sobre o passado ou presente real.⁴⁰⁹

Mais uma vez, White apresenta para nós uma série de autores desta vez, pertencentes a uma fase mais tardia do século XX. O que todos eles teriam em comum seria justamente o apelo à historicidade, ou, principalmente, aos eventos modernistas produzidos pelo seu século. Assim, essa geração de autores denominados de pós-modernistas também estaria preocupada com o passado prático, mas de uma outra forma, focando agora, em como produzir uma “narrativa pós-traumática”⁴¹⁰. Nesse sentido, concordamos com Amy Elias quando nos diz que esses tipos pós-modernistas de narrativas literárias, ou mesmo aquilo que ela conceituou como romance meta-histórico⁴¹¹, são narrativas que demonstram algumas “semelhanças impressionantes com as produzidas pela consciência traumatizada: é fragmentada; problematiza a memória; suspeita do empirismo como uma resistência não ética à “elaboração”⁴¹². Por isso, o trauma novamente se apresenta como um conceito chave e um marcador distintivo tanto para a ideia de evento modernista quanto para a diferenciação de formas modernista e pós-modernistas de literatura.

O ponto central que devemos nos questionar agora é se Hayden White tinha clareza dessas distinções. Nos perguntamos isso porque, muitas vezes, o autor estadunidense parece

⁴⁰⁸ BUTLER, Judith. Hayden White, Modernism, Practical Knowledge. In: WHITE, Hayden. **The ethics of narrative, vol. 1: essays on history, literature, and theory**, 1998-2007. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022, p. 10. Tradução própria.

⁴⁰⁹ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 17. Tradução própria.

⁴¹⁰ ELIAS, Amy. The Metahistorical Romance and the Historical Sublime. In: ELIAS, Amy. **Sublime desire: history and post-1960s fiction**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2001, p. 52. Tradução própria.

⁴¹¹ Esse conceito é um debate e também pode ser compreendido como Metaficção historiográfica, nas palavras de Linda Hutcheon. Exploraremos melhor essas questões na parte final desse capítulo.

⁴¹² ELIAS, Amy. The Metahistorical Romance and the Historical Sublime. In: ELIAS, Amy. **Sublime desire: history and post-1960s fiction**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2001, p. 52. Tradução própria.

confundir essas categorias de modernistas, pós-modernistas, romance, metaficção, dentre outras. Sendo assim, Elias cumpre um importante papel ao definir, seguindo Jean-François Lyotard, que

a narrativa moderna foi separada da narrativa pós-moderna através da forma. A narrativa pós-moderna manteve a estética moderna do sublime, mas evitou a forma nostálgica modernista e foi vanguardista na apresentação, conflituosa e desconsoladora. Esta posição é modificada no romance meta-histórico⁴¹³

Por isso, o debate que se abre é sobre a forma dessas narrativas literárias e, em nossa visão, White apresenta algumas confusões ao fazer essa diferenciação. Acreditamos que a principal questão aparece quando o autor fala em modernismo, ou táticas modernistas de representação. E aqui, devemos delimitar que quando essas definições aparecem, elas servem para conceituar tanto os autores compreendidos como modernistas quanto aqueles entendidos como pós-modernistas. Por isso, mesmo definindo nominalmente qual autor pertence a determinado momento literário, em nossa visão, White não é feliz ao falar genericamente de modos narrativos modernistas, que podem ser interpretados tanto como sendo de autores modernistas ou pós-modernistas. E, talvez, esse fato se deva por conta do pertencimento do próprio White a uma tradição modernista. Como ele nos diz ao usar uma definição pessoal exposta por Linda Hutcheon, “sou um modernista – que estou preso ao modernismo. E eu concordo. Vejo meu próprio projeto como modernista”⁴¹⁴. Por isso, a própria produção intelectual de White estaria atrelada à essa forma modernista, funcionando como uma tentativa teórica de identificar as bases dessas representações características do século XX.

Contudo, essa questão não pode nos impedir de continuarmos as reflexões sobre em que consiste a noção de evento modernista e como ela é fundamental para ressignificar as narrativas sobre o passado produzidas pelo século XX. Como já apresentamos, se a noção de modernismo modifica as estruturas tradicionais de história e temporalidade, precisamos apontar ainda uma outra alteração: a ideia de narrativa. Como White nos diz,

o modernismo descobre a multiplicidade da experiência do tempo e da temporalidade e procura apresentá-la de uma forma que destrua a nossa confiança na temporalidade narrativista ordenada do conto popular, da fábula e da “história”.⁴¹⁵

Percebemos, então, que esses acontecimentos vividos na modernidade exposta por White desestabilizam a própria noção de narrativa, de como contar o passado. Assim, essas

⁴¹³ ELIAS, Amy. The Metahistorical Romance and the Historical Sublime. In: ELIAS, Amy. **Sublime desire: history and post-1960s fiction**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2001, p. 70. Tradução própria.

⁴¹⁴ DOMANSKA, Ewa. **Encounters: Philosophy of History after Postmodernism**. University Press of Virginia, Virginia, 1998, p. 26. Tradução própria.

⁴¹⁵ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 78. Tradução própria.

representações modernas possibilitariam novas formas de se olhar para os eventos que buscariam narrar, uma vez que “os modos modernistas de representação podem oferecer mais possibilidades de representação da realidade do Holocausto e da experiência do mesmo que nenhuma outra versão do realismo poderia oferecer”⁴¹⁶. E essas possibilidades precisam ser identificadas nas narrativas, ou seja, se os eventos modernistas desafiam as capacidades tradicionais de representação, precisamos entender agora em que consiste uma narrativa modernista. Se como White nos diz, a partir do modernismo, “a história, o evento histórico e a própria historicidade são tomados por um novo tipo de escrita”⁴¹⁷, faz-se necessário compreendermos como ela se desenvolve e quais são as potencialidades dessa nova forma de escrever e narrar.

Como vimos, os eventos modernistas demonstram não apenas o fracasso dos escritores, mas também, os limites de uma representação narrativa. Assim, se os eventos vivenciados pelos séculos XX necessitariam de uma outra forma de representação, torna-se fundamental olharmos para as características narrativas que eram possíveis de serem mobilizadas para falar sobre esses acontecimentos. Assim, Hayden White recorre a Roland Barthes, mais especificamente, ao seu texto *Escrever, verbo intransitivo?* no intuito de se apropriar de um conceito central para o enredamento daquilo que ele denominou como evento modernista: a voz média. Esse tipo específico de narração estaria associado à concepção de uma escrita intransitiva que, de acordo com as reflexões elaboradas por Herman Paul, se constituiu como “o termo de Barthes para uma forma de prosa, encontrada em autores modernistas como Virginia Woolf, que conscientemente procurava apagar as distinções entre forma e conteúdo, sujeito e objeto, passado e presente”⁴¹⁸. Assim, essa forma específica de escrita intransitiva estaria diretamente associada às produções literárias da modernidade e seria o artifício narrativo utilizado pelos autores modernos para tentarem historicizar acontecimentos que não poderiam ser explicados pelas vozes tradicionais. Mas, antes de continuarmos discutindo a importância da voz média para White, precisamos retroceder um pouco e compreendermos como White desenvolveu essa ideia.

⁴¹⁶ WHITE, Hayden. *Historical Emplotment and the Problem of Truth in Historical Representation*. In: WHITE, Hayden. **Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1999, p. 41. Tradução própria.

⁴¹⁷ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 57. Tradução própria.

⁴¹⁸ PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011, p. 134. Tradução própria.

Em seu texto já citado, Barthes desenvolve uma reflexão sobre o próprio verbo escrever no intuito de buscar repostas sobre em que momento este verbo se tornou intransitivo. Nesse sentido, ele chegaria à definição de voz média e nos diria que:

Assim definida, a voz média corresponde exatamente ao estado do verbo escrever: hoje escrever é tornar-se centro da ação da fala; é efetuar a escrita ao ser afetado; é deixar o escritor [scripteur] dentro da escrita, não como um sujeito psicológico (o padre indo-europeu poderia muito bem transbordar de subjetividade ao sacrificar-se ativamente pelo seu cliente), mas como o agente da ação.⁴¹⁹

Dentro deste exemplo, percebemos que a voz média é a redefinição da função tradicional da escrita, ou seja, a desconstrução de ideia de um autor onipresente que, através de seu enredo, conta tudo aquilo que sabe para o leitor, como se fosse um observador retirado daquela realidade que busca narrar. E para chegar a essa conclusão, Barthes diria que o próprio autor se constitui enquanto aquele que escreve na forma intransitiva uma vez que ele se torna “não mais aquele que escreve algo, mas aquele que escreve, absolutamente.”⁴²⁰ Assim, o escritor estaria mergulhado em uma atividade perpétua de escrita, pois ele não escreveria no futuro, ou escreveu no passado, mas continua escrevendo em um presente inacabado, pois como Barthes aponta, “quantas vezes ouvimos agora em conversas, pelo menos em círculos mais ou menos intelectuais: “O que ele está fazendo?” – ‘Ele está escrevendo.’”⁴²¹ Ao utilizar o exemplo do próprio verbo escrever, Barthes oferece a possibilidade de refletirmos porque essa forma intransitiva da voz média poderia ser uma maneira adequada de representar aquilo que White conceituou como evento modernista.

Em nossa visão, a centralidade do conceito de voz média elaborado por Barthes na obra de White se deve justamente pelo fato desta forma narrativa possibilitar ao escritor e ao leitor a faculdade da ação. Desta forma, em *Historical Emplotment and the problem of Truth*, White nos diz que “enquanto, nas vozes ativa e passiva, presume-se que o sujeito do verbo seja externo à ação, como agente ou paciente, na voz média o sujeito é presumido como interior à ação”⁴²². Aqui, notamos que a potencialidade da voz intransitiva reside justamente na possibilidade que ela oferece ao trazer o escritor para o centro daquela ação desenvolvida por ele em sua obra. Portanto, ela estabeleceria para o leitor o recurso de se colocar no texto, a possibilidade de um

⁴¹⁹ BARTHES, Roland. To Write: an Intransitive verb? In: MACKSEY, Richard, DONATO, Eugenio. **The Structuralist Controversy: the languages of criticism and the sciences of man**. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 1972, p. 142. Tradução própria.

⁴²⁰ Idem, p. 141. Tradução própria.

⁴²¹ Idem, p. 141. Tradução própria.

⁴²² WHITE, Hayden. Historical Emplotment and the Problem of Truth in Historical Representation. In: WHITE, Hayden. **Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1999, p. 38. Tradução própria.

agir individual através da escrita, pois, segundo a concepção de Hayden White, a voz média seria “duplamente ativa, ao mesmo tempo produtora de um efeito sobre um objeto (por exemplo, sobre a linguagem) e constitutiva de um tipo particular de agente (a saber, o escritor) por meio de uma ação (especificamente, escrita)”⁴²³. Desta forma, escrever na voz média seria abandonar as formas tradicionais de escrita ativa e passiva, colocando o autor como parte integrante da narrativa que elabora, não tendo mais a possibilidade de resolução total dos conflitos em seu texto, mas assumindo para si, o caráter de agência histórica, a possibilidade de trazer para o texto mecanismos de ação que outras vozes não permitiriam.

E, quando transportamos esse conceito de voz média para representações do passado, percebemos que ela atua na direção do compromisso ético que White estabeleceu com textos históricos e que se apresenta como uma questão chave para nossa pesquisa: as ideias de orientação, ação e libertação. Como o estadunidense nos diz, ao refletir sobre essas questões, “a escrita na voz média é criativa e libertadora na medida em que coloca o agente-escritor no processo de escrita e revela a constituição do sujeito-da-escrita como princípio latente, objetivo e finalidade de toda escrita”.⁴²⁴ Constituir sujeitos e permitir com que eles se encontrassem em suas representações do passado seriam atividades indispensáveis para White e que precisariam estar presentes em qualquer representação de eventos modernistas. Assim, em nossa visão, o conceito de voz média, ou escrita intransitiva, aparece como uma alternativa libertadora para o processo de constituição de histórias sobre o passado. Se a partir dos acontecimentos traumáticos do século XX, os historiadores e escritores literários precisariam reinventar suas histórias para que conseguissem dar conta da historicização de tais eventos, acreditamos que essa reinvenção poderia ser bastante frutífera se mobilizasse a ideia de voz média a partir de Barthes. Com essa nova forma de escrita, as histórias produzidas poderiam atuar na direção da libertação dos sujeitos que as consumissem, pois o que eles se defrontariam não seria com tentativas globais, totalizantes, afastadas da realidade ou fechadas de explicações, mas com textos onde os autores estariam imbricados nos mesmos dilemas dos leitores, procurando juntos, alternativas e orientações para os problemas e fardos gerados pelo passado. Não coincidentemente, duas obras analisadas por White e que abordaremos nesse capítulo, a saber, *A Alemanha Nazista e os Judeus: os anos de extermínio, 1939-1945* e *Austerlitz*, utilizariam em suas constituições narrativas essa forma intransitiva de escrita. Pois como Barthes nos diz, “no

⁴²³ WHITE, Hayden. Writing in the Middle Voice. In: WHITE, Hayden. **The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007**. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 2010, p. 257. Tradução própria.

⁴²⁴ Idem, p. 261. Tradução própria.

caso da voz média, ao contrário, o sujeito se afeta ao agir; ele permanece sempre dentro da ação, mesmo que um objeto esteja envolvido. A voz média não exclui, portanto, a transitividade⁴²⁵, e o que percebemos nas análises que White estabelece sobre essas obras é justamente a permanência dos autores dentro das ações narradas e a procura por executar narrativas que aliviem e orientem os sujeitos que consumirão suas histórias.

Podemos entender, ainda, que a voz média insere os historiadores em um debate que por muito tempo pareceu inexistente dentro do processo de operação historiográfica e que diz respeito à questão das narrativas em textos históricos. Sobre esse ponto, Hayden White nos aponta que “os historiadores modernos tendem a tratar a “narrativa” como uma espécie de recipiente neutro ou forma na qual os fatos apresentados na pesquisa histórica podem ser decantados sem efeito significativo no conteúdo”⁴²⁶, ou seja, mesmo nessa modernidade compreendida por White como o século XX, os historiadores ainda entenderiam as práticas narrativas apenas como o acessório para que suas pesquisas e dados fossem apresentados. Por isso, refletir sobre as potencialidades da voz média para a escrita sobre o passado também é descortinar o fato de que toda produção historiográfica é uma narrativa e, por isso, os historiadores precisam se questionar a respeito de quais formas são possíveis de serem utilizadas para enredar os eventos pretéritos. Portanto, “a questão que então surge é a do status – epistêmico, ético e político – da narração, da narrativa e da narrativização na historiografia”⁴²⁷, uma vez que utilizar a voz média para a representação de eventos modernistas coloca no centro do debate a própria ideia do que é escrever um texto sobre passado, assim como os dilemas éticos e políticos que toda narrativização carrega consigo.

Para além desses debates sobre a narrativa dentro do ofício do historiador, a escrita intransitiva de Barthes também proporciona uma reflexão sobre a relação dos escritores com os leitores. Como Kalle Pihlainen nos alerta, “o leitor também não deve ser ignorado pelo historiador. Pelo contrário, o leitor é ativo a tal ponto que a escrita da história precisa de ser reformulada para se adequar a este novo público leitor”⁴²⁸. Se por muito tempo os leitores foram concebidos apenas como receptores de uma narrativa historiográfica que se presumia neutra e que não discutia os próprios aparatos narrativos, com a utilização da voz média como tática

⁴²⁵ BARTHES, Roland. To Write: an Intransitive verb? In: MACKSEY, Richard, DONATO, Eugenio. **The Structuralist Controversy: the languages of criticism and the sciences of man**. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 1972, p. 142. Tradução própria.

⁴²⁶ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 92. Tradução própria.

⁴²⁷ Idem, p. 94. Tradução própria.

⁴²⁸ PIHLAINEN, Kalle. **The Work of History: Constructivism and a Politics of the Past**. Routledge, New York, 2017, p. 122. Tradução própria.

narrativa por White, essa relação entre autor e leitor também pode ser alterada. Esse leitor que consome uma representação de um evento modernista enredada a partir da voz média, estaria diante de uma história compartilhada por ele, ou seja, a questão não seria a busca por soluções definitivas, mas uma convivência incerta, reflexiva e até certo ponto, traumática, entre o sujeito que escreve e aquele que o lê. Dessa forma, na voz média da escrita modernista, autores e leitores estariam compartilhando o mesmo estranhamento produzido pelos fenômenos do século XX, buscando juntos, representar e atribuir significados aos acontecimentos que parecem fugir das noções comuns de atribuição de sentidos. E é nesse compartilhamento que acreditamos residir a potencialidade da utilização da voz média, pois ela pode ser compreendida como uma alternativa para a tarefa preconizada por White de libertar os sujeitos do fardo da história. Se ela traz para o texto elementos da ação e permite com que autor e leitor se envolvam nessa busca por sentidos, ela também se abre para a promoção de uma orientação para um presente que seja eticamente responsável com os traumas produzidos pelos eventos modernistas.

Entretanto, se a voz média e a escrita intransitiva oferecem as possibilidades citadas, devemos também entender que sua assimilação por White foi motivo de críticas, principalmente elaboradas por LaCapra. Segundo esse autor, “White, entretanto, tende a confundir a voz média com a escrita intransitiva e a ignorar o ponto de interrogação no título de Barthes.”⁴²⁹ Nessa perspectiva, LaCapra compreende que White assume como um dado – a voz média e a escrita intransitiva – algo que Barthes questionava, ou seja, ainda não tinha absoluta certeza sobre sua operacionalidade. Além disso, a utilização whiteana desse conceito confundiria voz média com escrita intransitiva que de fato, na maioria das vezes são tratadas como sinônimos em sua obra. Acreditamos que o ponto de crítica de LaCapra versa justamente sobre a maneira que White assimilou esse conceito, como se ele fosse algo que dissolvesse completamente as noções e dualidades anteriores de sujeito, objeto, objetividade e subjetividade. Sobre essa questão, LaCapra nos diria que “o uso da voz intermediária exigiria modulações de proximidade e distância, empatia e ironia em relação aos diferentes “objetos” de investigação, e não precisa ser entendido como uma exclusão de todas as formas de objetividade e objetificação”⁴³⁰. A confusão de White estaria nessa assimilação da dissolução de formas objetivas de representação, ou seja, por mais que a voz média tensione essas categorias duais, na visão de LaCapra, ela não poderia excluir totalmente formas de objetividade narrativa. Seja como for,

⁴²⁹ LACAPRA, Dominick. **Writing History, Writing Trauma**. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2001, p. 19. Tradução própria.

⁴³⁰ Idem, p. 30. Tradução própria.

vemos que esse estilo narrativo da voz média sempre acompanhou White, como Paul nos mostra ao dizer que “foi uma das práticas estilísticas modernistas que White, já em 1966, havia recomendado como fonte de inspiração para historiadores”.⁴³¹ Assim, mesmo que esse autor confunda esse conceito, ele pode ser entendido como uma fermenta para suas elaborações teóricas sobre a representação narrativa de um passado histórico.

Mas, para voltarmos aos debates sobre a voz média e sua utilização por White, precisamos nos perguntar quais seriam suas efetividades em narrar os eventos modernistas e, especialmente, o Holocausto. De acordo com White, “aqui as ações e seus efeitos são concebidos como simultâneos; passado e presente são integrados em vez de dirigidos, e o sujeito e o objeto da ação estão de alguma forma ligados”⁴³². Mais uma vez, percebemos uma questão fundamental para a representação de todo evento modernista e que White já havia diagnosticado nas literaturas modernistas: a simultaneidade entre presente e passado. Por isso, ao oferecer essa possibilidade, a voz média permitiria com que esse passado traumático, como o do Holocausto, continuasse existindo no presente daquele que escreve seu texto de forma intransitiva. Por isso, os ganhos de uma escrita na voz média estariam nessa possibilidade de entrecruzamento temporal oferecida por ele. E esse fator seria determinante na concepção de White para todos aqueles que buscassem representar eventos modernistas. Para demonstrar suas ideias sobre a escrita intransitiva, o estadunidense utilizaria uma reflexão de Berel Lang, ao apresentar para nós o seguinte: “Lang recomenda explicitamente a escrita (e a fala) intransitiva como apropriada para judeus individuais que, como no relato da história do Êxodo na Páscoa, ‘deveriam contar a história do genocídio como se ele ou ela tivesse passado por ele’.”⁴³³ Assim, a defesa de uma representação do Holocausto por parte de White envolve a utilização da voz média como essa forma de produzir identificação entre o sujeito que experienciou o trauma e aquele que busca consumir sua história contata. Acreditamos que essa utilização da voz média como forma narrativa adequada para a representação dos eventos modernistas só ganhou forma no trabalho de White a partir do momento em que ele se viu defrontado sobre as possibilidades de representação do Holocausto, momento esse que foi decisivo para sua trajetória intelectual.

⁴³¹ PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011, p. 135. Tradução própria.

⁴³² WHITE, Hayden. Writing in the Middle Voice. In: WHITE, Hayden. **The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007**. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 2010, p. 260. Tradução própria.

⁴³³ WHITE, Hayden. Historical Emplotment and the Problem of Truth in Historical Representation. In: WHITE, Hayden. **Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1999, p. 37. Tradução própria.

Desta forma, precisamos perpassar agora sobre como os debates em torno desse evento modernista moldaram as formas de concepção de representação do passado na obra de White.

Se o debate sobre os limites da representação do Holocausto ocupou uma centralidade fundamental dentro da trajetória intelectual de White, devemos entender que ele se desenvolveu em um contexto histórico bastante específico. Por isso, precisamos demonstrar, antes de tudo, duas coisas importantes. Primeiro, que todas as discussões em torno desse evento histórico, principalmente nos Estados Unidos, foram impulsionadas por um acontecimento específico produzido pela indústria cultural estadunidense. O que trouxe o Holocausto enquanto um fenômeno histórico “para o centro dos debates teórico-epistemológicos nas décadas de 1980 e 1990 não foi um debate acadêmico, mas um evento cultural, ou seja, a transmissão da minissérie de televisão da NBC Holocausto (1978) em todo o mundo.”⁴³⁴ Esse apontamento é importante porque essa série televisiva que retratava os horrores do genocídio dos judeus ajudou a moldar e a difundir não só uma visão estadunidense sobre o Holocausto, mas também influenciou diretamente nos debates acadêmicos sobre esse evento. Por isso, no momento em que White, dentre outros pensadores, buscava apresentar suas teorias sobre a representação histórica, o Holocausto ganhou uma centralidade que não possuía anteriormente. E esse fato se deve a uma elaboração de passado que não partiu das academias históricas, mas sim, foi produzida por uma rede de televisão com a finalidade de apresentação de um entretenimento baseado em uma ocorrência do passado histórico.

Em segundo lugar, uma questão igualmente importante surge e faz referência, em uma escala maior, aos debates que historiadores, como Deborah Lipstadt e Pierre Vidal-Naquet, se envolveram com sujeitos que deliberadamente falsificavam ou negavam o holocausto⁴³⁵. Nosso foco neste trabalho não é reconstituir esses debates com os negacionistas, nem perpassar por discussões importantes a respeito dos graves problemas éticos que a negação de eventos históricos acarreta para o tempo presente⁴³⁶. O ponto é apresentarmos que essas disputas estavam colocadas na ordem do dia e constituíram o panorama intelectual e científico do momento em que Hayden White apresentou suas teses sobre a representação do Holocausto.

⁴³⁴ KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. Introduction The Field of Holocaust Studies and the Emergence of Global Holocaust Culture. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 7. Tradução própria.

⁴³⁵ Para uma leitura mais aprofundada sobre esses debates, ver: CARDOSO, Eduardo Wright. Em busca da mentira: historiadores contra a falsificação do Holocausto. *Revista Brasileira De História*. São Paulo, v. 41, nº87, 2021.

⁴³⁶ Para um debate sobre negacionismo histórico, ver: ÁVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021. E também: BAUER, Caroline Silveira. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo, BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo, Letra e Voz, 2018.

Por isso, de um lado, temos a popularização do tema Holocausto por parte de uma rede de TV estadunidense e, de outro, o envolvimento de dois importantes nomes da historiografia em debates com negacionistas do Holocausto. Assim, o momento cultural de White se defrontava com o surgimento de uma discussão que entraria com força nas academias históricas a respeito desse evento chave para o entendimento do século XX. Por isso, concordamos com Marcelo Durão que recupera Lipstadt quando essa historiadora nos diz que:

havia na Califórnia, por um lado a grande difusão de um ideário associado às convicções de um movimento político-historiográfico revisionista ou “negacionista” (que negavam o holocausto) e por outro, a simpatia de parte da historiografia local pelos debates em torno da crítica literária e das ideias pós-estruturalistas.⁴³⁷

Percebemos que, no momento de escrita e discussão de White sobre o Holocausto, existiam ainda esses debates sobre relativismo, negacionismo, teorias pós-estruturalistas e conceitos vindos da prática literária que também começavam a adentrar o debate científico entre historiadores e não historiadores. Portanto, não podemos pensar em Hayden White enquanto um autor desassociado desse seu momento intelectual. Suas polêmicas e debates em torno do Holocausto precisam ser identificadas dentro desse grande caldo cultural dos anos 80 e 90 do século XX.

Diante desses dois fatores apresentados, nos parece interessante notarmos que, anos depois, ao escrever *The Practical Past*, White nos mostraria uma questão incontornável para compreendermos as disputas em torno da representação do Holocausto em finais do século XX. Segundo ele:

Além disso, enquanto a reconstrução dos historiadores do que realmente havia acontecido na Solução Final e / ou no Holocausto continuava em um ritmo habitualmente glacial, o campo dos estudos sobre o Holocausto estava sendo inundado por uma infinidade de memórias, autobiografias, romances, peças de teatro, filmes, poemas e documentários que, do ponto de vista de muitos historiadores, ameaçavam estetizar, ficcionalizar, relativizar e mitificar o que era um fato inegável (ou convergências de fatos) e, como tal, “adequadamente” estudado apenas por meios e métodos mais ou menos científicos.⁴³⁸

O ponto chave dessa citação faz referência às duas problemáticas que apresentamos anteriormente. Enquanto os historiadores continuavam usando as estratégias tradicionais de representação do século XX para elaborar sentidos para o Holocausto, outras áreas do conhecimento e formas de enredar o passado produziam um uso do Holocausto extremamente rápido e dinâmico, como em livros, séries e filmes. Em decorrência dessa dessincronia entre o

⁴³⁷ CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da. Relações de força e limites da ética historiográfica: a representação histórica no debate entre Carlo Ginzburg e Hayden White. **Revista Sinais**, Vitória, n.15, 2014, p. 20.

⁴³⁸ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 26. Tradução própria.

tempo da pesquisa historiográfica e a velocidade de representações midiáticas, os historiadores tendiam a identificar essas produções como ficcionalizantes, ou mesmo relativizadoras.

A questão que nos parece central é que o sucesso da série televisiva *Holocausto*, abriu espaço para uma infinidade de representações visuais e midiáticas desse evento e os historiadores, como resposta, resolveram tratar essas produções como não adequadas, se remetendo, muitas vezes, aos debates entre historiadores e negacionistas do Holocausto. Seja como for, é interessante destacarmos que nessa longa passagem de White, escrita anos depois desses dilemas, notamos que o autor apresenta claramente quais eram as disputas de sua época, a saber, como a historiografia profissional lidaria, de um lado, com a massiva produção midiática sobre o Holocausto e, por outro, com os tensionamentos que essas outras formas de representar o passado trariam para sua disciplina. Em nossa visão, as respostas foram bastantes claras: primeiro, essas representações não possuiriam a forma adequada de contar o passado por não serem historiograficamente sérias e, portanto, os artifícios narrativos utilizados por elas seriam perigosos não só para a disciplina histórica, mas também para o tratamento histórico em si do evento Holocausto, incorrendo assim, no limite, em relativismos e negacionismos. Para nós, são justamente essas respostas e questões que tensionaram os limites da representação do Holocausto que estavam em jogo na época de White, sendo reverberadas de forma acadêmica, no célebre debate travado entre ele e o historiador italiano Carlo Ginzburg.

Para situarmos esse debate, que ocorreu em um congresso organizado por Saul Friedländer na UCLA, em 1990, precisamos remeter ao contexto de sua criação. Em uma entrevista, Friedländer diria que:

Não foi um texto, mas sim um acontecimento. Hayden White deu uma palestra na UCLA [Universidade da Califórnia, Los Angeles] em 1989 apresentando suas teses sobre história. A atmosfera estava bastante tensa, dadas as ideias de White - na época, ele era muito mais direto do que mais tarde, ou seja, ainda não tinha colocado água no vinho - e Carlo Ginzburg explodiu.⁴³⁹

Aqui, Friedländer remete a uma fala de White que abordaria suas ideias sobre a história. Infelizmente, não conseguimos descobrir se essa fala foi publicada, ou a qual texto o historiador se refere. Entretanto, conhecendo as ideias de White e o debate transcorrido posteriormente, acreditamos que ele tenha perpassado pelas relações, que sempre demonstrou, entre história e literatura, especialmente, no momento de constituição da narrativa por parte do historiador e os tropos e estilos dispostos por ele ao narrar um evento passado. Assim, o choque de todos,

⁴³⁹ FRIEDLÄNDER, Saul; FOGU, Claudio; KANSTEINER, Wulf; PRESNER, Todd. Epilogue: Interview with Saul Friedländer In: FOGU, Claudio; KANSTEINER, Wulf; PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 411. Tradução própria.

inclusive de Friedländer, o levou a organizar um evento que testasse as ideias de White, pois como ele nos diz, “pensei que suas teses seriam mostradas como altamente problemáticas quando aplicadas à história do nazismo e da Solução Final, pois poderiam levar ao revisionismo e ao negacionismo”⁴⁴⁰. Portanto, a questão principal que levou ao congresso e ao debate entre White e Ginzburg era sobre como aplicar as teorias de White a um evento limite como o Holocausto.

De certa maneira, ao organizar esse evento onde o objetivo era discutir os limites da representação do Holocausto, Friedländer buscava entender até que ponto as teorias da história, narrativa e elaboração de enredo, extensamente exposta por White desde a publicação de *Meta-história* em 1973, poderiam ser adequadas para a representação do Holocausto. Compreendemos que esse era o momento de testar as formas de elaboração de enredo que os historiadores teriam disponíveis e que foram apresentadas por White ainda em 1973⁴⁴¹, a saber: romanesco, trágico, cômico e satírico. Ao olharmos para essas quatro formas sem uma compreensão global da obra whiteana, de fato parece um absurdo alguém dizer que um acontecimento como o Holocausto pode ser elaborado a partir de uma forma cômica ou satírica de enredo. E era justamente essa problemática que estava na centralidade do evento na UCLA.

Sobre esse ponto, White nos diria que:

em minha contribuição para a conferência “A Solução Final e os Limites de Representação”, organizada por Saul Friedländer e Wulf Kansteiner na UCLA em 1990, assumi a posição de que o problema de representar o Holocausto não deveria ser conceitualizado em termos de noções tradicionais (final do século XIX) de realismo, história, representação, estética, ficção, ideologia, discurso, narração de histórias e noções de descrição minimalista”⁴⁴²

Ao refletir posteriormente sobre os debates ocorridos em finais do século XX, White apontaria que sua ideia era justamente demonstrar que, quando se trata de eventos modernistas como o Holocausto, as formas tradicionais desses conceitos apresentados na citação não dariam conta de suas representações. Por isso, mais uma vez a voz média se apresenta como uma alternativa representacional para qualquer texto que procurasse representar o Holocausto. Seja como for, o foco do evento foi Hayden White. A grande maioria dos textos publicados posteriormente na coletânea *Probing the Limits of Representation: Nazism and the “Final Solution”* cita, em algum momento, o nome do autor estadunidense. Por isso, Friedländer nos

⁴⁴⁰ FRIEDLÄNDER, Saul; FOGU, Claudio; KANSTEINER, Wulf; PRESNER, Todd. Epilogue: Interview with Saul Friedländer In: FOGU, Claudio; KANSTEINER, Wulf; PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 411. Tradução própria.

⁴⁴¹ Sobre essas questões apresentadas por White, ver: WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 44.

⁴⁴² WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 28. Tradução própria.

diz que sua intenção era “colocar Hayden White em uma posição difícil – isto é, fazê-lo ver que ele poderia relativizar a história como fez sem cair em algum tipo de armadilha revisionista”⁴⁴³, ou seja, o objetivo era discutir até que ponto as teorias de White poderiam ser aplicadas ao Holocausto, mesmo que, de acordo com esse autor, sua intenção fosse demonstrar a incapacidade de técnicas narrativas tradicionais do século XIX serem eficazes na tentativa de narrar, de forma responsável, os eventos modernistas.

Sobre esse ponto, que envolve a ida de White ao evento mencionado, Herman Paul nos diz que “mesmo que White não soubesse de antemão sobre as críticas de Ginzburg, foi preciso pouca imaginação para ver que sua reputação de “relativista” era o principal motivo para ele ser convidado para Los Angeles”⁴⁴⁴. Assim, temos um cenário onde White era a estrela principal de um evento que buscava discutir os limites da representação do Holocausto. Mas precisamos nos perguntar: o que na apresentação de White gerou tanta polêmica e uma insatisfação grande por parte de Ginzburg? Porque esse evento em UCLA gerou debates que ainda permanecem atuais, transformando esse mero evento acadêmico em um congresso que continua ocorrendo, ao menos na imaginação de diversos historiadores? Para tentarmos perpassar por esses problemas, precisamos retornar ao texto de White publicado na já citada coletânea. Em *Historical Emplotment and the Problem of Truth*, White deixa claro sua posição com relação às formas de elaboração de enredo que os historiadores teriam disponível para representar o Holocausto:

Poderíamos então descartar uma história cômica ou pastoral, com um tom otimista e um ponto de vista humorístico, das fileiras das narrativas concorrentes como manifestamente falsa em relação aos fatos – ou pelo menos aos fatos que importam – da era nazi⁴⁴⁵.

Aqui, o autor é bastante claro sobre a impossibilidade de se representar os crimes nazistas de uma forma cômica, uma vez que os próprios fatos ocorridos impossibilitariam tal atividade se fosse realizada de uma forma literal. Entretanto, logo abaixo, White nos questiona o seguinte: “mas e se uma história deste tipo tivesse sido apresentada de uma forma nitidamente irônica e com o interesse de fazer um comentário metacrítico não tanto sobre os fatos, mas sobre versões dos fatos traçadas de forma cômica ou pastoral?”⁴⁴⁶ Caso essa fosse a tentativa, as

⁴⁴³ FRIEDLÄNDER, Saul; FOGU, Claudio KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. Epilogue: Interview with Saul Friedländer In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 412. Tradução própria.

⁴⁴⁴ PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011, p. 120. Tradução própria.

⁴⁴⁵ WHITE, Hayden. *Historical Emplotment and the Problem of Truth in Historical Representation*. In: WHITE, Hayden. **Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1999, p. 30. Tradução própria.

⁴⁴⁶ Idem, p. 30. Tradução própria.

formas de enredo cômica e pastoral não poderiam ser descartadas, “com base na sua infidelidade aos fatos”.⁴⁴⁷ Sem dúvidas, para leitores menos familiarizados com White, esse apontamento pode parecer confuso. Contudo, ao dizer que narrativas desse tipo poderiam ser utilizadas para narrar a forma e não os conteúdos, White demonstrava que, no limite, os fatos condicionariam as possibilidades de representações literais sobre eles, pois em narrativas dos “acontecimentos do Terceiro Reich de forma cômica ou pastoral, estaríamos eminentemente justificados em apelar aos fatos a fim de excluí-los das listas de narrativas concorrentes do Terceiro Reich”⁴⁴⁸.

Acreditamos que somente essa definição de White já serviria para retirar do mesmo a pecha de relativista. Contudo, ele vai além e procura utilizar como exemplo para sua teoria exposta o quadrinho *Maus*, de Art Spiegelman para dizer que esse livro “apresenta os eventos do Holocausto no meio da história em quadrinhos (preto e branco) e em um modo de sátira amarga, com os alemães retratados como gatos, judeus como ratos e poloneses como porcos”.⁴⁴⁹ Assim, *Maus* funciona para White como um exemplo da possibilidade de uma representação satírica do Holocausto ou, para retornarmos à questão, como uma representação da própria dificuldade de se encontrar uma forma adequada para a representação desse evento. E ao lermos esse quadrinho, percebemos constantemente os dilemas e angústias de Spiegelman sobre como narrar de uma forma adequada a experiência que seu pai, Vladek, passou nos campos de concentração. Como esse autor nos diz em uma passagem que retrata sua sessão de terapia, com um psicólogo sobrevivente dos campos: “No livro? Rá! Que livro? Uma parte de mim não quer desenhar, nem pensar em Auschwitz. Não consigo nem imaginar como era estar lá”⁴⁵⁰. Aqui, percebemos a dificuldade de encontrar uma forma específica e adequada para narrar as experiências do genocídio nazista. E, em nossa visão, era justamente isso que White queria demonstrar a partir do congresso na UCLA. Concordamos com Paul quando nos diz que “White disse a seu público em Los Angeles que um tratamento tão intransitivo do Holocausto poderia ser encontrado em *Maus*, de Art Spiegelman”⁴⁵¹, ou seja, esse exemplo foi utilizado como uma possibilidade de aplicação da escrita intransitiva. Por isso, as formas alternativas de reapresentação, a voz média e, as mídias que não a escrita historiográfica tradicional, seriam

⁴⁴⁷ WHITE, Hayden. Historical Emplotment and the Problem of Truth in Historical Representation. In: WHITE, Hayden. **Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1999, p. 30. Tradução própria.

⁴⁴⁸ Idem, p. 30. Tradução própria.

⁴⁴⁹ Idem, p. 31. Tradução própria.

⁴⁵⁰ SPIEGELMAN, Art. **Maus**: a história de um sobrevivente. Companhia das Letras, São Paulo, 2009, p. 206.

⁴⁵¹ PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011, p. 135. Tradução própria.

importantes nesse processo de atribuição de sentido a uma experiência que extrapola a nossa capacidade cognitiva tradicional.

Percebemos então, que de uma maneira geral, a ideia de White apresentada no congresso organizado por Friedländer girava em torno de perceber como outras formas, para além da historiografia acadêmica, ainda arraigada nos conceitos oitocentistas, poderiam ser esteticamente úteis e responsáveis para narrar o Holocausto. Entretanto, a recepção de Ginzburg das ideias de White não foi nada amistosa. Sobre essa questão, Saul Friedländer nos aponta que “em vez de dirigir a sua crítica principalmente aos conceitos de White, Ginzburg procura descobrir as origens intelectuais da abordagem de White e as suas possíveis consequências para a nossa discussão”.⁴⁵² Portanto, mesmo White possuindo visões “de narrativa, de retórica, de prova, de documento e de verdade”⁴⁵³ bastante diferentes das de Ginzburg, a escolha do historiador italiano foi por traçar uma genealogia intelectual de White, remetendo o autor aos pensamentos do filósofo italiano Giovanni Gentile, ministro de Mussolini, e, como nos mostra Martin Jay “para Ginzburg, apesar de todas as diferenças óbvias, o subjetivismo radical e o ceticismo de White sobre a verdade histórica ecoam a posição sinistra de Gentile.”⁴⁵⁴ Podemos perceber que a noção de Ginzburg sobre o perigoso relativismo whiteano traria consigo referências ao fascismo italiano, uma vez que “o desenvolvimento intelectual de Hayden White só pode ser compreendido levando-se em conta sua exposição, num estágio inicial de sua carreira, ao neoidealismo filosófico italiano”⁴⁵⁵. Aqui, notamos que o tom das críticas de Ginzburg assumiu um caráter pessoal ao reconstituir a tradição intelectual de White. Se de fato, White passou um importante período de sua formação na Itália e recebeu influências de Antoni⁴⁵⁶, esse fato não pode ser compreendido como um elemento que determinou toda a sua escrita posterior. Continuando sua genealogia, Ginzburg diz que:

O elemento mais questionável nesta reconstrução é o papel de Gentile. Até onde eu sei, White nunca discutiu seus textos ou mesmo os mencionou (com uma exceção relevante, como veremos). Mas a familiaridade com o trabalho de Gentile pode ser

⁴⁵² KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. Introduction The Field of Holocaust Studies and the Emergence of Global Holocaust Culture. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 9. Tradução própria

⁴⁵³ CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da. Relações de força e limites da ética historiográfica: a representação histórica no debate entre Carlo Ginzburg e Hayden White. **Revista Sinais**, Vitória, n.15, 2014, p. 20.

⁴⁵⁴ JAY, Martin. Of Plots, Witnesses, and Judgments. In: FRIEDLÄNDER, Saul. **Probing the limits of representation: Nazism and the "Final Solution"**. Harvard University Press, Massachusetts, 1992, p. 102. Tradução própria.

⁴⁵⁵ GINZBURG, Carlo. Just One Witness. In: FRIEDLÄNDER, Saul. **Probing the limits of representation: Nazism and the "Final Solution"**. Harvard University Press, Massachusetts, 1992, p. 89. Tradução própria.

⁴⁵⁶ Para mais informações sobre essa relação e influência, ver: PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011, p. 16. Tradução própria.

assumida com segurança por um estudioso que, através de Antoni, se envolveu profundamente na tradição filosófica iniciada por Croce e Gentile⁴⁵⁷.

De fato, a leitura de Croce exerceu grande importância na formação intelectual de White, contudo, como o próprio Ginzburg aponta, são raras, se não escassas, citações de White à Gentile em seus textos. Mais uma vez, a tática do historiador italiano parece ser a de atribuir o suposto relativismo de White a essas leituras italianas que autor teria se inspirado anteriormente.

Sobre essas críticas, Ginzburg terminaria dizendo que

À luz de uma leitura esquerdista da obra de Gentile (ou pelo menos de parte dela), o sabor quase gentiliano detectável nos escritos de Hayden White desde *The Burden of History* - seu apelo de 1966 por uma nova historiografia escrita em um tom modernista - soa menos paradoxal.⁴⁵⁸

Talvez esse seja o ponto alto de uma crítica um tanto quanto desonesta e pessoal realizada por Ginzburg. Ao trazer a ideia de que as noções de escrita modernista estariam associadas a um “sabor quase gentiliano”, o historiador italiano busca inviabilizar as ideias de narrativa desenvolvidas por White para representar os eventos modernistas. Além disso, a referência ao texto de 1966, *O fardo da história*, também traz consigo uma crítica à forma com que White concebe a disciplina histórica àquela altura. Portanto, a alternativa que Ginzburg utiliza para debater com White não se apresenta no campo nas ideias, mas sim, na aproximação que este realiza das teorias de White ao idealismo fascista. Ao lermos as considerações de Ginzburg, podemos entender porque Friedländer disse que esse historiador explodiu ao ouvir as considerações sobre a história de White um ano antes do congresso da UCLA. De fato, se olharmos para ambos, veremos ideias de história completamente diferentes, mas o debate entre eles não se desenrola nesse nível de argumento. Também devemos entender que Ginzburg possui uma história pessoal trágica, pois o seu pai, Leone Ginzburg, integrou a resistência ao nazifascismo e foi morto pelo regime de Mussolini. Contudo, em nossa visão, o ataque direcionado à White possui, em seu interior, uma busca por defender o solo realista da historiografia, ou seja, livrar a disciplina de qualquer prática ou forma narrativa que seja diferente daquelas herdadas pelos historiadores.

White não dedicou muitos espaços para responder aos ataques de Ginzburg, mas uma reflexão em especial pode nos ajudar a entender como foi sua reação. Em texto publicado em 2000 e intitulado *Figura and Historical Subalternation*, o estadunidense nos diz que:

⁴⁵⁷ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 90. Tradução própria.

⁴⁵⁸ GINZBURG, Carlo. Just One Witness. In: FRIEDLÄNDER, Saul. **Probing the limits of representation: Nazism and the "Final Solution"**. Harvard University Press, Massachusetts, 1992, p. 91. Tradução própria.

O que deixou Ginzburg inquieto, é claro, foi que ele de repente descobriu que sua própria teoria e prática da historiografia tinham sido baseadas em uma concepção de objetividade e perspectiva que era essencialmente “cristã” por natureza e que, pela prática dela, ele havia participado da representação da historicidade de uma forma que o obrigou a excluir-se do tipo de percepção da “historicalidade” que somente um cristão poderia reivindicar.⁴⁵⁹

Temos, então, que para White o que diferenciaria ambos era justamente a noção de objetividade assumida por Ginzburg que, de fato, era completamente diferente daquela percebida por White. Assim, a discussão estabelecida por ambos nos faz refletir sobre as funções da história de uma maneira mais ampla.

Por isso, mais do que um debate sobre os limites da representação do Holocausto, entendemos que o congresso da UCLA produziu uma grande discussão sobre o que é a disciplina histórica, a escrita historiográfica e quais as formas possuímos para dar sentido ao passado. Em entrevista posterior, White retornaria a esse debate ao dizer que:

Ginzburg, por exemplo, odeia a meta-história. Ele pensa que sou fascista. Ele também é ingênuo em muitos aspectos. Ele pensa que a minha concepção de história é como a de Croce, que é subjetivista, e que penso que se pode manipular os fatos para obter um efeito estético. Penso que isso pode ser feito e, embora Ginzburg pense que não se deve fazer isso, na minha opinião, ele próprio o faz com bastante frequência.⁴⁶⁰

Em um tom bastante ácido, White retoma novamente às diferenças de concepção de história entre ambos, entendendo que o próprio historiador italiano realizaria táticas condenadas por ele. Assim, essa discussão se viu longe de uma solução e o que percebemos no decorrer dos anos foi um gradativo afastamento de White das discussões com historiadores sobre a disciplina histórica. Contudo, essa polêmica gerou uma série de recepções e mobilizou grande parte da comunidade historiadora, pois como dissemos, era uma discussão sobre o caráter e o papel da disciplina histórica. Assim, acreditamos que no caso do Brasil, especificamente, as críticas de Ginzburg tiveram uma recepção e circulação muito maior do que as ideias de White, “sendo perceptível inclusive na maneira como a historiografia brasileira receberia a obra dos dois autores e as tradições de pensamento a eles vinculadas”.⁴⁶¹

Tais recepções desse debate também demonstram as críticas de relativista, ou mesmo negacionista que foram feitas à White naquele momento. Contudo, essas críticas não se sustentariam, pois como demonstra Christopher Browning, “Hayden White aborda a questão e

⁴⁵⁹ WHITE, Hayden. *Figura and Historical Subalternation*. In: WHITE, Hayden. **The ethics of narrative, vol. 1: essays on history, literature, and theory, 1998-2007**. Editor's Note. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022, p. 131. Tradução própria.

⁴⁶⁰ DOMANSKA, Ewa. **Encounters: Philosophy of History after Postmodernism**. University Press of Virginia, Virginia, 1998, p. 16. Tradução própria.

⁴⁶¹ CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da. Relações de força e limites da ética historiográfica: a representação histórica no debate entre Carlo Ginzburg e Hayden White. **Revista Sinais**, Vitória, n.15, 2014, p. 19.

denuncia que a própria noção de negação do Holocausto é ‘tão moralmente ofensiva quanto intelectualmente desconcertante’⁴⁶². Portanto, o debate não estaria colocado entre um negacionista e um defensor da realidade, mas sim, o que os historiadores poderiam fazer para construir uma representação adequada do Holocausto.

Anos mais tarde, em *The Practical Past*, White diria que:

Não há dúvida de que a Solução Final aconteceu. O fato de ter acontecido é uma prova de que já era uma possibilidade na sociedade e na cultura europeias muito antes. O fato de ter acontecido na sociedade e na cultura europeias, quando, onde e da forma como aconteceu – foi isso que o tornou “inacreditável”.⁴⁶³

Como resultado, emos, então, que seu questionamento nesse momento não vai na direção de uma relativização da solução final, mas sim, em tentar entender o fato de sua ocorrência se tornar inacreditável por ter acontecido no centro da Europa. Essa reflexão de White atua na direção de escritos pós-coloniais, como aqueles desenvolvidos por Aimé Césaire, que entende esse momento catastrófico da humanidade não como um crime em si, mas como

o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, é o crime, contra o homem branco, é a humilhação do homem branco, é de haver aplicado à Europa os procedimentos colonialistas que atingiam até então apenas os árabes da Argélia, os coolies da Índia e os negros da África.⁴⁶⁴

Se White não vai tão longe quanto Césaire no sentido de compreender o Holocausto como um genocídio perpetrado contra a Europa por si mesma, atividades essas que já eram feitas anteriormente em África, por exemplo, ele nos ajuda a entender que o fato da Solução Final ter ocorrido na Europa moldou sua sensação de incredulidade, uma vez que a cultura europeia sempre vendeu para o resto do mundo suas noções de civilização, progresso e desenvolvimento. Portanto, as reflexões de White sobre o Holocausto também nos ajudam a perceber essa dimensão de que, a difusão de memórias e narrativas sobre esse evento ocorreram em grande parte por ter sido um genocídio em solo Europeu.

Após todos esses debates, acreditamos que o principal ponto que White buscava destacar ao abordar a temática do Holocausto era reenfatizar a necessidade da utilização de técnicas modernistas, como a escrita intransitiva, para a representação dos eventos modernistas. Como ele nos diz no texto de 1990 publicado na coletânea de Friedländer ao refletir sobre o Holocausto: “acontece apenas que a sua representação, seja na história ou na ficção, requer o

⁴⁶² BROWNING, Christopher. German Memory, Judicial Intertogation, and Historical Reconstruction: Writing Perpetrator History from Postwar Testimony. In: FRIEDLÄNDER, Saul. **Probing the limits of representation: Nazism and the "Final Solution"**. Havard University Press, Massachusetts, 1992, p. 32. Tradução própria.

⁴⁶³ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 80. Tradução própria.

⁴⁶⁴ CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Veneta, São Paulo, 2020, p. 73.

tipo de estilo, o estilo modernista, que foi desenvolvido para representar o tipo de experiências que o modernismo social tornou possível”⁴⁶⁵. Por isso, esse estilo modernista seria inescapável para representações do passado que tratassem dos eventos do século XX. E se durante as polêmicas no evento na UCLA, White mobilizou como exemplo desse estilo Spiegelman e Primo Levi⁴⁶⁶, anos mais tarde, em *The Practical Past*, o estadunidense traria outros exemplos daquilo que ele entenderia como estilo modernista, sendo eles:

Se questo è un uomo (Se Isto É um Homem) de Primo Levi, a quadrinhos como Maus de Art Spiegelman e filmes como Il portiere di notte (O Porteiro da Noite) de Cavani, A Lista de Schindler de Spielberg e La vita è bella (A Vida é Bela) de Benigni.⁴⁶⁷

Todas essas representações do Holocausto, nas mais diferentes mídias, trariam consigo esse estilo modernista e, algumas delas, a voz média em suas táticas representacionais. Por isso, chegou o momento de analisarmos um dos exemplos citados por White como contendo essa escrita intransitiva e uma representação modernistas do Holocausto, *A Alemanha Nazista e os Judeus: os anos de extermínio, 1939-1945*, livro de Saul Friedländer que trataremos aqui como esse exemplo de uma historiografia modernista. Vamos, então, a um exemplo prático de uma representação que poderia contribuir para um tratamento responsável do Holocausto e oferecer uma libertação e orientação para os sujeitos imbricados em um tempo presente repleto de traumas.

3.2- Historiografia modernista: leituras de Hayden White sobre *Os anos de extermínio* de Saul Friedländer

Em entrevista concedida a Claudio Fogu, Wulf Kansteiner, e Todd Presner, o historiador Saul Friedländer relembra o contexto dos debates sobre os limites da representação do Holocausto que citamos anteriormente, especialmente, as discussões entre Ginzburg e White. Segundo o autor, ele foi “diretamente influenciado por aquela conferência porque me obrigou a reconsiderar a forma como narro os acontecimentos, não tanto no primeiro volume, mas de forma crucial no segundo”⁴⁶⁸. Aqui, percebemos que as exposições de White que geraram grande polêmica entre os historiadores do período exerceram um papel fundamental na constituição do segundo volume de *A Alemanha Nazista e os Judeus*. Portanto, podemos

⁴⁶⁵ WHITE, Hayden. Historical Emplotment and the Problem of Truth in Historical Representation. In: WHITE, Hayden. **Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1999, p. 42. Tradução própria.

⁴⁶⁶ Idem.

⁴⁶⁷ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 28. Tradução própria.

⁴⁶⁸ FRIEDLÄNDER, Saul; FOGU, Claudio; KANSTEINER, Wulf; PRESNER, Todd. Epilogue: Interview with Saul Friedländer In: FOGU, Claudio; KANSTEINER, Wulf; PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 415. Tradução própria.

entender a partir das palavras de Friedländer que *Os anos de extermínio* são fruto das discussões que se desenvolveram desde a conferência na UCLA nos anos 90, se transformando assim, em uma obra que buscou considerar as questões da narrativa e da representação expostas por White.

Trazer essa consideração de Friedländer é importante porque compreendemos que as interpretações feitas por White do segundo volume da obra desse historiador atuam na direção de conceber esse livro enquanto um exemplo de historiografia modernista. De acordo com a concepção do autor estadunidense, Friedländer estaria “na categoria de escritores modernistas do tipo de Proust, Woolf, Kafka, Stein e Joyce”⁴⁶⁹ e seria um dos exemplos de uma escrita modernista aplicada a uma obra historiográfica. Assim, o segundo volume da grande obra elaborada por Saul Friedländer teria produzido, nas palavras apresentadas por Hayden White, “algo como o tipo de historiografia modernista particularmente exigida – técnica e eticamente – pelo Holocausto e por todos os outros eventos históricos, mesmo que vagamente semelhantes a ele”⁴⁷⁰. Essa constatação é importante porque, na visão de White, o livro de Friedländer se encaixaria em uma nova categoria de trabalho historiográfico pois não seria elaborado a partir das formas tradicionais consagradas pela historiografia, mas sim, traria consigo duas características marcantes de diversos escritores literários: a escrita modernista e a voz média. Sobre isso, White nos diz que “para Friedländer a Solução Final não é produto de uma única linha de causalidade e, como tal, não pode ser “explicada” à maneira da historiografia tradicional”⁴⁷¹, ou seja, nessa obra o estadunidense identificaria todas aquelas práticas e premissas necessárias a um texto que buscasse narrar um evento modernista. Por conta de sua maneira singular de narrar um acontecimento como o Holocausto, *A Alemanha Nazista e os Judeus: os anos de extermínio, 1939-1945* se constituiria como o grande exemplo historiográfico de escrita modernista utilizando a linguagem intransitiva que, em sua representação, mobilizaria artifícios literários e formas de contar histórias diferentes das representações tradicionais desse evento.

Entretanto, antes de continuarmos com a análise de White sobre o que caracterizaria esse livro como um exemplo de historiografia modernista, precisamos fazer uma ressalva de início aos nossos leitores. Se o estadunidense parece ter a certeza dessa forma de representação modernista na obra de Friedländer, esse autor não parece concordar com essa interpretação pois,

⁴⁶⁹ WHITE, Hayden. Historical Truth, Estrangement, and Disbelief. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 57. Tradução própria.

⁴⁷⁰ Idem, p. 54. Tradução própria.

⁴⁷¹ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 81. Tradução própria.

segundo ele, mesmo agradecendo White pela leitura elogiosa da sua obra, este tentaria “instrumentalizá-lo em benefício da sua argumentação”⁴⁷². Aqui, nos defrontamos mais uma vez com uma característica específica de White que, de certa forma, Friedländer expõe nesse comentário. Sempre foi o estilo whiteano buscar autores e ideias que se encaixassem nas suas concepções de história e narrativa. Por isso, como já demonstramos anteriormente nesse trabalho, White, na grande maioria das vezes, utiliza seus interlocutores com bem entende e, na visão de Friedländer, foi justamente isso que ocorreu com a interpretação de seu livro. Portanto, os debates que apresentaremos a seguir estão longe de ser um concessão e se apresentam muito mais como uma leitura particular de White a respeito de *Os anos de extermínio* do que uma análise final dessa obra. Contudo, não podemos entender essa discordância entre os autores como uma separação decisiva entre eles. Concordamos aqui com Wulf Kansteiner quando nos diz que “a escrita autorreflexiva do historiador do Holocausto Saul Friedländer no seu *The Years of Extermination*, não seria possível sem as obras *Metahistory* e *The Content of the Form* de Hayden White, assim como a conferência de 1990 na UCLA”.⁴⁷³ Mais uma vez, o evento dos anos 90 aparece para nós, demonstrando a grande centralidade do mesmo para as produções historiográficas sobre o Holocausto posteriores a ele. Além disso, a consideração de Kansteiner aponta que, mesmo White e Friedländer possuindo discordâncias em vários aspectos, as ideias deles foram fundamentais em suas produções intelectuais, retroalimentando umas às outras, e é isso que buscaremos demonstrar a partir de agora.

Inicialmente, precisamos entender o motivo da obra de Friedländer, na visão de White, era utilizar técnicas modernistas de escrita e desafiar a lógica tradicional de uma narrativa historiográfica. Logo no começo de seu livro, esse historiador apresentaria para nós uma passagem interessante que reflete sobre as intenções e objetivos do conhecimento histórico:

O objetivo do conhecimento historiográfico é o de domesticar a incredulidade, de eliminá-la, explicando-a. Neste livro, gostaria de apresentar um estudo historiográfico exaustivo do extermínio dos judeus da Europa, sem eliminar ou domesticar esse senso inicial de incredulidade.⁴⁷⁴

Essa reflexão de Friedländer demonstra duas formas distintas de se conceber o estudo do passado realizado pela disciplina histórica. Primeiro, é apresentado como o objetivo do conhecimento histórico a domesticação da incredulidade, ou seja, em uma visão mais

⁴⁷² FRIEDLÄNDER, Saul. **Reflexões sobre o Nazismo**. Sextante Editora, Porto, 2017, p. 153.

⁴⁷³ KANSTEINER, Wulf. Nos limites do realismo histórico: narração, argumentação, e ética na historiografia sintética do Holocausto. In: BENTIVOGLI, Julio; TOZZI, Verónica(org.). **Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história**. Vitória, Milfontes, 2017, p. 309.

⁴⁷⁴ FRIEDLÄNDER, Saul. **A Alemanha Nazista e os Judeus, volume II: os anos de extermínio, 1939-1945**. São Paulo, Perspectiva, 2012, p. 28.

tradicional de historiografia, a domesticação seria uma atividade fundamental no sentido de que ela, pretensamente, ajuda a controlar o caos dos eventos passados e permite ao historiador alcançar a objetividade. Assim, o historiador realizaria sua atividade em busca dessa forma objetiva do passado a partir da utilização de técnicas como a domesticação com o intuito de conseguir em sua representação, mesmo que minimamente, apresentar para os leitores o passado histórico que procura narrar de forma controlada. Por outro lado, Friedländer nos diz que é justamente essa atividade que ele buscaria evitar em *Os anos de extermínio*. Ao apresentar o genocídio dos judeus na Europa, esse autor buscaria evitar a domesticação desse fato e da incredulidade pois esse evento extremo não conseguiria ser controlado e domado pelo historiador.

Acreditamos que ao exercer essa atividade, Friedländer passa a operar em uma outra chave de conhecimento histórico diferente da tradição produzida por grande parte das academias do século XIX. O que estaria em jogo seria a efetividade dessa produção de passado para os leitores que, experienciando ou não os eventos do Holocausto, buscariam em uma história não domesticada desses acontecimentos orientações diversas para suas vidas. Por isso, em nossa visão, *Os anos de extermínio* atua na mesma direção daquilo que White caracterizou como uma marca do romance modernista ao dizer que “simplesmente o romance modernista se preocupa mais com o “passado prático” do que com sua contrapartida “histórica” domesticada⁴⁷⁵”. Sendo assim, a historiografia de Friedländer também conteria em seu interior esse pressuposto adotado pelo romance modernista. Ao negar a domesticação da incredulidade produzida pelos eventos modernistas, esse historiador se direcionaria para a dimensão do passado prático, conceito extremamente importante para White. Ao refletir sobre esse tipo de passado, o estadunidense diria que “é aquele para o qual recorreremos quando os nossos interesses são tanto éticos como cognitivos. Penso que o livro de Friedländer – tal como *Beloved*, de Toni Morrison – se enquadra nesta última categoria⁴⁷⁶”. Vemos surgir, então, um exemplo de historiografia que mobilizaria o passado prático, se descolocando assim, de outras formas historiográficas focadas estritamente no passado histórico e que foram inúmeras vezes criticadas por White. Por conta dessa reversão na concepção tradicional de conhecimento histórico, o estadunidense diria que “é por isso que quero situar a minha própria discussão do livro de Friedländer no contexto do modernismo cultural e especificamente literário⁴⁷⁷”. Assim,

⁴⁷⁵ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 92. Tradução própria.

⁴⁷⁶ WHITE, Hayden. Historical Truth, Estrangement, and Disbelief. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 54. Tradução própria.

⁴⁷⁷ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 77. Tradução própria.

White encontra nessa obra o exemplo historiográfico das discussões sobre o modernismo que já se faziam presentes na literatura e que foram diversas vezes abordadas por ele.

Seguindo essa mesma linha de interpretação, segundo a qual a obra de Friedländer apresenta uma nova forma de elaboração historiográfica, concordamos com as reflexões apresentadas por Elisabeth Weber em seu texto intitulado *Catastrophes Afterlives of the Exceptionality Paradigm in Holocaust Studies* quando a autora destaca a seguinte consideração: “a obra de Saul Friedländer foi pioneira ao “perturbar” metodologicamente o que ele chamou, nas palavras de Thomas Laqueur, de “historiografia business as usual” que “necessariamente domestica e “nivela” a ‘representação do extermínio em massa’”⁴⁷⁸. Essa perturbação metodológica exercida pela obra de Friedländer estaria diretamente associada com a não domesticação da representação do Holocausto apontada por ele logo no começo do livro, possibilitando que uma nova forma de produção historiográfica fosse imaginada para esse evento modernista que não conseguira ser representado pelas técnicas narrativas e metodológicas consagradas pelo conhecimento histórico científico.

Em nossa visão, uma característica importante dessa nova elaboração produzida por Friedländer pode ser identificada nas fontes utilizadas por ele para contar a história do extermínio dos judeus. Ao utilizar diários e testemunhos de pessoas que passaram pela ofensiva e massacre nazista, esse autor diria: “usei essas vozes mais do que nunca. Encontrei-os em diários espalhados por dezenas de arquivos. Mas interpretar os gritos e sussurros destas vozes não é uma ciência; é uma questão de intuição”⁴⁷⁹. Para além da utilização de diários como fontes, essa citação é interessante porque Friedländer apresenta a questão de como interpretar essas vozes e sussurros deixadas por pessoas que, na maioria das vezes, foram perseguidas e mortas pelos nazistas. Ao dizer que interpretar esses gritos e sussurros seria uma questão de intuição, o historiador abre a possibilidade para novas formas de representação, pois essa intuição não conseguiria ser produzida por um conhecimento histórico delimitado cientificamente, mas precisaria vir juntamente com as sensibilidades do historiador que narra os fatos aterrorizantes contidos nos diários. Por isso, White diria que Friedländer “mapeia um campo mas não traça um curso único de acontecimentos, e resiste à imposição de estruturas

⁴⁷⁸ WEBER, Elisabeth. *Catastrophes Afterlives of the Exceptionality Paradigm in Holocaust Studies*. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 398. Tradução própria.

⁴⁷⁹ FRIEDLÄNDER, Saul; FOGU, Claudio KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. Epilogue: Interview with Saul Friedländer In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 414. Tradução própria.

estereotípicas de significado que permitiriam qualquer “domesticação” dos fatos”.⁴⁸⁰ Entendemos que essa busca por interpretar os sussurros através da intuição do próprio historiador estaria diretamente associada com a recusa em domesticar os fatos, como apontou White. Fazer esse movimento é ampliar as técnicas metodológicas de representação histórica, se colocar em consonância com uma escrita modernista, como apontou White e, mais do que isso, buscar alternativas representacionais diferentes para dar conta das vozes e depoimentos de pessoas que, em sua grande maioria, não sobreviveram para contar suas histórias.

Se esse primeiro momento era importante para situarmos o deslocamento historiográfico que White identifica nesse livro de Friedländer, precisamos agora partir para a análise específica daquilo que consistiria as características modernistas em *A Alemanha Nazista e os Judeus: os anos de extermínio, 1939-1945*. Dentre as várias características observadas por White nessa obra, entendemos que uma delas é importante e precisa ser destacada: os artifícios literários. Segundo a interpretação de Hayden White, “esses efeitos – destramar, narração em voz média, tematização, sequenciação e assim por diante – são produzidos por dispositivos, técnicas, e tropos literários ou retóricos identificáveis”⁴⁸¹ transformando o livro de Friedländer em uma obra recheada de mecanismos oriundos da literatura, pois “*Os Anos de Extermínio* abre com uma cascata de artifícios literários.”⁴⁸² Nessa passagem, percebemos uma série de elementos que transformariam a obra analisada por White em um exemplar de texto historiográfico modernista. Portanto, precisamos entender que qualquer narrativa modernista deveria conter em sua estrutura os elementos citados acima e, especialmente, a narração na voz média e os artifícios literários.

Entretanto, somente a utilização de artifícios literários não transformaria a narrativa de Friedländer em um exemplar modernista. Como White nos diz:

embora os dispositivos, tropos e figuras aqui identificados sejam aqueles conhecidos pela crítica tradicional, Friedländer os utiliza para produzir os efeitos (literários) especificamente modernistas de estranhamento e descrença - não tanto na verdade, mas em vez disso, a “realidade” dos eventos que ele narra. E na representação da realidade histórica, esta constitui a principal diferença entre o realismo tradicional do século XIX e a sua alternativa modernista.⁴⁸³

Aqui, percebemos que se os artifícios literários apresentados em *Os anos de extermínio* são tradicionais da literatura, a principal diferença é com relação a forma com que eles são

⁴⁸⁰ WHITE, Hayden. Historical Truth, Estrangement, and Disbelief. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 56. Tradução própria.

⁴⁸¹ Idem, p. 58. Tradução própria.

⁴⁸² Idem, p. 58. Tradução própria.

⁴⁸³ Idem, p. 71. Tradução própria.

utilizados. Ao mobilizar tropos, figuras e alegorias, Friedländer passa a apresentar dois sentimentos importantes para uma escrita modernista: estranhamento e descrença. Em nossa visão, essas sensações representadas pelo autor em seu livro dialogam diretamente com uma concepção de historiografia que não domestique o passado, ou seja, mesmo buscando apresentar os fatos que marcaram o genocídio dos judeus, Friedländer conseguiria sustentar para os leitores esses dois sentimentos que constituem o próprio evento Holocausto. Um estranhamento com a forma como tudo se desenrolou e uma descrença sobre a possibilidade de uma máquina mortífera ter sido estruturada de tal forma, constituem elementos fundamentais para quem busca manter essa história não domesticada e, mais do que isso, para quem se incumbe da tarefa de representar eventos modernistas.

Sobre esse ponto, White desenvolveria em seu *The Practical Past* o que compreende como descrença. De acordo ele, ao mobilizar em sua obra o conceito de descrença, Friedländer “quer dizer algo como “espanto” na presença de algo absolutamente inesperado e assustador, e aqui o conceito psicanalítico de “negação” pode ser invocado para glosar o seu termo “descrença”.⁴⁸⁴ Portanto, a ideia de descrença estaria associada à uma negação da possibilidade de ocorrência de tais atos, se colocando diretamente alinhada com a própria noção de representar o irrepresentável, ou narrar o inenarrável, temáticas exploradas diversas vezes pela historiografia do Holocausto. Em nossa visão, mobilizar esse artifício literário de produção de uma descrença atua na direção de imaginar uma representação para o Holocausto que não exclua a incredulidade dos atos, nem enquadre seus acontecimentos em uma elaboração de enredo tradicional, com começos, meios e fins. Sustentar a descrença é, em certa medida, entender que o próprio historiador possui limites quando busca representar o passado e, mais do que isso, deslocar esse sujeito da função de guardião e explicador do passado histórico para o papel de apenas mais um indivíduo imerso nesses dilemas e que busca dotar de sentido um evento estranho que produz sensações de descrença e estranhamento.

Essa soma de artifícios literários presentes na obra de Friedländer formariam a historiografia modernista identificada por White. Entretanto, esse historiador, mais uma vez, atua na direção oposta de White e não concorda com essa interpretação. Segundo ele,

No que diz respeito aos Anos de Extermínio, White enfatizou a sua qualidade como uma história modernista com base em três critérios: os limites da conceptualização; a ausência de desdobramentos temporais claros; e, principalmente, o uso abundante de

⁴⁸⁴ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 88. Tradução própria.

artifícios literários. A percepção que tenho destes critérios é, evidentemente, totalmente diferente.⁴⁸⁵

Em nossa visão, esses três critérios de White parecem fazer sentido a partir de uma análise da obra do historiador, principalmente com relação a ausência de desdobramentos temporais, apesar dos títulos das partes da obra fazerem referência às datas específicas dos acontecimentos narrados, como destaca White ao dizer que “os próprios capítulos trazem apenas datas como títulos (por exemplo, “Um. Setembro de 1939 – maio de 1940”)⁴⁸⁶. Entretanto, mais do que uma forma de demarcar temporalmente a ocorrência dos acontecimentos descritos, essas delimitações cronológicas em seus títulos “têm o efeito de desdramatizar o Holocausto, de recusar permitir que ele seja visto como um espetáculo para ser visto”⁴⁸⁷ transformando essa estratégia em um artifício literário que busca delimitar factualmente, mas sem dramatizar, os eventos corridos. Dessa maneira, podemos entender que “embora organizada em seções cronológicas, a narrativa de Friedländer é elaborada através da simultaneidade espacial e, portanto, parece instanciar uma forma modernista de historiografia do Holocausto”⁴⁸⁸, isto é, a simultaneidade com que vários eventos são apresentados ao longo de sua obra aproximam sua narrativa de formas modernistas que percebem o passado não como um referente distante e ausente, mas enquanto uma temporalidade que se entrecruza com várias outras, incluindo o próprio tempo presente.

Ao longo de sua narrativa, Friedländer desloca temporalmente inúmeras vezes os eventos da perseguição e extermínio dos judeus justamente para mostrar como esse projeto de morte estaria diretamente relacionado com outras questões que permeavam o regime nazista. Contudo, com relação aos artifícios literários, o problema se dá com aquilo que Friedländer compreende por esse conceito e suas funcionalidades narrativas. Na interpretação desse historiador sobre essas questões, “os “dispositivos” literários que White revela dentro e à volta a narração que se desenrola em *Os Anos de Extermínio* são acessórios estilísticos, periféricos à representação detalhada dos acontecimentos”⁴⁸⁹. Assim, ele conceberia os artifícios literários,

⁴⁸⁵ FRIEDLÄNDER, Saul. On “Historical Modernism”: A Response to Hayden White. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 73. Tradução própria.

⁴⁸⁶ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 78. Tradução própria.

⁴⁸⁷ Idem, p. 78. Tradução própria.

⁴⁸⁸ KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. Introduction The Field of Holocaust Studies and the Emergence of Global Holocaust Culture. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 31. Tradução própria.

⁴⁸⁹ FRIEDLÄNDER, Saul. On “Historical Modernism”: A Response to Hayden White. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 75. Tradução própria.

elemento decisivo para narrativa da obra na visão de White, como questões apenas secundárias e referentes ao estilo de escrita. O debate que se abre a partir dessa discordância é sobre qual a função de artifícios literários tais como, tropos, metáforas, alegorias e anedotas dentro de uma narrativa histórica sobre acontecimentos reais. Em nossa visão, esses elementos precisam ser considerados como estruturantes dos textos, ou seja, eles não estariam apartados dos eventos narrados e não podem ser compreendidos apenas como acessórios ou ferramentas para se chegar à realidade dos eventos. Assim como White, percebemos que tais artifícios fazem parte do próprio processo narrativo que busca representar um passado histórico, se transformando em táticas indispensáveis para qualquer pessoa que procure narrar um evento modernista.

Diferentemente dessa visão apresentada, Friedländer diria que “os acessórios estilísticos que são centrais para a análise de White são inteiramente secundários na minha opinião e não interferem na narração histórica”⁴⁹⁰. Portanto, o desacordo entre esses autores se estabelece a partir da importância atribuída por eles ao uso dos artifícios literários. Essa discussão é importante porque rememora uma das principais polêmicas da carreira intelectual de White, que diz respeito aos limites e as tensões entre história e literatura. Sobre essa questão, Friedländer aponta que “White pressiona a eliminação de todas as distinções, como quando analisa meu trabalho exclusivamente em termos do uso de certos tropos e técnicas literárias, como epígrafe, sinédoque e assim por diante.”⁴⁹¹ Ao fazer esse movimento, o intelectual estadunidense tentaria “puxar o texto histórico para a ficção modernista e é aí que vai longe demais.”⁴⁹² De fato, nesse ponto, Friedländer está certo. White busca em seu texto esses elementos literários considerados fundamentais para ele com o intuito de reforçar sua tese sobre as formas representacionais que uma narrativa modernista apresentaria. Assim, para um historiador consagrado como Friedländer, o problema estaria, mais uma vez, na aproximação que essa atitude de White geraria entre história e ficção, aproximação essa que o estadunidense já havia feito desde suas reflexões iniciais presentes em trabalhos sobre a relação entre história e literatura.

Nesse momento, precisamos fazer um destaque. Em nossa visão, os principais problemas que a aproximação entre história e literatura trariam para a comunidade

⁴⁹⁰ FRIEDLÄNDER, Saul. On “Historical Modernism”: A Response to Hayden White. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 75. Tradução própria.

⁴⁹¹ FRIEDLÄNDER, Saul; FOGU, Claudio KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. Epilogue: Interview with Saul Friedländer. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 419. Tradução própria.

⁴⁹² Idem, p. 419. Tradução própria.

historiadora estariam relacionados com a questão da ficção. Muitos historiadores tradicionais que criticaram White, tais como Carlo Ginzburg, Roger Chartier e Enzo Traverso⁴⁹³, tendiam a assimilar a ideia de ficção como mentira, ou como o oposto da realidade histórica. E talvez suas ideias não estivessem tão equivocadas, uma vez que diversas críticas à White foram baseadas na seguinte definição que esse autor apresentou em *O texto histórico como artefato literário*, texto publicado em 1974: “mas de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos”.⁴⁹⁴ Sem dúvidas, essa se constituiu como uma das frases mais citadas e polêmicas de White. Na passagem, o estadunidense equipara as narrativas históricas com as ficções produzidas pela literatura, fato esse que desconsideraria a possibilidade de uma narrativa especificamente historiográfica e geraria interpretações que conceberiam White enquanto um autor que desconsideraria a possibilidade da historiografia partir do pressuposto de narrar eventos que efetivamente ocorreram. Contudo, em nossa visão, a principal falha de White foi não definir o que ele compreendia como ficção. Somente em 2014 em seu *The Practical Past*, White demonstraria uma espécie de *mea culpa* ao dizer que não conseguiu deixar claro o que compreendia com o termo ficção⁴⁹⁵. E nesse momento, ele define ficção da seguinte maneira: “por ficção, refiro-me a uma construção ou conjectura sobre “o que possivelmente aconteceu” ou pode acontecer em algum momento e lugar, no presente, no passado ou mesmo no futuro”⁴⁹⁶. Portanto, ficção para White não estaria relacionada com a ideia de mentira ou uma simples invenção, mas sim, enquanto um processo de criação de hipóteses, uma imaginação sobre o que poderia ter acontecido.

Em linha de raciocínio semelhante, Dominick LaCapra nos apresenta que

a ficção por si pode não ser puramente fictícia, mas oferecer uma perspectiva imaginativa ou mesmo uma leitura sobre eventos e processos históricos, que pode ser comparada com e oferecer sugestões ou mesmo hipóteses para a pesquisa histórica.⁴⁹⁷

⁴⁹³ Sobre essas críticas, ver: GINZBURG, Carlo. Just One Witness. In: FRIEDLÄNDER, Saul. **Probing the limits of representation: Nazism and the "Final Solution"**. Harvard University Press, Massachusetts, 1992; CHARTIER, Roger. Figuras retóricas e representações históricas. In: **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Ed. Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 2002; TRAVERSO, Enzo. “A escrita da história: Entre literatura, memória e justiça”. Tradução de Beatriz de Moraes Vieira e Renata Duarte. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 153-165, jul./dez. 2017

⁴⁹⁴ WHITE, Hayden. O Texto Histórico como Artefato Literário. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 98.

⁴⁹⁵ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. XII. Tradução própria.

⁴⁹⁶ Idem, p. X. Tradução própria.

⁴⁹⁷ LACAPRA, Dominick. **Compreender os outros: povos, animais, passados**. Autêntica, Belo Horizonte, 2023, p. 199.

Assim como White, LaCapra compreende a ficção como essa possibilidade de abertura para a construção de hipóteses, atividade fundamental em qualquer pesquisa histórica. O ponto chave desse debate é o entendimento de que o processo imaginativo de criação de hipóteses possibilitado pela ficção pode funcionar como uma importante ferramenta para a representação de eventos históricos, especialmente aqueles produzidos pelo traumático século XX. Entendemos que mesmo definindo ficção somente em 2014, as elaborações de White ainda podem ser consideradas relevantes para a escrita da história. Por isso, quando Friedländer entende os artifícios literários como secundários em sua obra, talvez estivesse compreendendo tais artifícios como pertencentes a uma categoria de ficção ou literatura entendida como invenção e não enquanto instrumentos que abririam as possibilidades de construção de textos históricos. Seja como for, existe um impasse entre esses dois autores sobre as funções narrativas que esses artifícios literários teriam em um texto historiográfico. Se, para White, são eles que estabelecem a marca narrativa na obra de Friedländer, para o segundo, eles são utilizados apenas como marca estilística de construção textual.

Se essa primeira disputa faz referência às formas de elaboração narrativa, White não finalizaria suas interpretações apenas nesse ponto. Assumindo a ideia de artifícios literários como moduladores da obra de Friedländer, o estadunidense continuaria suas reflexões dizendo que:

O que quero dizer aqui é que o texto de Friedländer está repleto de diferentes gêneros literários, retóricos ou discursivos – epígrafe, écfrase, anedota, constelação, ironia – que ao mesmo tempo pontuam sua narração e impedem a narrativização e, ao mesmo tempo, criam um nível de significado figurativo ao lado e modulando os fatos dados no registro cronológico – esses gêneros servem perfeitamente bem ao objetivo declarado de Friedländer de produzir os efeitos específicos de “alienação” e “descrença” que protegeriam seu relato da “domesticação”⁴⁹⁸

A necessidade de produzir efeitos como alienação e descrença com o intuito de evitar a domesticação dos fatos levaria Friedländer, na visão de White, a mobilizar essa variedade de gêneros literários apresentados pelo estadunidense. E esses artifícios que White apresenta na citação estariam presentes ao longo da obra de Friedländer, sendo esses os elementos que formariam a constelação de artifícios literários identificados pelo estadunidense. Torna-se necessário, portanto, perpassarmos agora por mais dois elementos destacados por White na citação e que fazem de *Os anos de extermínio* uma historiografia modernista: o uso de epígrafes e o narrar sem narrativizar.

⁴⁹⁸ WHITE, Hayden. Historical Truth, Estrangement, and Disbelief. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 63. Tradução própria.

Uma das epígrafes mais sintomáticas dessas características identificadas por White no livro de Friedländer diz respeito a uma passagem retirada dos diários de Klemperer. Nela, vemos a seguinte frase: “A máquina sádica simplesmente passa por cima de nós.”⁴⁹⁹ Aqui, o autor dos diários faz uma metáfora associando a Alemanha nazista à essa máquina sádica, utilizando um artifício literário para descrever seus momentos de desespero. Sobre essa passagem, White nos diria que:

Ao usar como epígrafe a figura de Klemperer da Alemanha nazista como uma “máquina sádica”, Friedländer pode ao mesmo tempo apresentar uma imagem de opressão, registrar um julgamento sobre a “Alemanha nazista”, projetar o sentimento de desamparo sentido pelos oprimidos e indicar o poder da máquina de guerra nazista, mas sem precisar documentar ou estabelecer a adequação do julgamento.⁵⁰⁰

Essa interpretação de White é interessante porque, ao pontuar a utilização que Friedländer faz dessa epígrafe, traz para nós as diversas potencialidades que ela oferece. Esse artifício literário disposto nas epígrafes do historiador serviria como uma produção de imagens do desespero, sofrimento e perseguição sofrida pelos judeus, mas que não utiliza nenhum documento oficial nem as estratégias tradicionais de explicação histórica. Aqui, não vemos o historiador se colocando no papel de um explicador retirado dos acontecimentos e fatos que apresenta após expô-los em seu texto, mas sim, alguém que através de uma metáfora, tenta transmitir para os leitores essas sensações descritas por Klemperer. Os eventos modernistas e sua capacidade de resistirem às explicações tradicionais abririam a possibilidade para essas formas de representação bastante calcadas em artifícios literários, como esse que acabamos de apresentar. Se a dificuldade estava justamente em como representar uma experiência que parece irrepresentável, na interpretação de White, Friedländer buscou superar esse problema com o uso de técnicas literárias como essa que vimos no diário.

Outra epígrafe que chamou nossa atenção ao lermos *Os anos de extermínio*, foi escrita por Moshe Flinker de apenas 16 anos, em 1943. Ao narrar os sentimentos despertados por toda a sequência de eventos sádicos, ele nos diz que:

É como estar em um grande salão, onde muitas pessoas estão alegres e dançando e onde também existem algumas outras que não estão felizes nem dançando. E, de tempos em tempos, algumas pessoas desta última classe são levadas, conduzidas para outro aposento e estranguladas. As pessoas felizes que dançam no salão nada

⁴⁹⁹ FRIEDLÄNDER, Saul. **A Alemanha Nazista e os Judeus, volume II: os anos de extermínio, 1939-1945.** Perspectiva, São Paulo, 2012, p. 29.

⁵⁰⁰ WHITE, Hayden. Historical Truth, Estrangement, and Disbelief. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture.** Harvard University Press, London, 2016, p. 62. Tradução própria.

percebem. Pelo contrário, parece que isso aumenta sua alegria e duplica sua felicidade.⁵⁰¹

O relato dessa dança macabra da morte exposta pelo jovem Flinker, nos oferece a possibilidade de uma série de metáforas e alegorias que traduzem e servem para produzir identificação com a série de perseguições enfrentadas pelos judeus. Obviamente, é uma tarefa quase impossível tentar imaginar seus sofrimentos, ou mesmo, sentir aquilo que sentiram. O ponto é que, ao mobilizar os artifícios literários dispostos na passagem, Flinker contribuiu para o processo de construção de imagens sobre esse momento dramático. E em nossa visão, a escolha de Friedländer por essa epígrafe não é aleatória. Ela serve para ilustrar, através desse salão, onde uns dançam e outros não, as diversas reações diferentes sentidas por vários judeus no momento de suas perseguições. Essa passagem marca a abertura da parte III do livro de Friedländer, intitulada “Shoah” e que possui como objetivo apresentar os acontecimentos derradeiros que levaram ao extermínio em massa dos judeus. Sobre essa questão, White diria que “a epígrafe é uma figura que prenuncia o relato dos acontecimentos que se segue, intitulado “Parte 3. Shoah: Verão de 1942 – Primavera de 1945”⁵⁰², assim, ela serve como essa figura ou imagem, que transmite aos leitores os acontecimentos e relatos que estão por vir. Em nossa visão, ao escolher como epígrafe essa passagem repleta de artifícios literários, Friedländer buscava demarcar a diferenciação na sociedade entre aqueles que dançavam felizes, os não judeus, e aqueles que não estavam nem felizes nem dançando, os judeus. Assim, a epígrafe ilustra de forma metafórica a situação dos judeus que foram sendo deportados, um a um, desse enorme salão descrito por Flinker. E, para além disso, ao dizer em seu diário que as pessoas felizes nada percebem e que, na verdade, aumentam sua alegria, percebemos uma associação com a grande indiferença sentida pela população não judaica com a deportação, morte e perseguição dos judeus. E de fato, ao seguirmos no livro de Friedländer, percebemos o aumento da descrição das mortes pelos nazistas e constantes relatos sobre a falta de ação de grande parcela da população que apenas observou passivamente o processo genocida e, em alguns momentos, contribuiu com este.

Ao trazermos esses dois exemplos de epígrafes utilizadas por Friedländer e que foram analisadas por White, percebemos que elas servem como a materialização da ideia do estadunidense, segundo a qual, *Os anos de extermínio* é moldado e se constitui a partir de uma série de artifícios literários. Dessa forma, no intuito de reforçar sua ideia, White nos diria que

⁵⁰¹ FRIEDLÄNDER, Saul. **A Alemanha Nazista e os Judeus, volume II: os anos de extermínio, 1939-1945.** Perspectiva, São Paulo, 2012, p. 483.

⁵⁰² WHITE, Hayden. **The Practical Past.** Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 78. Tradução própria.

“as citações escolhidas para uso como epígrafes em *Os Anos de Extermínio* são mais “artísticas” e “literárias” do que “cruas” e “espontâneas”, e que, na verdade, é a sua natureza moldada e não espontânea que lhes dá a sua força e poder.”⁵⁰³ Temos aqui uma importante diferenciação. Ao dizer que as citações são artísticas e literárias ao invés de cruas e espontâneas, White retoma sua concepção de que a utilização de técnicas modernistas, principalmente advindas da literatura, contribuiriam para a superação de uma representação do passado que traria apenas a natureza crua dos fatos para a narrativa. Friedländer poderia ter optado por epígrafes com descrição sobre o número de assassinatos, perseguições e total de ocupação dos nazistas por toda a Europa, principalmente no momento final do genocídio, descrito em sua terceira parte, mas, ao invés disso, escolheu como epígrafe inicial uma passagem repleta de artifícios literários que, para além da descrição crua dos acontecimentos, estabelecem um processo de identificação dos leitores com os eventos que serão narrados. Assim, os artifícios literários possuiriam essa capacidade de chocar e tocar os leitores ao fazer associações entre aquilo que acontecia com a produções de imagens e analogias sobre tais acontecimentos.

Foi exatamente essa capacidade de mobilizar os artifícios literários que despertou a atenção de White para o livro de Friedländer. Uma historiografia modernista exigiria, em sua prática, a abertura para representações do passado que fossem mais literárias do que cruas, que produzissem mais imagens e alegorias do que se limitassem a simplesmente descrever o que e como ocorreu determinado evento. Por isso, White compreenderia que “em vez de uma sequência de cenas de um drama, Friedländer apresenta-nos uma série de imagens ‘constelacionais’”.⁵⁰⁴ E essa série de constelações resistiriam ao impulso de domesticar os acontecimentos e, mais do que isso, trariam consigo os elementos literários tipicamente modernistas. Mas, como já demonstramos anteriormente, Friedländer discordaria mais uma vez das interpretações whiteanas, pois, para ele, “a fusão de White entre literatura e história é inaceitável para o historiador”⁵⁰⁵, ou seja, novamente percebemos que a discordância entre eles se estabelece no campo da necessária diferenciação entre história e literatura, para Friedländer, e das inúmeras proximidades que esses campos apresentam, para White.

⁵⁰³ WHITE, Hayden. Historical Truth, Estrangement, and Disbelief. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 62. Tradução própria.

⁵⁰⁴ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 80. Tradução própria.

⁵⁰⁵ FRIEDLÄNDER, Saul. On “Historical Modernism”: A Response to Hayden White. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 73. Tradução própria.

Se a utilização de artifícios literários foi uma das questões que despertou a atenção de White e fez com que ele interpretasse a obra de Friedländer como um exemplar de historiografia modernista, outro ponto importante presente em *Os anos de extermínio* precisa ser destacado: a questão da narrativa. Assim, devemos delimitar de começo o entendimento de White segundo o qual “nem toda narração é narrativização”⁵⁰⁶, ou seja, por mais que narrar seja um processo inerente a qualquer trabalho histórico, existem maneiras diferentes de realizar esse processo. Por isso, entendemos que narrativizar é enquadrar determinado tema ou evento histórico em uma chave narratológica clássica, herdada pela tradição oitocentista. Desta forma, para os eventos modernistas, White buscava histórias que conseguissem narrar esses acontecimentos sem cair na modalidade clássica narrativista. E o livro *Os anos de extermínio* se encaixa nessa lógica, pois o estadunidense nos diz: “parece-me que o que Friedländer conseguiu realizar é uma narração do Holocausto que resiste ao impulso de narrativizá-lo, para encerrá-lo em uma conta de um processo com uma ou poucas linhas de desenvolvimento,”⁵⁰⁷. Esse processo de narrar sem narrativizar estaria diretamente relacionado com a resistência ao fechamento narrativo, isto é, não procurar enquadrar o evento que utiliza como base textual em uma linha temporal delimitada e circunscrita a datas e acontecimentos bastante fechados. O que Friedländer conseguiria seria o afastamento da produção de uma única linha cronológica de desenvolvimento narrativo, demonstrando em sua obra, as infinitas possibilidades de ancoragem factual para o desenvolvimento narrativo e, mais do que isso, permitindo e deixando claro que vários caminhos poderiam ser percorridos para a representação do genocídio dos judeus na Europa.

Essa característica tipicamente modernista de narrar sem narrativizar demonstraria ainda uma outra temática fundamental para os escritores e historiadores: a questão do seu próprio lugar enquanto um autor que realiza uma atividade narrativa. Assim, White nos diria que Friedländer evita “cuidadosamente o tom do narrador onisciente que está tanto “fora” das ações que relata (o observador objetivo) como “fora” do discurso (o juiz objetivo) no qual as relata”.⁵⁰⁸ A questão da posição em que o narrador se coloca em seu texto é fundamental para percebermos a diferença entre o que seria uma historiografia realista e uma modernista. Através dos modelos realistas estabelecidos desde o século XIX, o padrão do narrador em uma ciência histórica pode ser compreendido como aquele que observa e relata de fora os acontecimentos ou como o sujeito que, após realizar esse primeiro processo, utiliza suas técnicas intelectuais

⁵⁰⁶ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 83. Tradução própria.

⁵⁰⁷ Idem, p. 83. Tradução própria.

⁵⁰⁸ Idem, p. 83. Tradução própria.

para dotar de sentido tudo aquilo que foi apresentado aos leitores. Longe dessa onisciência do escritor, Friedländer é concebido como alguém que não se comporta nem como o observador apartado da realidade nem como o juiz que julga aquilo que vê e enreda. White o compreende como o sujeito que se coloca nas ações que descreve, uma vez que “ele está dentro do ato de escrever da maneira que Barthes (seguindo Benveniste) chama de “voz média”.⁵⁰⁹ Portanto, o que vemos surgir mais uma vez é a associação de White entre o trabalho realizado por Friedländer e o conceito de voz média retirado de Roland Barthes.

Como já demonstramos anteriormente, esse conceito é fundamental para toda escrita modernista que buscasse representar os eventos do século XX. E aqui, finalmente, White nos fornece um exemplo de historiador e historiografia que trariam em sua composição essa característica. Assim, a ideia de um autor inserido naquilo que narra se torna fundamental para a noção de White de representação modernista, da mesma maneira com que ele identificou em *Os anos de extermínio*. Como nos aponta María Inés La Greca, “a escritura em voz média de Barthes apresenta a escritura como uma ação onde o sujeito, o Eu, é interior à ação, não exterior a ela - uma ação sobre um objeto que também afeta o sujeito”⁵¹⁰. Por isso, a obra de Friedländer se encaixaria nessa definição porque esse autor resistiria à narrativização tradicional, não se colocando apartado dos eventos que narra, mas assumindo essa posição do historiador interior à ação que busca enredar.

Contudo, devemos nos questionar sobre qual seria a relação entre essa forma especificamente modernista de representação através da escrita e os artifícios literários que chamamos a atenção anteriormente. Percebemos que esses artifícios são os elementos fundamentais para a colocação do historiador no texto, mais do que isso, eles constituem os recursos necessários para o desenvolvimento daquilo que White compreende como voz média. De acordo com ele:

Mesmo antes de a “historiografia” ter começado, Friedländer usa anedotas para bloquear o impulso de narrativizar, para bloquear o enredo dos acontecimentos, a fim de deixar entrar um pouco de realidade na forma de sentimentos de confusão, perplexidade e, sim, “descrença” dos pacientes da “máquina sádica”⁵¹¹

⁵⁰⁹ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 83. Tradução própria.

⁵¹⁰ GRECA, María Inés La. A narrativa em disputa, ou o desejo de Hayden White de uma historiografia progressista refigurado através da teoria da performatividade de Judith Butler. In: BENTIVOGLI, Julio; TOZZI, Verónica(org.). **Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história**. Vitória, Milfontes, 2017, p. 192.

⁵¹¹ WHITE, Hayden. Historical Truth, Estrangement, and Disbelief. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 64. Tradução própria.

Esse momento que antecede o começo da historiografia propriamente dita seriam as epígrafes que mencionamos anteriormente, tendo elas esse papel anedótico de bloquear uma narrativização tradicional que talvez começasse descrevendo o início dos acontecimentos que seriam apresentados posteriormente. Ao mobilizar essas epígrafes anedóticas e metafóricas em seu texto, Friedländer traria essa forma modernista de moldar na representação do Holocausto os sentimentos que White descreve na citação. Confusão, perplexidade e descrença são sentimentos que se apresentam através das escolhas de Friedländer. E talvez sejam justamente essas sensações que ao autor buscava transmitir para seus leitores. Longe de elaborar uma representação com começos, meios e fins, onde dados, fatos e eventos são narrativizados sequencialmente, White percebe na obra desse autor o artifício de invocar esses sentimentos para o interior do texto, com o próprio autor, inúmeras vezes, expondo suas sensações pessoais em seu processo de escrita. Assim, a perplexidade e a descrença que diversos relatos de pesquisa de Friedländer proporcionam em sua obra passam a ser sensações não exclusivas do evento histórico, mas sim, instrumentos compartilhados entre o autor que escreve e o leitor que consome sua representação. Nessa nova linha temporal estabelecida pela forma modernista de narrar, os sentimentos descritos por White parecem compor um mesmo cenário temporal compartilhado não só pelas vozes que ecoam das vítimas através de seus diários, mas também pelo historiador e seu público leitor. E essa seria a potencialidade da escrita na voz média para representar eventos modernistas como o Holocausto. Ao se projetar para o interior do texto, o autor se desprenderia das amarras tradicionais de afastamento e objetividade na escrita do passado para proporcionar uma representação inquietante, confusa e descrente dos eventos narrados.

Acreditamos que os artifícios literários observados por White em *Os anos de extermínio* se juntam à narração da voz média como uma forma de produção de um sentido estético que permite aos leitores experienciarem, mesmo que de forma controlada, os sentimentos que atravessam os eventos catastróficos descritos na obra. Assim, concordamos com Kalle Pihlainen quando nos diz que “é importante ressaltar que a história também precisa de acuidade estética”⁵¹², ou seja, mesmo sendo uma produção do passado cientificamente delimitada, textos historiográficos precisariam considerar essa capacidade estética proporcionada por eles. Além disso, também entendemos o seguinte ponto: “como Hayden White lembrou repetidamente, sem a capacidade de comover os leitores e suscitar respostas emocionais e envolvimento, as

⁵¹² PIHLAINEN, Kalle. *The Work of History: Constructivism and a Politics of the Past*. Routledge, New York, 2017, p. 107. Tradução própria.

narrativas são inúteis para qualquer tipo de esforço social ou político.”⁵¹³ Temos, então, que os artifícios literários e a narração na voz média possibilitam suscitar essas respostas emocionais nos leitores, ou seja, ao lançar mão de técnicas compreendidas por White como modernistas, Friedländer traria para sua obra esse envolvimento do leitor com os eventos apresentados. Tal movimento estabeleceria uma relação para além de uma representação do passado, se transformando em um esforço que é político, no sentido de produzir afetos que podem ser experienciados no tempo presente daquele que lê determinada obra sobre o passado. Por isso, para recuperarmos aqui um ponto fundamental em nosso trabalho, atividades como a de Friedländer que mobilizam artifícios literários articulados à ideia de voz média em suas representações, contribuiriam para o esforço de libertação dos sujeitos em suas contemporaneidades. E aqui essa atividade seria estabelecida pela comunhão, em uma mesma temporalidade textual produzida pela representação histórica, entre testemunhos de pessoas que experienciaram os eventos, o autor que os interpreta e o leitor que os utiliza. Dessa forma, as possibilidades de orientação na desorientação produzidas por essas narrativas estariam relacionadas com a própria percepção de que o caminho que escolhemos seguir a partir de um passado elaborado, precisa enfrentar decisões éticas e políticas que, na maioria das vezes, começaram a ser produzidas por esses mesmos passados que buscamos compreender.

Em nossa visão, o principal motivo para a obra de Friedländer produzir esses efeitos identificados por White é o fato desse autor mobilizar em seus textos as vozes de sujeitos que passaram pela perseguição e que escreveram em diários seus testemunhos. Assim, entendemos que “ao contrário dos seus antecessores, Friedländer inscreveu as perspectivas das vítimas como pontos-chave de ancoragem moral e narrativa para qualquer tentativa de escrever uma história abrangente do Holocausto”⁵¹⁴. Trazer para o plano principal da representação do Holocausto as vozes desses indivíduos também contribui para a produção de uma historiografia modernista. Dessa forma, Friedländer nos diria que:

Mas ao escrever *The Years of Extermination*, também comecei a sentir que Hayden White não estava de todo errado sobre a poética da representação, especialmente quando, ao compor o meu texto, decidi que uma determinada voz tinha de ser juxtaposta a outra. voz e assim por diante.⁵¹⁵

⁵¹³ PIHLAINEN, Kalle. *The Work of History: Constructivism and a Politics of the Past*. Routledge, New York, 2017, p. 107. Tradução própria.

⁵¹⁴ KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. Introduction *The Field of Holocaust Studies and the Emergence of Global Holocaust Culture*. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 11. Tradução própria.

⁵¹⁵ FRIEDLÄNDER, Saul; FOGU, Claudio KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. Epilogue: Interview with Saul Friedländer In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 415. Tradução própria.

A questão de justapor as vozes também faz referência aos testemunhos que esse historiador utilizou em sua obra. Assim, ele reconhece a importância desse processo na representação do passado e, também, se desloca para um acordo com as teorias de White sobre a poética da representação. Entretanto, o ponto que impossibilita esse acordo versa sobre a questão, novamente, dos efeitos e artifícios literários. De acordo com Friedländer, “não se pode de forma alguma considerar o uso destas vozes como um mero recurso literário”⁵¹⁶, ou seja, elas não produziram aqueles efeitos que White identificou em *Os anos de extermínio*., mas teriam como objetivo relatar a realidade vivida. Além disso, essas vozes seriam “componentes discretos desta história e acrescentam uma faceta suplementar a uma realidade que não é questionada”,⁵¹⁷ mas mesmo assim, ainda “podem criar “descrença” momentânea porque confrontam o leitor com acontecimentos que parecem impensáveis, mesmo no contexto do mais extremo horror genocida”.⁵¹⁸ O que percebemos nessa passagem é, novamente, a discussão que já apresentamos entre White e Friedländer. Enquanto para o primeiro, essas vozes seriam a marca da historiografia modernista, para o segundo, elas seriam apenas suplementares, não podendo assumir uma centralidade em detrimento da realidade dos eventos que expõem. Entretanto, nesse momento, Friedländer ainda reconhece que elas podem produzir essa descrença, sentimento importante despertado pelos artifícios literários que White destacou. Notamos que Friedländer não desconsidera os efeitos e as sensações que suas técnicas narrativas produziram, contudo, elas não seriam centrais para o seu trabalho. O ponto importante é percebemos o que cada um desses autores dota de importância no processo de elaboração e interpretação a respeito de representações do passado.

Contudo, precisamos ressaltar uma questão. Mesmo tendo uma percepção diferente daquela de White sobre a utilização das vozes de depoimentos e dos artifícios empregados em sua obra, Friedländer não desconsidera a importância dessa operação. De acordo com ele,

Uma voz individual surgindo de súbito no decorrer de uma narrativa histórica trivial de acontecimentos como os apresentados aqui pode romper a interpretação coerente e aniquilar as pretensões (em sua maior parte involuntárias) de imparcialidade e "objetividade" do estudioso. Uma função assim desestabilizadora dificilmente seria necessária no caso de uma "história sobre o preço do trigo às vésperas da Revolução Francesa”⁵¹⁹

⁵¹⁶ FRIEDLÄNDER, Saul. On “Historical Modernism”: A Response to Hayden White. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 77. Tradução própria.

⁵¹⁷ Idem, p. 77. Tradução própria.

⁵¹⁸ Idem, p. 77. Tradução própria.

⁵¹⁹ FRIEDLÄNDER, Saul. **A Alemanha Nazista e os Judeus, volume II: os anos de extermínio, 1939-1945**. Perspectiva, São Paulo, 2012, p. 28.

Essa citação presente em *Os anos de extermínio* é uma das mais interessantes porque traz, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre a utilização das vozes de pessoas que passaram pela perseguição nazista, um debate sobre a questão da objetividade no conhecimento histórico e um ponto sobre a especificidade de se representar um evento como o Holocausto. Assim, concordamos com Friedländer quando ele demonstra que o uso desses testemunhos desafia a pretensão de objetividade consagrada pela historiografia tradicional. Mobilizar esse tipo de instrumento historiográfico é atuar na direção dessa desestabilização que o autor chamou a atenção na passagem apresentada. Tal processo desestabilizador estaria localizado em uma tentativa não de procura por uma objetividade do que realmente ocorreu, mas sim, em uma busca por dotar de complexidade os acontecimentos que essas vozes expõem. Desta forma, desestabilizar o passado, como a obra de Friedländer procura fazer, é abrir espaço para que eventos como o Holocausto sejam representados através das diversas camadas e nuances que possuem. Realizar esse movimento é entender que o passado histórico não é um recipiente opaco a partir do qual o historiador realiza sua descrição. Desestabilizar é, acima de tudo, tensionar e desafiar as fronteiras tênues que esses acontecimentos passados possuem, compreendendo que, se uma objetividade final dele não é exequível, talvez possam existir outras formas de buscar dotá-lo de sentido.

Entendemos ainda, que Friedländer concorda com White ao dizer que essa função desestabilizadora seria necessária para os eventos que o estadunidense chamou de modernistas. Por isso, em outros acontecimentos, como a Revolução Francesa que o autor destaca na passagem citada anteriormente, esse artifício não seria necessário. Aqui, a teoria desses dois autores apresenta um ponto de confluência no sentido de que, se os eventos produzidos pelo século XX exigem uma representação diferente, tal atividade não poderia ser calcada nos métodos clássicos de objetividade da ciência histórica. A desestabilização mobilizada por Friedländer pode funcionar então, como esse instrumento que busca narrar e representar um evento como o Holocausto de maneira distinta das técnicas tradicionais de escrita uma vez que ela contribui para evitar o grande problema de narrativas sobre o passado identificadas por Friedländer anteriormente, a saber, a incessante busca pela domesticação dos fatos. Em nossa visão, essa reflexão apresentada pelo historiador em *Os anos de extermínio*, atua na direção daquilo que White chamou a atenção, ou seja, a necessidade de os historiadores buscarem alternativas narrativas para a representação de eventos modernistas. Por isso, concordamos aqui com Kalle Pihlainen quando nos diz que “os historiadores devem trabalhar no sentido da

“libertação”, da redução do sofrimento, do empoderamento dos oprimidos⁵²⁰. Com essa frase em um tom bastante whiteano, esse autor nos demonstra que essa libertação exigida por parte dos historiadores no processo de escrita de seus textos, contribui para o processo de redução dos sofrimentos dos indivíduos. E esse sofrimento que não se encerra com o final do acontecimento histórico, é uma marca característica dos eventos modernistas do século XX. Assim, para que os historiadores consigam trabalhar nesse processo de libertação dos sujeitos de seus sofrimentos, ou mesmo de seus fardos, as novas técnicas de representação tornam-se cada vez mais necessárias. E acreditamos que Friedländer pode nos oferecer uma alternativa nesse sentido a partir de sua ideia de não domesticação dos eventos e, principalmente, quando nos oferece uma função desestabilizadora que atua no enfrentamento de noções arraigadas na tradição histórica como imparcialidade e objetividade.

Nesse momento, entendemos que os objetivos tanto de White quanto de Friedländer versavam sobre a necessidade de encontrarmos formas alternativas para a representação dos eventos modernista. No entanto, o que difere ambos é o caminho percorrido. Assim, esse importante debate sobre os limites da representação que envolveu especificamente o Holocausto, transformou essas discussões em um dilema maior que colocou no centro das disputas o próprio conhecimento histórico. Sobre essas questões, Friedländer diria que:

concordo com White sobre a necessidade de encontrar uma representação histórica adequada das catástrofes modernas. Para mim, contudo, isso não significa abandonar a intencionalidade histórica e os métodos históricos tal como os conhecemos, mas antes acrescentar alguns novos elementos às formas existentes de escrever a história dentro dos limites das regras tradicionais de investigação histórica, conceptualização e narração.⁵²¹

Aqui, o autor de *Os anos de extermínio* concorda com White e reconhece a necessidade de buscar novas formas para se representar as catástrofes modernas. Contudo, ele não avança tanto quanto White e ainda pressupõe a importância da utilização de métodos históricos tradicionais. Assim, percebemos que a principal diferença entre ambos reside justamente nesse ponto. Se White advoga pela necessidade de uma reinvenção radical dos métodos historiográficos para narrar os eventos modernistas, Friedländer não vai na mesma direção pois, para ele, estabelecer uma representação adequada para esses acontecimentos não poderia prescindir dos métodos históricos já conhecidos. Acontece que, para White, a representação dos

⁵²⁰ PHILAINEN, Kalle. The Work of Hayden White II: Defamiliarizing Narrative. In: PARTNER, Nancy; FOOT, Sarah. **The Sage Handbook of Historical Theory**. SAGE Publications Ltd, Los Angeles, 2013, p. 124. Tradução própria.

⁵²¹ FRIEDLÄNDER, Saul. On “Historical Modernism”: A Response to Hayden White. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. **Probing the Ethics of Holocaust Culture**. Harvard University Press, London, 2016, p. 73. Tradução própria.

eventos modernistas, “seja na história ou na ficção, requer o tipo de estilo, o estilo modernista”⁵²², que traria consigo, principalmente, a narração na voz média e os artifícios literários que já apresentamos anteriormente.

Seja como for, o que percebemos é a necessidade de uma nova forma de contar histórias após os traumas do século XX. E se formos utilizar White para essas discussões, entenderemos que essas formas precisam atuar no processo de libertação dos sujeitos dos traumas herdados por esses eventos. Assim, se o debate entre White e Friedländer lança as bases para uma discussão maior sobre o conhecimento histórico, em nossa visão, os eventos modernistas permitem a White retornar à necessidade de uma historiografia para a libertação dos fardos históricos que ele buscava desde *O fardo da história*, escrito em 1966. Assim, a função desestabilizadora que Friedländer apresenta pode ser uma importante técnica no sentido de produzir essas narrativas com potenciais emancipatórios. Para além dos artifícios literários e da voz média mobilizados por White, os eventos modernistas também exigiriam aquilo que Friedländer compreendeu como não domesticação e desestabilização dos fatos, a junção dessas formas, técnicas e instrumentos poderiam permitir a produção de representações do passado que assumissem o compromisso ético de libertação que recortou toda a produção teórica e intelectual de White.

Como demonstramos, mesmo existindo pontos de contato entre esses dois autores é importante destacarmos que as divergências são muito mais aparentes e, até certo ponto, insolúveis. A respeito da interpretação que White realiza de *Os anos de extermínio*, Friedländer nos apresentaria uma interessante anedota que parece ilustrar bem toda a situação:

Na conferência de Iena, fui obrigado a começar a minha resposta com uma história, conhecida por todos, a dos dois escoteiros que querem praticar uma boa ação. Veem uma senhora de idade à beira do passeio de uma rua, que olha com um certo receio para os carros que passam. Aproximam-se dela, dão-lhe o braço - um de cada lado - e obrigam-na a atravessar a rua. Então, alguém se aproxima da pessoa em questão e diz-lhe: que simpáticos que estes rapazes são! Ela responde: sim, mas eu não tinha a menor intenção de atravessar a rua. É um pouco aquilo que Hayden White faz em relação ao meu livro. Obriga-me a atravessar uma rua que eu não tinha a menor intenção de atravessar.⁵²³

Essa rua que o historiador não queria atravessar é composta pelos diversos artifícios literários que White identificou em sua obra. Mais do que isso, ela é permeada por conceitos modernistas advindos da literatura, que são extremamente importantes para White, mas

⁵²² WHITE, Hayden. Historical Emplotment and the Problem of Truth in Historical Representation. In: WHITE, Hayden. **Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1999, p. 42. Tradução própria.

⁵²³ FRIEDLÄNDER, Saul. **Reflexões sobre o Nazismo**. Sextante Editora, Porto, 2017, p. 153.

somente acessórios para Friedländer. Contudo, a passagem desse autor ilustra de uma forma bastante interessante o que White fazia com os autores que interpretava. A questão não era uma compreensão estritamente conceitual de suas obras, mas sim, uma análise teórica que utiliza determinados argumentos para sua própria elaboração conceitual. Assim, podemos entender a interpretação de White sobre *Os anos de extermínio* como essa busca por levar o texto para um caminho que ele não pretendia percorrer. E, além disso, levar junto, o próprio autor do livro que não tinha o menor interesse de frequentar o lugar para o qual foi levado. Contudo, mesmo à contragosto de Friedländer, não podemos apenas desconsiderar as interpretações de White. Elas oferecem a possibilidade de elaboração de uma historiografia modernista, com artifícios literários e escrita intransitiva que, até então, só eram observadas em escritas literárias. Portanto, o local que White convida a obra de Friedländer para um passeio pode ser esse onde novas formas de escritas disciplinadas sobre o passado passem a utilizar instrumentos alternativos, desestabilizadores e não domesticadores, uma vez que essas novas escritas precisam estar em sintonia com a igual novidade da experiência de eventos modernistas traumáticos.

Se esse é o exemplo de historiografia modernista identificado por White, nos resta agora analisarmos uma forma literária que possuiria uma outra maneira de representação do fenômeno do Holocausto. Ela mobilizaria, além das táticas modernistas, uma espécie de narração pós-moderna e, juntamente, a elaboração de um outro tipo de passado. Estamos falando do livro *Austerlitz*, do escritor Sebald, que surge agora como uma possibilidade literária de compreendermos e representar um evento modernista.

3.3- *Austerlitz* como exemplo literário de representação histórica

Se ao analisar *Os anos de extermínio* White encontra o exemplo de uma historiografia tipicamente modernista, em *Austerlitz*, W. G. de Sebald, o autor estadunidense identificaria uma representação do passado pós-moderna a partir da literatura. Como ele mesmo nos diz, a obra do escritor Sebald pode ser compreendida “como uma contribuição de um modo peculiarmente pós-moderno para a discussão sobre a relação entre história e literatura, ou escrita factual e ficcional, ou escrita realista e imaginativa”⁵²⁴, ou seja, nas andanças do personagem Jacques Austerlitz pela Europa em busca da sua verdadeira identidade que lhe foi escondida por anos, poderíamos encontrar uma representação do passado realizada pela literatura e que, em certa medida, promoveria uma rediscussão sobre conceitos fundamentais para a própria prática historiadora. Desta forma, compreendemos que o interesse de White por essa obra é despertado

⁵²⁴ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 6. Tradução própria.

por conta da infinidade de conceitos mobilizados por ela, tendo como pano de fundo, um evento modernista extremo: o Holocausto. Concordamos aqui com Herman Paul que, ao interpretar as análises de White sobre o livro de Sebald, nos diz que “ele considerava um espécime de escrita intransitiva tão importante quanto o Maus de Spiegelman”.⁵²⁵ Assim, o interesse de White por *Austerlitz* não é aleatório, pelo contrário, nessa obra o autor encontrou mais um exemplo de narrativa sobre o passado que mobilizaria em seu texto os artifícios literários e a escrita intransitiva, elementos esses indispensáveis para representações que levassem em consideração os eventos modernistas.

Sobre essas questões, entendemos “que Sebald produz uma história realista do presente, que, por meio de seu uso de técnicas modernistas de narração, desvincula a história da reprodução literal do passado”.⁵²⁶ Por isso, o que White percebeu nessa obra e que pretendemos demonstrar agora são essas características típicas da literatura modernista, especialmente a utilização do passado como fio condutor de sua narrativa. Entretanto, *Austerlitz* não pode ser visto apenas como um modelo de literatura modernista. Na realidade, essa obra estaria muito mais próxima de uma tentativa pós-modernista de representação do passado na literatura. Assim, antes de iniciarmos as discussões suscitadas pela obra de Sebald, torna-se de fundamental importância compreendermos como White percebia essa nova forma de narração literária pós-moderna. Portanto, nosso esforço nesse último momento do capítulo será em duas direções: entender essa forma literária pós-moderna para, depois, perpassarmos pelos debates sobre o Holocausto evocados pela obra sebaldiana.

Em seu último livro publicado, *The Practical Past*, Hayden White dedica algumas linhas para tratar daquilo que ele compreendia como uma forma de romance especificamente pós-moderna e que teria como enredo, alguns dos eventos modernistas produzidos pelo século XX. De acordo com ele, esse novo gênero literário dominante em diversas produções poderia ser compreendido a partir da reflexão de duas autoras que procuraram pensar e sistematizar essa questão: “como Linda Hutcheon e Amy Elias demonstraram (para minha satisfação, pelo menos), o gênero dominante da escrita pós-moderna é a “metaficção historiográfica” (Hutcheon) ou simplesmente “romance meta-histórico” (Elias).⁵²⁷ É um fato bastante interessante White buscar em seu livro, que trata das questões relacionadas a um passado prático e vivido diariamente pelos sujeitos, referências de representações do passado que estejam

⁵²⁵ PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Nova York: Polity, 2011, p. 147. Tradução própria.

⁵²⁶ PRESNER, Todd. “**What a Synoptic and Artificial View Reveals**”: Extreme History and the Modernism of W. G. Sebald’s Realism. Detroit: State University Press, 2016, p. 341-360, p. 345. Tradução própria.

⁵²⁷ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 7. Tradução própria.

calçadas nessa forma de romance pós-moderna, identificada por Linda Hutcheon e Amy Elias. Assim, acreditamos que a teoria do passado prático elaborada por White somente se sustenta porque leva em consideração as possibilidades de representação desenvolvidas por essas literaturas produzidas a partir de uma metaficção historiográfica. Desta forma, como exemplo máximo desse novo tipo de narrar e representar o passado, temos o livro *Austerlitz* que, na visão de White, pode ser entendido como um exemplo desse tratamento representacional pós-moderno na literatura a partir de um evento modernista como o Holocausto.

Contudo, antes de desenvolvermos essa questão, precisamos compreender no que constitui essa metaficção historiográfica que White apropria enquanto um conceito para sua teoria. Segundo Hutcheon, “a metaficção historiográfica procura desmarginalizar o literário por meio do confronto com o histórico, e o faz tanto em termos temáticos como formais.”⁵²⁸ Percebemos que essa forma de narrar tipicamente literária coloca em disputa justamente a relação entre história e literatura, ou seja, mesmo se constituindo enquanto uma obra literária, esses livros metaficcionais trariam para o plano principal de suas discussões diversos problemas que constituem o conhecimento histórico. Para Felipe Charbel, essa categoria de romance histórico pós-moderno “rejeita o objetivo fundamental do romance histórico do século XIX: reviver o passado através da literatura”⁵²⁹ uma vez que esses livros elaborariam e representariam o passado de uma forma completamente diferente daquela consagrada pelo romance histórico oitocentista.

Assim, escolher não reviver o passado através da literatura não é abandonar em seus enredos essa temporalidade. Mais do que isso, é compreender que a tarefa de reviver o passado é impossível e aquilo que nos defrontamos diariamente possui muito mais relação com a sobrevivência de um determinado passado do que com a ausência ou possibilidade de ressurreição dele. Por isso, a marca dessas metaficções historiográficas seria a compreensão de “que reescrever ou reapresentar o passado na ficção e na história é - em ambos os casos - revelá-lo ao presente, impedi-o de ser conclusivo e teleológico”.⁵³⁰ Neste ponto percebemos uma elaboração conceitual importante, pois se o objetivo do romance histórico do século XIX era reviver o passado, como nos aponta Charbel, as metaficções historiográficas típicas do pós-modernismo não só abandonariam esse objetivo, mas também reverteriam completamente o uso

⁵²⁸ HUTCHEON, Linda. Metaficção historiográfica: “o passatempo do tempo passado”. In: HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Imago Ed, Rio de Janeiro, 1991, p. 145.

⁵²⁹ CHARBEL, Felipe. **The New Faces of the Historical Novel**. História da Historiografia, Ouro Preto, v. 13, n. 32 p. 19-46, jan.-abr. 2020, p. 25-26.

⁵³⁰ HUTCHEON, Linda. Metaficção historiográfica: “o passatempo do tempo passado”. In: HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Imago Ed, Rio de Janeiro, 1991, p. 147.

do passado proporcionado pela literatura. Mais do que a apresentação de descrições ou a utilização de exemplos do passado, esses novos textos literários se debruçariam sobre a constante ação dessa temporalidade no tempo presente. É por isso que Linda Hutcheon destaca que representar o passado nessas novas ficções possui uma relação central com a ideia de revelação no presente, ou seja, mais do que reviver o tempo pretérito, autores como Sebald estariam preocupados com a coexistência desses traços do passado no tempo presente dos sujeitos.

Levando em consideração essas questões, podemos entender que esses romances literários pós-modernos desafiam a própria noção tradicional de conhecimento histórico. Se no século XIX, em sua grande maioria, a história se notabilizou, juntamente com o romance histórico, por suas descrições minuciosas sobre os fatos do passado, agora, a metaficção historiográfica promove uma redefinição do que é representar o passado e quais as temporalidades de agência dessas representações. Assim, cabe recuperarmos aqui uma citação que já apresentamos anteriormente, uma vez que White compreende esses autores pós-modernos na literatura como sujeitos que “desafiaram o dogma que fazia dos fatos históricos o padrão pelo qual avaliar o realismo de qualquer discurso sobre o passado ou presente real”.⁵³¹ A reversão que se apresenta para nós, a partir da metaficção historiográfica, é da noção de fato histórico como objetivo final da representação histórica para uma compreensão das interferências desses fatos e passados na temporalidade presente. Não coincidentemente, esses textos literários pós-modernos trariam consigo preocupações parecidas com aquelas produzidas pelos modernistas, a saber, a mobilização de um passado prático em detrimento de um passado histórico. Portanto, mesmo pertencendo a momentos literários distintos e sendo classificados por White como membros de grupos diferentes, os autores modernistas como Joseph Conrad, Marcel Proust, James Joyce, T. S. Eliot, Ezra Pound, Virginia Woolf, Franz Kafka, Gertrude Stein, André Gide⁵³² e os pós-modernistas, como Thomas Pynchon, Norman Mailer, Truman Capote, Don DeLillo, Philip Roth, Pat Barker, W. G. Sebald, Coetzee, Günter Grass, Danilo Kiš, Robert Rosenstone, William Gass⁵³³ teriam em comum a escolha por essa forma de romance histórico que traria na base de seu enredo uma preocupação com o passado de ordem prática. A busca desses autores e autoras em suas obras não seria pela representação realista de um passado através da literatura, mas sim pela utilização do passado imaginado por eles com o

⁵³¹ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 17. Tradução própria.

⁵³² Idem, p. 17. Tradução própria.

⁵³³ Idem, p. 17. Tradução própria.

intuito de uma ação e orientação ética no presente daqueles indivíduos que consomem suas obras.

Em nossa visão, essa concepção de White possui alguns problemas, entre eles, o fato de muitas vezes o autor estadunidense confundir e não delimitar claramente o que seria um autor modernista ou pós-modernista. Além disso, entendemos que existe uma carência de definição e delimitação de quais seriam as especificidades literárias e históricas que distinguiriam esses grupos, uma vez que as obras diversas escritas por esses intelectuais não podem ser colocadas em uma mesma linha de pensamento. Entretanto, ao mobilizar esses vários escritores e escritoras, entendemos que White procura, na escrita literária, alternativas para a representação do passado que rompessem com a lógica disciplinar historiográfica e passassem a realizar em seus textos, escritas modernistas que dessem conta de historicizar de forma responsável as catástrofes do século XX. Assim, mesmo considerando-a problemática, seguiremos essa interpretação de White, segundo a qual a literatura, tanto modernista quanto pós-modernista, possui como foco central o passado prático, oferecendo assim, novas alternativas, principalmente para o tempo presente, de representar e contar as histórias daquilo que ele compreendeu como eventos modernistas.

Para seguirmos adiante, devemos entender que essa metaficção historiográfica alteraria as relações entre os escritores e as representações do passado produzidas por eles. Mais do que uma mera mudança de estilo literário, esse fenômeno narrativo produziria um modo novo de escrita, pois segundo White:

Tudo isso contribui para a criação de um novo modo de escrita literária, no qual a linha entre discurso factual e discurso ficcional é obscurecida em um tipo de escrita (a infame “escritura”) que destruiria a autoridade artística do século XIX e o realismo do século anterior. A partir de então, a história, o evento histórico e a própria historicidade são tomados por um novo tipo de escrita que, por falta de um termo melhor, podemos chamar de pós-modernista”.⁵³⁴

Notamos que a marca dessa literatura pós-moderna seria borrar as fronteiras entre o ficcional e o factual, ou seja, uma tensão que White destacou ao longo de toda sua carreira intelectual seria agora observada por ele nesses textos metaficcionais. As relações tênues entre fato e ficção, que diversas vezes foram motivos de críticas à White e sua obra, surgem agora como uma potencialidade no sentido de produção de representações a respeito dos eventos traumáticos do século XX. Assim, a novidade trazida por esses romances estaria no campo dessa mescla entre o real e o imaginário, contando muitas vezes, eventos que não

⁵³⁴ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 57. Tradução própria.

necessariamente aconteceram, mas que trariam consigo a potencialidade ética de ação e orientação dos sujeitos no tempo presente. Sobre essa questão, concordamos com Amy Elias quando nos diz que

o pós-modernismo do romance meta-histórico localiza-se assim na sua ressuscitação da noção de sublime (na forma do sublime histórico) precisamente nos contextos políticos e éticos que o sublime e o discurso sobre a estética têm tradicionalmente evitado, subsumido ou reprimido - isto é, no contexto do político.⁵³⁵

O que estaria em jogo nessas formas literárias pós-modernas seria justamente a capacidade política despertada por elas. Desta maneira, elas assumiriam uma relação direta com o conceito de passado prático elaborado por White, ou seja, se o passado prático teria como dever moral a orientação diária dos sujeitos, orientação essa que possui um caráter ético/político, as formas literárias desenvolvidas pela metaficção historiográfica podem ser compreendidas como um importante instrumento nessa tentativa de produzir representações do passado que sejam eticamente relevantes para o presente dos sujeitos. Percebemos que o interesse de White por esse tipo específico de literatura estaria em constante sintonia com sua concepção sobre a história, bem como com as necessidades que uma representação do passado deveria atender, necessidades essas que estariam diretamente relacionadas com a libertação e orientação dos sujeitos.

Se por um lado a metaficção historiográfica tensiona as noções tradicionais de conhecimento histórico, por outro ela também exerce influência sobre os modos de narração, assim como a obra de Friedländer que citamos anteriormente. Em nossa visão, uma característica dessas escritas modernistas e pós-modernistas, seja na historiografia ou na literatura, é trazer para o debate a ressignificação das noções de história e narrativa que não conseguem mais dar conta dos dilemas produzidos pelos eventos modernistas. Como Elias nos aponta, “o romance meta-histórico é paradoxalmente uma narrativa pós-traumática que resiste a um modo narrativista de história”.⁵³⁶ Mais uma vez, vemos retornar dois elementos que já exploramos em momentos anteriores desse capítulo, a ideia de trauma e os modos narrativistas. Se como demonstramos, o trauma se constitui como a substância dos eventos modernistas, uma literatura metaficcional traria consigo as marcas do pós-trauma, ou seja, sua busca seria por compreender como os traumas experienciados ainda sobrevivem, de certa maneira, na vida de pessoas que passaram por eles ou que herdaram a sensação traumática, como é o caso do próprio personagem Austerlitz. Assim, esse tipo de literatura, entendido por White como aquele que

⁵³⁵ ELIAS, Amy. The Metahistorical Romance and the Historical Sublime. In: ELIAS, Amy. **Sublime desire: history and post-1960s fiction**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2001, p. 61-62. Tradução própria.

⁵³⁶ Idem, p. 52. Tradução própria.

utilizaria o passado prático, estaria repleta dessa característica pós-traumática destacada por Elias, sendo necessário em seus enredos, a busca por acordos entre os passados traumáticos e as vidas presentes dos personagens. E esse acordo só poderia ser construído no processo de narração dessas obras que, como apresentamos, também evitariam a narrativização clássica e a produção de começos, meios e fins bem delimitados. Por isso, assim como a escrita historiográfica modernista exemplificada na interpretação de White sobre a obra de Friedländer, a metaficção historiográfica também resistiria à narrativização, buscando outros processos narrativos para a produção de seus sentidos.

Com o intuito de trazermos essas questões apresentadas sobre as características da metaficção historiográfica para o livro *Austerlitz*, podemos iniciar com a reflexão de Paul, segundo a qual, “o livro de Sebald se recusa consistentemente a conceituar, traçar linhas de história ou narrativizar da maneira como os romances históricos de Walter Scott a Lev Tolstoy costumavam fazer”⁵³⁷. Nesse sentido, a recusa à conceituação parece atuar na direção desse processo não narrativizador característico desse estilo literário. Por essas e outras questões, White chegaria à conclusão de que “talvez possamos classificar *Austerlitz* como um romance histórico, uma espécie de versão pós-moderna do gênero”⁵³⁸ em grande parte porque esse livro contém as diversas percepções sobre escrita que White identificou como fundamentais para qualquer representação de eventos modernistas. Agora, podemos nos direcionar para a interpretação de White desta obra, bem como para a tentativa de compreendermos o que, no conteúdo do romance de Sebald, externaria seus elementos pós-modernistas e suas preocupações com o passado prático.

Em sua reflexão sobre a obra de Sebald, White nos apresenta o que tornaria esse livro uma representação histórica: “é, no entanto, “histórica” por ser uma imaginação ao invés de uma construção exclusivamente probatória.”⁵³⁹ Mesmo sendo uma literatura com diversos elementos ficcionais, o que garantia a *Austerlitz* o status de obra histórica seria a capacidade imaginativa presente em suas páginas. Dessa forma, White continuaria dizendo que “seus referentes últimos são “história”, mesmo que sua forma manifesta (sua “substância de expressão”) seja imaginária”.⁵⁴⁰ Acreditamos que essa definição do autor estadunidense para a obra de Sebald é importante porque traz consigo algo que pode ser utilizado como a definição dessa metaficção historiográfica que mobiliza o passado como seu referente constituinte. Ao

⁵³⁷ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 147. Tradução própria.

⁵³⁸ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 6. Tradução própria.

⁵³⁹ Idem, p. XV. Tradução própria.

⁵⁴⁰ Idem, p. XV. Tradução própria.

dizer que o referente último é a história, mas sua forma e substância são imaginárias, White apresenta para nós uma característica fundamental da obra sebaldiana que tangencia uma série de outras literaturas pós-modernas. Se o passado e, principalmente, os eventos modernistas do século XX, se tornaram os referentes para diversas obras literárias, podemos entender que elas estão realizando uma representação do passado. Contudo, a forma com que elas realizam esse processo é imaginária, ou seja, por mais que enredem temas e eventos que efetivamente ocorreram, o processo de construção narrativa dos personagens e dos acontecimentos não precisam, necessariamente, respeitar uma veracidade da prova e dos fatos, atividade essa indispensável para uma historiografia disciplinada.

Por isso, concordamos com White quando nos diz que:

Mas deve-se enfatizar que o que dá ao relato de Sebald de um mundo histórico real o aspecto de ficcionalidade é precisamente a maneira como ele resiste a qualquer impulso de conceituar o papel de seu narrador ou o “sentido” da viagem “imaginária” do seu protagonista em busca de uma origem perdida.⁵⁴¹

Desta forma, a ficcionalidade do livro estaria no impulso de não deixar claro para os leitores o sentido da busca do personagem, sentido esse que só pode ser descoberto com o desenrolar da obra. Por mais que diversos acontecimentos relatados por Sebald tenham de fato ocorrido, as relações que eles estabelecem com a saga do personagem não possuem, na maioria das vezes, uma ancoragem factual, mas são moldados a partir de artifícios literários ficcionais que possuem como finalidade o enredamento da história disposta por Sebald. Assim, as técnicas que percebemos no livro servem para colocar o personagem, o narrador e o leitor em um imenso labirinto, em que nenhum deles sabe muito bem de onde partiram e para onde estão se encaminhando. Em nossa visão, essa estratégia literária de Sebald serve para produzir uma sensação confusa de estranhamento onde todos esses elementos parecem perdidos em uma história sobre as catástrofes geradas pelo Holocausto e como elas impactaram (e continuam impactando) na vida de Austerlitz.

Desta forma, compreendemos que o tema principal que envolve a obra *Austerlitz* é a temporalidade, ou melhor, o entrecruzamento de diversas temporalidades nas inúmeras conversas entre o narrador e o personagem principal. Assim, White nos diria que “a busca de Jacques Austerlitz pela identidade e traços de seus pais assume a forma de uma viagem no espaço, de um “lugar de memória” para outro”⁵⁴² e essa viagem estaria repleta de elementos deixados ao presente pelas destruições vividas durante o século XX. Ao percorrer a Europa em

⁵⁴¹ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 6. Tradução própria.

⁵⁴² Idem, p. 4. Tradução própria.

busca de sua verdadeira identidade e de descobrir quem eram seus pais biológicos, Jacques Austerlitz se coloca em um labirinto, juntamente com o narrador, que é repleto de memórias e confluências temporais, todas elas, fazendo sentido a partir do tempo presente desse viajante. Como Todd Presner demonstra, “em *Austerlitz*, através das interações entre o narrador e o protagonista, Sebald encena a realidade de um encontro com os restos do Holocausto nos espaços estratificados do presente”⁵⁴³. E essas estratificações seriam produzidas por aqueles eventos que Austerlitz busca reconfigurar em sua memória na esperança de estabelecer um sentido e uma identidade para sua existência. Podemos compreender então, que “*Austerlitz* é uma história do presente contada a partir da perspectiva de encontros contingentes com o que resta do passado catastrófico”⁵⁴⁴, ou seja, mesmo se constituindo enquanto uma narrativa que mobiliza a todo momento o passado europeu, o livro só funciona porque as ações do personagem são todas direcionadas para seu presente, sua situação atual.

Por isso, quando White nos aponta que *Austerlitz* é uma obra histórica que utiliza elementos ficcionais, devemos entender que ela assume essas características porque apresenta uma confluência de temporalidades em sua linha narrativa. Diferentemente de um romance focado na descrição do passado histórico dos personagens, Sebald constrói suas linhas narrativas a partir de acontecimentos pretéritos que continuam incidindo sobre a vida de seu ator principal. Uma passagem que deixa claro essa perspectiva de convivência entre múltiplas temporalidades demonstra para nós como Austerlitz se sentia com esses fantasmas do passado: “Mas para mim, disse Austerlitz, era como se naquela época os mortos voltassem do seu exílio e enchessem a penumbra ao meu redor com o seu vaivém peculiarmente lento e incessante”.⁵⁴⁵ Essa relação entre o retorno dos mortos e seu vaivém incessante, nos faz refletir sobre como Austerlitz se tornou uma pessoa constantemente assombrada pelo passado. E aqui, esse retorno dos mortos funciona como uma metáfora para o retorno de diversos fantasmas e traumas de seu passado pessoal que ele teve de lidar ao iniciar sua jornada em busca de suas origens. Portanto, acreditamos que as relações entre as temporalidades e uma convivência fantasmagórica⁵⁴⁶ entre passado e presente assumem a centralidade do que podemos entender, seguindo White, como a representação histórica oferecida por *Austerlitz*. Nessa mesma linha de raciocínio, Felipe

⁵⁴³ PRESNER, Todd. “What a Synoptic and Artificial View Reveals”: Extreme History and the Modernism of W. G. Sebald’s Realism. Detroit: State University Press, 2016, p. 341-360, p. 345. Tradução própria.

⁵⁴⁴ Idem, p. 341-360, p. 345. Tradução própria.

⁵⁴⁵ Idem, p. 345. Tradução própria.

⁵⁴⁶ SEBALD, Winfried Georg Maximilian. *Austerlitz*. Companhia das Letras, São Paulo, 2008, p. 133.

⁵⁴⁶ Para mais informações sobre a ideia de história enquanto fantologia, ver: RAMOS, André da Silva. KLEINBERG, Ethan. Ethan Kleinberg: **Teoria da História como Fantologia**. História da Historiografia, Ouro Preto, n. 25, dezembro, 2017, p. 193-211.

Charbel nos diz que “no cronótopo do romance, tempo e espaço estão em desequilíbrio: inundado pelo tempo, o espaço se torna pesado e claustrofóbico, o sintoma de uma difusa doença da história”.⁵⁴⁷ E esse espaço habitado pelo personagem principal é um espaço inserido no próprio tempo presente que, convivendo com a inundação produzida pelo retorno dos mortos, transborda na própria existência de Austerlitz, transformando-a em um habitar angustiante no tempo presente, onde seus traumas e dúvidas sobre sua identidade se afloram e se chocam com sua própria existência cotidiana.

Se o tempo assume uma centralidade incontornável na constituição dessa representação histórica que é a obra de Sebald, ele pode ser entendido a partir das próprias expressões do personagem principal que, constantemente, assumem um tom bastante filosófico. Em uma dessas passagens, vemos o seguinte:

Não me parece, disse Austerlitz, que compreendemos as leis que governam o retorno do passado, mas sinto cada vez mais como se o tempo não existisse em absoluto, somente diversos espaços que se imbricam segundo uma estereometria superior, entre os quais os vivos e os mortos podem ir de lá para cá como bem quiserem e, quanto mais penso nisso, mais me parece que nós, que ainda vivemos, somos seres irreais aos olhos dos mortos e visíveis somente de vez em quando, em determinadas condições de luz e atmosfera.⁵⁴⁸

Essa sensação da não existência do tempo produzida em Austerlitz ocorre devido às sensações observadas por ele de uma não passagem do passado ou, para dizermos de uma outra forma, de uma sobrevivência dos traumas e fardos que são sentidos por ele no tempo presente. Assim, essa angústia e inundação de temporalidades no presente, produzem no personagem a sensação da não existência de temporalidades bem delimitadas e sequenciais. Ainda assombrado pelos fardos do passado e percebendo sua existência como psicologicamente compartilhada com os mortos, Austerlitz se transforma em um prisioneiro temporal em sua vida presente, cujo último recurso se torna aceitar essa situação ou procurar, através dos rastros deixados pelas catástrofes do Holocausto na Europa, os elementos que lhe restituiriam sua verdadeira identidade. Dessa forma, talvez o personagem se aliviaria da convivência macabra e fantasmagórica com os mortos do passado em sua temporalidade presente.

É por conta dessas questões que “Austerlitz e o narrador parecem presos ao agora, a um instante hipertrofiado em que se superpõem, caoticamente, várias camadas do passado”⁵⁴⁹ e esse instante do agora é a única ferramenta que eles possuem para tentarem reverter esse

⁵⁴⁷ CHARBEL, Felipe. **Uma filosofia inquietante da história**: sobre Austerlitz, de W. G. Sebald. História da Historiografia, Ouro Preto, 2015, p. 124-141, p. 133.

⁵⁴⁸ SEBALD, Winfried Georg Maximilian. **Austerlitz**. Companhia das Letras, São Paulo, 2008, p. 182.

⁵⁴⁹ CHARBEL, Felipe. **Uma filosofia inquietante da história**: sobre Austerlitz, de W. G. Sebald. História da Historiografia, Ouro Preto, 2015, p. 124-141, p. 133.

sentimento de aprisionamento e, por que não, para utilizarem na tentativa de uma libertação dos fardos do passado sentidos por eles. Desta maneira, “a obra de Sebald está mais preocupada em refletir sobre a vida após a catástrofe, em viver diante da destruição, do que com a própria morte”⁵⁵⁰, ou seja, o fato da morte enquanto perda não parece afetar tanto o personagem, pois ele tende a conviver com o fantasma dos mortos. Em nossa visão, o que transforma *Austerlitz* nessa representação do passado a partir da temporalidade presente do personagem é sua incessante tentativa de dotar de sentido uma vida vivida sobre os escombros do Holocausto por toda a Europa. Assim, como viver após uma catástrofe que continua produzindo seus efeitos se torna o grande dilema da obra e mesmo que esse dilema pudesse paralisar o personagem, como diversas vezes parece ocorrer ao longo da obra, ele se torna o combustível necessário para que sua saga em busca de suas origens continuasse a ser realizada.

Acreditamos que o fato de *Austerlitz* ser uma obra que mobiliza a continuidade e permanência das catástrofes no tempo presente é uma questão fundamental para White identificar nesse livro a utilização de um passado prático. Assim, a obra de Sebald se apresenta para o autor estadunidense como um importante exemplo de uma representação do passado que teria como compromisso a busca por soluções de problemas que tangenciam cotidianamente a vida do personagem principal. Em diálogo com essa questão, White nos diria que “os artifícios literários dispostos por Sebald em *Austerlitz* servem para produzir uma lente literária pela qual justificar um julgamento (ético ou moral) sobre um mundo real de fato histórico”⁵⁵¹. Vemos, então, que essa utilização do passado prático na obra sebardiana produziria isso que White identifica como um julgamento ético sobre um mundo histórico, ou seja, mobilizar as permanências do passado em um mundo presente produziria, juntamente com a noção de passado prático, uma implicação ética segundo a qual seria possível um julgamento dos fatos ocorridos no passado. Acreditamos que essa implicação ética oferecida por *Austerlitz* se relaciona diretamente com a busca desenvolvida por White de encontrar formas de representações que fossem eticamente responsáveis com passado e presente e que, para além dessa responsabilidade, produzissem orientações práticas para os sujeitos em sua temporalidade presente. Portanto, se esse livro é interpretado por White enquanto um exemplo de passado prático e uma representação ética de um evento modernista, precisamos entender o que em sua elaboração produz essa sensação e diagnóstico.

⁵⁵⁰ ESHEL, Emir. **Against the power of time**: the poetics of suspension in W. G. Sebald's *Austerlitz*. New German Critique, 2013, p. 71-96, p. 95. Tradução própria.

⁵⁵¹ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 4. Tradução própria.

Inicialmente, é importante pontuarmos que Austerlitz era um professor que “exercia um cargo docente em um instituto de história da arte em Londres”.⁵⁵² Esse marcador na biografia do personagem principal é decisivo porque, sendo um professor de história da arte, é de se imaginar que Austerlitz soubesse e dominasse os diversos eventos e acontecimentos históricos vividos pelo passado europeu, especialmente os ocorridos ao longo do século XX. Entretanto, como ele mesmo diz em conversas com o narrador, “pra mim, o mundo terminara com o fim do século XIX”.⁵⁵³ O que chama a atenção nessas passagens é o fato de um professor, que pretensamente desenvolveu ao longo de sua formação uma erudição histórica, conceber em suas relações diárias a ideia de que o mundo acabara com o século XIX. Em nossa visão, esse marcador temporal que perpassa as relações sociais de Austerlitz funciona como um bloqueio do próprio personagem, ou seja, ao identificar o fim mundo com o fim do século XIX, Austerlitz parece procurar um bloqueio que o livrasse de compreender os acontecimentos catastróficos do século XX. Dessa forma, todo o conhecimento histórico e técnico que são descritos pelo personagem nas longas conversas do livro, remetem a um mundo que, pretensamente, não existe mais, e que está bem distante daquele século que ainda produz traumas para a sua vivência cotidiana. O primeiro ponto importante que aparece para nós é justamente esse professor que domina uma série de elementos do passado histórico até o século XIX, não saber nada sobre sua existência pessoal. Assim, Austerlitz se apresenta enquanto um sujeito que busca construir um exemplo prático do seu passado pessoal, ao mesmo tempo desconhecido por ele e pertencente a uma temporalidade que ele também não possui nenhum domínio, o século XX.

Tal como em relação ao século XX, o professor Austerlitz também nutria um profundo desconhecimento pela história alemã. Como ele nos diz, “eu nunca havia posto os pés em solo alemão, sempre tinha evitado adquirir noções mínimas da topografia alemã, da história alemã ou da vida alemã moderna”⁵⁵⁴ e por isso, “a Alemanha era para mim o mais desconhecido de todos os países.”⁵⁵⁵ Em nossa visão, esse afastamento do personagem da cultura e vida alemã possui raízes no próprio trauma que a história desse país havia legado para Austerlitz e sua identidade. Assim, desconhecer a Alemanha se transforma em uma defesa pessoal do personagem, uma forma de evitar os traumas que a essa história produziria nele próprio durante o século XX. Desta forma, o professor de história da arte que desconhece o século XX e que não detém nenhum conhecimento sobre a história alemã, se configura como um sujeito que

⁵⁵² SEBALD, Winfried Georg Maximilian. **Austerlitz**. Companhia das Letras, São Paulo, 2008, p. 35.

⁵⁵³ Idem, p. 140.

⁵⁵⁴ Idem, p. 218.

⁵⁵⁵ Idem, p. 218.

precisa buscar, praticamente do zero, sua verdadeira identidade que lhe fora escondida no século XX por conta das diversas destruições produzidas pelo país que ele insistia em desconhecer. Por isso, acreditamos que esse mecanismo de recusar a busca de informações sobre a Alemanha e o século XX funcionavam como uma espécie de autodefesa: mesmo sendo um professor que conhecia diversas faces do passado histórico, Austerlitz não conseguiria mobilizar esses seus conhecimentos acadêmicos para a construção de um passado prático, sendo necessário realizar essa atividade a partir de suas andanças pela Europa.

Acreditamos que grande parte das problemáticas envolvidas na obra de Sebald giram em torno dessa procura pela verdadeira identidade do personagem principal. Assim, o fato de ser um professor que desconhece a história do século XX e a história alemã, funcionam como parte da construção da personalidade de Austerlitz. Mas essa personalidade já vinha sendo construída desde a sua infância em Bala, especialmente a partir do momento em que ele descobriu seu verdadeiro nome. E essa descoberta ocorreu em uma aula de história, onde seu professor, André Hilary, lhe informou sobre seu nome: “era seu dever comunicar-me que nos meus exames eu deveria assinar, não Dafydd Elias, mas Jacques Austerlitz”⁵⁵⁶. Este fato de um professor de história orientar e revelar para o aluno Austerlitz seu verdadeiro nome nos faz refletir sobre a importância do ensino de história na construção da identidade dos sujeitos. E esse processo não se estabeleceria apenas com a informação do verdadeiro nome transmitida pelo professor ao aluno, mas sim, pela relação estabelecida entre eles nas aulas.

A descrição de Hilary ao longo da obra remete ao clássico professor de história, dominador dos conteúdos, nomes de sujeitos, datas e eventos que marcaram um determinado passado histórico, se constituindo enquanto um especialista nos eventos pretéritos. Assim, Austerlitz nos diria que em sua aula de história, “Hilary evocava para nós com grande vivacidade, em parte ao narrar os eventos [...] em parte ao investigar os estratégias de Napoleão e de seus adversários com a fria inteligência de um estrategista imparcial”.⁵⁵⁷ Vemos aqui a descrição de um professor que transpõe para os alunos seus conhecimentos factuais sobre o passado. Assim, Hilary poderia até ser compreendido enquanto o tradicional professor de história aprisionado ao passado histórico, com uma aula factual e descritiva a respeito dos fatos. Todavia, o que sua atividade docente produziu no personagem principal foi uma identificação pessoal desse aluno com seu próprio nome, pois segundo ele, “quanto mais Hilary mencionava

⁵⁵⁶ SEBALD, Winfried Georg Maximilian. **Austerlitz**. Companhia das Letras, São Paulo, 2008, p. 70.

⁵⁵⁷ Idem, p. 73.

a palavra Austerlitz em classe, mais ela se tornava de fato o meu nome”⁵⁵⁸. Aqui, Austerlitz se refere a uma das batalhas enfrentadas por Napoleão, que também leva esse nome. Por isso, ao abordar esse conteúdo em sala de aula, Hilary produziu em seu aluno uma identificação pessoal com seu “novo” nome, o nome verdadeiro que lhe fora ocultado por anos. Desta forma, acreditamos que Hilary produzia em sua aula uma espécie de passado prático para o próprio Austerlitz, pois além de revelar seu nome, também atuava na tentativa de produzir essa identificação no próprio aluno. Portanto, esse professor pode ser compreendido enquanto alguém que oscila entre o passado histórico e o passado prático, pois mesmo dominando cada aspecto do passado, nunca deixou de buscar construir em seus alunos, especialmente em Austerlitz, essa relação prática com a temporalidade pretérita.

Temos então, que o início do processo de busca de Austerlitz por sua identidade se inicia na escola, em uma aula de história, ao descobrir seu nome. E essa sensação de uma identidade ocultada já acompanhava o personagem, pois como ele nos diz, “durante todos os anos que passei na casa do pregador em Bala, jamais me liberei da sensação de que algo bastante óbvio, manifesto em si mesmo, me era ocultado”⁵⁵⁹. Aqui, o personagem remete aos anos em que viveu adotado por pessoas britânicas, ainda quando era Dafydd Elias. E esse ocultamento percebido por ele iria muito além de seu nome, sendo sentido também no seu pertencimento, seu lugar no mundo. Assim acreditamos que Austerlitz pode ser compreendido como um sujeito suspenso entre o fardo da história – um passado traumático que lhe foi ocultado, mas que continua produzindo efeitos - e o passado prático – sua busca por compreender o seu passado e a tentativa de transformá-lo em algo útil para seus dilemas presentes. Entendemos que White encontra nesse personagem o exemplo de uma suspensão que teria constituído a própria historiografia do Holocausto e sua representação, pois como ele nos diz:

sugiro que a historiografia do Holocausto ao longo do último meio século ou mais pode ser legitimamente interpretada como tendo sido suspensa entre pelo menos duas concepções ou ideias diferentes do passado, uma histórica, a outra prática, entre as quais há pouca possibilidade de reconciliação cognitivamente responsável.⁵⁶⁰

Ao interpretar essa historiografia como suspensão entre o histórico e o prático, White sugere que duas formas de contar o Holocausto são possíveis: uma descrição realista e histórica do evento ou uma representação que busca colocar no presente os dilemas e traumas produzidos por esse acontecimento, transformando sua representação em algo prático para a vida dos sujeitos. Assim, a própria história pessoal de Austerlitz parece tensionada entre esses dilemas,

⁵⁵⁸ SEBALD, Winfried Georg Maximilian. **Austerlitz**. Companhia das Letras, São Paulo, 2008, p. 75.

⁵⁵⁹ Idem, p. 58.

⁵⁶⁰ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 76. Tradução própria.

pois mesmo sentido os fardos produzidos pelo passado histórico sem possuir o conhecimento de sua verdadeira história, o personagem continuou em busca de um passado prático e uma identidade que fizesse sentido e que atenuassem seus dilemas presentes. Em nossa visão, *Austerlitz* funciona para White como a personificação de diversos conceitos desenvolvidos por ele ao longo de sua trajetória intelectual: o indivíduo que sente os fardos do passado no tempo presente, o professor de história da arte que, mesmo dominando o passado histórico, não consegue utilizar seus conhecimentos para uma orientação temporal, e o sujeito que, ao vagar pela Europa em busca de sua identidade, procura fundamentalmente um passado prático que o auxilie nessa caminhada.

Desta maneira, concentrando sua busca em torno de descobrir a verdadeira identidade de seus pais, Austerlitz se defronta com uma série de cenários europeus que representam o genocídio dos judeus produzido durante o século XX. Após perambular por vários lugares e conversar com diversas pessoas sobre esse período, o personagem encontraria em uma película a pessoa que ele reconheceu como sendo a sua mãe, Agáta. Todavia, antes mesmo de Jaques Austerlitz ter acesso e conseguir assistir ao filme que fora encontrado, ele próprio nos diria que “não me era possível transporta-me ao gueto e imaginar a minha mãe Agáta vivendo então naquele lugar. Eu não parava de pensar que, se ao menos o filme tornasse a aparecer, eu talvez pudesse ver ou vislumbrar como eram as coisas na realidade”.⁵⁶¹ E, após encontrar a película no Arquivo Federal de Berlim, através de mediação do Imperial War Museum, Austerlitz assistiria e reconheceria sua mãe. Assim, se sua imaginação não conseguia se colocar no gueto e pensar em sua mãe vivendo naquelas condições, ao ver sua imagem se materializando no filme, Austerlitz parece perceber a realidade macabra de um evento que produz uma sensação de incredulidade. Aqui, ao mesmo tempo em que o personagem apresenta um alívio ao finalmente ver uma imagem de sua mãe, novamente os fantasmas do fardo da história reaparecem. Ao dizer que não imaginava sua mãe na situação do gueto, o personagem transmite para nós a sensação de incredulidade que muitas pessoas sentem ao tomar conhecimento das barbáries produzidas pelos nazistas. Nesse filme, que se tratava de uma produção nazista com o intuito de vender a falsa ideia de uma vida normal para os judeus aprisionados no gueto de Theresienstadt, Austerlitz encontraria uma parte da identidade que lhe foi tirada. Desta forma, ele atribuiria um certo sentido para sua vida, um reencontro, mesmo que imaginário, com sua verdadeira mãe.

⁵⁶¹ SEBALD, Winfried Georg Maximilian. *Austerlitz*. Companhia das Letras, São Paulo, 2008, p. 238.

Sobre esse filme que Austerlitz entendia estar perdido, Saul Friedländer em *Os anos de extermínio* nos apresenta uma passagem interessante que serve aqui para tentarmos conectar a obra historiográfica com o livro literário que serviram para White como exemplos de uma representação adequada do Holocausto. De acordo com Friedländer:

Concluído em novembro de 1944, essa segunda fraude em grande escala, intitulada *Theresienstadt: Um documentário da Área de Assentamento Judaico* - e não, como frequentemente mencionado, *O Führer dá uma Cidade aos Judeus* (um título irônico inventado pelos próprios prisioneiros) - nunca foi exibido em público ⁵⁶²

Aqui, percebemos uma concepção historiográfica desse filme, uma vez que Friedländer aponta as divergências na própria nomenclatura da película. Se o filme em que Austerlitz encontra sua mãe nunca foi oficialmente exibido para o público, ele recebeu uma importância fundamental para o personagem, pois é a partir dele que sua verdadeira identidade ganha um significado. E, talvez, esse fato apontado por Friedländer sobre sua não exibição tenha aumentado a dificuldade do personagem imaginário de Sebald encontrar a película. Portanto, esse filme produzido pelos nazistas com o intuito de falsear a vida nos guetos, conecta essas duas representações do Holocausto: se para Friedländer ele assume esse caráter de um filme como fonte histórica que não foi exibido mas que buscava ser uma tentativa nazista de falsear a vida dos judeus, para Austerlitz, ele se apresenta como um documento histórico, uma prova material, o reconhecimento de sua mãe, que serve como uma tentativa de fundamentar seu passado prático, construir uma identidade e, a partir disso, produzir um alívio para seus fardos sentidos cotidianamente. Assim, o filme em que o personagem encontra sua mãe se apresenta não como mais uma fonte histórica, como no caso de Friedländer, mas como um objeto histórico que produz sensações práticas, de identidade, alívio e tristeza no personagem, servindo como uma fonte histórica materializada e a prova da existência e morte de Agáta. Por isso, acreditamos que uma mesma fonte histórica pode ser abordada de formas diferentes e, no caso de Austerlitz, ela serviu como essa realização prática de seu passado, como o destino final de sua jornada pela Europa em busca de orientação e identidade para seu presente assombrado pelo passado.

Essas discussões apresentadas sobre passagens da obra de Sebald que demonstram as relações práticas que Austerlitz busca construir com seu passado nos fornecem uma base para retornarmos a uma discussão conceitual sobre a importância dessa obra para as teorias apresentadas por Hayden White. De acordo com as reflexões elaboradas pelo autor

⁵⁶² FRIEDLÄNDER, Saul. **A Alemanha Nazista e os Judeus, volume II: os anos de extermínio, 1939-1945.** Perspectiva, São Paulo, 2012, p. 749.

estadunidense, “o “romance” de Sebald pode ser visto como uma contribuição de um modo peculiarmente pós-moderno para a discussão sobre a relação entre história e literatura, ou escrita factual e ficcional, ou escrita realista e imaginativa”.⁵⁶³ Assim, dentro de uma noção de metaficção historiográfica, ou mesmo de escritas literárias pós-modernas, *Austerlitz* se constitui enquanto um exemplo de livro que permite com que façamos uma reflexão conceitual sobre esses pontos apresentados por White. Mais do que uma obra literária ou uma representação do Holocausto, Sebald apresenta um livro que desafia categorias estanques de história e literatura, realidade e imaginação. Desta forma, por mais que o personagem seja imaginário e sua história não pertença a um testemunho ou às memórias de alguém que historicamente existiu e buscou sua identidade, Austerlitz nos serve como um modelo, ou mesmo uma alegoria, para os diversos sujeitos reais que, assim como ele, ainda procuram por respostas envolvendo identidades e famílias destruídas pelos eventos modernistas do século XX. Portanto, se Sebald nos permite tensionar essas categorias herdadas, ele também nos oferece a possibilidade de imaginarmos um passado que esteja a serviço do presente de inúmeros Austerlitz que ainda se encontram perdidos e desorientados, vivendo sobre os fantasmas e os fardos de suas histórias cotidianamente na temporalidade presente.

Por conta dessas questões que a narrativa de Sebald produz, entendemos que sua obra funciona a partir de uma poética da suspensão que, como nos aponta Amir Eshel, se constitui como “uma poética que suspende noções de cronologia, sucessão, compreensão e encerramento - uma poética que, em vez de descrever e comentar o evento histórico no tempo, constitui um evento, torna-se a escrita de um tempo diferente, literário”.⁵⁶⁴ Essa suspensão que produz uma escrita em um tempo diferente e manifestamente literário, assume a liberdade que talvez uma narrativa historiográfica não possuiria em sua atividade científica. Ao confundir e tensionar cronologias, eventos e sucessões, Sebald produz para seus leitores a sensação de uma mistura temporal que é sentida pelo seu personagem principal. É por essa questão que acreditamos na importância desse livro para White. Se ao longo de toda sua reflexão intelectual esse autor buscou identificar formas de produção de passado que oferecessem um alívio ético para os fardos sentidos pelos sujeitos e, ao mesmo tempo, produzissem um passado e uma orientação prática para a vida destes, em nossa visão, em *Austerlitz* essa jornada chega ao seu destino final. Essa poética da suspensão produzida por Sebald serve para White enquanto um instrumento a ser utilizado por aqueles que procuram produzir representações eticamente responsáveis para

⁵⁶³ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 6. Tradução própria.

⁵⁶⁴ ESHEL, Emir. **Against the power of time: the poetics of suspension in W. G. Sebald's Austerlitz**. New German Critique, 2013, p. 71-96, p. 74. Tradução própria.

os eventos modernistas. Essa mistura temporal e as fronteiras fluidas entre o que é o trauma passado e o sentimento desse trauma no presente oferecem para o estadunidense, a partir do personagem Austerlitz, uma narrativa diferente para abordar e representar o Holocausto. Por isso *Austerlitz* é o exemplo literário da mobilização de um passado prático na vida pessoal e na busca por identidade de um personagem literário.

Por fim, precisamos nos questionar sobre quais as formas de libertação, metaficções historiográficas como a de Sebald podem oferecer para os sujeitos. E aqui retornamos a White quando nos diz que “Austerlitz pode ser lido como uma alegoria da impossibilidade de - ou, para citar Nietzsche - a desvantagem (*Nachteil*) da história”⁵⁶⁵. Ao dialogar com esse clássico conceito nietzscheano, o estadunidense nos aponta que o personagem Austerlitz estaria sofrendo dessa doença da história, ou, para além disso, não conseguiria mobilizar seus conhecimentos históricos para a busca de sua identidade. Por isso, em nossa visão, o movimento feito pelo personagem ao longo da obra atua na direção da busca por uma ideia de história que fizesse sentido para suas preocupações existenciais. Se todo conhecimento histórico adquirido por ele enquanto um professor de história da arte não era suficiente para orientar sua vida e aliviar seus fardos, a alternativa traçada foi vagar pela Europa em busca de seus pais mortos durante o genocídio dos judeus na Europa. Portanto, entendemos que essa narrativa elaborada por Sebald serve para nos demonstrar que a busca por um conhecimento prático pode ser a alternativa para que a história os eventos passados passem a orientar os indivíduos. E o exemplo de Austerlitz é decisivo para pensarmos essas questões de orientação e libertação. Se ao longo de toda sua vida esse professor se viu assombrado pelo seu passado traumático e assumiu como tarefa encontrar sua verdadeira identidade, esse movimento só pode ser realizado a partir do momento em que ele mobiliza os acontecimentos do passado para seu objetivo maior. Por isso, Austerlitz somente se interessa e passa a descobrir a história do século XX porque ela impactava diretamente sua existência no presente. Esse século que ele nutria profundo desconhecimento foi decisivo na sua formação enquanto sujeito, sendo necessário historicizá-lo no intuito de buscar orientações práticas para a sua existência.

Dessa forma, os artifícios literários e a narração apresentada por Sebald ao longo da obra, nos fazem refletir sobre as possibilidades distintas de representação oferecidas pela escrita literária e, especialmente, pela literatura pós-moderna, também compreendida como metaficção historiográfica. E em nossa visão, essas possibilidades se constituem como ferramentas na tarefa de libertar os sujeitos do fardo da história por conta da liberdade criativa existente na

⁵⁶⁵ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 6. Tradução própria.

constituição de obras literárias. Provavelmente, Jacques Austerlitz nunca existiu de fato, mas sua história trágica e traumática serve como uma representação alegórica de diversas pessoas que enfrentaram horrores parecidos com os do personagem, se transformando em uma narrativa que pode ser utilizada por esses sujeitos na busca por uma orientação e libertação no tempo presente. Assim, as potencialidades de uma escrita literária como representação de eventos modernistas giram em torno dessa sua capacidade de transitar livremente através de temporalidades, eventos e sujeitos, se assumindo enquanto um texto que, ao mesmo tempo em que busca narrar um passado que efetivamente ocorreu, também procura dotar de sentido esse passado para o tempo presente de inúmeras pessoas que consomem essas narrativas. Por isso, para além de uma mera ficção desprendida da realidade, livros como o de Sebald atuam na direção de contribuir para essa libertação de diversos sujeitos como Austerlitz, que enfrentam cotidianamente seus traumas e fardos do passado e que necessitam, de uma forma de outra, de um novo processo de enredamento desses fardos na tentativa de viver uma vida eticamente responsável tendo seus passados pessoais esclarecidos e seus fardos, mesmo que minimamente, atenuados.

Assim, é dessa forma que a obra de Sebald se conecta com a teoria de White, especialmente com a noção de uma libertação dos fardos da história. Se o problema do sujeito moderno é conviver com seus traumas produzidos pelo passado histórico, torna-se extremamente necessária a produção de narrativas, como *Austerlitz*, que ajudem esses sujeitos a se situarem e se orientarem temporalmente. Por isso, ao reconhecer na obra sebaldiana a mobilização de um passado prático, White encontrou em um exemplo literário diversas conceituações que ele elaborou ao longo de sua trajetória, lhe permitindo imaginar, praticamente, como um sujeito ordenaria e lidaria com os traumas produzidos pelo passado em seu tempo presente. E esse sujeito Austerlitz condensa em si os fardos, o conhecimento de um passado histórico limitado e, principalmente, a busca por tornar seu próprio passado pessoal um conhecimento de ordem prática a serviço de sua vida diária.

CONCLUSÃO

Em seu livro intitulado *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*, a escritora Saidiya Hartman apresenta uma interessante reflexão sobre as temporalidades ao dizer que “o passado depende “menos do que aconteceu em outra época” do que dos desejos e descontentamentos do presente”⁵⁶⁶. Utilizada para se referir às relações que permanecessem

⁵⁶⁶ HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Bazar do tempo, Rio de Janeiro, 2021, p. 125.

presentes entre a escravidão e as pessoas que, de alguma maneira, ainda experienciam esse trauma, a citação acima também pode ser apropriada por nós, pois, em certa medida, ela designa parte das concepções teóricas de Hayden White que apresentamos ao longo desse trabalho. Ao compreender que o passado não é apenas o que aconteceu em uma temporalidade remota, mas uma série de eventos transcorridos com ocorrências e ações que continuam vivas no tempo presente, Hartman nos oferece a possibilidade de pensarmos conjuntamente com White e entendermos que todos os desejos, anseios e angústias com relação ao passado partem, inevitavelmente, do tempo presente. Portanto, a reversão da temporalidade privilegiada de análise do historiador se encontra contida tanto nessa citação quanto em grande parte da produção intelectual de White. Como procuramos demonstrar ao longo dessa tese, as preocupações de White não giravam em torno da elaboração de uma teoria da história que definisse caminhos metodológicos para o historiador ou sua pesquisa, mas sim, tinha como ponto central a necessidade de compreendermos que, quando falamos de história, estamos falando muito mais do tempo presente do que de eventos que ocorreram no passado. Assim, a obra de White funciona como um convite para revertermos a temporalidade privilegiada de estudo da história enquanto disciplina: em uma era como a nossa, repleta de desafios políticos e sociais, não basta mais ao historiador descrever o passado, pois ele precisa se envolver de forma ética e política com os problemas de seu tempo presente.

Por isso, iniciar nossa conclusão com essa breve reflexão sobre as relações temporais que a obra de White nos oferece, é compreender que uma das tradições legadas pela ideia moderna de história e que continuamos a reproduzir diariamente é essa noção de passado como objeto final de estudo dos historiadores. Não se trata aqui de propor a exclusão do passado, ou mesmo relegar essa temporalidade a um lugar de mera auxiliar dos estudos históricos. O que White nos apresenta é a ideia de que passados são fluídos, móveis e construídos pelas pessoas diariamente para enredar e atribuir sentidos às suas situações presentes. Assim, se retornamos a Hartman, veremos uma outra passagem que pode nos auxiliar nesse momento: “cada geração confronta a tarefa de escolher o seu passado. Heranças são escolhidas assim como são passadas adiante”⁵⁶⁷. Aqui, a autora nos oferece uma outra dimensão presente em diversos escritos de White, a saber, a questão da escolha. Se, como dissemos, o passado é construído, essa construção só é possível a partir do momento em que fazemos escolhas. Escolher passados, heranças e tradições se une a essa ideia de moldar um passado, de enredar essa temporalidade

⁵⁶⁷ HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Bazar do tempo, Rio de Janeiro, 2021, p. 125.

para que ela sirva aos interesses do tempo presente. Essa pedagogia da escolha presente na teoria de White nos leva a uma noção de que, se os eventos, dados e ocorrências de um passado histórico estão disponíveis aos sujeitos e se sua tarefa é atribuir sentido a essas dimensões, o complemento dela só pode ser realizado através de escolhas. E aqui, aparece o ponto fundamental que White sempre destacou: a ética. Se tais escolhas são feitas diariamente, seja por historiadores ou não, elas precisam estar eticamente informadas, ou seja, cabe àquele que escolhe realizar tal tarefa de forma responsável. E como vimos ao longo do trabalho, essas escolhas sempre serão políticas e sempre impactarão, de alguma forma, as agendas e lutas do tempo presente.

Uma vez que as escolhas de passados constituem elemento fundamental para a vivência e atuação no tempo presente, precisamos destacar para quem essas escolhas seriam possíveis. E em nossa visão, os escritos de White não são direcionados ou fazem sentido somente para os historiadores profissionais, essa pequena parcela restrita a um mundo acadêmico e à produção de narrativas cientificamente controladas sobre o passado. Mais do que isso, entendemos que White se direciona para todos aqueles que buscam estabelecer alguma relação com o tempo passado, seja na forma de produção de representações ou de busca por compreender o tempo presente a partir de eventos passados. Assim, as escolhas de passado que White diversas vezes abordou são operações realizadas não só pelos historiadores, mas por todos os sujeitos que precisam recorrer a essa temporalidade para ordenar suas ações presentes, ou mesmo, para se aliviarem dos fardos produzidos por aquilo que já passou. No fim do dia, todos os indivíduos estariam diante dessas escolhas e para que pudessem realizá-las de forma responsável, seria necessário o consumo ou o estabelecimento de relações com produções e representações do passado que os auxiliasse nessa tarefa, bem como produzissem, em suas escolhas, orientações e libertações éticas.

Considerando essas questões, concordamos com Herman Paul quando diz que as teorias, ou filosofias da história de White, se constituem como “reflexões sobre como se livrar de tradições, como se livrar de passados pesados e como se libertar de modos de realismo que nos impedem de imaginar um mundo melhor”⁵⁶⁸. Aqui, a dimensão da escolha estaria diretamente relacionada com essa busca por se libertar de tradições e fardos legados pelo passado. Não esquecer a temporalidade pretérita, mas buscar em suas causas e origens, elementos que permitissem aos sujeitos se libertarem dessas heranças herdadas na forma de traumas. Por isso, essa tarefa de libertação ou do auxílio para que indivíduos vivessem suas

⁵⁶⁸ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 14. Tradução própria.

vidas de forma responsável deveriam ser a base para qualquer pessoa que buscasse representar um passado histórico. Escolher um passado também seria se preocupar com o público que consumiria determinada história. Na ordem do dia de um historiador ou escritor que mobilizasse acontecimentos pretéritos, deveria estar a preocupação com o leitor e com a forma que esse sujeito utilizaria determinada narrativa sobre o passado para a construção ética de sua vida presente. Desta forma, a teoria de White se apresenta como uma comunhão responsável através de atos de escolha, entre autor e leitor, ambos possuindo como intuito final orientar suas vidas no tempo presente a partir da libertação dos fardos e heranças produzidas pelo passado.

Essas escolhas que resultam em produções de passado possuem uma relação íntima com a ideia de uma historiografia da libertação. E, se o título de nosso trabalho faz um questionamento sobre as possibilidades de histórias libertarem sujeitos, nesse momento final, precisamos tecer alguns comentários sobre isso. De começo, torna-se necessário dizer que sim, histórias podem libertar sujeitos. Talvez mais do que a resposta para essa pergunta sobre as possibilidades de libertação, devemos pensar em caminhos para os quais esse questionamento pode nos levar. Se histórias podem libertar sujeitos, essa libertação precisa ser pensada e planejada a partir da união dessas questões éticas, políticas e de escolhas entre autor e leitor. Por isso, concordamos com Paul quando nos aponta que a ideia de libertação

não ocorre sem indivíduos dedicados cujo senso de responsabilidade moral, para consigo e para com os outros, os impele a se rebelar contra as tradições que impedem o indivíduo de decidir por si mesmo o que conta como real, possível e desejável”⁵⁶⁹.

No fundo da teoria de White e sua busca por narrativas libertadoras, estaria contida essa noção de que o próprio indivíduo é quem carrega consigo o senso de responsabilidade para oferecer representações do passado condizentes com a tarefa de libertação. Mas esse processo não seria individual, precisaria vir conjuntamente com um senso de responsabilidade coletiva uma vez que construir narrativas sobre o passado é mobilizar, de uma maneira ou de outra, histórias que foram vividas coletivamente. Por mais que diversos fardos e traumas legados pelo passado sejam sentidos individualmente, eles referem-se a estruturas maiores compostas por aquilo que entendemos como o passado histórico. Por isso, a tarefa da libertação perpassa pela construção de histórias tendo como perspectiva a ideia de responsabilidades que são tanto coletivas quanto individuais e, principalmente, socialmente compartilhadas.

Se histórias podem libertar sujeitos, em nossa visão, elas teriam essa capacidade por conta das possibilidades de imaginação de futuros diferentes dos nossos. Até aqui, nos

⁵⁶⁹ PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Nova York: Polity, 2011, p. 150. Tradução própria.

preocupamos muito com os debates entre presente e passado e sobre como essas temporalidades interferem na construção de passados. Entretanto, em uma representação libertadora, o futuro se apresenta como um tempo central, uma vez que essas narrativas necessitariam de oferecer aos sujeitos possibilidades de fuga de seus fardos, imaginação e construção de futuros diferentes dos presentes que eles herdaram. Assim, mais do que assumir um compromisso ético com os impactos de narrativas históricas no tempo presente, um dos desafios de uma narrativa libertadora é oferecer caminhos para o futuro, construir utopias e lugares habitáveis onde os traumas e fardos sejam atenuados. Sair da história é preciso, principalmente dessa história que sentimos no presente.

Precisamos, então, falar sobre a ideia moderna de história frente a essas necessidades de White de produzirmos narrativas libertadoras. Como apontamos ao longo do trabalho, existe um descompasso entre a ideia científica de história e essa noção de uma historiografia da libertação. Se os métodos e caminhos tradicionais de escrita histórica continuarem sendo utilizados, talvez não alcancemos esse objetivo. Entretanto, não podemos apenas abrir mão da disciplina histórica e de suas possibilidades de orientação e libertação no tempo presente. A questão perpassa por alargar as possibilidades da disciplina, bem como de seus materiais e métodos de estudo e pesquisa. Como Hayden White nos aponta ao refletir sobre essas questões apresentadas, “da perspectiva dos grupos que afirmam ter sido excluídos da história, a própria história é vista como uma posse de grupos dominantes que reivindicam a autoridade para decidir quem ou o que será admitido na história”⁵⁷⁰. Da perspectiva desses grupos que dominam as narrativas tradicionais e que herdaram como posse a própria noção de história, uma historiografia da libertação não surtiria muitos efeitos. É deles que precisamos nos libertar. Tal empreendimento precisa ser realizado conjuntamente com os grupos que foram excluídos historicamente dessa ideia moderna de história. Assim, uma ideia de libertação considera uma noção política de que o próprio conhecimento histórico é historicamente delimitado, fazendo com que grupos marginalizados ficassem de fora das grandes narrativas mestras. Traumas e fardos são sentidos de formas diferentes por esses sujeitos que, inúmeras vezes, não tiveram nem o direito de contarem suas próprias histórias.

Portanto, para uma historiografia cumprir o papel de libertação dos sujeitos, ela precisa estar em diálogo estreito com essas histórias e narrativas que fogem dos grupos tradicionalmente representados pela ideia moderna de história. Mas o que seria de fato essa noção e como sua operação poderia ser realizada? Para Eva Domanska, uma historiografia da

⁵⁷⁰ WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014, p. 41. Tradução própria.

libertação “denotaria uma atitude anarquista em relação à pesquisa e representação do passado, livre de quaisquer regras de estudo ou estilo”⁵⁷¹. Assim, essa atividade estaria despida das regras tradicionais das academias e das pesquisas históricas, e possuiria como objetivo representar o passado através dos dilemas do presente e com as intencionalidades de construção de futuros diferentes. Por isso, essa anarquia acadêmica abriria espaço para construções de passado que não fossem, necessariamente, aquelas proporcionadas por historiadores de ofício. Talvez seja exatamente por essa questão que White sempre procurou outras formas de relação com o passado, como a literatura, por exemplo. Buscar em outras áreas do conhecimento a maneira com que elas se relacionam e estabelecem conexões com o tempo passado é um caminho indispensável para a disciplina histórica caso ela queira se reinventar e oferecer essas orientações e libertações. Se dentro de sua própria disciplina, White encontrou dificuldades em achar tais narrativas, o mesmo não podemos dizer de campos como a literatura, local onde esse autor sempre achou exemplos dessas representações responsáveis do passado.

Agora, precisamos entender em que consistem as libertações apresentadas ao longo dos capítulos desse trabalho. Inicialmente, nosso intuito foi perpassar pelas construções históricas elaboradas pelo século XIX e que foram objeto de análise por parte de White em seu *Meta-história*. A partir do exemplo de historiografias distintas representadas por Burckhardt e Droysen, podemos compreender que mesmo os projetos historiográficos mais cientificista elaborado pelo século XIX também poderiam oferecer alguma contribuição para a tarefa da libertação. Nesse sentido, se a historiografia compreendida por White como contemplativa e externada a partir da produção de Burckhardt não possuiria um compromisso com as ações políticas no tempo presente, o que vemos a partir de sua interpretação de Droysen é justamente o oposto. Neste autor que produziu um dos maiores tratados sobre teoria da história do seu XIX com seu *Historik*, White encontrou o exemplo da ideia de compreensão histórica que pode ser utilizada como ferramenta constituinte na tarefa de orientação e libertação dos sujeitos. Contemplação e compreensão se apresentam, então, como polos diferentes que representam possibilidades de ordenação do passado histórico, ou seja, quando um historiador escolhe enredar eventos passados, ele precisa considerar os impactos e os vazamentos causados por sua narrativa no tempo presente. Desta maneira, contemplar o passado não bastaria para a libertação histórica, uma vez que forneceria, no máximo, uma descrição de eventos e processos. A ideia de compreensão histórica elaborada por Droysen surgiria nesse processo como uma alternativa

⁵⁷¹ DOMANSKA, Ewa. **Hayden White and liberation historiography**. *Rethinking History: The Journal of Theory and Practice*, 2014, p. 6. Tradução própria.

à noção moderna de história pois todo processo de compreensão parte do presente e considera em sua tarefa as questões colocadas por essa temporalidade.

A partir de nossa análise de *Meta-história*, externar essas elaborações de processos para se representar o passado em narrativas históricas do século XIX permitiu com que entendêssemos o fato de que, ao elaborar essa obra em 1973, White já demonstrava para seus leitores que suas preocupações giravam em torno de como narrativas sobre o passado poderiam ser eticamente relevantes para os sujeitos em suas vidas diárias. Dessa forma, mais do que um manual de como fazer história, *Meta-história* se apresenta como uma arqueologia das narrativas oitocentistas, oferecendo para nós uma interpretação de quais formas e produções históricas podem ou não contribuir para a tarefa whiteana de libertação dos sujeitos. Perpassar pelas reflexões contidas nessa obra, muitas vezes pouco lida em sua integralidade, e pelas deias de contemplação e compreensão, nos permitiu elaborar uma reflexão sobre o próprio estatuto científico da disciplina histórica produzido durante o século XIX. De certa maneira, podemos identificar que essa noção de um método histórico objetivo e focado na descrição do passado histórico foi apenas uma das formas possíveis de se fazer história pensadas durante os oitocentos. Assim, essa foi a atividade vencedora, mas não a única. Como o exemplo de Droysen analisado por White nos mostra, existiam outras concepções de história concorrentes no período, mas que não tiveram um mesmo destaque posteriormente. E se libertações de sujeitos podem ser pensadas a partir de representações históricas do século XIX, elas precisariam considerar essa lógica de uma compreensão histórica, atividade essa que partiria dos próprios anseios e angústias dos indivíduos imersos no tempo presente. Compreender seria, portanto, uma tarefa indispensável para qualquer representação do passado que possuísse como meta a libertação e orientação dos sujeitos.

Contudo, somente analisar as historiografias oitocentistas abordadas por White não bastaria para continuarmos a busca por histórias libertadoras. Assim, em um segundo momento, buscamos externalizar em que consistiria a ética em Hayden White, assim como a ideia de uma historiografia da libertação. Assim, tornou-se fundamental abordarmos dois textos desse autor, *O fardo da história* e *The Practical Past*, separados por um espaço temporal de quase 50 anos, pois nessas obras o estadunidense apresenta os fardos e a possibilidade de libertação desses fardos produzidos pela história. Desta forma, compreendemos que a tarefa de enredarmos histórias libertadores perpassa, necessariamente, pela elaboração de um passado prático que auxilie os sujeitos em suas vidas diárias. Neste ponto, a capacidade de histórias libertarem sujeitos se evidencia a partir do momento em que as histórias sobre eventos passados passam a

assumir esse compromisso prático que é, ao mesmo tempo, ético e político para com os sujeitos que consumirão essas narrativas. E essa vertente política de White, fundamental para uma historiografia da libertação, pode ser percebida naquilo que denominamos como marxismo whiteano. Para além de reflexões sobre o passado e seus eventos, fazia-se necessário que as histórias se colocassem a serviço da mudança social e possibilitassem aos indivíduos imaginarem utopias de futuro diferentes daqueles fardos herdados por eles no tempo presente. Assim, o marxismo whiteano pode ser compreendido como essa forma de olhar para o conhecimento histórico a partir de uma possibilidade de construção de imaginações de futuro, reconectando assim, história e utopia.

Pensar essas questões é entender que o conhecimento histórico enquanto uma teoria da representação do passado não pode estar apartado das práticas políticas e sociais, pois ambos precisam ser mobilizadas conjuntamente caso queiramos construir narrativas libertadoras. Por isso, mais do que uma teoria ou uma filosofia da história, a obra de White serve para nós como um alerta para a necessidade dos intelectuais se manterem engajados com causas políticas que consideram justas. E essa questão é externalizada na própria trajetória pessoal de White, com demonstramos durante o trabalho. Ele nunca se contentou em ser somente um professor universitário e sempre se mostrou um sujeito engajado com as lutas políticas de seu momento histórico. Dessa forma, as libertações que histórias poderiam oferecer também possuem relação direta com as próprias lutas políticas que os autores ou sujeitos que escrevem histórias exercem, pois trabalho intelectual e atuação política estão intimamente relacionados. Assim, uma historiografia da libertação possuiria uma íntima relação com um projeto político progressista de sociedade e mobilizaria, em sua constituição, uma ideia de passado prático que auxiliasse os sujeitos em suas demandas e traumas do tempo presente.

Por fim, foi necessário pensarmos em formas práticas de libertação, ou seja, textos em que White encontrou narrativas que ofereciam essas possibilidades libertadoras para os sujeitos. É por conta dessa necessidade que utilizamos dois exemplos de livros, *A Alemanha Nazista e os Judeus: os anos de extermínio, 1939-1945*, de Saul Friedländer, e *Austerlitz*, de W.G. Sebald, uma historiografia e um livro literário, pois em nossa visão, essas duas obras externam a busca que White sempre empreendeu por representações do passado que fugissem das teorias e métodos tradicionais consagrados pela historiografia. O advento daquilo que o estadunidense compreendeu como modernismo ofereceu para a literatura novas técnicas de escrita para que os autores pudessem ressignificar suas narrativas e foi justamente isso que White identificou em diversas obras desse movimento literário. Assim, o próprio conceito de evento modernista

é fundamental na trajetória de White, pois além de designar um novo momento e a ocorrência de novos eventos em escalas inimagináveis anteriormente, também chama a atenção para a necessidade e a urgência de historiadores e não historiadores repensarem as formas com que narram esses eventos. Desta maneira, uma historiografia da libertação se torna ainda mais necessária quando falamos da narração sobre os eventos modernistas, uma vez que eles ainda continuam impactando diversas pessoas, sobreviventes ou não, que ainda sentem os fardos e traumas desses acontecimentos.

É por conta dessas questões que escolhemos um exemplo historiográfico e outro literários para entendermos como representações do passado podem auxiliar os indivíduos em suas vidas diárias. No caso de Friedländer, percebemos, seguindo a interpretação de White, uma narração em uma voz diferente, que evita domesticar o passado e que pretende narrar o Holocausto a partir das vozes das vítimas. Assim, *Os anos de extermínio* pode ser lido como um exemplo de uma historiografia modernista que auxilia na tarefa de libertação. Da mesma maneira, *Austerlitz*, de Sebald, também pode ser compreendido como uma representação do passado através da literatura que enreda os traumas causados pelo século XX na vida pessoal do personagem principal. Por isso, ao colocar esse sujeito em andanças errantes pelos escombros da Europa, Sebald busca enredar os sentimentos de descrença e inquietação que esses eventos produziram em diversas pessoas que os experienciaram direta ou indiretamente. Ao final dessas reflexões que apresentamos, podemos compreender, a partir de exemplos práticos, como seriam narrativas libertadoras e de quais formas elas poderiam ser enredadas para que pudessem fazer sentido para os leitores que buscassem em representações histórica caminhos para se orientarem no tempo presente.

Para finalizarmos, devemos nos perguntar: em que nos ajuda imaginarmos histórias libertadoras? Primeiro, é um compromisso ético e político pensarmos em escrever histórias que ajudem indivíduos a se orientarem e a se livrarem de traumas no presente. Segundo, torna-se de fundamental importância a história enquanto disciplina se reconectar com demandas sociais por passados úteis, uma vez que a própria sobrevivência da disciplina depende da construção dessas novas relações. Terceiro, imaginar uma historiografia da libertação também é entender que o conhecimento histórico precisa ser plural, ou seja, devemos cada vez mais contar as narrativas de diversos grupos sociais, bem como contribuir positivamente para a ação desses grupos em suas temporalidades.

Em nossa visão, todas essas questões perpassam a trajetória intelectual de White. O estadunidense nunca se contentou com o lugar comum ou com a reprodução de métodos e

teorias consagrados pela tradição historiográfica. Acreditamos que seja por essas questões que esse autor também sempre buscou exemplos de representações do passado para além da disciplina histórica. Olhar para a literatura não era uma forma de desprivilegiar a história, ou diminuir a importância desse conhecimento, mas sim, compreender que o monopólio de construção de passados não pertence ao historiador. Por isso a necessidade de entender como outros intelectuais pertencentes a outras áreas do conhecimento se relacionam com o passado. Para além do autor que buscou compreender a narrativa histórica e analisar as historiografias oitocentistas, White também pode ser compreendido como esse teórico que mobilizou a ética e a política como elementos constituintes de qualquer texto sobre o passado. E foi isso que procuramos demonstrar ao longo desse trabalho. A historiografia da libertação também seria esse empreendimento ético preocupado com mudanças políticas relevantes e positivas para os sujeitos envolvidos diariamente em traumas e heranças do passado. Associada com uma política em defesa dos grupos historicamente marginalizados, ela seria uma alternativa ao conceito moderno de história compreendido enquanto um fardo para diversas populações.

Mais do que uma arqueologia da produção intelectual de White ou das diversas teorias e conceitos elaborados pelo autor ao longo da vida, esse trabalho pretendeu ser uma reflexão sobre as possibilidades de histórias. Não só sobre o conhecimento histórico disciplinado, aquilo que ele é e aquilo que ele poderia ser. Mas fundamentalmente, sobre todas aquelas histórias que possuem como base um determinado passado e para as quais os sujeitos recorrem quando precisam atribuir algum sentido à sua situação atual. Assim, essa tese foi, fundamentalmente, sobre histórias e a capacidade que elas possuem de interferirem na vida das pessoas. Por isso, nosso compromisso, especialmente enquanto historiadores, é continuar sistematicamente a luta e a busca por construirmos representações éticas que atinjam e afetem os indivíduos. A tarefa desenvolvida por White ao longo de sua carreira é permanente, e perpassa nossas atividades diárias enquanto construtores que escolhem quais passados narrar. E como narrar. Histórias sempre existiram e, provavelmente, continuarão existindo. A questão é como narrá-las e qual o intuito em contá-las, para qual ação e propósito elas estão orientadas. Enfim, construir passados libertadores é uma tarefa primordial para todos aqueles que possuem um compromisso político com o tempo presente e com a imaginação de outros futuros possíveis.

BIBLIOGRAFIA

AHLSSKOG, Jonas. *Michael Oakeshott and Hayden White on the practical and the historical past*. Rethinking History, 2016.

ANKERSMIT, Frank. *White's "New Neo-Kantism": Aesthetics, Ethics, and Politics*. In: ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans. *Re-figuring Hayden White*. Stanford University Press, California, 2009.

ARAUJO, Valdei. *O Direito à História: O(A) Historiador(a) como Curador(a) de uma Experiência Histórica Socialmente Distribuída*. In: GUIMARÃES, Gêssica; BRUNI, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (orgs). *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 191-216.

ASSIS, Arthur Alfaix. *What is history for? Johan Gustav Droysen and the functions of historiography*. Berghahn books, 2014.

AVELAR, Alexandre de Sá. *Hayden White nas páginas de History and Theory. Dois momentos: 1980 e 1998*. ArtCultura, v.20, n. 37, 2018, pp. 37-49.

ÁVILA, Arthur Lima de. *(Re)Politizando a teoria da história em tempos de exceção: Hayden White e a crítica do presente*. ArtCultura, Uberlândia, v.20, n.37, p. 21-35, jul-dez, 2018.

_____. *Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021.

_____. *Um avião, uma bomba, um evento modernista: a controvérsia sobre o Enola Gay no Museu Nacional Do Ar e do Espaço nos Estados Unidos (1993-1995)*. In: BENTIVOGLI, Julio; TOZZI, Verónica(org.). *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história*. Vitória, Milfontes, 2017.

BAIRD, Andrew. *Metahistory as Anabasis*. In: ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans. *Re-figuring Hayden White*. Stanford University Press, California, 2009.

BARTHES, Roland. *To Write: an Intransitive verb?* In: MACKSEY, Richard, DONATO, Eugenio. *The Structuralist Controversy: the languages of criticism and the sciences of man*. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 1972.

BAUER, Caroline Silveira. *Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico?* In. MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo, BORGES, Viviane Trindade. *Que história pública queremos?* São Paulo, Letra e Voz, 2018.

BENSE, Max. *O ensaio e sua prosa*. In: PIRES, Paulo Roberto (Org). *Doze ensaios sobre o ensaio: antologia serrote*. São Paulo: IMS, 2018.

BROWNING, Christopher. *German Memory, Judicial Intertogation, and Historical Reconstruction: Writing Perpetrator History from Postwar Testimony*. In: FRIEDLÄNDER, Saul. *Probing the limits of representation: Nazism and the "Final Solution"*. Havard University Press, Massachusetts, 1992.

BURCKHARDT, Jacob. *Cartas*. Trad. Renato Rezende. Editora topbooks, Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Reflexões sobre a história*. Zahar, Rio de Janeiro, 1961.

BUTLER, Judith. *Hayden White, Modernism, Pratical Knowledge*. In: WHITE, Hayden. *The ethics of narrative, vol. 1: essays on history, literature, and theory, 1998-2007*. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. *A atualidade de Johann Gustav Droysen: uma pequena história de seu esquecimento e de suas interpretações*. Locust: Revista de História, v. 12, n. 1, 2006.

_____. *O conceito de evento limite: uma análise de seus diagnósticos*. Tempo, vol. 25 n. 3, Niterói, 2019.

_____. *O limite do historicismo: Johann Gustav Droysen e a importância do conceito de Bildung na consciência histórica alemã do século XIX*. Revista Filosófica de Coimbra, n 29, 2006.

CARDOSO, Eduardo Wright. *Em busca da mentira: historiadores contra a falsificação do Holocausto*. Revista Brasileira De História. São Paulo, v. 41, nº87, 2021.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2011.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Veneta, São Paulo, 2020.

CHAKRABARTY, Dipesh. *O planeta: uma categoria humanista emergente*. Zazie edições, 2020.

CHARBEL, Felipe. *The New Faces of the Historical Novel*. História da Historiografia, Ouro Preto, v. 13, n. 32 p. 19-46, jan.-abr. 2020.

_____. *Uma filosofia inquietante da história: sobre Austerlitz, de W. G. Sebald*. História da Historiografia, Ouro Preto, 2015, p. 124-141.

CHARTIER, Roger. *Figuras retóricas e representações históricas*. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Ed. Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 2002.

CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da. *Relações de força e limites da ética historiográfica: a representação histórica no debate entre Carlo Ginzburg e Hayden White*. Revista Sinais, Vitória, n.15, 2014.

DAMAS, Naiara. *As formas da História: Johan Huizinga e a História da Cultura como morfologia*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

DEAN, Carolyn. *Metahistory and the resistance to theory*. American Historical Review, 2019.

DILTHEY, Wilhelm. *Introdução às ciências humanas: tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história*. Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2010.

DOMANSKA, Ewa. *A conversation with Hayden White*. Rethinking History, Vol. 12, No. 1, 2008, pp. 3-21.

_____. *Encounters: Philosophy of History after Postmodernism*. University Press of Virginia, Virginia, 1998.

_____. *Hayden White and liberation historiography*. Rethinking History: The Journal of Theory and Practice, 2014.

_____. *Hayden White: An Academic Teacher*. In: ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans. *Re-figuring Hayden White*. Stanford University Press, California, 2009.

_____. *Hayden White: Beyond irony*. History and Theory, vol. 37, No. 2, 1998, pp. 173-181.
DROYSEN, Johann Gustav. *Histórica: Lecciones sobre la Enciclopedia y metodología de la historia*. Editorial Alfa, Barcelona, 1983.

DUMONT, Louis. *Wilhelm von Humboldt, or Bildung alive*. In: *German Ideology: from France to Germany and back*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1994.

ELIAS, Amy. *The Metahistorical Romance and the Historical Sublime*. In: ELIAS, Amy. *Sublime desire: history and post-1960s fiction*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2001.

ERNEST, John. *Liberation Historiography: African American Writers and the Challenge of History, 1794– 1861*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004.

ESHEL, Emir. *Against the power of time: the poetics of suspension in W. G. Sebald's Austerlitz*. New German Critique, 2013, p. 71-96.

FERNANDES, Cássio da Silva. *Jacob Burckhardt e a preparação para a cultura do Renascimento na Itália*. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais, 2006, Vol. 3, nº 3, 2006.

FRANZINI, Fábio. *A burden that is still heavy*. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past, (6), 23-30, 2018.

FRIEDLÄNDER, Saul. *A Alemanha Nazista e os Judeus, volume II: os anos de extermínio, 1939-1945*. São Paulo, Perspectiva, 2012.

_____. *On "Historical Modernism": A Response to Hayden White*. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. *Probing the Ethics of Holocaust Culture*. Harvard University Press, London, 2016.

_____. *Reflexões sobre o Nazismo*. Sextante Editora, Porto, 2017.

FRIEDLÄNDER, Saul; FOGU, Claudio KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. *Epilogue: Interview with Saul Friedländer*. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. *Probing the Ethics of Holocaust Culture*. Harvard University Press, London, 2016.

GINZBURG, Carlo. *Just One Witness*. In: FRIEDLÄNDER, Saul. *Probing the limits of representation: Nazism and the "Final Solution"*. Harvard University Press, Massachusetts, 1992.

_____. *O queijo e os vermes*. Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

GRECA, María Inés La. *A narrativa em disputa, ou o desejo de Hayden White de uma historiografia progressista refigurado através da teoria da performatividade de Judith Butler*. In: BENTIVOGLI, Julio; TOZZI, Verónica(org.). *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história*. Vitória, Milfontes, 2017.

HARTMAN, Saidiya. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Bazar do tempo, Rio de Janeiro, 2021.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade - Presentismo e experiências do tempo*. Autêntica, Belo Horizonte, 2013.

HAYDEN V. WHITE, Plaintiff and Appellant, v. EDWARD M. DAVIS, as Chief of Police, etc., Defendant and Respondent. L.A. No. 30348. Supreme Court of California. March 24, 1975. Disponível em: <https://law.justia.com/cases/california/supreme-court/3d/13/757.html>.

HUMBOLDT, Wilhelm von. *Sobre a tarefa do historiador*. Trad. Pedro Caldas. In: MARTINS, Estevão de Rezende. *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. Contexto, São Paulo, 2015.

HUTCHEON, Linda. *Metaficção historiográfica: "o passatempo do tempo passado"*. In: HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Imago Ed, Rio de Janeiro, 1991.

IGGERS, G. *Desafios do século XXI à historiografia. História da Historiografia*. International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 3, n. 4, p. 105–124, 2010.

JAY, Martin. *Of Plots, Witnesses, and Judgments*. In: FRIEDLÄNDER, Saul. *Probing the limits of representation: Nazism and the "Final Solution"*. Harvard University Press, Massachusetts, 1992.

JENKINS, Keith. 'Nobody does it better': radical history and Hayden White. *Rethinking History*, Vol. 12, No. 1, march 2008, 59-74.

_____. *A conversation with Hayden White*. *Literature and History* 7, no. 1: 68–82, 1998 *apud* JENKINS, Keith. 'Nobody does it better': radical history and Hayden White. *Rethinking History*. Vol. 12, No. 1, 59-74, 2008.

KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. *Introduction The Field of Holocaust Studies and the Emergence of Global Holocaust Culture*. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf,

PRESNER, Todd. *Probing the Ethics of Holocaust Culture*. Harvard University Press, London, 2016.

KANSTEINER, Wulf. *Hayden White's critique of the writing of history*. History and Theory, 1993, pp. 273-295.

_____. *Nos limites do realismo histórico: narração, argumentação, e ética na historiografia sintética do Holocausto*. In: BENTIVOGLI, Julio; TOZZI, Verónica(org.). *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história*. Vitória, Milfontes, 2017.

KLEINBERG, Ethan. *Hayden White: in memoriam*. The historian, vol. 80, pp. 691-704, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. *Sobre a estrutura antropológica e semântica do conceito de Bildung*. In: KOSELLECK, Reinhardt. *História de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Contraponto, Rio de Janeiro, 2020.

_____. *Três mundos civis?/Três mundos burgueses? Sobre a semântica comparativa da sociedade civil/burguesa na Alemanha, na Inglaterra e na França*. In: KOSELLECK, Reinhardt. *História de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Contraponto, Rio de Janeiro, 2020.

LACAPRA, Dominick. *Compreender os outros: povos, animais, passados*. Autêntica, Belo Horizonte, 2023.

_____. *Writing History, Writing Trauma*. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2001.

LAVAGNINO, Nicolás. *Cinco tesis en torno a las arquitecturas del lenguaje histórico. A cuarenta anos de Metahistoria de Hayden White*. Signos Filosóficos, vol. XV, n. 30, 2013, pp. 119-149.

LEFF, Gordon. *Review of Metahistory*. Pacific Historical Review, Vol. 43, No. 4, 1974, pp. 598-600.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. *O que fazer? Questões candentes de nosso movimento*. Boitempo Editorial, 2020.

LORENZ, Chris. *É preciso três para dançar um tango: estabelecendo uma linha entre os passados prático e histórico*. In: BENTIVOGLI, Julio; TOZZI, Verónica(org.). *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história*. Espírito Santo: Milfontes, 2017.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1986.

MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. The Marxists Internet Archive, 1845. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000081.pdf>.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Trad. Marco Antônio Casanova. Editora Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2003.

NOVAES, Adauto. *Onze notas sobre o novo espírito utópico*. In: NOVAES, Adauto. *Mutações: o novo espírito utópico*. Sesc edições, São Paulo, 2016.

NOVICK, Peter. *That Noble Dream: the “objectivity question” and the American historical profession*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

OAKESHOTT, Michael. *On history and other essays*. Basil Blackwell, Oxford, 1983.

PAUL, Herman. *Hayden White and the Crisis of Historicism*. In: ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans. *Re-figuring Hayden White*. Stanford University Press, California, 2009.

_____. *Hayden White: the historical imagination*. Nova York: Polity, 2011.

_____. *No historian worthy of the name is Only na historian*. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past, (6), 15-22, 2018.

PIHLAINEN, Kalle. *History in the world: Hayden White and the consumer of history*. Rethinking History, Vol. 12, No. 1, 2008, pp. 23-39.

_____. *The ethics of fictionality in history writing*. Revista de Filosofía y Ciencias, 2021.

_____. *The Work of Hayden White II: Defamiliarizing Narrative*. In: PARTNER, Nancy; FOOT, Sarah. *The Sage Handbook of Historical Theory*. SAGE Publications Ltd, Los Angeles, 2013.

_____. *The Work of History: Constructivism and a Politics of the Past*. Routledge, New York, 2017.

PRESNER, Todd. “*What a Synoptic and Artificial View Reveals*”: Extreme History and the Modernism of W. G. Sebald’s Realism. Detroit: State University Press, 2016, p. 341-360.

RAMOS, André da Silva. KLEINBERG, Ethan. *Ethan Kleinberg: Teoria da História como Fantologia*. História da Historiografia, Ouro Preto, n. 25, dezembro, 2017.

RANGEL, Marcelo; ARAUJO, Valdei. *Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político*. História da historiografia, Ouro Preto, 2015.

RANKE, Leopold von. *O conceito de história universal*. Trad. Sérgio da Mata. In: MARTINS, Estevão de Rezende. *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. Contexto, São Paulo, 2015.

RINGER, Fritz. *O Declínio dos Mandarins Alemães: A Comunidade Acadêmica Alemã, 1890 – 1933*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

RÜSEN, Jörn. *A turning point in theory of history: the place of Hayden White in the history of metahistory*. History and Theory, vol. 59, No. 1, 2020, pp. 92-102, p. 97

_____. *História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SCHOLTZ, Gunter. *O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX*. Traduzido por Pedro Spinola Pereira Caldas. História da historiografia, Ouro Preto, n. 6, março 2011.

SEBALD, Winfried Georg Maximilian. *Austerlitz*. Companhia das Letras, São Paulo, 2008.

SIMMEL, Georg. *O conceito e a tragédia da cultura*. Crítica Cultural – Critic, Palhoça, SC, v.9, n.1, jan/jun 2014.

_____. *Problemas de filosofía de la historia*. Buenos Aires, Editorial Nova, 1950.

SIMON, Zoltan Boldizsár. *The Anthropocene and the Planet*. History and Theory, 2023.

SKLOKIN, Volodymyr. *It is not much a paradigm shift as a total breakdown ... a conversation with prof. Hayden White*. 2012. Disponível em: <http://www.historians.in.ua/index.php/en/intervyu/258-it-is-not-so-much-a-paradigm-shift-as-a-total-breakdown-a-conversation-with-prof-hayden-white>.

SPIEGEL, Gabrielle. *Above, about and beyond the writing of history: a retrospective view of Hayden White's Metahistory on the 40th anniversary of its publication*. Rethinking History, 2013.

SPIEGELMAN, Art. *Maus: a história de um sobrevivente*. Companhia das Letras, São Paulo, 2009.

SPIROPOULOU, Angeliki; WHITE, Hayden. *History and Literature: An Interview with Hayden White*. Synthesis: an Anglophone Journal of Comparative Literary Studies, 2015, 118-124.

STONE, Lawrence. *The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History*. Past and Present, No. 85, 1979, pp. 3-24.

TOZZI, Veronica. *Hayden White e o pluralismo conversacional*. In: BENTIVOGLIO, Julio; TOZZI, Verónica. *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-História*. Milfontes, Serra, 2017.

_____. *Hayden White, la crítica (meta)histórica y la democratización de la cultura*. ArtCultura, v. 14, n. 25, p. 21-35, 2012.

TRAVERSO, Enzo. *A escrita da história: entre literatura, memória e justiça*. Revista maracanan, trad. Beatriz de Moraes e Renata Duarte, 2017.

TURIN, Rodrigo. *Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades*. Tempo, Niterói, vol. 24, n. 2, Maio/Ago. 2018.

VANDERSCOFF, Cameron. *Hayden White: Frontiers of Consciousness at UCSC*. University of California, Santa Cruz, University Library, 2013.

VANN, Richard. *The reception of Hayden White*. History and Theory, Vol. 37, No.2, 1998, pp. 143-161

WEBER, Elisabeth. *Catastrophes Afterlives of the Exceptionality Paradigm in Holocaust Studies*. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. *Probing the Ethics of Holocaust Culture*. Harvard University Press, London, 2016.

WHITE, Hayden. *An Old Question Raised Again: Is Historiography Art or Science? (Response to Iggers)*. *Rethinking History*, 2000, pp. 391-106.

_____. *Anomalies of the Historical Museum, or, History as Utopian Space*. In: WHITE, Hayden. *The ethics of narrative, vol. 1: essays on history, literature, and theory, 1998-2007*. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022.

_____. *As ficções da representação factual*. In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. *As Formas do Estado Selvagem: Arqueologia de uma Ideia*. In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. *Como eu não escrevi Meta-História*. In: BENTIVOGLIO, Julio; TOZZI, Verónica. *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-História*. Milfontes, Serra, 2017.

_____. *Droysen's Historik: Historical Writing as a Bourgeois Science*. In: WHITE, Hayden. *The Content of the form: narrative discourse and historical representation*. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1987.

_____. *Figura and Historical Subalternation*. In: WHITE, Hayden. *The ethics of narrative, vol. 1: essays on history, literature, and theory, 1998-2007*. Editor's Note. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022.

_____. *Historical Emplotment and the Problem of Truth in Historical Representation*. In: WHITE, Hayden. *Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1999.

_____. *Historical Truth, Estrangement, and Disbelief*. In: FOGU, Claudio, KANSTEINER, Wulf, PRESNER, Todd. *Probing the Ethics of Holocaust Culture*. Harvard University Press, London, 2016.

_____. *Historicality as a trope of political discourse Rethoric, ethics, politics*. In: WHITE, Hayden. *The ethics of narrative, vol. 1: essays on history, literature, and theory, 1998-2007*. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022.

_____. *La política de la interpretación histórica: disciplina y desublimación*. In: WHITE, Hayden. *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica*. Ediciones Paidós, Barcelona, 1992.

_____. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

_____. *Modernism and the Sense of History*. In: WHITE, Hayden. *The ethics of narrative, vol. 2: essays on history, literature, and theory, 2007-2017*. Editor's Note. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022.

_____. *O Fardo da História*. In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. *O texto histórico como artefato literário*. In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. *Postmodernism and Textual Anxieties*. In: WHITE, Hayden. *The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007*. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2010.

_____. *Preface*. In: WHITE, Hayden. *The fiction of Narrative. Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007*. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2010.

_____. *Primitivism and Modernism*. In: WHITE, Hayden. *The ethics of narrative, vol. 2: essays on history, literature, and theory, 2007-2017*. Editor's Note. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022.

_____. *Reviewed Work: Historik by Johann Gustav Droysen*. *History and Theory*, Vol. 19, No.1, 1980, pp. 73-93.

_____. *Romanticism, Historicism, and Realism: Toward a Period Concept for Early Nineteenth-Century Intellectual History*. In: WHITE, Hayden. *The fiction of Narrative. Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007*. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2010.

_____. *Salir de la historia: la redención de la narrativa en Jameson*. In: *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica*. Trad. Jorge Vigil Rubio, Ediciones Paidós, Barcelona, 1992.

_____. *Storytelling: Historical and Ideological*. In: WHITE, Hayden. *The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007*. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 2010.

_____. *The ethics of narrative, vol. 1: essays on history, literature, and theory, 1998-2007*. Editor's Note. Cornell University Press, Ithaca and London, 2022.

_____. *The Future of Utopia in History*. *History and Theory*, 12-19, 2007.

_____. *The Modernist Event*. In: WHITE, Hayden. *Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1999.

_____. *The Politics of Contemporary Philosophy of History*. In: WHITE, Hayden. *The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007*. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 2010.

_____. *The Practical Past*. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

_____. *The Problem of Change in Literary History*. In: WHITE, Hayden. *The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007*. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 2010.

_____. *The Public Relevance of Historical Studies: A Reply to Dirk Moses*. *History and Theory*, Vol. 44, No. 3, 2005, pp. 333-338.

_____. *The Task of Intellectual History*. In: WHITE, Hayden. *The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007*. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 2010.

_____. *Writing in the Middle Voice*. In: WHITE, Hayden. *The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature, and Theory 1957-2007*. Johns Hopkins University Press. Baltimore, 2010.
WHITE, Hayden; ROGNE, Erlend. *The aim of interpretation is to create perplexity in the face of the real: Hayden White in conversation with Erlend Rogne*. *History and Theory*, vol. 48, No. 1, 2009, pp. 63-75.

Trabalhos sobre Hayden White publicados no Brasil

Teses

ASSIS, Gabriella Lima de. *Raízes do Paraíso: uma análise whiteana de Sérgio Buarque de Holanda*. 223 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Geografia, História e Documentação, Cuiabá, 2017.

MARQUEZ, Rodrigo Oliveira. *Pragmática: a função do passado nas teorias da História de Hayden White, Frank Ankersmit e Keith Jenkins*. 2017. 197 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

TELLES, Marcus Vinicius de Moura. *A relação entre representação e experiência: um estudo crítico da "filosofia existencialista da história"*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Dissertações

ASSIS, Gabriella Lima de. *A estrutura da narrativa em 'Visão do Paraíso' de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Geografia, História e Documentação, Cuiabá, 2012.

MARQUEZ, Rodrigo Oliveira. *Teoria da História: Hayden White e seus Críticos*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MEDEIROS, Pedro Araújo. *Pos-Modernidade e historiografia: um estudo sobre Hayden White*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MELLO, Ricardo Marques de. *Da utilidade e desvantagem da história para Hayden White*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. *Que objetividade para a ciência da história? O índio brasileiro e a Revolução Francesa à luz da teoria da história de Rüsen e Hayden White*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

RIZZO, Marcelo Augusto Parrilio. *A História de Meta-História: Um estudo sobre a teoria da história de Hayden White*. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

SILVA, Tairon Villi Neves da. *A poética da história em Hayden White: construções da narrativa histórica e suas possibilidades literárias*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

TELLES, Marcus Vinicius de Moura. *Simultaneidade e Retrospecção: O debate sobre a narrativa na filosofia da história anglo-saxônica (1942-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Artigos

ALMEIDA, Leandro Thomaz de. CERQUEIRA, Rodrigo. *Dos maus usos da literatura pela história*. Patrimônio e memória, São Paulo, Unesp, v. 12, n.2, p.96-116, julho-dezembro, 2016.
ALVES, Daniel Vecchio. CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO NARRATIVA DA HISTÓRIA. Organon, Porto Alegre, v. 31, n. 61, 2016.

ASSIS, Gabriella Lima de; CRUZ, Marcus Silva da. *A teoria da obra histórica em Hayden White: entre a história e a literatura*. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, 7,2: 75-89, 2013.

AVELAR, Alexandre de Sá. *Hayden White nas páginas de History and Theory. Dois momentos: 1980 e 1998*. ArtCultura, Uberlândia, v.20, n.37, p. 37-49, jul-dez, 2018.

ÁVILA, Arthur Lima de. *(Re)Politizando a teoria da história em tempos de exceção: Hayden White e a crítica do presente*. ArtCultura, Uberlândia, v.20, n.37, p. 21-35, jul-dez, 2018.

AVILA, Arthur Lima de. *Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica*. Revista Maracanan, 35–49, 2018.

ÁVILA, Arthur Lima de. *Make trouble!: Hayden White e a história*. ArtCultura, Uberlândia, v.20, n.37, p. 7-8, jul-dez, 2018.

AVILA, Arthur Lima de. *O fim da história e o fardo da temporalidade*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 243–266, 2018.

BADE, Luiz Henrique; RICON Leandro Couto. *História e narrativa: Hayden White, Frank Ankersmit e algumas questões sobre a historiografia*. CORDIS: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, São Paulo, n.36, jul-dez 2025.

BANTIM DE ASSUMPCAO, Luis Filipe. *O 'passado prático' e a utilidade da historiografia em Xenofonte*. Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos, [S. l.], n. 21, p. 68–85, 2023.

BENTIVOGLIO, Julio. *Uma reverência à Meta-história e a Hayden White: o passado como sátira irônica e liberal em Sérgio Buarque de Holanda*. ArtCultura, Uberlândia, v.20, n.37, p. 51-65, jul-dez, 2018.

CAMPOS GONÇALVES, Sérgio. *As teses narrativistas na linhagem anglo-americana da teoria da história*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 64–87, 2018.

CARVALHO, Ederson Dias de; LOPES, Maria Suely de Oliveira. *A relação entre história e ficção na perspectiva de Hayden White a partir da obra os que bebem como os cães, de Assis Brasil*. EntreLetras, 12(2), 219–230, 2021.

CEZAR, Temístocles. *Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980)*. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 8, n. 17, 2015.

COSTA, Lorena Lopes da. *Sônia Viegas e a palavra trágica do Grande Sertão*. Caminhos Da História, 27(2), 46–57.

CURY, Fernando Guedes; SILVA, Heloísa da. *História, Literatura e Ficção na Educação Matemática: aproximações com as ideias de Hayden White*. Zetetiké, UNICAMP, v.23, n. 43, jan/jun, 2015.

DA SILVA, Rogerio Forastieri. *A história da historiografia e o desafio do giro linguístico*. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 8, n. 17, 2015.

DOS SANTOS, Wagner Geminiano. *A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do linguistic turn: embates entre “modernos” e “pós-modernos”*. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 12, n. 30, 2019.

GARCIA, Fernando. *Hayden White e os limites da escrita do Holocausto: do narrativismo ao passado prático*. Intelligere, 13, 150-180, 2022.

GONÇALVES, Murilo. *O discurso sobre a “crise da história” nos séculos XIX e XX: os diagnósticos de Ernst Troeltsch e Hayden White*. Intelligere, Revista de História Intelectual, São Paulo, nº 17, jun. 2024.

JÚNIOR, Francisco Santiago. *Historiofotia, tropologia e história: além das noções de imagem nos escritos de Hayden White*. História (São Paulo) v.33, n.2, p. 489-513, jul./dez. 2014.
Kern Daniela . Hayden White e o pluralismo histórico. História, São Paulo, 2010;29(1):278-288.

MALERBA, Jurandir. *O que narram os historiadores? Para uma genealogia da questão narrativa em história*. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 399-418, jul./dez. 2016.

NETO, Mario Marcello. *Por uma nova historiografia? Alternativas éticas as matrizes disciplinares vigentes*. História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.145-171, dez-mar. 2017.

PAULA, Willyane Costa. *Contribuições interdisciplinares entre história e literatura: teorias de Hayden White na análise crítica do romance terra sonâmbula*. Revista Arredia, Dourados, MS, Editora UFGD, v.3, n.4: 11-29jan./jul. 2014.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *BNCC e o Passado Prático: Temporalidades e Produção de Identidades no Ensino de História*. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, Vol. 26, No. 107, 2018.

RAIZ, Diogo da Silva. *A reconstituição do passado e o texto literário: a resposta dos historiadores à 'virada linguística'*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 3, p. 587-624, 2009.

RAMALHO, Walderez; RAMIRES, Augusto; FERRAZ, Leticia. *Historiografia e visada ética: Hayden White e os passados práticos*. Revista de Teoria da História, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 106–129, 2018.

SUTERMEISTER, Paul. *A meta-história de Hayden White: uma crítica construtiva à "ciência" histórica*. Revista Espaço Acadêmico, n. 27, Maringá, junho de 2009.

Tozzi, Verónica. *Hayden White (1928-2018)*. Prismas - Revista De Historia Intelectual, 22(2), 337–340, 2018.

VIDEIRA NETO, Edmo. *Quando Hayden White encontra Sebald: Austerlitz entre o fardo da história e o passado prático*. Revista PHILIA - Filosofia, Literatura & Arte, 3(2), 117–135, 2021.

ZÍCARI, Julián Norberto. *Narrativa literaria e historia, algunos puntos de debate: la concepción metahistórica de Hayden White frente a las críticas de Chris Lorenz*. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 8, n. 18, 2015.